

Carla Cristina Ramos Soares

O Risco na sociedade e nos media

Como a imprensa nacional tratou a co-incineração

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2006

Carla Cristina Ramos Soares

O Risco na sociedade e nos media

Como a imprensa nacional tratou a co-incineração

Dissertação de Mestrado em Cultura e Comunicação

Variante Jornalismo Político

apresentada à Faculdade de Letras

da Universidade do Porto

Orientação do Professor Doutor José Azevedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2006

Sumário: O que me proponho fazer é proporcionar um conhecimento o mais abrangente possível do que é dito e estudado sobre o risco, área negligenciada em Portugal. O risco, veremos, é humano, cultural, social e político e a sua percepção depende em grande escala da forma como é comunicado, particularmente pela Comunicação Social. É sobre esta última que recairá a análise de conteúdo que, além de verificar a presença diversificada do risco na imprensa, visa também confirmar a hipótese de que os riscos são tratados de forma exagerada, dramatizada e privilegiando o acessório em detrimento do essencial.

À memória de Luís Folhadela, antigo coordenador da Secção Política/Economia do JN.

Agradeço à minha família, aos meus amigos e colegas pelo apoio paciente.

Índice

Introdução.....	8
Primeira parte: teoria geral do risco.....	14
I Capítulo Risco: Conceito e caracterização geral.....	15
II Capítulo: Abordagem aos estudos do risco.....	24
III Capítulo: Da dimensão cultural à sociedade do risco.....	36
O factor cultural segundo Douglas.....	36
A inversão da figura do bode expiatório.....	45
“ <i>Grid and Group</i> ”: bases para uma análise cultural.....	47
Quatro pólos, quatro respostas diferentes ao risco.....	50
Beck e a sociedade do risco.....	54
Modernidade reflexiva.....	56
Lógica da repartição dos riscos domina.....	57
Visibilidade do risco.....	61
Estado latente à beira do fim.....	63
Ciência perde monopólio.....	64
Diluição da responsabilidade.....	67
Lógica de classes mantém-se.....	68
Globalização dos riscos civilizacionais.....	69
O efeito Boomerang.....	70
Realinhamento internacional.....	71
Tudo entra na política.....	73
Individualização.....	74
Individualização reflexiva.....	76
A cultura e a sociedade do risco de Giddens.....	77
Mecanismos de desenraizamento.....	77
Cultura do risco.....	80
IV Capítulo: Da comunicação à mediatização do risco.....	83
Um conhecimento sem experiência – media como intermediário da ciência.....	84
Aceitabilidade do risco como questão política e mediática.....	91
A tese da governamentalidade.....	95
Reflexão desvalorizada e opinião manipulada.....	98
O lançador de alerta – materialização do sinal e recurso à imprensa.....	99

Amplificação social do risco.....	103
Estudos empíricos: principais conclusões.....	105
Da amplificação à hierarquização mediática do risco.....	108
Media dão a conhecer os riscos pouco familiares.....	110
Mediatização lembra filme de Hollywood.....	113
A informação auto-gerada e a interactividade da informação.....	118
Seleccção e apresentação dos riscos nos media.....	119
Ascensão e queda das notícias de risco.....	123
V Capítulo: Critérios de noticiabilidade e proximidade.....	129
Fontes e jornalistas uma relação com moeda de troca.....	131
Media e leitor – uma relação próxima?	143
Co-incineração: um relato fiel ou exagerado?	147
Segunda parte: Estudos empíricos. A imprensa, o risco e a co-incineração.....	151
1. A palavra risco na imprensa nacional.....	152
1.1. Risco, um termo omnipresente e versátil.....	156
1.2. Grandes temas da actualidade.....	161
1.3. O risco ao longo dos anos.....	167
1.4. Evolução das grandes temáticas.....	169
Principais conclusões.....	170
2. O tratamento da co-incineração nos principais jornais.....	172
2.1. Mediatização da co-incineração e seus agentes.....	178
2.2. a) Análise longitudinal – JN.....	186
2.2.b) Análise longitudinal – DN.....	192
2.2.c) Análise longitudinal comparativa.....	197
2.3. Media e co-incineração: que tipo de informação?	199
2.3.1. Informação no JN.....	199
2.3.2. Informação no DN.....	217
Principais Conclusões.....	230
3. O risco em revista.....	235
3.1. Alarmismo na escrita e imagem.....	236
Principais conclusões.....	239
Conclusão.....	241
Bibliografia.....	244

Introdução

Viver é estar em risco. Quando nos sentamos à mesa para tomar o pequeno almoço, uma multiplicidade de riscos começa a ameaçar a nossa existência: substâncias prejudiciais e imperceptíveis pela visão humana podem esconder-se no leite, na manteiga ou no pão, fruto de uma agricultura cada vez mais intensiva. Terminado o pequeno almoço, saímos de casa e entramos no nosso automóvel, enfrentando até ao emprego mais um conjunto de riscos que marcam o nosso quotidiano, desde logo o risco que assumimos correr ao simplesmente pegar no volante ou ao passar um sinal vermelho. Uma vez no emprego, com um quarto de hora de atraso, aumentamos o risco de perder o posto de trabalho mas, mesmo assim, reservamos dez minutos para mais um café enquanto desfolhamos o diário que se encontra em cima da mesa. Basta abrir o jornal, e somos novamente confrontados com uma série de riscos, uns que reconhecemos habitualmente no nosso quotidiano, outros que nos parecem saídos de um filme sobre uma terra ou ilha distante. Contudo, mesmo esses riscos podem, mais cedo ou mais tarde, bater à nossa porta, seja porque sonhamos viajar até um país solarengo que é, na verdade, uma zona de risco ou porque as catástrofes ou ataques terroristas com que somos confrontados visualmente pela TV já não conhecem fronteiras. Todos os dias novos alarmes tocam avisando que viver é coisa perigosa e arriscada.

Desde o momento em que a presente dissertação começou a ser pensada, um número infindável de acidentes de grande dimensão, catástrofes naturais ou ataques terroristas, sem falar das ameaças não concretizadas (pelo menos ainda) foi tema de conversa de café, de casa e de trabalho, para já não falar das muitas páginas de jornal, horas de rádio e televisão que foram dedicadas ao assunto. Em Portugal, como em outros países da Europa e nos Estados Unidos da América, criou-se uma espécie de consciência geral da quantidade e gravidade dos riscos que pairam sobre (ou sob) as nossas cabeças. Criou-se, não digo um estado de pânico, mas um estado de medo, onde qualquer cidadão mais informado procurava adiar a sua prometida viagem à Indonésia temendo as ondas de um novo tsunami ou protelava uma viagem de avião até Nova Iorque, ainda com os ataques de 11 de Setembro muito bem presentes na memória, sobretudo a memória visual. Um dado curioso surge da ideia anterior. Estar informado parece não ser sinónimo de estar mais sossegado, bem pelo contrário, ganhando

pertinência hoje em dia o ditado de que quanto mais ignorante mais feliz. Contudo, há uma quantidade de riscos que, parecendo estes sim serem susceptíveis de prevenção e controlo, até pelo próprio indivíduo isolado, devem forçosamente ser alvo de uma vasta informação do perito até ao mais comum dos cidadãos. Esse é, por exemplo, o caso dos riscos alimentares ou associados por exemplo ao tabaco. Aí, cada um pode fazer a diferença. Mas os novos riscos ligados à modernidade parecem ser cada vez mais invisíveis e globais, atingem tudo e todos sem excepção e sem que possamos fazer muito a respeito, como veremos na primeira parte deste trabalho.

A presente dissertação surge assim da consciência de que, em Portugal, cada vez mais se fala de risco, cada vez mais as pessoas mostram medo e discutem as ameaças. Foi o caso, por exemplo, do terrorismo. Muito se falou em Portugal de um possível ataque, sobretudo depois de o Governo ter apoiado a política dos EUA de luta contra o terrorismo através do uso da força. O apoio à guerra do Iraque aumentou os receios de represália contra os chamados “aliados”. Receios que ganharam outra dimensão quando de Espanha e Reino Unido, também aliados dos EUA, nos chegaram imagens de terror na sequência dos atentados de que foram alvo. Recordemos, por exemplo, o campeonato europeu de futebol. Antes, durante e após o Euro2004 em Portugal, falou-se de um possível ataque terrorista ou na sua versão bioterrorista, inclusive com membros da classe política a revelar que durante o campeonato haviam efectivamente chegado aos “ouvidos” do país ameaças de atentado. E quem não se lembra do “pó branco” ou não receou, pelo menos uma vez, abrir um envelope suspeito ou sentar-se no metro ao lado de um pacote ou caixa aparentemente abandonados. Em Portugal, quando se discutia pela primeira vez um risco chamado bioterrorismo (armas biológicas como o famoso antraz e não apenas químicas como o gás sarin), o Ministério da Defesa, então liderado por Paulo Portas, anunciou a criação de um laboratório para estudar esta forma de ameaça. O medo tocou a todos e continua a tocar, daí a pertinência de abordar o que afinal se diz, se sabe e se estuda sobre o risco.

Em Portugal, há pouco tempo, o risco voltou a ser falado com mais intensidade na sociedade civil, instâncias governamentais, poder legislativo e poder local, com a retoma por parte do Governo do projecto da co-incineração. E, talvez para preencher a lacuna existente em Portugal sobre o tema, foi anunciado a poucos dias da entrega desta tese a criação de um Centro de Riscos da Universidade do Porto – CERUP, que visa conjugar os conhecimentos e entidades dispersas em torno do estudo e prevenção de

riscos e dotar, em particular a Região Norte, de maior capacidade de resposta perante ameaças como incêndios florestais, cheias, erosão costeira e movimentos de terreno, como derrocadas e deslizamentos.

Na primeira parte desta dissertação, a metodologia consistirá numa revisão literária dos estudos e da teoria existente sobre o risco, informação muito escassa aparentemente negligenciada em Portugal, daí a necessidade de importar o suporte teórico deste trabalho de países como a França, o Reino Unido e os EUA. Mas, como veremos no capítulo dedicado à abordagem dos estudos, o tema é analisado numa multiplicidade de países e áreas, desde as ciências sociais ou naturais, à economia e à política, com revistas especializadas apenas dedicadas ao risco, centros de estudo e prevenção e muita bibliografia. A tendência, veremos, é para uma abordagem interdisciplinar do risco que beneficie, sobretudo, o cruzamento dos saberes científico e social. Aliás, uma das hipóteses lançadas para esta dissertação é, precisamente, a de que o risco é cultural e socialmente definido, apesar de dependente do saber científico para chegar à luz do dia. De notar, ainda, que risco será teorizado preferencialmente e quase exclusivamente na sua vertente negativa, colocando-se de parte o risco enquanto “jogo da sorte” ou aventura.

Depois de uma perspectiva histórica do risco enquanto palavra e de uma descrição das características associadas, passaremos em revista o risco enquanto área de estudo e pesquisa. Dos autores enumerados na abordagem aos estudos do risco, remeteremos para o capítulo seguinte apenas três, dando ênfase às teorias sobre construção social do risco. Aliás, apesar da enorme diversidade de literatura, repartida por uma também grande quantidade de áreas, os sociólogos que abordam a construção social do risco no geral são poucos, merecendo destaque no capítulo “Da dimensão cultural à sociedade do risco” apenas três: a britânica Mary Douglas, que sublinha a variedade cultural das definições e atitudes perante o risco; o alemão Ulrich Beck e o britânico Anthony Giddens, que abordam o risco no contexto de uma reflexão sobre a especificidade das sociedades contemporâneas, falando ambos de uma “sociedade do risco”.

Abordada, através de Mary Douglas, a forma como o risco é percecionado, definido e hierarquizado segundo critérios culturais e de acordo com o grupo a que pertencemos, que tem as suas próprias regras internas e delimitação face ao exterior,

será momento para abordar o carácter global e invisível dos novos riscos ligados à era contemporânea, que Beck apelida de segunda modernidade. Aqui, falaremos de riscos que não conhecem fronteiras de estados nem sociais, numa sociedade onde os indivíduos já não se regem pelas instituições tradicionais, como a família, e em que é posto em causa o saber científico. O indivíduo, entregue a si próprio, entra num processo de auto-reflexão. Assim, a segunda modernidade é caracterizada por uma individualização reflexiva mas é também a ciência que se colocará em causa, procedendo à sua própria auto-reflexão, nomeadamente centrada numa incapacidade de responder aos novos riscos.

A perda de monopólio da ciência não impede, contudo, que esta continue a ser a base para o conhecimento que temos dos riscos, sobretudo para um indivíduo que tem de fazer as suas próprias escolhas e definir o seu rumo. Este é o ponto de partida do capítulo “Da comunicação à mediatização do risco”. Aqui, serão analisadas perspectivas sobre o papel determinante da ciência e do seu saber, fundamental num contexto em que não temos conhecimento ou experiência directa do risco, mas apenas em segunda mão, e, em particular, o papel intermediário dos meios de comunicação. Neste capítulo, abordaremos a questão da aceitabilidade do risco enquanto questão política. Aliás “político” e “política” serão termos-chave ao longo de todo o trabalho, partindo-se do princípio que o risco é cada vez mais político e mediatizado. Aceitabilidade do risco irá centrar-nos na relação entre cidadão e perito, sendo depois apresentados vários métodos utilizados pelos especialistas para conseguir a adesão do público. Três modelos de democracia técnica serão, em seguida, explicitados com as implicações possíveis dos leigos na gestão do risco.

No capítulo dedicado à comunicação e mediatização, iremos destacar dois contributos fundamentais para o estudo do risco, que têm sido aplicados e citados em vários trabalhos dos mais diversos autores. A primeira é a “tese da governamentalidade” de Foucault, que explora o risco no contexto da vigilância, disciplina e regulação das populações. Um contexto onde é fundamental para um Governo ou entidades associadas comunicar e saber comunicar com a população. Essencial para o estudo é também o célebre “modelo de amplificação social do risco” criado por investigadores da *Clark University and Decision Research* para a análise do risco. O modelo baseia-se na tese de que os eventos ligados ao risco interagem com processos psicológicos, sociais, institucionais e culturais por modos que podem destacar ou atenuar percepções de risco

e moldar o comportamento. Nos estudos empíricos realizados a partir do modelo, o fluxo de comunicação e, dentro deste, o tratamento mediático, é alvo de grande atenção, daí que este servirá para inspirar a parte prática desta dissertação.

Assim, além de abordar a teorização que é feita em torno do papel dos media na comunicação do risco, sendo este destacado ao longo de todo o capítulo e no contexto das várias perspectivas analisadas, iremos também introduzir e explorar diversos estudos empíricos que nos parecem fundamentais para interpretar a problematização teórica e lançar pistas para o nosso próprio estudo.

Num quinto capítulo, procuraremos fazer uma revisão literária do que tem sido estudado em matéria de relação entre fontes e jornalistas, seguindo a pesquisa de Rogério Santos nesta matéria e incidindo particularmente no efeito que essa relação, ou negociação, tem na produção noticiosa e nos conteúdos informativos. Este enquadramento parece-nos fundamental para fazer a ponte entre a teorização em torno do risco e a nossa análise do tratamento que a imprensa faz do mesmo, tarefa que ocupará a segunda parte deste trabalho. Tal enquadramento poderá ajudar-nos a melhor interpretar determinadas opções e práticas discursivas dos media, que também serão estudadas à luz do “jornalismo de proximidade”, teorizado por Carlos Camponez enquanto factor de adaptação dos conteúdos a determinado público. É, essencialmente, no produto final, influenciado pelos critérios de noticiabilidade, que se centrará a derradeira parte deste capítulo, com uma abordagem à crítica que José Cavalheiro e outros membros da extinta Comissão Científica Independente (CCI), criada pelo Governo no âmbito do processo de co-incineração, fizeram ao tratamento do tema por parte da imprensa nacional e regional.

O que nos propomos fazer, na segunda parte do presente trabalho, é, recorrendo à análise de conteúdo como metodologia, analisar a presença do risco e o tratamento de que este é alvo na Imprensa, isolando como amostra do universo da Comunicação Social dois jornais diários nacionais: o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias. A primeira hipótese lançada é a de que o risco atravessa todos as áreas e secções dos jornais, na lógica de banalização abordada no primeiro capítulo deste trabalho. A segunda grande hipótese consiste em afirmar que a narrativa dos media, por norma, exagera e dramatiza o risco, privilegiando o acessório em detrimento do essencial, como

aliás defendem alguns autores explorados no capítulo sobre mediatização do risco, em que os media são bastante criticados. Para tal, realizaremos um segundo estudo empírico àqueles dois jornais diários, centrando-nos no tratamento de que foi alvo o processo da co-incineração. O estudo incluirá uma análise longitudinal, de modo a identificar os ciclos de dramatização e respectivos agentes envolvidos, isolando-se para amostra um período reconhecidamente tido como o mais polémico do processo da co-incineração.

O processo remonta a 1990 quando o Governo do PSD lançou o concurso para a central de incineração e tratamento de resíduos em Sines. O tema conheceu vários momentos, passando pela decisão, em 1995, de localizar em Estarreja uma incineradora, pelo abandono desta opção em 1997, com entrega da queima dos resíduos industriais perigosos às cimenteiras, pelo anúncio do Ministério do Ambiente da escolha de Souselas e Maceira para acolherem o processo de co-incineração e pelo recuo do Governo, em 1999, que resolveu criar uma Comissão Científica Independente com parecer vinculativo. Foi em 2000 que esta comissão deu o aval ao processo mas substituiu Maceira por Outão. Em 2002, Durão Barroso suspende o processo mas ele acabaria por ser retomado com o Governo socialista de José Sócrates. Em Fevereiro de 2006, o Executivo anunciou que o processo vai para a frente, divulgando um relatório atualizado de avaliação de impacto ambiental.

Por fim, passaremos em revista as revistas de informação, passe a redundância. A hipótese avançada é a de que este suporte de informação, por não sofrer tantos condicionalismos de tempo e espaço como a imprensa diária, trata o risco de forma mais aprofundada.

Primeira Parte: Teoria Geral do Risco

I Capítulo

Risco: conceito e caracterização geral

“Não gostamos de falar do risco: a palavra causa medo, preferimos não evocar os riscos, conhecidos ou desconhecidos, que ameaçam o corpo social. Os políticos bem gostariam de negar o risco, mas o risco é inseparável da acção, ele está presente em todo o lado no nosso quotidiano” (Bouysson, 1997) A frase de Jacques Bouysson demonstra a carga negativa que o termo *risco* comporta e da qual é, portanto, impossível isentar toda e qualquer tentativa de definição do conceito. A sua origem é incerta. Numa abordagem à etimologia da palavra, Peretti-Watel nota que “(...) os especialistas hesitam entre o espanhol *riesgo* (ou o italiano *risco*, do latim *resecum*, «o que corta») que designara, em primeiro lugar, o escolho ameaçando os navios, e depois, por extensão, todo o perigo que corriam as mercadorias em mar, e o romano *rixicare*, («se querelar»), que evocava a ideia de combate, logo de perigo.” (Peretti-Watel, 2000: 4) Ambas as definições remetem para ameaça e perigo.

“Todavia, o risco não é simplesmente sinónimo de perigo.” (Peretti-Watel, 2001: 7) A primeira etimologia associa o risco aos seguros marítimos que se desenvolveram em Itália, desde o século XIV, e também a uma vontade empreendedora: “Os armadores contam com as seguradoras para ultrapassar os perigos marítimos ao socializá-los: não os evitarão mas o modesto prémio de seguro pago por cada um salvará do desastre aqueles que deles serão vítimas.” (Peretti-Watel, 2001: 7)

Se o risco surge associado a uma vontade de controlar um determinado perigo, o autor ressalva que não se trata de um perigo qualquer: “(...) o risco inicial, o dos seguros marítimos, remete para casos fortuitos, casos de força maior (as tempestades), onde nenhuma falta é imputável.” (Peretti-Watel, 2001: 7)

A conotação fatalista do perigo é explicada por François Ewald, autor que serve de ponto de partida para a abordagem que Deborah Lupton faz às alterações que o conceito de risco vem sofrendo.

“Ewald argumenta que a noção de risco apareceu pela primeira vez na Idade Média, associada ao seguro marítimo e usada para designar os perigos que podiam comprometer uma viagem: ‘Nessa altura, o risco designava a possibilidade de um perigo objectivo, um

acto de Deus, uma força maior, uma tempestade ou outro perigo do mar que não podia ser imputado a uma conduta prejudicial'. Por isso, este conceito de risco excluía a ideia de falta e responsabilidade humanas. O risco era entendido como sendo um acontecimento natural tal como a tempestade, a cheia ou a epidemia em vez de provocado pelo homem. Assim sendo, os seres humanos pouco podiam fazer a não ser tentar calcular aproximadamente a probabilidade de tais eventos acontecerem e tomar medidas para reduzir o seu impacto.” (Lupton, 1999: 5)

As alterações ao significado e ao uso do risco surgem, segundo Deborah Lupton, associadas à emergência da modernidade, iniciada no século XVII e com maior impacto no século XX. E modernidade, por sua vez, equivale ao mundo industrializado. “A modernidade depende da noção, emergente no Iluminismo do século XVII, que a chave para o progresso humano e a ordem social é o conhecimento objectivo do mundo através da exploração científica e do pensamento racional. Assume que os universos sociais e naturais seguem leis que podem ser medidas, calculadas e consequentemente previstas.” (Lupton, 1999: 6)

“Durante o século XVIII, o conceito de risco começou a ser cientificado (...)” (Lupton, 1999: 6), com o desenvolvimento do cálculo estatístico do risco e a expansão da indústria seguradora. Segundo Beck, citado por Lupton, “Consequências que antes apenas afectavam o indivíduo tornam-se ‘riscos’, sistematicamente causados, estatisticamente descritíveis e, nesse sentido, tipos de evento ‘previsíveis’, que podem também ser sujeitos a normas supra-individuais e políticas de reconhecimento, de compensação e outras para os evitar (...)” (Beck *cit. in* Lupton, 1999: 6).

No século XIX dá-se o alargamento da noção de risco. Citando François Ewald, a autora explica que “Deixa de estar localizada exclusivamente na natureza, para estar ‘também nos seres humanos, na sua conduta, na sua liberdade, na relação entre eles, em resultado da sua associação, na sociedade.’” (Lupton, 1999: 6)

Na modernidade, desaparece, portanto, a conotação fatalista que caracterizava o risco inicial, próprio das investidas marítimas. O homem moderno, diz Reddy, eliminou a incerteza ao inventar o risco e aprendeu “(...) a transformar um cosmos radicalmente indeterminado num cosmos manejável, através do mito do cálculo (...)” (Reddy *cit. in* Lupton, 1999: 7). Contudo, na modernidade, o conceito de incerteza mantém-se, sendo usado sempre que as probabilidades de um evento acontecer não são calculáveis ou conhecidas. (Lupton, 1999: 7)

Também de acordo com a sua definição moderna, o risco tanto pode ser bom ou mau.

“A noção de risco tal como é desenvolvida nos seguros surge associada a noções de oportunidade e probabilidade de um lado e perda e dano do outro. Estes dois grupos de conceito reúnem-se no conceito de acidente, contra o qual cada um procura precaver-se: ‘O modelo geral do seguro é o jogo da sorte: um risco, um acidente surge como um número da roleta, uma carta tirada de um baralho. Com o seguro, o jogo torna-se um símbolo do mundo’ (Ewald, 1991: 199). Desta perspectiva, ‘risco’ é um conceito neutro, traduzindo a probabilidade de algo acontecer, combinada com a magnitude de perdas e ganhos associados.” (Lupton, 1999: 8)

No final do século XX, escreve Deborah Lupton, as distinções entre risco e incerteza e entre bom e mau risco tendem a desaparecer. Segundo Douglas, “(...) a palavra risco agora significa perigo; alto risco significa muito perigo (...)” (Douglas *cit. in* Lupton, 1999: 8), e o seu uso já não tem muito a ver com cálculos de probabilidade. “Risco é agora geralmente usado como referência apenas a consequências negativas e indesejáveis, não a efeitos positivos.” (Lupton, 1999: 8)

Com uma conotação maioritariamente negativa, o risco passa a ser um termo vago e até banalizado, aplicado a situações correntes e a fenómenos cuja probabilidade nem sequer é calculável. “Na linguagem quotidiana dos leigos, o risco tende a ser usado para referir-se quase exclusivamente a ameaça, azar, perigo ou dano: ‘arriscamos as nossas poupanças’ ao investir na bolsa, ou ‘colocamos o nosso casamento em risco’ ao ter um caso.” (Lupton, 1999: 8). A autora nota que o termo significa, em alguns casos, “(...) menos do que um eventual perigo ou ameaça, e mais um acontecimento infeliz ou perturbador.” (Lupton, 1999: 9) Além disso, “Risco e incerteza tendem a ser tratados como a mesma coisa do ponto de vista conceptual: por exemplo, o termo ‘risco’ é frequentemente usado para indicar um fenómeno potencialmente gerador de um dano substancial, seja ou não calculável a probabilidade desse dano acontecer.” (Lupton, 1999: 9). Em suma, aquilo que não é estimável também é risco.

Banalizado no discurso popular e com forte presença no discurso especializado, o conceito de risco passa a estar na moda nas sociedades ocidentais contemporâneas: “Um aparato de pesquisa, conhecimento (informação) e opinião especializados desenvolveram-se em torno do conceito de risco: análise de risco, avaliação de risco, comunicação de risco e gestão de risco são os principais campos de investigação e

prática, usados para avaliar e controlar o risco em áreas tão díspares como medicina e saúde pública, finanças, justiça, comércio e indústria.” (Lupton, 1999: 9)

Para comprovar o crescente uso do risco, Lupton fez a sua própria análise de um jornal popular da Austrália: o *Sydney Morning Herald*. Recorrendo a uma base de dados computadorizada compilada por aquele meio de comunicação, pesquisou a presença da palavra risco no texto principal e nos títulos de todos os artigos publicados ao longo de seis anos, entre 1992 e 1997. Um estudo que revelou uma elevada, e crescente, utilização do termo. No primeiro ano em análise, 1992, o termo risco apareceu 2356 vezes no texto principal das notícias e 89 vezes nos títulos. Valores que aumentam de ano para ano: em 1997, a palavra surgiu 3488 vezes nos artigos (um aumento de quase 50%) e em 118 títulos. (Lupton, 1999: 10). A autora conclui que “Tais resultados sugerem que o risco tornou-se definitivamente uma palavra-chave nos meios de comunicação, usada como sinónimo de outras palavras como ‘perigo’, ‘ameaça’ e ‘azar’.” (Lupton, 1999: 10)

Entre as razões apontadas para a crescente atenção dispensada quer pelos peritos, quer pelo público em geral, Lupton refere, por exemplo, as alterações verificadas na própria natureza dos riscos. E, baseando-se na teoria de Beck, explica que, no final do século XX, os riscos tornaram-se mais globalizados, menos identificáveis e mais sérios nos seus efeitos, logo mais difíceis de gerir e geradores de ansiedade. (Lupton, 1999: 10)

Num nível mais profundo de significação, prossegue a autora, “(...) é possível afirmar que a obsessão contemporânea com o conceito de risco tem origem nas mudanças inerentes à transformação das sociedades, de pré-moderna para moderna e desta para pós-moderna (...)”. (Lupton, 1999: 10) Pós-modernidade é aqui entendida como época contemporânea e refere-se a amplas mudanças socio-económicas e políticas que tiveram lugar nas sociedades ocidentais desde a Segunda Guerra Mundial. As mudanças profundas no campo social que caracterizam esta época têm sido definidas como “(...) uma modernidade mais modesta, um sinal de que a modernidade se defronta com os seus próprios limites e limitações (...)”, segundo as palavras de Smart, citado por Lupton. Ambivalência e incerteza definem a pós-modernidade, uma época de mudança constante, fragmentação cultural e de quebra das normas e tradições. As sociedades ocidentais contemporâneas, decorrentes, entre outras razões, do fim da guerra fria, da derrocada dos estados socialistas e comunistas, da difusão das tecnologias de

comunicação e das mudanças nos relacionamentos familiares, têm sido descritas como pós-tradicionais. Sociedades onde “(...) as velhas tradições têm sido postas em causa, deixando para trás um rasto de grande insegurança e incerteza.” (Lupton, 1999: 11)

Todas estas mudanças, conclui a autora, “(...) contribuem para uma maneira de compreender o indivíduo e o mundo dramaticamente diferente de eras anteriores. Para o indivíduo, as mudanças estão associadas a uma intensificação do sentimento de incerteza, complexidade, ambivalência e desordem, e a uma consciencialização crescente das ameaças inerentes à vida do dia-a-dia.” (Lupton, 1999: 12)

“O conceito de risco ganhou importância nos tempos recentes porque a dependência do futuro da sociedade no processo de tomada de decisão aumentou, dominando agora as ideias sobre o futuro.” (Lupton, 1999:12) Também por isso, risco serve de palavra-chave para muitos autores pós-modernistas. E, acrescenta a autora, a preocupação com o risco intensificou-se com um sentimento geral de inquietação e desorientação associado à ideia de fim de século e de milénio. Segundo Massumi, citado por Lupton, os indivíduos, na pós-modernidade, experimentam um nível baixo de medo constante, ou seja, uma espécie de sentimento latente que acompanha a existência do indivíduo. (Lupton, 1999: 12) E, enquanto os especialistas procuram traçar estratégias em torno do risco e minimizar a incerteza, estas acabam muitas vezes por ter o efeito contrário e aumentar a ansiedade, pela intensidade da preocupação e atenção dada ao assunto. (Lupton, 1999: 13)

No centro das preocupações do indivíduo e das instituições estão, nas sociedades ocidentais, seis grandes categorias de risco enumeradas pela autora e que podem ser resumidas da seguinte forma: ambientais (como poluição ou condições da estrada), os associados ao modo de vida (por exemplo, alimentação, consumo de droga, actividade sexual, condução ou stress), tratamento ou cuidados médicos (incluindo cirurgias, parto e tecnologias reprodutivas), interpessoais (que têm a ver, por exemplo, com a sexualidade, a interacção social, o casamento ou o amor), os riscos económicos (associados ao desemprego, ao empréstimo, ao investimento ou à falência) e os criminais (por participar ou ser vítima potencial de actividades ilegais). (Lupton, 1999: 14) A proeminência destas seis categorias, explica a autora, “(...) é indicativa da natureza do contexto sociocultural, político e económico mais alargado no qual adquirem significado.” (Lupton, 1999:14)

Como vimos, o risco viria a alargar-se a todos os domínios: “O risco tornou-se social, económico, tecnológico, ecológico, político (...)”. (Peretti-Watel, 2000: 1). O alargamento do respectivo campo de aplicação ao conjunto dos problemas sociais leva François Ewald, citado por Peretti, a falar de universalização da noção de risco, caracterizadora da modernidade. (Peretti-Watel, 2000: 10)

Entendido como um dano potencial que pode surgir de um acontecimento futuro ou de um processo já em curso, o risco atravessa todas as áreas e classes sociais. Omnipresente, global, universal e cultural são algumas das características que podemos associar ao conceito.

Omnipresente porquê? Como resume Bouysson, “O risco está presente em todo o lado na vida quotidiana (...)”. E, por consequência, “(...) tornou-se coisa banal (...)”. (Bouysson, 1997: 1) Para David Le Breton, “(...) o risco é inerente à condição humana. A vida quotidiana multiplica as ocasiões de perigo por desatenção, negligência, desconhecimento do meio ou falha alheia. A todo o momento, importa afastar-se ou desconfiar das fontes potenciais de perigos físicos.” (Le Breton, 1995: 7)

A omnipresença exerce-se, igualmente, pelo facto do risco não conhecer fronteiras geográficas (global) ou sociais (universal). Beck diz que, “(...) por detrás da diversidade dos interesses que estão em jogo, a realidade do risco não pára de ameaçar e de crescer, ela já não conhece nem diferenças, nem fronteiras sociais ou nacionais.” (Beck, 2001: 84)

No contexto, “Observamos uma tendência para a globalização que toca a produção e a reprodução, e transcende as fronteiras dos Estados-nação. Vemos, portanto, aparecerem *ameaças globais* trans-nacionais e *não* específicas a uma determinada classe, que se faz acompanhar de uma nova dinâmica política e social (...)”. (Beck, 2001: 26 e 27)

Para demonstrar o carácter global dos riscos actuais, Beck destaca que o risco pode afectar um país alheio à sua produção. E cita, exemplificando, o caso dos países que possuem mais florestas e não têm quase indústrias poluentes, como a Noruega e a Suécia, mas que sofrem os efeitos nefastos da poluição de outros estados hiper-industrializados, com desaparecimento das suas florestas e extinção de espécies. (Beck, 2001: 39) Em suma, a exposição ao risco já não se limita ao seu local de aparição.

À semelhança de Beck, Anthony Giddens caracteriza as sociedades actuais pelo “(...) surgimento de novos riscos, «riscos globais», irreversíveis, não seguráveis, imprevisíveis e, sobretudo, produzidos pelo próprio homem (...)”. E, aos olhos de Giddens, uma coisa são os “riscos manufacturados”, precisamente os produzidos pelo homem, muitas vezes de grande amplitude e incerteza, e outra são os “riscos externos”, os pré-modernos, naturais, limitados e previsíveis. Os primeiros, conclui, prevalecem sobre os segundos, em termos de preocupação social. (Peretti-Watel, 2001: 41)

A dificuldade inerente aos riscos actuais também preocupa Beck: “O carácter supranacional dos riscos ligados à modernidade torna-os pouco maneáveis, e o seu modo de difusão é à medida desta característica. Eles são invisíveis, o que os subtrai ao campo de decisão, pelo menos para o consumidor.” (Beck, 2001: 73 e 74) Omnipresente mas invisível, concorda Bouysson: “O risco está incorporado no quotidiano, já não o vemos (...)” (Bouysson, 1997: 25) Mais à frente retomaremos as questões da visibilidade e da previsibilidade do risco.

Sobre o cariz universal do risco, em particular, Beck escreve que “A expansão dos riscos ligados à modernização – ameaças que pesam sobre a natureza, a saúde, a alimentação, etc. – são acompanhadas de uma relativização das diferenças e barreiras sociais.” (Beck, 2001: 65 e 66) Antes, o autor explica que “(...) mais cedo ou mais tarde, os riscos ligados à modernização tocam também aqueles que os produzem ou que deles beneficiam. Eles encerram em si um *efeito boomerang* que extravasa o esquema da sociedade de classes. Nem os ricos e os poderosos são preservados.” (Beck, 2001: 41) Por outras palavras, “(...) os novos riscos contemporâneos são, de certa maneira, igualitários”. (Beck, 2001: 41)

Quarto adjectivo: “O risco é, antes de mais, cultural porque a percepção que temos dele é culturalmente definida.” (Peretti-Watel, 2000: 8) São, portanto, os valores culturais que ditam a nossa percepção do risco e o modo como os hierarquizamos. Peretti-Watel cita a abordagem etnológica feita por Mary Douglas, que será explicada mais à frente neste trabalho: “Ao escolher um modo de vida, escolhemos igualmente correr certos riscos. Cada forma de vida social tem o seu próprio portfólio de riscos. Partilhar os mesmos valores é também partilhar as mesmas crenças, e inversamente as mesmas certezas.” (Peretti-Watel, 2000: 7)

Se para Douglas, e Peretti-Watel, a percepção que temos do risco é culturalmente definida, Le Breton escreve que “O risco é uma noção socialmente construída, eminentemente variável de um lugar e de um tempo para outro”. Ou seja, não é estável. Bouysson partilha da ideia de que o risco varia no tempo e sofre distorções, concluindo que “A opacidade do risco é algo de ameaçador, de perigoso (...)” (Bouysson, 1997: 15)

Também na perspectiva de Roy Boyne, “Os riscos que nos afectam surgem da nossa cultura, do nosso conhecimento, crenças e interacções.” (Boyne, 2003: 106) O autor chama a atenção para “(...) um número infinito de riscos potenciais. Nenhum deles se torna consequencial até ser identificado em termos da sua possível probabilidade e a esperada magnitude das suas consequências.” E a atitude perante o risco obedece a critérios culturais. “Uma vez identificado um determinado risco, ele pode ser calculado ou estimado. Se nós sabemos que existem riscos e não os calculamos ou estimamos, a explicação para isso reside no contexto cultural.” (Boyne, 2003: 106)

É chegado o momento de abordar a questão da visibilidade do risco, e a respectiva previsibilidade, características que serão mais exploradas nos capítulos seguintes, nos contextos da sociedade e da comunicação do risco.

Beck alerta que “Um grande número de riscos surgidos recentemente (contaminação nuclear ou química, presença de substâncias poluentes na alimentação, doenças ligadas à civilização) subtrai-se totalmente à percepção humana imediata.” (Beck, 2001: 49) Ou seja, “Os riscos que estão actualmente no centro das preocupações são, cada vez mais frequentemente, riscos que nem são visíveis, nem tangíveis para as pessoas que lhes estão expostas (...)”, e que, para se tornarem visíveis ou interpretáveis como tal, exigem recurso à ciência: teorias, experiências e instrumentos de medida. (Beck, 2001: 49)

O carácter não perceptível dos riscos é, na opinião de Beck, uma das causas da sua multiplicação. Apoiando-se na teoria daquele autor, Peretti-Watel escreve que “(...) a invisibilidade dos novos riscos parece bem ser o factor determinante da sua proliferação, numa sociedade que valoriza o êxito material, logo uma «cultura do visível».” (Peretti-Watel, 2001: 17)

Associada à visibilidade do risco está a capacidade de prever os seus efeitos. Contudo, há que ter em conta que existe sempre alguma imprevisibilidade, mesmo que limitada às suas consequências, como veremos adiante.

Ao destacar a prevalência da componente futura dos riscos, Beck diz que estão forçosamente ligados à previsão e considera-os, simultaneamente, reais e irreais. “De um lado, existem ameaças e danos que são já bem reais (...)”, constata, exemplificando com a poluição das águas, o desaparecimento das florestas e a existência de novas doenças. “Por outro, a verdadeira força social do argumento do risco reside justamente nos *perigos* que projectamos no futuro.” (Beck, 2001: 60 e 61)

Peretti-Watel ressalva que, “Para que o risco possa «existir» sem ser real, há que admitir que ele não se reduz a factos, a elementos materiais: o risco é também uma ideia, uma construção de espírito.” (Peretti-Watel, 2000: 2)

Se Beck e Peretti-Watel remetem para a dimensão irreal do risco, Bouysson destaca a importância do seu imaginário. “O risco é algo mal aceite, por vezes angustiante: estamos inquietos, sensibilizados, as reacções são passionais, não são razoáveis. O imaginário desempenha um grande papel no risco, ele conduz frequentemente a erros de avaliação, ou de gestão.” (Bouysson, 1997: 23)

Ao enumerar os fundamentos de uma teoria do risco, Bouysson coloca a questão no conhecido versus desconhecido. “(...) um risco é algo perigoso; um risco conhecido pode ter consequências desconhecidas a 10, 20 anos, podem surgir desvios, derrapagens ‘imprevisíveis’. E o risco não conhecido, não descrito, não ‘conhecível’ é um perigo ainda maior, pois não sabemos o que pode acontecer, que *ameaças* ele representa para o corpo social, ou a ordem social (...): não devemos subestimar os riscos desconhecidos.” (Bouysson, 1997: 11 e 12)

O autor distingue, posteriormente, com mais clareza os tipos de risco: risco conhecido cujas consequências são imprevisíveis; risco não descrito, que ainda não se concretizou, mas que se encaixa numa categoria de riscos conhecidos; e o risco de que não temos ainda qualquer ideia (não conhecível). (Bouysson, 1997: 31)

Como veremos no capítulo seguinte, a grande variedade e proliferação dos riscos percebe-se, desde logo, pela grande diversidade de áreas que se dedicam a estudá-los, teórica ou empiricamente.

II Capítulo

Abordagem aos estudos do risco

Se algo de consensual se pode afirmar sobre o estudo do risco é que ele é muito eclético. Abordado sobre o ponto de vista de variadas áreas, o risco tem sido analisado de diferentes perspectivas ao longo das últimas décadas, o que tem, inclusive, resultado no surgimento de organismos nacionais e internacionais e também de jornais científicos especializados no seu estudo.

“Um sinal de que o campo dos estudos do risco amadureceu ao longo das duas últimas décadas é o surgimento de paradigmas distintos, modelos e organizações conceptuais que fornecem coerência a um campo que abunda em estudos científicos, análises de caso e conclusões empíricas. (...) Outros indicadores do amadurecimento do saber do risco são a emergência de sociedades profissionais, jornais especializados e programas académicos de estudo.” (Krimsky e Golding, 1992: xiii)

A *Society for Risk Analysis* (SRA) é um exemplo concreto de uma instituição que mundialmente reúne estudiosos da matéria do risco.

Fundada em 1980, a SRA tem como objectivos principais promover o conhecimento e entendimento das técnicas da análise do risco e as suas aplicações, promover a comunicação e a interacção entre aqueles envolvidos na análise do risco e promover a disseminação das informações e conceitos da análise do risco e o avanço dos estudos em todos os aspectos da análise do risco. (Krimsky e Golding, 1992: 35)

O crescimento progressivo da SRA reflectiu-se na criação de duas secções filiadas, uma no Japão e outra na Europa em 1990. Tal como as congéneres, a delegação europeia da *Society for Risk Analysis* (SRA – Europe) organiza desde a sua criação uma conferência anual. Em 2001, o português José Palma foi eleito presidente na 11ª Conferência Anual que se realizou em Lisboa sob o tema “Novas fronteiras do risco para a nova Europa”. (Brueggemann, 2002: 103)

Desde as reuniões preliminares à formação da sociedade que o comité informal, que compreendia cerca de vinte figuras líderes no campo dos estudos do risco, percebeu a necessidade da criação de um jornal que encorajasse a comunicação e a troca interdisciplinar. (Krimsky e Golding, 1992: 34)

“A análise do risco precisava de desenvolver uma imagem mais respeitável, e um novo jornal parecia ser o veículo perfeito para tal esforço. (...) O provável sucesso de um jornal seria aumentado pela formação de uma sociedade paralela que encorajasse uma identidade profissional, promovesse respeitabilidade, fornecesse um fórum para a troca de ideias e encorajasse a apresentação de manuscritos de qualidade para publicação.” (Krimsky e Golding, 1992: 35)

O *Risk Analysis* tornou-se então no jornal oficial da *Society for Risk Analysis*, contendo o título da publicação as noções de gestão e avaliação de risco no mais incluso termo “Análise do Risco”. (Krimsky e Golding, 1992: 35)

Grande referência dos estudiosos do risco, a *Society for Risk Analysis* é apenas uma de entre uma vastidão de instituições que têm crescido para servir as necessidades deste diverso e expansível campo. (Krimsky e Golding, 1992: 39)

Pode dizer-se que o risco está na moda. O risco tornou-se social, económico, tecnológico, ecológico, político. Tem até um vocabulário próprio. O risco tem os seus profissionais e as suas revistas em todas as disciplinas e, principalmente, nas ciências sociais. (Peretti-Watel, 2000: 8)

Em poucas dezenas de anos, o risco transformou-se numa referência maior de vários domínios: epidemiologia, saúde pública, tecnologia, ambiente, trabalho, lazer. A todo o instante, a sociedade negoceia a sua relação com o risco e a segurança através de acções políticas, legislativas, sociais, associativas, caritativas e pessoais. (Le Breton, 1995: 24)

Uma das tarefas propostas actualmente à comunidade de estudiosos do risco é mesmo a de congregar integradamente as visões próprias das abordagens das ciências naturais, técnicas e sociais ao risco. (Renn, 1998: 49) “Cada abordagem teórica dá um contributo para o nosso entendimento (...) mas nenhuma sozinha dá uma explicação completa.” (Krimsky e Golding, 1992: 24)

Longe de ser uma tarefa simples, esta intenção debate-se com o facto da análise do risco ser estudada por muitos investigadores de várias áreas, o que implica a utilização de muitas metodologias e pouco consenso nas bases teóricas. (Boholm, 1998: 153) A análise do risco incorpora uma abundância de perspectivas teóricas e técnicas metodológicas. (Krimsky e Golding, 1992: 25)

Peter Taylor-Gooby salienta que quem aborda o tópico do risco em trabalhos académicos se depara com duas percepções. A primeira é que este é um campo de enorme actividade com muitas áreas de estudo, a segunda é que é difícil identificar temas comuns na massa dos trabalhos. Ao contrário do que a tarefa proposta por Ortwin Renn parece sugerir, é difícil identificar um avanço conceptual ou teórico geral que sirva para ligar os variados campos da pesquisa do risco. Pode ser errado esperar que surja um. (Taylor-Gooby, 2002: 109) Dominic Golding aborda as várias perspectivas teóricas como sendo condicionais: “(...) nenhuma é necessariamente melhor que outra, e cada uma tem alguma coisa que contribua para o nosso entendimento do risco.” (Krimsky e Golding, 1992: 24 e 25)

O surgimento e a etimologia do termo risco não geram consenso entre os investigadores. As referências mais remotas recuam às eras Grega e Romana para lhe encontrar as raízes (Krimsky e Golding, 1992; Lupton, 1999; Peretti-Wattel, 2000, p. ex.), mas a emergência do conceito de risco é ligada às viagens marítimas do século XIV e seguintes, quando os étimos espanhol e italiano ‘riesgo’ e ‘risco’ alargaram a seu significado da referência aos baixios ameaçadores para os navios, a todos os perigos incorridos pelas mercadorias no mar. (Peretti-Wattel, 2000: 10)

Referindo os estudos do sociólogo francês François Ewald, é possível argumentar que a noção de risco apareceu primeiro na Idade Média, relacionada com os seguros marítimos e usada para designar os perigos que pudessem comprometer uma viagem. (Lupton, 1999: 5) Em alusão ao mesmo autor, Peretti-Wattel localiza o aparecimento da palavra risco no século XIV e nos seguros marítimos que se desenvolviam na altura em Itália. A noção de risco alargou-se depois ao tratamento jurídico dos acidentes de trabalho no século XIX, antes de se dispersar por todos os domínios mais recentemente. (Peretti-Wattel, 2000: 7)

Posto ao lado de Mary Douglas, Ulrich Beck e Anthony Giddens como sociólogo que estuda a construção social do risco em “geral”, François Ewald concebe a história da noção de risco como estreitamente associada ao desenvolvimento de sistemas de

seguros, que segundo ele visam justamente a socialização dos riscos. Enquanto Douglas sublinha a variedade cultural das definições do risco e das atitudes a seu respeito, Beck, Giddens e Ewald inscrevem preferencialmente o risco no centro de uma reflexão sobre a especificidade das sociedades contemporâneas. *Risk societies* para Beck e Giddens, *sociétés assurantielles* segundo François Ewald. (Peretti-Watel, 2000: 8 e 10) “Contrariamente a outros ramos da sociologia, o estudo do risco não se apoia sobre um *corpus* de descobertas centenárias (...)”. (Peretti-Watel, 2000: 11)

A verdade é que mesmo se as suas raízes possam remontar às eras Grega e Romana, a análise formal do risco é uma actividade relativamente recente. (Krimsky e Golding, 1992: 25)

“Legislação no princípio da década de 1970 (...) elevou o papel da avaliação do risco formal no processo regulador e conduziu à profissionalização da análise do risco na indústria, tendo esse processo regulador emprestado legitimidade a este campo como actividade académica.” (Krimsky e Golding, 1992: 25)

A análise de Sheldon Krimsky e Dominic Golding está ligada ao panorama dos estudos realizados nos Estados Unidos da América, mas para entendermos a génese dos estudos do risco tem-se que voltar a recuar no tempo.

No presente, temos uma série de abordagens teóricas diferentes que tendem a predominar na pesquisa a vários níveis. Ao nível individual, as teorias psicológicas e racionais são mais significativas. Ao nível da família e outros grupos sociais, são as teorias sócio-culturais, importantes na sociologia e antropologia social, que enfatizam a influência da pertença de grupo e outros significados de partilha associados. (Taylor-Gooby, 2002: 110)

Na análise que fez às pesquisas do risco durante três décadas, Ortwin Renn salienta o desenvolvimento de métodos e procedimentos focados na análise e gestão do risco. Procurando integrar as tarefas de avaliação e percepção do risco, o trabalho deste autor visa descobrir as forças e fraquezas de cada uma destas abordagens destacando as contribuições potenciais quer das ciências técnicas, quer das ciências sociais.

Centrada no julgamento das probabilidades estatísticas de um efeito adverso sobre um objecto ou actividade, a análise técnica do risco representa um enquadramento demasiado estreito que não deve ser o critério único para a identificação, avaliação e

gestão do risco. No entanto, o risco também não pode ser confinado apenas às percepções e construções sociais. Por muito que a análise técnica seja necessária, isso não questiona a necessidade de estudos das ciências sociais sobre o risco. (Renn, 1998: 55)

Visando uma efectiva e eficaz acção de gestão do risco nas sociedades modernas, Ortwin Renn salienta que o comportamento de risco dos indivíduos e grupos envolve naturalmente as ciências sociais e culturais nessa tarefa, ao mesmo tempo que acrescenta que muitos acham que o desenvolvimento de políticas de gestão do risco devam ser baseadas somente em critérios técnicos e económicos. (Renn, 1998: 65)

Estas diferentes abordagens entendem o risco e a resposta ao risco num enquadramento conceptual diferente, tendendo a operar como sistemas estanques. (Taylor-Gooby, 2002: 111) Prova disso é que não há para nenhuma das duas abordagens, técnica ou social, uma definição do termo risco comumente aceite. (Renn, 1998)

No discurso e enquadramento teórico proposto por estes dois últimos autores, Ortwin Renn e Peter Taylor-Gooby, surge a noção de contexto como decisiva e crucialmente influenciadora da maneira como as pessoas apreendem as coisas. A convicção expressa por estes autores de que o contexto importa é um ponto fulcral na investigação sobre a natureza cultural do risco proposta por Åsa Boholm.

A abordagem deste autor tenta ir além da visão antropológica de base que diz que o que é considerado como risco depende inteiramente de assunções e cenários culturais. A cultura é vislumbrada de uma perspectiva de teoria cognitiva e, por esse motivo, é percebida como esquema partilhado que define categorias, relações e contextos, tornando possível processar significados e informação ordenada. O professor sueco afirma que se se quer passar do mero apercebimento de uma miríade de diversas percepções de risco, é necessário problematizar a natureza simplisticamente assumida da natureza cultural do risco. (Boholm, 2003: 159)

Tendo que existir sem ser muitas vezes materialmente real, o risco é também uma ideia, uma construção do espírito. De uma perspectiva etnológica, cada forma de vida social tem o seu próprio portfólio de riscos. A cada um o seu risco, já que são os nossos valores a fornecer-nos critérios para os hierarquizar. O risco é cultural porque a percepção que dele temos é culturalmente definida. É a comunidade e os seus valores que fornecem ao indivíduo os filtros que estruturam a sua percepção dos riscos. Mas, se tudo isto é verdade, realce-se que à força de insistir nas determinantes sociais e culturais

das percepções do risco, não se pode reduzi-las a um puro produto cultural, desconectado da realidade e da experiência que os indivíduos têm. Não podemos correr o risco de criar uma desconexão entre as percepções e a experiência. (Peretti-Watel, 2000: 15 e 16)

Estas duas visões, que vão um pouco mais além das tradicionais no que diz respeito a situar a percepção do risco num plano cultural, assentam naturalmente em reflexões anteriores por parte das ciências sociais e comportamentais.

A pesquisa sobre o risco nestas áreas assenta numa base conceptual que distingue risco objectivo - fenómenos e causalidades no mundo natural que podem ter efeitos prejudiciais - de risco subjectivo, onde as crenças e opiniões das pessoas se desviam das avaliações científicas e onde a compreensão e julgamento dos riscos em termos de valores e preocupações são definidas localmente. (Boholm, 2003: 161)

Esta distinção remete-nos para a importância dos esquemas heurísticos na tomada de decisões e para a consciência de que a percepção do risco é influenciada por entendimentos qualitativos. Se a validade da heurística for tomada a sério como enquadramento teórico para entender a percepção do risco, a atenção deve ser dirigida para a forma como os vários perigos são representados socialmente, por exemplo nos media, em vez de atender à estatística avaliativa. (Boholm, 1998: 138 e 145)

A probabilidade estatística é um conceito matemático que quantifica as hipóteses de um evento ou ocorrência, e tem relevância limitada para explicar como uma pessoa pensa e age em situações onde existe um elemento de incerteza. (Boholm, 2003: 161)

Sugerindo a antropologia que a percepção do risco é determinada pela cultura, e, por isso, altamente variável, as diferenças na percepção do risco observadas em estudos transnacionais podem ser causadas pelo papel dos media noticiosos de cada país. A avaliação do risco nos media pode influenciar as atitudes e respostas do público no que diz respeito à aceitação, rejeição, modificação, tolerância ou eliminação dos riscos. (Boholm, 1998: 146)

Mas antes de avançar mais neste sentido impõe-se fazer uma sistematização no que diz respeito aos estudos sociais do risco. A construção teórica nos estudos sociais do risco divide-se entre a que dá primazia ao indivíduo e a que dá primazia aos grupos. A primeira inscreve-se na teoria psicométrica do risco e a segunda na teoria cultural.

A teoria psicométrica é também conhecida como teoria cognitiva da percepção do risco e tem como principal característica a abordagem individual ao paradigma da

percepção do risco. Esta teoria entende que o risco percebido é uma medida resultante da interação de um indivíduo com o ambiente externo mediado por uma estrutura cognitiva. Trata-se de uma teoria ahistórica e não-contextual, com muito do seu desenvolvimento centrado em estudos laboratoriais em contraste com estudos de campo ou etnográficos. A força interpretativa da teoria cognitiva tem fortes fundamentos intuitivos e fenomenológicos. (Krimsky e Golding, 1992: 18)

O paradigma psicométrico é a ferramenta mais usada no interior desta corrente teórica da percepção do risco, sendo Paul Slovic a sua figura maior. O Paradigma Psicométrico, criado pelo *Decision Research Group in Oregon* nos anos 70, interessou-se por explorar como os leigos avaliam e percebem o risco. (Boholm, 1998: 138)

Segundo a perspectiva cognitiva os riscos são pré-existent na natureza e em princípio são possíveis de ser identificados através de medidas e cálculos científicos. Usando este conhecimento os riscos podem então ser controlados. (Lupton, 1999: 18) Os factos objectivos do risco tal como eles são calculados pelos especialistas contrastam com os entendimentos subjectivos dos leigos. A perspectiva psicométrica é um dos instrumentos usados pelas ciências cognitivas na busca de medir a influência relativa de diferentes factores cognitivos que possam moldar as respostas dos leigos. “As ciências cognitivas tentam identificar as estratégias mentais ou heurísticas usadas pelos leigos para fazer julgamentos sobre o risco e que são vistas como frequentemente indutoras de grandes e persistentes preconceitos por parte dos mesmos.” (Slovic *cit. in* Lupton, 1999: 19) A perspectiva psicométrica representa o indivíduo como uma unidade processadora de informação, compreendendo informação sobre o risco e lidando com ele de determinadas formas tipicamente representáveis como influenciadas ou limitadas. (Lupton, 1999: 21) A abordagem das ciências cognitivas constrói assim os indivíduos como livres de emoções, assumindo que todos eles partilham respostas e preferências comuns. As pessoas surgem posicionadas como exteriores a influências políticas ou culturais, indiferentes a relacionamentos ou instituições nas quais constróem crenças e fundam comportamentos. Na perspectiva psicométrica o indivíduo idealmente comporta-se respondendo e considerando o risco num enquadramento de afectação puramente individual.

A teoria cultural ou, como também é chamada, paradigma contextual, tem a sua linhagem na antropologia, tanto no método como no conteúdo. Para esta corrente, o contexto social e de grupo, por oposição ao conhecimento individual, tem o papel

principal na selecção do que constitui um risco e na correspondente resposta ao risco. De acordo com esta visão, a própria escala da análise do risco é sociológica e não psicológica. Entre os teóricos culturais, a análise grelha/grupo criada por Mary Dougals tem sido o mais proeminente esquema interpretativo para ligar o contexto social e a filiação de grupo à selecção individual do risco. (Krimsky e Golding, 1992: 19 e 20)

A perspectiva sócio-cultural enfatiza os contextos culturais e sociais nos quais o risco é percebido e negociado. Deborah Lupton distingue três grupos de estudiosos nesta área: os “culturais/simbólicos”, protagonizados por Mary Douglas e todos os seus seguidores; os “teóricos da sociedade de risco”, Ulrich Beck e Anthony Giddens; e os “teóricos da governabilidade”, que fundam as suas ideias no pensamento do filósofo Michel Foucault.

Os “culturais/simbólicos” dirigem a atenção para as maneiras nas quais as noções de risco são usadas para estabelecer e manter fronteiras conceptuais entre o eu e o outro, com um interesse particular em como o corpo humano é usado simbólica e metaforicamente em discursos e práticas ao redor do risco. Os sociólogos que adoptam a perspectiva da “sociedade de risco” estão predominantemente interessados nos processos macro-sociais que eles vêem como característicos das sociedades modernas e a sua relação com os conceitos do risco. Os “teóricos da governabilidade” adoptaram os pensamentos de Foucault sobre governabilidade e auto-formação ética para explorar o risco no contexto da vigilância, disciplina e regulação das populações, e como os conceitos do risco constróem normas particulares de comportamento usadas para encorajar os indivíduos a submeterem-se voluntariamente a uma auto-regulação em resposta a essas normas. (Lupton, 1999: 25)

Segundo pontos de vista diferentes, todos estes grupos vêem o risco como tendo-se tornado num conceito central na cultura e na política. Um conceito pelo qual os indivíduos, grupos sociais e instituições estão organizados, monitorizados e regulados. O risco é visto como sendo algo que pode ser gerido através da intervenção humana, e é neste seguimento que Lupton prossegue na distinção das visões de cada um dos três grupos por si descritos.

Ao grupo dos “culturais/simbólicos” Lupton associa a denominação de “estruturalistas funcionais”: teóricos que se preocupam como as estruturas e os sistemas sociais e culturais servem para manter a ordem e o estado actual das coisas, e como lidam com o desvio ou divergência das normas ou regras sociais no que diz respeito ao comportamento. Aos “teóricos da sociedade do risco” é associada a noção de

“estruturalistas críticos”, uma noção construída na herança crítica marxista mais focalizada no conflito social e na necessidade de uma mudança social em relação ao risco. O último grupo é categorizado como “pós-estruturalistas”. Um grupo que enfatiza a importância da identificação dos discursos que participam na construção das noções da realidade, dos significados e dos entendimentos. Aos pós-estruturalistas importa-lhes a relação entre o poder e o conhecimento. As relações de poder estão sempre implicadas com o conhecimento, e nenhum conhecimento pode por isso ser considerado neutral ou desinteressado. (Lupton, 1999: 26)

Ainda dentro da perspectiva socio-cultural do risco, Deborah Lupton distingue duas outras correntes: a “Explicação Fenomológica ou Hermenêutica do Risco” e a “Perspectiva Teórica Psico-Analítica”.

A primeira está interessada nos significados localizados que se podem dar ao risco. Os teóricos desta perspectiva não estão interessados nas macro-estruturas que organizam e constroem os significados do risco, e, em vez disso, voltam atenções para como os indivíduos vivenciam o seu mundo como uma realidade interpretativa através de conhecimentos e significados partilhados do senso comum. Os fenomenologistas argumentam que os significados do risco alteram-se de local para local, ou seja, existem micro-contextos no que diz respeito aos significados do risco. Como instrumento de trabalho, estes teóricos dão particular atenção aos métodos de investigação qualitativa, onde as entrevistas de profundidade ganham particular importância. (Lupton, 1999: 27)

A perspectiva teórica psico-analítica está interessada em explorar os processos psicodinâmicos inconscientes que servem de intermediários às respostas das pessoas às outras pessoas, objectos ou eventos. No que diz respeito a ideias sobre o risco, o trabalho de Julia Kristeva e Elizabeth Grosz segue o caminho proposto por Mary Douglas e procura perceber as formas nas quais a noção de risco está ligada à do corpo e à do não-eu, aquilo que é exterior ao sujeito. (Lupton, 1999: 28)

Para além das “perspectivas sócio-culturais”, Deborah Lupton distingue ainda as “posições social construcionistas” sobre o risco, que oscilam entre uma abordagem relativista e uma abordagem realista.

A tese social construcionista fraca fala no risco como sendo baseado em factos objectivos sobre perigos e submisso ao cálculo racionalista, sendo posteriormente mediado, percebido e enfrentado de forma particular segundo processos sociais, culturais e políticos. Por oposição, e adoptando uma perspectiva mais relativista, a tese

social construcionista forte argumenta que “Nada é um risco em si mesmo; não existe risco na realidade. Mas por outro lado, qualquer coisa pode ser um risco; tudo depende como cada um analisa o perigo (...)” (Ewald *cit. in* Lupton, 1999: 28)

Segundo Lupton, os teóricos da sociedade do risco situam-se entre a abordagem realista e construcionista fraca do risco, enquanto os culturais/simbólicos se aproximam do extremo forte do construcionismo, mas não tanto como os teóricos da governabilidade que adoptam uma ainda mais forte posição relativista. Independentemente da força da posição que tomam, os social construcionistas tendem a argumentar que o risco nunca é completamente objectivo ou reconhecível fora de um sistema de crenças e posições morais: o que se mede, identifica e gere como riscos é sempre constituído através de discursos e conhecimentos pré-existentes. A perspectiva construcionista defende que todo o conhecimento sobre o risco está limitado por contextos sócio-culturais nos quais esse conhecimento é gerado, seja em relação aos conhecimentos dos cientistas e outros especialistas, seja em relação aos conhecimentos de leigos. Um risco não é por isso estático, mas sim constantemente construído como parte de uma rede de interacção social e formação de significado. (Lupton, 1999: 29)

A posição social construcionista fraca vê os riscos como mediações culturais de perigos reais, enquanto para a forte o perigo ele mesmo é também visto como socialmente construído, aparecendo na existência social quando os actores humanos a rotulam como tal. (Lupton, 1999: 30)

Sendo então a tarefa de construção de um objecto de risco um processo essencialmente retórico, Deborah Lupton conclui através do seu trabalho que “(...) raramente são os leigos que têm o papel principal na construção dos objectos de risco ao nível dos debates públicos. (...) o conhecimento especializado (...) embebido dos contextos organizacionais e muitas vezes intermediado pelos mass media, são centrais na construção e publicitação dos riscos.” (Lupton, 1999: 32)

Esta referência final de Lupton sobre quem tem uma palavra forte na criação de riscos e onde se fala no papel dos media, remete-nos para o trabalho desenvolvido por Åsa Boholm que resultou num estudo comparativo dos estudos sobre a percepção do risco durante duas décadas. Este estudo fez uma revisão a todos os trabalhos de carácter transnacional, e por isso, transcultural, efectuados de acordo com o paradigma psicométrico.

O modelo psicométrico de percepção do risco envolve dimensões como o conhecimento e como o grau de novidade ou de familiaridade. Isto significa que o próprio acto de categorizar algo como risco é determinado por valores. Por isso é que essa categorização é intrinsecamente aberta a negociação e contestação. A pesquisa transnacional oferece a todos uma lição ao demonstrar que a percepção do risco é tanto uniforme como variável. (Boholm, 2003: 162)

O impacto dos media na percepção do risco, por exemplo, é variado e complexo como concluem estudos empíricos desenvolvidos por psicólogos e investigadores cognitivos. A influência dos media na percepção que se tem do risco é muitas vezes tomada como garantida, como facto estabelecido, mas impõem-se estudos que o confirmem definitivamente. (Boholm, 1998: 148)

As interpretações do risco que prevalecem assentam em duas perspectivas incongruentes. Risco como um mundo material objectivo, ou risco como uma construção qualitativa, humana ou cultural. A evolução do estudo isolado destas perspectivas divergentes tem acentuado a emergência de distinções, sublinhando as diferenças que de facto existem. (Healy, 2004: 277 e 278)

Em termos extremos, e no que diz respeito às abordagens ao estudo da percepção do risco, estamos entre a teoria da escolha racional e a teoria cultural. Se a primeira está no plano das ciências técnicas e da perspectiva objectiva do risco, a segunda encontra-se no campo das ciências sociais e na perspectiva subjectiva do risco.

De acordo com a teoria cultural, a percepção do risco é construída culturalmente e resulta directamente da visão do mundo de cada um. (Boholm, 1998: 151) Já a teoria da escolha racional pressupõe que as pessoas tomem decisões num contexto ideal e isolado, onde cada nova informação não será perturbada por associações de conhecimento contraditórias. Contudo, as pessoas não existem num vácuo social e cultural. As decisões sobre o risco e sobre a gestão do risco são socialmente embebidas, moldadas por noções culturais. (Boholm, 2003: 161) Apesar deste último argumento, as coisas também não são assim tão simples.

A resposta pode estar então na ideia de contexto já sublinhada anteriormente, e referida na linha de pensamento de Ortwin Renn e Peter Taylor-Gooby.

O contexto é a principal contribuição da antropologia social para a pesquisa do risco. O risco é extremamente contextual: o que é ou não considerado um risco depende largamente de outras coisas. Risco é um termo relacional que emerge em contextos que dependem de entendimentos partilhados convencionalmente estabelecidos, ou seja,

cultura. Contudo, se nos centrarmos exclusivamente no relativismo, no subjectivo, no risco socialmente construído, seremos incapazes de contabilizar o que é de facto o nosso problema. A resposta poderá estar na justaposição e amalgamento das perspectivas objectivas e subjectivas do risco. Um conceito viável do risco tem que contabilizar o amalgamento da objectividade e da subjectividade. Devemos considerar o risco como um quadro cognitivo que produz contextos que ligam um objecto de risco (fonte potencial de mal), um objecto em risco (um alvo potencial do mal) e uma avaliação (implícita ou explícita) das consequências humanas. O risco é assim entendido como uma ordem relacional por onde pessoas, coisas e consequências constituem conexões. (Boholm, 2003: 174 e 175)

A emergência desta perspectiva contraria a tendência de analisar o risco apenas de um ponto de vista, necessariamente segregador ora do domínio social, ora do domínio material. Decorre, actualmente, uma tentativa de anular tal tendência, concebendo a teoria do risco como sendo uma entidade dinâmica que se manifesta então pelas relações entre os domínios material e social, em vez de algo correlacionado com um ou outro dos dois. Ao contrário do que se passava anteriormente, a ciência é entendida por dar acesso objectivo ao mundo externo, e as ciências sociais e humanas por especificarem o acesso ao mundo da mente, cultura e sociedade. (Healy, 2004: 277)

Está assim aberto o caminho a um trabalho que se precisa transdisciplinar, que concorra a objectivos comuns e forneça respostas concretas e sistematizadas a problemas actuais e complexos.

Os desafios contemporâneos – que vão da crise da BSE ao aquecimento global – são simplesmente demasiado complexos e exigentes para serem analisados pelos enquadramentos fundacionalistas. Necessitam de uma aproximação pragmática que funda as visões, ferramentas e métodos que melhor funcionem numa determinada situação. Rejeita-se assim uma soberania epistemológica em detrimento de um pluralismo epistemológico. Os complexos problemas da contemporaneidade requerem sofisticadas visões sistémicas quer na sua natureza, quer no seu carácter. Requerem também respostas sistémicas igualmente sofisticadas que integrem transversalmente domínios políticos e científicos. (Healy, 2004: 280 e 281)

Stephen Healy identifica este estado de coisas como um possível ponto de viragem no estudo do risco, recomendando coragem e visão de futuro para tomar o desafio em questão em mãos e, acima de tudo, prosseguir nas implicações que essa prática

obviamente requer. Mas nem só este autor propõe novos caminhos para os estudos do risco.

Reconhecendo a intrínseca dualidade entre as perspectivas científica e social do risco, propõe-se um novo paradigma para a análise do risco fundado numa filosofia que reconhece os processos baseados no conhecimento como fundamentais tanto para a vida – e por isso aos aspectos físicos do risco – como para o conhecimento – relativo aos aspectos sociais do risco. A proposta é explorar a possibilidade de revelação de um sistema padronizado em torno dos assuntos do risco e em torno de uma estrutura formal unificada para definir o risco. O objectivo é definir um paradigma para a análise do risco em termos de um conjunto mínimo de propriedades e qualidades que possam definir distintos estados de risco: um conjunto de categorias estáveis nas quais os assuntos do risco se movam no tempo e possam ser caracterizados cruzando espaços culturais e geográficos. (Macgill e Siu, 2004: 315)

A materialização deste paradigma pretende ser a elaboração de uma tabela inspirada na tabela periódica dos elementos químicos. Algo que ordene o mundo da análise do risco.

O objectivo é produzir uma representação útil e reconhecível do conhecimento humano dos riscos, identificando as estruturas e subestruturas fundamentais. (Macgill e Siu, 2004: 347)

III Capítulo

Da dimensão cultural à sociedade do risco

O factor cultural segundo Douglas

A percepção do risco é um processo social. O princípio está na base de todo o trabalho da antropóloga inglesa Mary Douglas, para quem o risco é definido, seleccionado e hierarquizado culturalmente. Sem questionar a existência de riscos reais, Douglas procura demonstrar por que motivo, de um vasto conjunto de ameaças, optamos por dar atenção a determinado tipo de risco e negligenciamos outros. Por que nos apoquentam mais os riscos ligados ao terrorismo do que o perigo inerente às centrais nucleares? Por que vivemos aterrorizados com a popularmente designada doença das “vacas loucas” e não nos preocupamos com uma eventual crise económica? Tudo depende da forma de organização social de que faz parte o indivíduo. Ao aceitar integrá-la, o indivíduo assume também o respectivo portfólio de riscos. A abordagem que Douglas faz do indivíduo é, por isso, sempre através do grupo e da sua cultura. Por si só, de forma isolada, não é tido em conta quando se trata de risco.

Tendo em conta que ninguém consegue ter conhecimento exacto da totalidade do perigo que enfrenta, como decidimos então que riscos assumir e quais ignorar? Por que nos precavemos contra determinados riscos e relegamos outros para segundo plano? Esta é uma das muitas questões pertinentes que servem de ponto de partida para “*Risk and Culture*”, escrito por Douglas com Aaron Wildavsky. O livro debruça-se sobre as razões por que determinadas ameaças, em particular a poluição, passam a merecer uma atenção especial. “*Risk and Culture*” centra-se, antes de mais, na preocupação das sociedades ocidentais com os riscos tecnológicos e ambientais. “A nossa resposta será a de que a selecção dos riscos dignos de preocupação depende das formas sociais escolhidas. A escolha dos riscos e a escolha de como queremos viver são tomadas em conjunto. Cada forma de vida social tem o seu próprio portfólio de riscos.” (Douglas and Wildavsky, 1982: 8). Em suma, os mesmos valores, os mesmos receios.

A importância dos nossos valores na construção social do risco é destacada por Peretti-Watel. Na sua própria interpretação da abordagem etnológica de Mary Douglas, o autor explica que, perante um indivíduo incapaz de apreender em simultâneo as múltiplas ameaças presentes no seu quotidiano, é necessário estabelecer prioridades e proceder à hierarquização dessas ameaças, que variam de uma organização social para outra. “Tal classificação não pode ser produzida mecanicamente por mero cálculo, ela pressupõe que sejam definidos critérios, e estes fazem intervir os nossos valores. São os nossos valores que nos permitem definir o *valor*, positivo ou negativo, que atribuímos a cada coisa.” (Peretti-Watel, 2000: 15) Como resume ainda o autor, “Os nossos valores fornecem-nos, portanto, os critérios para hierarquizar os riscos.” (Peretti-Watel, 2000: 15)

Este viés ou influência cultural, de que fala Douglas, é inerente à organização social: “Tomada de risco e aversão ao risco, confiança e receios partilhados, são parte de um diálogo sobre como melhor organizar as relações sociais.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 8) “Quando afirmamos, portanto, que um certo tipo de sociedade está orientada para acentuar o risco de poluição, não estamos a dizer com isso que outros tipos de sociedade são objectivas e sem desvios mas antes que estão orientadas para procurar diferentes tipos de perigo.”, ressaltam os autores. (Douglas e Wildavsky, 1982: 8)

Como então escolher que tipo de risco enfrentar? “Escolhemos os riscos no mesmo pacote em que escolhemos a nossa instituição social.”, respondem Douglas e Wildavsky, acrescentando que cada indivíduo ordena o seu próprio universo através da orientação social, uma vez incapaz de olhar para todas as direcções ao mesmo tempo. (Douglas e Wildavsky, 1982: 9)

Aderir a uma determinada forma de organização social implica não apenas dar atenção ou desvalorizar esta ou aquela ameaça, como também estar disposto a tomar, ou evitar, diversos tipos de risco. Sendo assim, “(...) alterar a selecção e a percepção do risco dependeria de alterar a própria organização social.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 9) A experiência acumulada da comunidade em que se insere o indivíduo vai não apenas determinar que riscos são dignos de atenção ou de serem tomados, como também avaliar que perdas são mais prováveis, quais serão mais prejudiciais e que danos podem ser evitados.

Na construção social do risco, e nas estimativas que fazemos da frequência de um acontecimento ou da sua gravidade, entram, além de um conjunto de valores próprios da organização social, a concepção que temos do conhecimento e nosso horizonte temporal.

“Antes de mais, a informação é filtrada segundo a sua origem. Ora, nem todos os indivíduos privilegiam as mesmas fonte, pois não partilham a mesma concepção do conhecimento e das condições legítimas da sua produção: para uns, o saber científico resulta forçosamente de um lento processo de acumulação colectiva no seio das instituições reconhecidas, enquanto que outros admitem que um indivíduo isolado pode realizar avanços significativos.” (Peretti-Watel, 2000: 17)

Também a nossa capacidade de nos projectarmos no futuro é determinante para a percepção que temos do risco. E a cada forma de organização social corresponde uma determinada estrutura de tempo, que é culturalmente definida. As possibilidades de pensar no futuro ou olhar para trás são limitadas pelas condições sociais, defendem os autores de *“Risk and Culture”*. Os mais despojados, por exemplo, têm dificuldade em projectar-se no futuro. O horizonte temporal é reduzido pelas condições precárias em que vivem. Por outro lado, “Quanto mais antiga for a história de uma comunidade, mais forte é a sua coesão e mais os seus membros se projectam no longo-prazo.” (Peretti-Watel, 2000: 17)

Em suma,

“Cada pessoa comprometida com uma determinada forma de vida social está comprometida com uma estrutura de tempo apropriada. Cada forma de vida social, se chega a persistir, cava os seus próprios canais de memória e define os seus espaços amnésicos, tão importantes como a memória, para permitir que esse tipo social perdure. Cada estrutura social bloqueia a percepção de certos perigos e destaca outros.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 87)

Do mesmo modo, “Certas instituições mantêm vivo o relato de experiências passadas, enquanto outras vetam más memórias ao esquecimento e valorizam apenas as boas.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 88)

Outra questão colocada em “*Risk and Culture*” é de que forma o indivíduo aceita e concorda com a selecção culturalmente definida. Os termos-chave no debate sobre tecnologia são, de acordo com os autores, risco e aceitabilidade. “Ao calcular a probabilidade de uma ameaça oriunda da tecnologia, concentramo-nos no risco que está fisicamente “lá fora”, na intervenção do homem no mundo natural. Ao determinar o que é aceitável, concentramo-nos na incerteza que está “cá dentro”, na cabeça do indivíduo.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 10) E passar do tal mundo exterior para o interior da mente humana exige, segundo os autores, uma ligação entre os riscos da tecnologia e a percepção que as pessoas têm deles. Sendo assim, é rejeitada quer a ideia de que os riscos se nos apresentam de forma objectiva quer a de que toda a percepção é subjectiva. Tudo isto para concluir que “Apenas uma abordagem cultural pode integrar juízos morais sobre como viver e avaliações empíricas sobre como o mundo é.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 10)

Para demonstrar que os riscos são socialmente seleccionados, os autores comparam visões mais avançadas com aquelas de povos primitivos. Como ponto de partida para uma abordagem mais profunda à selecção dos riscos, recordam que antes dos tempos modernos os perigos naturais eram usados como ameaças na tarefa de reunir consenso social. “É suposto nós modernos nos comportarmos de forma diferente, sobretudo porque a mesma ciência e tecnologia que nos torna modernos também produz os nossos riscos e porque a estatística avançada permite-nos calculá-los.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 29). Mas, antes de assumir tal diferença como certa, os autores procuram entender de que modo a teoria cultural explica a selecção dos riscos entre pessoas que não beneficiam da ciência moderna, cujo desenvolvimento permite aos homens ver a natureza de forma neutra, sem carga moral, sem superstições ou intervenção divina.

Contudo, no que toca à selecção e à prioridade entre perigos reais, os autores notam que a diferença entre os tempos modernos e as épocas passadas não será assim tão grande. “Politizavam a natureza ao inventar conexões misteriosas entre as transgressões morais e os desastres naturais, assim como através da sua selecção entre os vários perigos. Nós modernos podemos politizar bastante apenas com a nossa selecção dos riscos.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 30) E o processo de reconhecimento dos riscos que mais nos ameaçam continua a envolver juízos morais.

Para comparar o homem moderno aos povos primitivos, no que toca a politizar a natureza, os autores escolhem como ponto de partida a ideia de poluição. “Poluição, conspurcação, contágio ou impureza implica uma certa interferência lesiva nos processos naturais. Assume algo sobre normalidade por implicar uma intromissão de elementos externos, mistura ou destruição.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 36) Além disso, defendem os autores, tal é usado em dois sentidos. O primeiro é estritamente técnico, como quando falamos da poluição de um rio e a adulteração física face ao estado anterior é mensurável de forma precisa. A carga moral está ausente. O outro sentido de poluição, explicam os autores, “(...) é um estado contagioso, lesivo, causado por intervenção externa, mas misteriosa na sua origem.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 36)

“Esta ideia não técnica de poluição é particularmente útil na argumentação política porque carrega a ideia de falta moral. Habitualmente, a impureza ameaçadora é atribuída a transgressão moral de um tipo ou de outro: é apresentado como um castigo, pragas ou carências vindos para punir perjúrio, incesto, adultério, ou quebra de um ritual.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 36)

E, por vezes, o efeito maléfico é tido como caindo sobre o perpetrador ou, para o castigar ainda mais, sobre a sua mulher ou filhos. O autor de um determinado acto condenável pode ainda ser encarado como uma ameaça à comunidade. (Douglas e Wildavsky, 1982: 36) Os autores falam, por isso, de crenças e ideias sobre poluição – as expressões originais *pollution beliefs* e *pollution ideas* serão adoptadas no presente trabalho - para se referirem à poluição não técnica e misteriosa.

Geralmente, *pollution ideas* são o produto de um debate político sobre a sociedade ideal e verificamos que “(...) cada risco da poluição misteriosa é seleccionado e construído de forma a conferir uma espécie de autoridade judicial automática ao incidente ou infortúnio.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 36) Ou seja, a ideia de que se uma criança ou animais morrem, isso deve-se a uma transgressão moral, como o adultério ou a quebra de tabus ligados à alimentação. Segundo os autores, *pollution beliefs* traçam uma cadeia causal da acção ao desastre. E como funcionam essas ideias na prática? “Servem para manter certas categorias de pessoas à parte para que outras

possam estar juntas.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 37) Por outras palavras, “Ao preservar as categorias físicas, *pollution beliefs* sustentam categorias conceptuais dividindo o moral do imoral e assim mantêm a visão da boa sociedade.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 37) Coloca-se então um problema social interno sobre culpa e inocência. E a poluição não técnica acaba por funcionar como um aviso ou a imposição de limites ao potencial transgressor. E podem ser usadas como ameaças para manter a ordem social.

Segundo a abordagem de Douglas, tal como resumida por Deborah Lupton, risco “(...) pode ser entendido como a resposta cultural a uma transgressão: o resultado de quebrar um tabu, de ultrapassar determinada fronteira, de cometer um pecado.” (Lupton, 1999: 45)

Muitos receios ligados à poluição estão associados com o sexo, explicam Douglas e Wildavsky. “Ideias sobre conspurcação sexual sustentam códigos morais de castidade e fidelidade a ameaçar qualquer falta com punições automáticas.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 37) Os autores apontam o exemplo de uma mulher cuja prática de adultério enquanto o marido está na guerra pode levar a que ele seja vítima de uma lesão fatal.

A análise cultural, concluem os autores, mostra que os perigos físicos não chegam para explicar as ideias sobre poluição:

“Estes são suficientemente reais e há muitos deles. Independentemente de todos os possíveis resultados negativos, uma certa selecção dos problemas é feita particularmente sensível a um determinado conjunto de faltas morais. As contaminações funcionam, portanto, como punições construídas. Os chamados receios de poluição, que aos olhos de terceiros parecem ser mais improváveis, revelam-se afinal pressões sistemáticas para manter alguém responsável, especialmente uma esposa para com o marido ou um devoto ao seu santuário ou clérigo.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 38)

Tais *pollution beliefs* fazem, ao mesmo tempo, parte de um processo de absolvição e de um processo de culpabilização.

Mais importante do que a crença, referem os autores, é a plausibilidade. E “Plausibilidade depende de um número suficiente de pessoas querendo acreditar numa

teoria, o que, por sua vez, depende de um número suficiente de pessoas comprometidas com seja qual for o princípio moral que ela protege.” Além disso, “(...) o facto da crença numa ameaça ser uma forma indirecta de depositar a culpa na porta de alguém garante que será evocado quer se acredite ou não.” Aquelas crenças e teorias causais que “(...) ninguém quer usar podem ser facilmente desacreditadas, enquanto aquelas que são consideradas convenientes por uma categoria suficientemente extensa de pessoas terá aceitabilidade.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 39) A cólica de uma criança, exemplificam os autores, pode servir de pretexto para um marido polígamo arrancar confissões de infidelidade das duas mulheres.

Os perigos de poluição, notam depois os autores, não são perigos imaginários. E “Quanto mais os riscos são reais e graves, melhor habilitados estão para desempenhar o seu papel quase judicial num sistema de responsabilidade mútua.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 40)

Douglas e Wildavsky admitem que a crença na poluição sexual parece bastante alheia ao leitor moderno e é um caso em que a analogia entre povos primitivos e os actuais parece demasiado forçada. Por um lado, explicam, a ciência alterou a visão que temos dos organismos patogénicos, não sendo uma relação adúltera susceptível de causar mais dificuldades de parto do que uma relação legítima; assim como o peso do nosso sistema social não recai sobre o casamento e a sucessão. Para melhor explicar de que modo *pollution beliefs* estão carregadas de preocupação social dão o exemplo de um povo que, não estando mais preocupado do que os ocidentais com o adultério, temem o fim dos recursos naturais e a invasão de terceiros, e que prezam, como valores sociais, o seu modo de vida, a liberdade e a amizade. Falamos dos Hima, uma tribo pastoral do Uganda.

Segundo a teoria cultural de Douglas, o sistema de valores de cada grupo ou organização social deve contribuir para o seu bom funcionamento e assegurar a sua coesão. “Esta regulação implica que esse sistema de valores focalize os indivíduos em torno de certos riscos ou, pelo contrário, os desvie deles.” (Peretti-Watel, 2000: 16) Este é precisamente o caso dos Hima, guardadores de rebanhos cuja organização social centra o indivíduo no risco de contaminação dos animais por parte das mulheres, que acaba por servir como instrumento de regulação interna. Douglas parte de um estudo de

Yitzchak Elam sobre o papel social e sexual das mulheres naquela tribo, publicado em 1978. Se a subsistência dos Hima depende quase exclusivamente dos seus rebanhos, a organização social assenta no papel das mulheres. Praticamente libertas de trabalho, as mulheres são proibidas de se aproximar dos animais e cada marido partilha a mulher com outros homens, entre os quais o pai e os irmãos, para que estes trabalhem com ele. “A primeira das suas *pollution beliefs* é a de que a contaminação pelo contacto com as mulheres faz com que o gado adoeça e morra. Esta crença implica grandes consequências na sua economia, pois acaba por libertar as mulheres do trabalho.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 40) Quanto à partilha da esposa entre diferentes homens, Peretti-Watel escreve que “As mulheres constituem uma moeda de troca que permite o regular das solidariedades no interior da comunidade.” (Peretti-Watel, 2000: 16) Para este autor, a teoria cultural de Douglas acaba por dar sentido às avaliações exageradas do risco e vai para além da irracionalidade aparente dos indivíduos. Tal como refere Calvez,

“Este relativismo cultural volta a pôr em causa a ideia de que a tomada de risco resulta de falta de informação, de uma irresponsabilidade dos indivíduos ou de uma falha do sistema social. Ele permite identificar os viés que, em função do estado de conhecimento em vigor numa sociedade ou num agrupamento parcial, organizam e limitam as atitudes face às incertezas”. (Calvez *cit. in* Peretti-Watel, 2000: 16)

Relatada a vivência dos Hima, Douglas faz uma analogia com os ambientalistas:

“Toda a ordem natural é como uma heráldica de armas em mão para a guerra de ideias políticas. No caso dos Hima, foram seleccionadas e controladas pelos reaccionários. No nosso caso, proteger a ordem natural não é monopólio social dos radicais, mas constatamos que os críticos da nossa sociedade estão a usar a natureza à moda antiga: contaminações no mundo físico ou carcinogénios químicos no corpo são directamente associados a formas imorais de poder político e económico. Não é apenas o ambiente natural que está poluído.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 47)

À luz da teoria sobre poluição, só analisando o contexto político será possível explicar por que o movimento ecológico surge agora em força (à época da publicação de “*Risk and Culture*”) e não antes, notam os autores, para quem “*Pollutions ideas* são um instrumento de controlo. Quando a estrutura central é forte, ela detém o monopólio de

explicar a ordem natural. As suas explicações de infortúnio faz os excluídos sociais carregar o estigma da imoralidade e da doença.” (Douglas e Wildavsky, 1982: 47)

A inversão da figura de bode expiatório

Tal como durante a epidemia de peste que assolou Londres na Idade Média, em que o perigo de contágio era, para a burguesia, um pretexto para isolar e controlar os mais pobres, Peretti-Watel nota que, actualmente, são a delinquência e o vírus da sida que suscitam a exigência para reposição da ordem, reforço das instituições repressivas e das penas ou despistagem obrigatória. Segundo este autor, “(...) o discurso da Frente Nacional ilustra de forma caricatural esta politização de certos riscos.” (Peretti-Watel, 2000: 18) É recuperada a

“(...) antiga figura de bode expiatório, designação das vítimas simbólicas acusadas de colocar em risco a comunidade. A noção de risco entrou, pois, na política, beneficiando de uma aura de cientificidade e passível de se apoiar em números. Ela é também utilizada para legitimar políticas públicas, tal como para as denegrir, denunciar a sua fragilidade ou a sua dureza, justificar um controlo acrescido sobre os indivíduos ou, pelo contrário, denunciá-lo, defender ou atacar um sistema social.” (Peretti-Watel, 2000: 18).

Uma fonte política inesgotável, considera o autor, dada a tendência natural de proliferação do risco, sobretudo em matéria de poluição e ambiente. Recuperemos, a propósito, a ideia de Douglas, usada na analogia com os Hima, de que a natureza dá ao Homem as armas de guerra ideológica. Peretti-Watel, prosseguindo na sua abordagem à teoria de Douglas, explica que

“Nos anos setenta, o aumento das preocupações ecológicas face aos riscos induzidos por determinadas actividades industriais não era independente da crise económica e do facto de um certo modelo de sociedade voltar a ser posto em causa. Além das indústrias poluentes, é todo um sistema social, produtivista e capitalista, e os valores que o legitimam, como a subordinação de todos os interesses ao interesse económico, que os ecologistas denunciam.” (Peretti-Watel, 2000: 18)

Os riscos ecológicos servem, aliás, para Peretti-Watel ilustrar a inversão da figura de bode expiatório de que fala Douglas, segundo a qual o dedo deixa de ser

apontado ao indivíduo, passando este a ser vítima de uma falta da comunidade. Uma inversão promovida pelo individualismo contemporâneo. “Outrora, repreendíamos um indivíduo por ter quebrado um tabu, cometido um pecado e, deste modo, ter colocado em perigo toda a comunidade: a retórica do pecado e do tabu culpava à partida um indivíduo para proteger o grupo”. (Peretti-Watel, 2000: 18). Actualmente, contrapõe o mesmo autor, “(...) a retórica do risco coloca frequentemente em cena um indivíduo ameaçado pela comunidade ou por um conjunto de agressores anónimos, e visa antes de mais proteger o primeiro contra o segundo.” (Peretti-Watel, 2000: 18) Ora, os riscos ligados ao ambiente confrontam precisamente o indivíduo com ameaças produzidas pela sociedade no seu todo. Isto não significa que não existem casos em que o risco sirva, pelo contrário, para proteger a comunidade contra o indivíduo.

Deborah Lupton explica, a seu turno, o seguinte:

“A diferença entre perigo no contexto do tabu tal como usado nas sociedades pré-modernas e risco enquanto conceito central de perigo nas sociedades modernas é a de que tabu é associado a uma retórica e retribuição de acusação contra um indivíduo específico. Assim sendo, é uma forma de manter uma comunidade unida ao assegurar que as normas e fronteiras são preservadas. Em contraste, o conceito de risco, como parte de uma comunidade mais individualista, é invocado para proteger os indivíduos contra outros (...)”. (Lupton, 1999: 47)

A conclusão de Douglas é a de que “O diálogo sobre risco desempenha um papel equivalente ao tabu ou pecado, mas o pendor é para a direcção oposta, longe de proteger a comunidade e a favor de proteger o indivíduo (...)” (Douglas *cit. in* Lupton, 1999: 47). Em suma, quem está em risco desempenha agora o papel de vítima.

Analisando a substituição de perigo pelo conceito de risco, e a proeminência do segundo na história ocidental, Douglas considera que a preocupação contemporânea face ao risco é um produto da globalização (termo chave na teoria de Beck que analisaremos mais à frente), “(...) que resultou num novo nível de discurso inter-comunidade e num sentimento de vulnerabilidade por fazer parte de um sistema mundial.” (Lupton, 1999: 48) Novos tipos de protecção são exigidos face a essa globalização.

Esta nova preocupação com o risco é, segundo Douglas, parte de uma resposta pública contra as grandes corporações. Mais uma vez, a ideia de que, na hora de atribuir culpas, o alvo são as grandes organizações e não tanto o indivíduo isolado.

“*Grid and group*”: bases para uma análise cultural

Outro contributo de Douglas para compreender a forma como percebemos e respondemos ao risco de acordo com a nossa posição social e o nosso sistema de valores é o modelo de “*grid/group*”, duas dimensões de análise cultural. Tal como explica a autora, *group*, ou grupo, “(...) equivale ao limite externo, ou fronteira, que as pessoas ergueram entre eles próprios e o resto do mundo.” (Douglas and Wildavsky, 1982:138). A primeira dimensão de análise cultural tem, portanto, a ver com a forma como o grupo se define em relação aos outros e se diferencia do resto da sociedade. *Grid* (grelha ou rede) significa “(...) todas as outras distinções sociais e delegações de autoridade que elas usam para limitar o modo como as pessoas se comportam entre elas.” (Douglas and Wildavsky, 1982: 138) Esta segunda dimensão é entendida como hierarquia interna e corresponde ao modo como são reguladas as relações entre membros de um mesmo grupo. Do cruzamento destas duas dimensões de análise surgem quatro pólos culturais, que correspondem a quatro tipos de organização e de abordagem face ao risco: os hierarquistas, os individualistas, os sectários e os excluídos.

Douglas começou por definir dois tipos ideais de organização social no que respeita à sua principal abordagem do risco. “A primeira é aquela em que assumem um forte compromisso de fortalecer e manter os laços internos. Para este fim, estabelecem separações nitidamente definidas dentro de uma hierarquia e fecham a comunidade face ao exterior.” (Lupton, 1999: 50) A responsabilidade por um determinado desastre é preferencialmente atribuída às vítimas e parentes mais próximos, ao mesmo tempo que são desenvolvidas estratégias para expiarem os seus pecados. Ou seja, este tipo de comunidade é não apenas punitiva como conciliadora. “O segundo tipo de organização social tem um forte compromisso para com o empreendedorismo individual e a competição justa, assentando por isso mais no conflito interno do que na solidariedade.” (Lupton, 1999: 50) Uma comunidade concorrencial com uma visão mais neutra dos desastres. A dicotomia é depois alargada para apresentar um modelo de quatro pólos.

Com Wildavsky, Douglas desenvolve o modelo de comportamento *grid/group*. A dimensão *group* “(...) opõe dois tipos ideais: os que tem um elevado etos de grupo e os que têm um reduzido etos de grupo.” (Lupton, 1999: 50) Quanto maior é o etos, ou mais forte o limite externo, maior é a coesão interna e a separação do exterior. Quanto menor for esse espírito de grupo, e mais fraca a fronteira, mais enfatizada é a individualidade e mais frágeis são os vínculos com os outros. Passando à dimensão *grid*, uma forte hierarquia interna pressupõe submeter os membros do grupo a um grande número de constrangimentos culturais. Inversamente, uma fraca hierarquia interna diminui esse tipo de coacção. É do cruzamento destas duas dimensões de análise cultural que resultam os quatro pólos culturais sugeridos no modelo apresentado por Douglas e Wildavsky.

Peretti-Watel sintetiza bem as características inerentes aos quatro pólos: o primeiro “(...) caracteriza-se por um forte limite externo e uma forte hierarquia interna. É o ‘centro’, o núcleo do poder. O modelo organizacional correspondente é a burocracia (...)” (Peretti-Watel, 2000: 20) E esta “(...) apoia-se numa abundância de regras formalizadas, que definem precisamente as fronteiras da organização e as modalidades de entrada/saída (forte limite externo), compartimentando esta organização em níveis hierárquicos estanques, e definem as prerrogativas de cada um dos seus níveis (forte hierarquia interna).” (Peretti-Watel, 2000: 20) Aqui, a margem de manobra individual é reduzida. Além disso, “A burocracia enterra-se em rotinas e não sabe adaptar-se às alterações do seu meio ambiente. Ela (...) subordinou os seus objectivos iniciais a um objectivo latente: a sua própria sobrevivência e o seu desenvolvimento.” (Peretti-Watel, 2000: 20)

No extremo oposto está

“(...) o tipo do empreendedor, independente e individualista, patrão moderno ou comerciante tradicional. Entre empresários não existem elos de subordinação formais ou de forte dependência (fraca hierarquia interna), e mesmo se existem por vezes corporações, a entrada na profissão é livre e as relações entre empresários são antes de mais relações de concorrência, existindo um fraco sentimento de identidade (fraco limite externo).” (Peretti-Watel, 2000: 20 e 21)

Em oposição aos burocratas e aos independentes surge outro pólo cultural: o enclave, sectário e igualitário. Falamos de “(...) organizações de pequena dimensão

situadas na periferia da sociedade. (...) Esses enclaves reagrupam militantes ou adeptos bastante motivados, todos iguais entre si (fraca hierarquia interna); elas mantêm um sentimento de identidade forte, e rejeitam o resto da sociedade (forte limite externo).” (Peretti-Watel, 2000: 21) Tal igualitarismo é típico de alguns grupos ecologistas e algumas seitas como os anabatistas amish, exemplifica o autor.

“Este tipo de organização assenta sobre a adesão voluntária dos seus membros, sendo igualmente fundamental manter a coesão do grupo. Para isso, o enclave deve manter uma dimensão reduzida, assegurar-se que os seus membros permanecem iguais entre si, afirmar incessantemente a sua diferença condenando tudo que lhe é alheio, e vigiando a sua integridade para evitar toda e qualquer «contaminação» exterior”. (Peretti-Watel, 2000: 21 e 22)

Os amish servem de exemplo uma vez que a sua organização social assenta na renúncia dos bens materiais e à prosperidade que os tornaria desiguais entre si. O enclave tem igualmente, para assegurar a sua coesão, de eleger um alvo inimigo a combater, incluindo um modelo que seja oposto ao seu. Esse alvo de ataque é, segundo explica Peretti-Watel, um dos pólos referidos anteriormente: “Ele dirige o seu ataque contra o centro, ou seja à burocracia, e ao conluio que fomenta com os empreendedores.” (Peretti-Watel, 2000: 22) Um inimigo conveniente, uma vez que o enclave, seita ou facção pode associar ao centro e à burocracia um eventual “(...) opositor interno que será então denunciado como um espião corrompido e, logo, expulso.” (Peretti-Watel, 2000: 22)

Os excluídos ou dependentes são o quarto e último pólo cultural apresentado por Douglas. Último até no sentido de que a antropóloga não dá a este grupo residual praticamente qualquer importância. Neste caso, a hierarquia interna é forte, enquanto o limite ou a fronteira com o exterior é fraca. Os excluídos têm falta de coesão interna mas abundam as limitações impostas ao seu comportamento. Ausente deste pólo está também o espírito de solidariedade e o sentimento de identidade. Peretti-Watel explica que, “Como não são organizados, a hierarquia à qual estão submetidos não pode ser interna. Em contrapartida, submetem-se à ordem imposta pelo centro, pelo pólo burocrático. São subordinados, executantes, outrora escravos, hoje desempregados ou operários especializados.” (Peretti-Watel, 2000: 22)

Quatro pólos, quatro respostas diferentes ao risco

Quatro abordagens diferentes em relação ao risco podem ser atribuídas a cada um dos quatro pólos culturais. Veremos que o hierarquista ou burocrata confia nas organizações para o proteger, é averso ao risco e não o consegue ver, e tende a procurar um bode expiatório dentro do seu grupo a quem culpar pela exposição ao perigo; o empreendedor ou individualista defende a auto-regulação do risco, prefere confiar nos indivíduos e entende que a tomada de risco, que ele próprio promove, também pode trazer benefícios; o enclave culpa quem está fora do grupo pelo risco; e o excluído considera que pouco pode fazer para o evitar e adopta uma atitude passiva.

Peretti-Watel explica que “O burocrata evita toda a tomada de risco, toda a iniciativa que viria introduzir incerteza na rotina quotidiana. De modo geral, uma estrutura burocrática ou hierárquica caracteriza-se pela sua aversão face à mudança, pela sua incapacidade de detectar o risco e de se adaptar a ele.” (Peretti-Watel, 2000: 22) Sobretudo se se trata de um risco a longo-prazo. A burocracia receia tudo o que possa perturbar o sistema social e o interesse do grupo fala mais alto do que interesse individual:

“Acaba por imputar a responsabilidade pela exposição ao risco a um dos seus elementos que lhe parece numa posição ambígua face à estrutura. Por ser levada a sacrificá-lo para bem do colectivo. Um viés moral leva assim a estabelecer uma relação de causalidade entre os perigos e a transgressão dos princípios morais que sustentam as instituições.” (Calvez *cit. in* Peretti-Watel, 2000: 23)

O individualista, ou empreendedor, não teme a mudança como o burocrata, sendo o risco acima de tudo uma oportunidade para colher benefícios ou dividendos. A incerteza, aliás, é inerente ao mercado. “Ele não se preocupa com o longo-prazo, confiando nos mecanismos de mercado para regularizar qualquer problema futuro.” (Peretti-Watel, 2000: 23) Quer o burocrata, quer o empreendedor preocupam-se pouco com os riscos de longo-prazo, mas por diferentes razões. “É o que explica a sua incapacidade de fazer face à poluição, aos riscos ambientais: face a estas ameaças, o primeiro é demasiado lento, o segundo demasiado apressado.” (Peretti-Watel, 2000: 23)

E se o burocrata receia tudo o que possa perturbar o seu sistema social, o empreendedor teme tudo o que possa perturbar o bom funcionamento no mercado. Invasão, guerra, crise política ou económica são as ameaças enumeradas pelo autor quer para um como para o outro caso.

O centro e os burocratas são ambos acusados pelo enclave de conluio e responsabilizados em conjunto pelos riscos que mais teme. O enclave é “(...) fortemente averso aos «riscos catastróficos», irreversíveis, que põem em perigo a sobrevivência da espécie humana, mesmo que se trate de ameaças a longo-prazo.” (Peretti-Watel, 2000: 23) “Esta focalização sobre os «riscos globais» sustenta uma denúncia também global, que visa todo o sistema social, exterior ao enclave. Ela permite manter a motivação dos membros, a sua coesão, em suma, resolver o problema específico da organização em forma de enclave, cuja existência assenta no voluntariado dos seus membros.” (Peretti-Watel, 2000: 23) O autor nota que determinadas organizações, próximas dos enclaves mas organizadas de forma mais hierárquica, não necessitam centrar-se nos tais riscos globais nem de resolver o mesmo problema que se coloca àquele tipo de organização. Sendo assim, para Douglas, explica o autor, “(...) os movimentos ecologistas cuja organização é hierárquica têm antes tendência para lutar contra tipos de poluição específicos, localizados.” (Peretti-Watel, 2000: 23)

Por fim, os excluídos são fatalistas no modo como encaram o risco e os respectivos membros não são capazes de se mobilizar nem de agir perante as ameaças. A atitude face ao risco é passiva em vez de activa. Preferem acreditar que tudo depende da sorte e no destino, e não da sua própria capacidade. Para Douglas, também o empreendedor subordinado à concorrência deve crer na sua sorte. Mas a forma como o pobre e o empreendedor encaram a sorte é bem diferente: “O primeiro crê *na* sorte, ou seja admite a sua impotência e se resigna aos acasos do destino. O segundo crê na *sua* sorte, ele acredita na sua boa estrela, e pensa que é preciso forçá-la (...).” (Peretti-Watel, 2000: 24). Uma atitude activa e não passiva ou resignada.

Às diferenças registadas entre os quatro pólos na sua atitude e selecção dos riscos, Peretti-Watel acrescenta, na sua interpretação do modelo de Douglas, formas distintas de apreender o conhecimento que irão condicionar o modo como cada grupo percepciona as várias ameaças. O burocrata confia unicamente nas informações

oriundas das autoridades científicas e políticas legítimas e apenas concebe o conhecimento como resultado de um processo moroso e colectivo de acumulação de saber; o sectário do enclave desconfia delas e prefere confiar nos seus próprios especialistas, acreditando, ao contrário do anterior, que o saber pode adquirir-se rapidamente; o individualista assume um meio termo, confia nas autoridades mas mantém-se atento às inovações científicas e tecnológicas; os excluídos têm dificuldade em assimilar os conhecimentos e as informações difusas, escondendo-se por detrás do senso comum. (Peretti-Watel, 2000: 23)

No estudo da percepção de um tipo de risco concreto, Douglas e Calvez desenvolveram dois aspectos do viés cultural, defendendo que “(...) a atitude de um indivíduo face à sida depende das fontes de informação que privilegia e da sua percepção sobre a sua própria vulnerabilidade física.” (Peretti-Watel, 2000: 25) Como vimos anteriormente, o hierarquista, o sectário do enclave, o individualista e o sectário têm formas diferentes de conceber o conhecimento e privilegiam diferentes fontes de informação.

Douglas recorreu, ela própria, ao modelo *grid/group* para explorar os diferentes tipos de resposta, correspondentes aos quatro tipos de organização social anteriormente analisados, face ao risco de sida na região francesa da Bretanha. A cada conceptualização do corpo humano corresponde uma determinada visão do risco. Lupton sistematiza estas diferentes categorias. No primeiro caso, o corpo é visto como totalmente permeável à infecção e incapaz de se proteger; o risco está sempre presente e é difícil de controlar, isentando de culpas aquele que é infectado. No segundo caso, o corpo é forte e imune à infecção, minimizando a preocupação com o risco e exigindo apenas o cumprimento de algumas rotinas de higiene. Segue-se a conceptualização do corpo segundo a qual existem duas camadas protectoras, a pele e a comunidade; os respectivos limites devem ser controlados para que estas camadas controlem, por sua vez, o risco de contaminação. Por último, o corpo é visto como uma máquina dotada do seu próprio invólucro protector que, se trespassado por negligência ou descuido, torna o corpo susceptível à infecção. Se o membro do grupo em causa sucumbir à infecção é porque falhou na auto-regulação. (Lupton, 1999: 52)

Definidas as diferentes conceptualizações do corpo humano, Douglas explora quatro tipos de grupos que as reflectem. “O primeiro é o núcleo da cidade ou a

comunidade central, uma estrutura hierárquica que domina a cidade e defende a sua centralidade contra quem está fora do grupo.” (Lupton, 1999: 53) Neste caso, as defesas são reforçadas perante a ameaça de epidemia e são adoptadas medidas de higiene recomendadas pelos especialistas. Aqui, o modelo correspondente é o das duas camadas protectoras (pele e comunidade) e a ameaça a contrariar vem do exterior e é atribuída a quem se desvia da ordem moral instituída, como homossexuais, prostitutas ou toxicodependentes. (Lupton, 1999: 53)

O segundo tipo de grupo são as minorias dissidentes (equivalente ao enclave) que “(...) rejeitam o conhecimento especializado da comunidade central, muitas vezes optando pela auto-ajuda ou estratégias alternativas.” (Lupton, 1999: 53) Podem incluir grupos da comunidade gay e activistas no âmbito da luta contra a sida. O modelo que adoptam é o mesmo que é adoptado pela comunidade central. Mas esta comunidade minoritária é vista como insalubre e doente, uma vez que muitos dos seus membros estão infectados. “Os membros do enclave dissidente podem, por isso, adoptar uma visão fatalista em relação ao risco de HIV.” (Lupton, 1999: 53)

Por sua vez, os individualistas (fraca hierarquia interna e fraco limite externo) querem ser livres para lutar pelos seus interesses. “Tendem a ser idiossincráticos na resposta aos conselhos sobre risco. Vêm-se a si próprios como tendo controlo das vias de infecções na medida em que o quiserem, e muitas vezes menosprezam a importância de participar em estratégias de prevenção como sejam relações de sexo mais seguras.” (Lupton, 1999: 53)

Por último, o excluído ou o fatalista. Como vimos, submete-se à ordem imposta por outros e tem uma resposta passiva, e não activa, perante o risco, neste caso de sida.

Em jeito de crítica, Lupton nota que Douglas não especifica a que modelos do corpo humano equivalem estes dois últimos grupos, “(...) mas claramente não será o do duplo invólucro de protecção, uma vez que estes grupos não pensariam em termos de pertença a uma comunidade.” (Lupton, 1999: 53)

Mas o trabalho de Douglas merece outros reparos da autora. Para Lupton,

“(...) este modelo pode ser criticado por ser demasiado estático e geral na sua categorização, não tendo em consideração a heterogeneidade dos grupos sociais. Os homossexuais, por exemplo, mesmo aqueles que são membros de grupos activistas no âmbito da sida, não rejeitam todos necessariamente a opinião dos especialistas proveniente da comunidade central e optam por soluções de auto-ajuda.” (Lupton, 1999: 53).

Aliás, a autora nota que muitos desses grupos têm reclamado precisamente mais informação e tratamento terapêutico da medicina dominante.

Alguns outros autores que passaram em revista o trabalho de Douglas notam que o modelo de *grid/group* é ele todo estático, questionando o princípio em que assenta de que as múltiplas culturas de risco podem ser analisadas usando as mesmas categorias básicas de organização social.

Consensual parece ser a ideia de que a abordagem teórica desenvolvida por Mary Douglas, como aliás vimos no capítulo anterior dedicado às abordagens, é um contributo determinante para o estudo do risco, sobretudo em contraponto às perspectivas dominantes que excluem a dimensão cultural.

A principal conclusão a retirar do trabalho de Douglas sobre a construção social do risco é, portanto, a de que este é antes de mais cultural porque a visão que o indivíduo tem dele é culturalmente definida. E, como vimos, a selecção dos riscos e respectiva hierarquização é feita segundo critérios que partem de um conjunto de valores próprios de cada comunidade e da forma como esta se projectar no futuro. Ou seja, a visão que o indivíduo tem do risco não é directa mas filtrada pelo grupo em que se insere e varia, tal como o tipo de resposta à ameaça, de acordo com a respectiva forma de organização social.

Beck e a sociedade de risco

É pouco depois do acidente nuclear de Chernobil, ocorrido em Abril de 1986, que surge na Alemanha o principal contributo de Ulrich Beck para o debate sobre a natureza do risco nas sociedades contemporâneas ocidentais. “*Risk Society: Towards a*

New Modernity?” é traduzido na língua inglesa pela primeira vez em 1992, enquanto a sua publicação em francês acontece logo após os atentados de 11 de Setembro de 2001 e de uma explosão de uma unidade química em Toulouse, renovando a oportunidade do trabalho daquele sociólogo alemão, cuja vasta obra gira em torno do desenvolvimento do individualismo moderno, da globalização e das consequências dos avanços tecnológicos. Para Beck, nas sociedades ocidentais contemporâneas, os indivíduos vivem um período de transição, da sociedade industrial para a sociedade do risco. É a dinâmica social e política desta última que analisa.

A uma lógica de repartição da riqueza, segue-se uma lógica de repartição dos riscos que proliferam fruto do próprio processo de modernização, já não sendo possível imputá-lo a causas exteriores. A sociedade confronta-se a si própria como problema e esta confrontação serve a Beck para distinguir o que chama de primeira modernização industrial e o que apelida de modernização reflexiva ou segunda modernidade, a da era contemporânea. A sociedade reflecte sobre ela mesma pondo em causa as bases sobre as quais assentava a sociedade industrial. O autor encara a sociedade pós-industrial não como a continuidade da sociedade industrial, mas a sua destruição sistemática.

Os novos riscos que surgem na segunda modernidade são globais, transnacionais e universais, fazendo-se acompanhar de uma nova dinâmica política e social. E são invisíveis, escapando à percepção humana, o que contribui para a sua proliferação. A sociedade do risco é uma sociedade mundial, em que todos estão sujeitos às ameaças. O debate público e a acção são também eles promovidos à escala global. Enquanto isso, o descrédito atinge a ciência, considerada simultaneamente insuficiente e cúmplice face à produção dos novos riscos. O que reforça a preocupação, uma vez que tomamos consciência dos riscos pelo saber científico, numa experiência de segunda mão. Mas, defende o autor, a fase de latência dos riscos está a chegar ao fim e a destruição da natureza começa a ser perceptível pelos sentidos.

O que preocupa Beck é uma ruptura no interior da modernidade que se emancipa aos contornos da sociedade industrial clássica. O indivíduo é liberto das formas sociais que são postas em causa com a modernização e, entregue a si mesmo, tem de tomar as suas próprias decisões e traçar o seu destino, num processo também ele reflexivo. Beck tanto fala de ameaças provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, como de riscos sociais, culturais e biográficos.

Modernidade reflexiva

Beck distingue a primeira modernização industrial de uma segunda modernização, a que chama de “modernização reflexiva”. Esta última caracteriza-se pelo desaparecimento das chamadas “externalidades”. Ou seja, a sociedade do risco, ao contrário das precedentes, caracteriza-se pela impossibilidade de imputar as situações de risco a causas externas; a sociedade, confrontada com ela mesma, produz ela própria os riscos e nada lhe é exterior. A natureza, transformada em segunda natureza integrada no sistema industrial, entra no debate político e social. Em suma, os riscos não vêm de fora ameaçar a sociedade, pois é ela quem os cria.

“Sempre respondemos ao sofrimento, à miséria, à violência causada por homens junto de outros homens recorrendo à categoria do «Outro» (...)”, nota o autor. (Beck, 2001:13) Mas a contaminação radioactiva e, em particular, o acidente de Chernobil, “(...) ensinou-nos que *acabou o «outro»*, *acabaram as nossas preciosas possibilidades de distanciamento. Podemos excluir a miséria, não podemos excluir os perigos da era nuclear*. É aqui que reside a sua nova força cultural e política. O seu poder é o da ameaça que derruba todas as zonas de protecção e diferenciações da idade moderna.” (Beck, 2001: 13) E, num mundo moderno desenvolvido que se esforçou para oferecer ao mundo um lugar no tecido social que depende apenas das suas próprias escolhas e desempenho, é aqui que vemos aparecer uma espécie de destino ascriptivo do perigo a que ninguém escapa. (Beck, 2001: 14)

Porque já não se trata apenas de rentabilizar a natureza ou libertar o homem dos constrangimentos tradicionais mas, como já vimos, sobretudo de resolver os problemas que são provocados pelo próprio desenvolvimento.

“O processo de modernização torna-se «reflexivo», é ele próprio objecto de reflexão e problema. As questões que recaem sobre o desenvolvimento e a introdução de tecnologias (no domínio da natureza, da sociedade e da personalidade) duplicam-se em questões de «maneio» político e científico – gestão, detecção, integração, prevenção e dissimulação – de riscos ligados a tecnologias que existem actualmente ou que prevemos introduzir, e isto no quadro e horizontes que será necessário definir especificamente.” (Beck, 2001: 37)

Beck introduz uma ruptura entre sociedades industriais e modernidade reflexiva: “A ciência torna-se cada vez mais necessária mas cada vez menos suficiente para a elaboração de uma definição socialmente estabelecida da verdade.” A ciência, como

veremos adiante, perdeu o monopólio da racionalidade e da verdade, e, apesar de o procurar manter, é ela também posta em causa.

Mais do que reflexão, trata-se por isso de uma auto-confrontação, uma autocrítica: da sociedade, do processo de modernização, da ciência e da própria estrutura social em vigor. Um dos produtos da reflexividade, como veremos adiante mais ao pormenor, é o processo de individualização, em que desaparecem as formas sociais típicas da sociedade industrial.

Lógica da repartição dos riscos domina

A hipótese avançada por Ulrich Beck é a de que, se na sociedade industrial a lógica da repartição da riqueza (também entendida como recursos, bens materiais ou de consumo) domina a lógica de repartição do risco, na sociedade do risco acontece o contrário. Já não se trata de questionar a legitimidade de uma repartição desequilibrada da riqueza socialmente produzida, mas de perguntar

“(…) de que forma os riscos e as ameaças que são sistematicamente produzidos durante o processo de modernização avançada podem ser suprimidos, diminuídos, canalizados e, no caso de terem tomado a forma de «efeitos induzidos latentes», reprimidos e evacuados de maneira a não atrapalharem o processo de modernização nem ultrapassarem os limites do «tolerável» (…)”. (Beck, 2001: 36)

Para o autor, trata-se “(…) antes de mais de resolver problemas induzidos pelo próprio desenvolvimento técnico-económico.” (Beck, 2001: 36). É por isso que o processo de modernização se tornou, como já foi dito, reflexivo. Porque ele próprio é simultaneamente objecto e sujeito dessa reflexão.

O período de transição que, segundo Beck, vivem os indivíduos nas sociedades ocidentais contemporâneas, caracteriza-se por dois tipos de conflito. O autor explica que “Não vivemos *ainda* numa sociedade de risco, mas *já não* vivemos unicamente nos conflitos de repartição das sociedades de penúria. Na medida em que essa transição está a decorrer, lidamos verdadeiramente com uma mutação social que rompe com as categorias e as formas de pensar e agir até hoje em vigor.” (Beck, 2001: 38)

Tendo em conta que os riscos não são uma invenção moderna mas já existiam na época dos descobrimentos marítimos, o autor procura depois distinguir os riscos de então com aqueles que caracterizam as sociedades actuais: eram riscos individuais e não situações globais que ameaçam a Humanidade no seu todo. (Beck, 2001: 39)

Beck toma o exemplo das florestas para reforçar a comparação. Primeiramente transformadas em campos de cultivo ou ameaçadas pelo abate desmesurado, o autor nota que agora a ameaça é bem diferente: “(...) o desaparecimento actual da floresta é um desaparecimento *global*, e é uma consequência *implícita* da industrialização – que tem consequência sociais e políticas radicalmente diferentes.” (Beck, 2001: 39) Recuperemos a imagem, apresentada por Beck e já explorada no primeiro capítulo deste trabalho, daqueles países (como a Noruega e a Suécia) que, embora possuindo as maiores florestas e praticamente sem indústrias poluentes, sofrem os efeitos da poluição. Florestas desaparecem e espécies animais extinguem-se fruto da emissão de poluentes de outros países bastante industrializados.

Outra diferença é que as ameaças, outrora perceptíveis pelo olfacto ou a visão, como um canal poluído por exemplo, escapam agora à percepção e escondem-se, por exemplo, nas substâncias nocivas presentes nos produtos alimentares ou numa central nuclear. Uma realidade que, para Beck, apresenta em si mesma outra diferença. “Antigamente, podíamos atribuir estes riscos a um *sub*-abastecimento em tecnologia de higiene. Hoje em dia, é um fenómeno de *sobre*-produção industrial que está na sua origem.” (Beck, 2000: 40)

Em suma, o que distingue os riscos de hoje dos existentes na Idade Média é não apenas o carácter global da ameaça mas também as suas causas modernas, de acordo com Beck: são riscos associados ao processo de modernização; “(...) são o *produto global* da maquinaria industrial do progresso e são sistematicamente amplificados pela procura do seu desenvolvimento.” (Beck, 2001: 40)

Para reforçar a ideia de novos riscos, tendo em conta que os riscos ligados ao desenvolvimento industrial são tão antigos quanto este, o autor nota que os riscos que estão no centro da sua obra e que têm vindo, desde à alguns anos, a inquietar a opinião pública, já não se limitam ao local onde é produzido. “As situações de exposição ao risco não estão mais acantonadas no seu local de aparição – a fábrica.” (Beck, 2001: 40) Ou seja, é a toda a Humanidade, a vida sobre a terra, que está sob ameaça. Da mesma forma, com os riscos ligados às forças de produção químicas e nucleares super-

desenvolvidas, são abolidos “(...) os princípios e as categorias segundo as quais pensávamos e agíamos até agora – espaço e tempo, trabalho e lazer, empresa e Estado-nação, e mesmo as fronteiras entre blocos militares e continentes.” (Beck, 2001: 41)

Tomando como centro da sua reflexão uma arquitectura social e dinâmica política, Beck resume a argumentação a cinco teses.

Em primeiro lugar, a ideia de que os riscos gerados no estado mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas, desde a radioactividade que escapa à percepção humana até às substâncias poluentes e tóxicas presente no ar, na água ou nos bens alimentares, diferem totalmente da riqueza:

“Eles provocam danos sistematicamente, muitas vezes *irreversíveis*, permanecem *invisíveis* na maior parte do tempo, requerem *interpretações causais*, situando-se apenas e exclusivamente no domínio do *conhecimento* (científico ou antes anticientífico) que temos deles, podem ser transformados, reduzidos ou ampliados, dramatizados ou banalizados pelo conhecimento, e prestam-se, portanto, particularmente *aos processos de definição social*. Os meios e as opções de definição do risco ocupam, do mesmo modo, posições-chave no contexto sociopolítico.” (Beck, 2001: 41)

A segunda ideia é de que da repartição e aumento dos riscos nascem situações sociais de ameaça, que recuperam parcialmente a desigualdade das situações de classe mas dão lugar a uma lógica de repartição distinta: “(...) mais tarde ou mais cedo, os riscos ligados à modernização atingem também aqueles que os produzem ou beneficiam deles.” (Beck, 2001: 41). É o efeito boomerang que abordámos já na caracterização geral do risco e que transborda o esquema da sociedade de classes: “Os ricos e os poderosos também já não são preservados.” (Beck, 2001: 41) Neste caso, não se tratam apenas de riscos sanitários. A propósito, o autor nota que o reconhecimento social dos tais riscos ligados à modernização (ameaças que pairam, por exemplo, sobre a natureza, a saúde e a alimentação) dão lugar a desvalorizações e expropriações ecológicas que entram em conflito com os interesses ligados aos benefícios e ao património que fazem progredir o processo de industrialização. (Beck, 2001: 41)

Se os riscos acabam por nivelar as classes sociais no que toca à exposição do risco, também provocam outras desigualdades:

“Ao mesmo tempo, os riscos produzem *novas desigualdades internacionais*, por um lado entre o Terceiro Mundo e os países industrializados, por outro entre países industrializados.

Tais riscos minam o edifício de competências do Estado-nação. Derivado ao carácter universal e supranacional da circulação dos poluentes, a vida de um pé de erva da floresta bávara depende em última instância da conclusão e do respeito por acordos internacionais.” (Beck, 2001: 42)

A terceira tese de Beck defende que a difusão e a comercialização dos riscos, longe de romper com a lógica de desenvolvimento capitalista, a promove até um grau bem mais elevado. “Os riscos ligados à modernização dependem do *big business* (...)” e “(...) é a sociedade industrial que, ao explorar economicamente os riscos que ela provoca, gera situações de ameaça e o potencial político da sociedade do risco.” (Beck, 2001: 42)

A quarta ideia, no contexto da distinção feita pelo autor, é de que “(...) podemos *possuir* riqueza, mas somos *atingidos* pelo riscos; é a civilização que os determina.” (Beck, 2001: 42). Reformulando a ideia, Beck explica o seguinte:

“(...) nas situações de classes ou de camadas sociais, é o ser que determina a consciência, ao passo que nas situações de ameaça é a *consciência* – ou saber - que *determina o ser*. Consequentemente, o conhecimento ganha nova importância política, razão pela qual o autor defende a necessidade de (...) analisar o potencial político da sociedade do risco no quadro de uma sociologia e de uma teoria da constituição e da difusão de um *conhecimento dos riscos*.” (Beck, 2001: 43)

Quinta e última tese: tudo passa a ser do domínio político. E neste,

“(...) como pudemos observar pela primeira vez por ocasião dos debates sobre a destruição das florestas, os riscos socialmente reconhecidos encerram uma carga explosiva singular: o que até agora *era considerado como apolítico torna-se político- a eliminação das «causas» até mesmo no interior do processo de industrialização*. Subitamente, a opinião pública e a política introduzem-se no centro da gestão de empresa – na planificação da produção, no equipamento técnico, etc.” (Beck, 2001: 43)

Para o autor, o que está verdadeiramente em causa no debate público sobre a definição dos riscos é que já não se trata apenas dos problemas sanitários induzidos pela modernização mas de “(...) *efeitos sociais, económicos e políticos induzidos por esses efeitos também eles próprios induzidos* (...)”. (Beck, 2001: 43) O autor exemplifica com

a queda dos mercados, a desvalorização do capital, o controlo político das empresas ou procedimentos judiciais. Beck fala do potencial político das catástrofes e argumenta que a prevenção e gestão dos riscos pode implicar uma reorganização do poder. A sociedade do risco, diz mesmo, não é uma sociedade revolucionária mas “(...) uma sociedade *da catástrofe*. O estado de excepção ameaça torna-se num estado normal.” (Beck, 2001: 43) Como analisaremos mais à frente em detalhe, o risco é, na óptica de Beck, um conceito político e altamente politizado.

Visibilidade do risco

Já vimos que as situações de risco ligados à civilização são invisíveis e dependem do acesso ao conhecimento. Se a riqueza, leia-se recursos, acesso à educação ou bens de consumo ou acesso à educação, é algo perceptível para o ser humano, algo que pode apreender, o mesmo já não se passa com os riscos. Beck escreve que “(...) a existência, e repartição, dos perigos e ameaças é *essencialmente mediatizada pela argumentação*.” (Beck, 2001: 48) E se aquilo que afecta a saúde e a natureza escapa muitas vezes à percepção humana, o autor nota que, mesmo quando parece acontecer o contrário, a construção social do risco obriga a recorrer à constatação objectiva dos especialistas. No conjunto dos novos riscos, que escapam à percepção humana imediata, incluem-se as contaminações nucleares, a presença de substâncias nocivas na alimentação ou doenças ligadas à civilização. Eis, de forma resumida, o tipo de riscos de que fala Beck:

“Os riscos que estão actualmente no centro das preocupações são cada vez mais frequentemente riscos que não são visíveis nem tangíveis para os que lhes estão expostos, riscos que por vezes permanecem mesmo sem ter quaisquer efeitos nas pessoas envolvidas mas os têm na sua descendência, riscos que exigem recurso aos «organismos de percepção» da ciência – *teorias, experiências, instrumentos de medida* -, *para poderem tornar-se «visíveis», interpretados enquanto risco.*” (Beck, 2001: 49)

Das situações de risco ligadas à civilização, invisíveis e dependentes do acesso ao saber, o autor destaca, em seguida, componentes teóricas e normativas. Constatar por exemplo a existência de pesticidas no leite materno não é por si só uma situação de perigo ligada à civilização. A esta constatação é necessário acrescentar uma

interpretação causal, diz Beck. Só assim surgirá “(...) como produto do modo de produção industrial, como uma consequência sistemática dos processos de modernização.” (Beck, 2001: 50) No caso dos riscos socialmente reconhecidos trata-se de relacionar directamente, segundo um modelo de causa e efeito, as instâncias e actores do processo de modernização aos fenómenos de poluição e as ameaças. Como exemplo, o autor diz que uma mulher que amamenta o seu bebé de três meses numa cidade dos arredores de Neuperlach está associada por um vínculo imediato à indústria química que produz insecticidas hortícolas, aos agricultores forçados pelas directivas comunitárias a aderir à produção em grande escala e ao consumo excessivo de fertilizantes. “Quanto a saber até que raio devemos estender a exploração das consequências, a questão permanece em aberto.”, conclui o autor. (Beck, 2001: 50)

Outra conclusão tirada do exemplo é a de que, por um lado, os riscos ligados à modernização intervêm simultaneamente de forma geograficamente determinada e de forma não especificamente universal, e por outro, tomam rumos indeterminados e imprevisíveis. (Beck, 2001: 50) No que concerne àquele tipo de riscos, explica o autor, “(...) estabelecemos relações causais associadas ao conteúdo concreto, à localização e ao tempo, e ao mesmo tempo tomamos em consideração o contexto de responsabilidade social e jurídica.” (Beck, 2001: 50)

Porque as suposições ou conjecturas causais se subtraem por definição à percepção e dependem da teoria, Beck alega que

“É sempre necessário introduzir a dimensão do pensamento, da verdade, da convicção. É também neste sentido que devemos compreender o carácter *invisível* dos riscos. A suposta causalidade permanece sempre mais ou menos incerta e transitória. No que toca a esta questão, logo que tomamos consciência no quotidiano da existência dos riscos, é de uma consciência *teórica* e, deste modo, *cientificada* que se trata.” (Beck, 2001: 50 e 51)

A par do processo de globalização da economia e os desenvolvimentos tecnológicos que promovem, a própria invisibilidade ou imperceptibilidade dos novos riscos também promove a sua proliferação, daí a necessidade de recorrer à ciência para os apreender. Essa invisibilidade dos novos riscos parece ser determinante para a sua proliferação, numa sociedade que valoriza o sucesso material e em que um bem perceptível leva vantagem sobre um risco que escapa à percepção humana. Mas é

justamente por isso que os riscos acabam por vencer. Porque a satisfação de uma necessidade material e de ultrapassar a miséria tangível acaba por justificar a ocultação ou a razão por que ignorámos os riscos que, afinal de contas, nem conseguimos ver. E quanto mais é ocultado, mais o risco prolifera por detrás da indiferença. “Este comportamento é o solo cultural e político sobre o qual *eclodem, crescem e prosperam* os riscos e as ameaças.” (Beck, 2001: 81)

Avançando na diferenciação entre sociedades de classes e sociedades de risco, Beck explica que o que está em jogo nas primeiras é a satisfação visível de necessidades materiais. “Não é necessário alguém assegurar-se da realidade da miséria.” (Beck, 2001: 81) E no seu oposto está a evidência material da riqueza ou do poder. Sendo assim, o autor diz que “(...) as certezas das sociedades de classes são as certezas de uma cultura *da visibilidade* (...)” (Beck, 2001: 81), em que a pobreza extrema contrasta com a luxúria. Pelo contrário, como vimos, na sociedade de risco não existe essa visibilidade, o risco não é tangível como a riqueza. Mas a evidência da miséria apenas dificulta ou impede a percepção dos riscos. Eles continuam a existir e os seus potenciais efeitos a constituir uma ameaça:

“Num determinado estágio da produção social, caracterizado pelo desenvolvimento da indústria química, mas também pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear, da microelectrónica e da tecnologia genética, a preponderância da lógica e dos conflitos ligados à produção industrial, e a ausência de visibilidade social da sociedade de risco em nada provam o carácter irreal desses riscos, pelo contrário: estas evoluções tornam-se elas mesmas motor da sua aparição, e elas constituem igualmente uma prova do seu futuro real.” (Beck, 2001: 82)

Estado latente à beira do fim

Aliás, o autor constata que a fase de estado latente dos riscos está a chegar ao fim, e as ameaças invisíveis tornam-se visíveis. A destruição da natureza, diz, é cada vez mais perceptível pelos sentidos, tais como a visão e o olfacto. E dá o exemplo da deterioração galopante das florestas, a poluição dos oceanos, a presença de cadáveres de animais cobertos de petróleo, a erosão de monumentos pela poluição, o *smog*, a que se juntam catástrofes, protestos e o relato do media. Para Beck, o fim do estado latente tem duas facetas: o risco e a percepção pública que temos dele: “Será que os riscos

aumentaram ou a visão que temos deles se tornou mais precisa? A questão permanece aberta. As duas facetas coincidem, se determinam e reforçam mutuamente; constituem, porque os riscos apenas o são *no domínio do saber*, não duas mas a mesma coisa.” (Beck, 2001: 100)

O autor fala por isso de uma consciência pública acrescida da existência do risco, uma maior sensibilidade perante as ameaças que a modernização representa e que diz existir sobretudo entre os jovens. À data da publicação do seu livro, Beck diz que o fenómeno, inconcebível há dez anos atrás mas hoje por si só um factor político de primeira ordem, não é fruto de um despertar universal, mas de evoluções sistemáticas: um fenómeno crescente de cientificação dos riscos, que estão a tornar-se um valor de comércio: “A insistência sobre a existência de ameaças e de riscos ligados ao progresso da civilização está longe de ser *apanágio* do discurso crítico; ela é *também* – apesar de todas as resistências e tentativas de diabolização – um *factor de crescimento económico de primeira ordem*.” (Beck, 2001: 101) O sociólogo alemão exemplifica com o crescimento dos sectores económicos associados ou o aumento dos gastos públicos na protecção do ambiente ou na luta contra doenças próprias da civilização. É o sistema industrial a tirar proveito dos exageros que produz. Segundo esta lógica, os riscos são uma fonte interminável: podem criar-se novas necessidades e novos mercados apenas ao alterar as definições que atribuímos ao risco. (Beck, 2001: 101) O autor resume o problema à seguinte fórmula: “A produção dos riscos e os seus agentes no domínio do saber – a crítica da civilização, a crítica da técnica, a crítica ecológica, a dramaturgia mediática do risco e a investigação – constituem uma forma normal de revolução das necessidades que é imanente ao sistema.” (Beck, 2001: 102)

Ciência perde monopólio

Num contexto de conflito de definições, em que se cruzam racionalidade dos especialistas e da vida quotidiana, ciências naturais e ciências humanas, Beck constata que, quando se trata de definir os riscos, a ciência perdeu deveras o monopólio da racionalidade. E defende uma interacção e equilíbrio entre as duas perspectivas, tal como Douglas e outros autores mencionados na abordagem aos estudos do risco. “Diferentes actores da modernização e os grupos expostos ao risco têm sempre

objectivos, interesses e pontos de vista concorrentes e conflituosos que são forçosamente associados aquando da definição dos riscos, visto que são apreendidos como sendo causa ou efeito, como estando na origem de um risco ou submetido a ele.” (Beck, 2001: 52 e 53)

A avaliação científica deverá ir mais além do que a racionalidade objectiva. No centro do seu trabalho, diz Beck, os investigadores científicos não podem escapar às expectativas e avaliações produzidas socialmente e portanto predeterminadas:

“(…) onde e como estabelecer o limite entre as contaminações que devemos *ainda* encarar e aquelas que já não é preciso considerar? Em que medida os critérios preestabelecidos podem ser objectivo de compromisso? Devemos por exemplo admitir a possibilidade de uma catástrofe ambiental ter lugar para satisfazer interesses económicos? Quais são as necessidades, as *pseudo*-necessidades, as necessidades que é preciso modificar?” (Beck, 2001: 53)

Beck defende adopção de uma perspectiva que integre critérios de valor para que se possa falar de riscos de forma convincente: “Constatar a existência de riscos, é *basear-se* em *possibilidades* matemáticas e em interesses sociais, mesmo, e talvez particularmente, no caso em que eles se apresentam com uma certeza técnica.” (Beck, 2001: 53) O autor fala também de uma cumplicidade entre a ciência (de que é bastante crítico) e outros domínios. As ciências, perante os riscos associados à civilização, “(…) abandonaram o seu princípio de lógica experimental e concretizaram uma união polígama com a economia, a política e a ética – ou, para ser mais concreto, elas vivem numa espécie de «concubinato durável» com todos esses domínios.” (Beck, 2001: 53) E “(…) esta heteronomia mascarada da pesquisa sobre o risco torna-se problemática uma vez que os investigadores científicos continuam a reivindicar o monopólio da racionalidade.” (Beck, 2001: 53) O estudo sobre a fiabilidade dos reactores, por exemplo, limita-se à estimativa dos riscos quantificáveis e de fora ficam questões que preocupam a opinião pública, como o potencial de catástrofe da energia nuclear, entre outras:

“Além disso, existem determinadas especificidades do risco que desempenham um papel no debate público mas que não são tomadas em consideração nos estudos sobre o risco, como por exemplo o desenvolvimento das armas nucleares, a incompatibilidade entre características humanas (falibilidade, insucesso) e exactidão, o carácter durável e

irreversível de opções tecnológicas que colocam em perigo a vida das gerações futuras. Por outras palavras, os debates sobre os riscos incorridos põem em evidência as fracturas e os abismos que, no que respeita ao potencial de perigo produzido pela civilização, separam racionalidade *científica* e racionalidade *social*.” (Beck, 2001: 54)

No contexto, os cientistas não respondem às questões colocadas pelos autores da tal racionalidade social mas, apesar da divergência, uma racionalidade continua dependente da outra, e isso é válido nos dois sentidos: “No modo de apreender os riscos associados à evolução industrial, os investigadores dependem das expectativas e horizontes de valor da sociedade, do mesmo modo que, inversamente, a reacção social e a percepção dos riscos depende da argumentação científica.” (Beck, 2001: 54 e 55)

No processo de modernização reflexiva, em que tudo é questionado, os leigos tornam-se cépticos perante a ciência, até porque a vêem como tendo produzido muitos dos riscos que estão no centro das preocupações e já não se satisfazem com o conhecimento científico que julgam incompleto e às vezes contraditório. Ou seja, a ciência é incapaz de resolver os problemas que ela própria criou. Este descrédito na ciência, também considerada cúmplice por estar associada ao processo de industrialização e ao desenvolvimento tecnológico que fomentam os novos riscos contemporâneos, leva a um maior sentimento de insegurança.

Os novos riscos, afirma Beck,

“(...) inscrevem-se hoje numa nova *construção científica e política*, num triplo sentido: a ciência torna-se *causa (parcial)*, *meio de definição*, e *fonte de solução* dos riscos. Vemos, portanto, nascer novos mercados para a cientificação. Neste movimento de balança entre os riscos que ela ajudou a gerar e a definir, e a crítica pública e social desses mesmos riscos, a evolução tecnico-científica torna-se contraditória.” (Beck, 2001: 341)

Num contexto de novos riscos ligados às modernizações, e em que o público e os políticos exigem da ciência novas respostas, esta produz uma grande diversidade de resultados concorrentes e por vezes contraditórios. O estudo dos riscos tecnológicos leva a ciência a questionar-se e a confrontar-se com ela mesma. Beck explica que, depois de uma racionalização em que a dúvida metódica era aplicada apenas ao objecto da ciência, surge agora uma segunda fase em que a dúvida se estende à própria ciência. Hipóteses, instrumentos e resultados são questionados. Este processo de racionalização

reflexiva, diz o autor, foi iniciado pelas ciências humanas. “(...) a comunidade científica conhece hoje uma evolução cujo objecto já não é apenas a natureza, o homem e a sociedade, mas cada vez mais a própria ciência, o que ela produz, os efeitos e os erros que ela gera.” (Beck, 2001: 347) Trata-se agora da definição e da repartição de erros e riscos de que a ciência é ela própria responsável. Em consequência, o recurso à ciência é simultaneamente generalizado e desmistificado. (Beck, 2001: 28)

Diluição da responsabilidade

Num contexto de pluralização conflitual existe uma multiplicidade de definições dos riscos ligados à civilização. Beck nota depois que cada grupo procura defender os seus interesses elaborando definições do risco, ao mesmo tempo que tenta eliminar aqueles que poderia custar-lhe caro: “Os perigos que pesam sobre o solo, o ar, a água e os animais ocupam um lugar específico neste combate de todos contra todos pela definição mais rentável do risco, na medida em que eles representam o *bem comum* e dão voz àqueles que não a têm (...)”. Segundo o autor, a relação causal que se estabelece entre o sistema de produção industrial e as consequências danosas (actuais ou potenciais) dá azo a uma multiplicidade infundável de interpretações. E tudo pode ser relacionado com tudo. (Beck, 2001: 56)

No contexto da diversidade de interpretações, dá-se uma diluição da responsabilidade que, também ela, acaba por favorecer a proliferação dos riscos. “Na economia, agricultura, direito e política, a interdependência dos agentes da modernização de funções extremamente especializadas tem por corolário a ausência total de causas e responsabilidades particulares susceptíveis de serem analisadas isoladamente (...)”. (Beck, 2001: 58 e 59) A culpa pela contaminação dos solos será dos agricultores, será da indústria química de alimentos para animais e fertilizantes ou das autoridades que não interditaram como deviam a venda dos poluentes? Esta é uma das muitas questões que remetem para a tal ideia de responsabilidade partilhada. Da ciência à política, passando pelo pequeno agricultor e pelas autoridades reguladoras, todos podem ser admitidos como culpados. Mas se esta divisão global do trabalho promove uma “cumplicidade geral”, esta corresponde, por sua vez, a uma “irresponsabilidade geral” (Beck, 2001: 59), que apelidaremos aqui também de desresponsabilização geral. Beck resume o problema à seguinte fórmula: “Cada um é *simultaneamente* causa e

efeito, e ninguém pode portanto ser causa do que quer que seja.” (Beck, 2001: 59) É a diluição das causas e, conseqüentemente, da responsabilidade. Desta forma, e apesar de a sociedade do risco se caracterizar pela impossibilidade de imputar os riscos a causas externas por ser ela própria a produzi-los, acaba por ser difícil identificar um responsável dentro do sistema de produção industrial.

Lógica de classes mantém-se

O facto do modelo de repartição dos riscos ser diferente do modelo de repartição de riqueza, não impede que um grande número de riscos seja repartido especificamente em função dos extractos ou classes sociais. Nesse sentido, Beck diz que sociedade de classes e sociedade do risco coincidem bastante: “A história da repartição dos riscos mostra bem que os riscos, tal como a riqueza, obedecem a uma lógica de classes – mas ela é inversa: os bens acumulam-se em cima, os riscos em baixo.” (Beck, 2001: 63) Ou seja, à pobreza, à falta de recursos, acresce a falta de segurança e um excesso de riscos, enquanto os mais ricos podem comprar essa mesma segurança. Esta lógica de repartição do risco em função da classe social e o agravamento da oposição de classe resultantes esteve muito tempo em vigor, segundo Beck, e mantém-se em algumas das dimensões centrais do risco. Quem não tem formação, está em maior risco de ficar desempregado; os riscos de contaminação ou radiação numa unidade industrial é repartido de modo desigual em função do trabalho que nela se desempenha; as zonas habitacionais destinadas a população de baixo rendimento e situadas próximas dos centros de produção industrial são mais afectadas pelas substâncias poluentes libertadas para o ambiente. Estes são alguns exemplos apresentados pelo autor. (Beck, 2001: 63)

Assim como a exposição a situações de risco, também a possibilidade e a capacidade de reacção, as estratégias de prevenção e compensação divergem mediante os rendimentos de cada um e o nível de formação. Por exemplo, a formação ou o acesso a informação podem permitir ao indivíduo excluir da sua dieta determinados produtos alimentares.

Tendo em conta que é preciso estar bastante informado para lutar contra a sobre-produção de substâncias poluentes e tóxicas, no que toca aos alimentos, Beck diz ser, portanto, “(...) bastante provável que em reacção às informações alarmantes sobre as

intoxicações difundidas pela imprensa e a televisão, acabaremos por chegar a comportamentos alimentares e a modos de vida «anti-químicos» diferenciados segundo os extractos sociais.” (Beck, 2001: 64) Mas sobre os media falaremos mais adiante.

Globalização dos riscos civilizacionais

Vimos atrás que muitos riscos são ainda repartidos especificamente em função da classe social e que a resposta perante a ameaça depende dos recursos, da formação e do conhecimento de cada um. Mas os riscos ligados à modernização têm, no geral, um efeito nivelador entre aqueles que lhes estão expostos e não conhecem fronteiras. Beck resume o problema à seguinte fórmula: “(...) *a penúria é hierárquica, o smog é democrático.*” (Beck, 2001: 66) E explica que a expansão daqueles riscos faz-se acompanhar de uma relativização das diferenças e das barreiras sociais. “Entretanto, podemos dizer que os riscos exercem *objectivamente* um efeito *equalizador* no interior do perímetro no qual eles existem entre aqueles que lhes estão expostos. É justamente aqui que reside a sua nova força política.” (Beck, 2001: 66)

Distinto do modelo de repartição de riqueza é, como já foi dito, o da repartição dos riscos associados à modernidade, que se caracterizam por “(...) uma *tendência imanente para a globalização.* A produção industrial faz-se acompanhar de um universalismo das ameaças independentemente do local de origem: na prática, as cadeias alimentares unem todos os seres humanos da Terra. Atravessam as fronteiras.” (Beck, 2001: 66) A generalização das situações de risco leva, por sua vez, a que estas percam a sua especificidade e a atenção ao nível privado e político: “Lá onde tudo se torna uma ameaça, já não há por assim dizer nada de perigoso. Uma vez que passa a ser impossível escapar, preferimos não pensar de todo mais nisso.” (Beck, 2001: 66)

Os novos riscos causados não respeitam as fronteiras dos Estados e é este carácter supranacional que os torna pouco manejáveis, assim como ao seu modo de difusão. E o facto de serem invisíveis, faz com que escapem ao campo da decisão, pelo menos para o consumidor. Beck diz que “(...) são os *«passageiros clandestinos» do consumo normal.* Eles são transportados pelo vento e pela água. Eles podem estar presentes em qualquer parte, e são assimilados com os bens de que a nossa sobrevivência depende (...)”. Se no caso da riqueza, dos bens de consumo, cada qual pode sempre escolher, no caso dos riscos e substâncias perigosas isso não acontece, já

que eles “(...) se imiscuem em todo o lado implícita e tranquilamente (...)”. (Beck, 2001: 74) Os riscos, nesse sentido, introduzem “(...) uma espécie de adscrição civilizacional ao risco». (...) Existe doravante uma espécie de destino do ser ameaçado, próprio da sociedade desenvolvida, atribuído à nascença, ao qual não podemos escapar (...)”. (Beck, 2001: 74) De novo o efeito nivelador, que confronta todos, de modo igual, com tal destino. Na civilização desenvolvida vemos portanto aparecer uma nova adscrição que, tal como o risco em si, é global e mundial, não havendo margem para escolhas individuais. É uma situação de exposição ao risco que escapa à escolha humana e acaba por provocar um sentimento de impotência, frustração e descrédito no futuro. (Beck, 2001: 74 e 75)

Contudo, da mesma forma que a nova lógica de repartição de riscos não exclui que muitos deles sejam especificamente repartidos em função das classes sociais, também o processo de nivelamento mundial das situações de ameaça, defende Beck, “(...) não devem esconder de nós a existência de *novas* desigualdades sociais *no próprio* seio da exposição ao risco.” (Beck, 2001: 75) Falamos agora de situações de classe e situações de risco à escala internacional. O autor nota que o proletariado da sociedade mundial do risco habita junto das chaminés de fábrica, ao lado das refinarias e das indústrias químicas dos centros industriais do Terceiro Mundo. E, a título de exemplo, diz que a nuvem tóxica da vila indiana de Bhopal, uma das maiores catástrofes industriais da história, instalou essa ideia na consciência da opinião pública internacional. “As indústrias do risco foram acantonadas nos países de baixos salários. Não é um azar. Pobreza extrema e risco extremo atraem-se sistematicamente como imanes.” (Beck, 2001: 75)

O efeito boomerang

Quanto ao efeito boomerang abordado na segunda tese apresentada pelo sociólogo, ele caracteriza o modo de propagação dos riscos. Ricos e poderosos não estão imunes. Segundo o autor, o risco toma geralmente o estatuto de efeito induzido latente, designação que admite a realidade da ameaça ao mesmo tempo que a legitima. Mas apenas numa primeira fase, pois uma vez universalizados e transformados em objecto da crítica da opinião pública e da investigação científica, perdem a sua condição latente e ganham uma importância central. “Podemos legitimar a existência de riscos ao

afirmar que não vimos, nem quisemos a sua produção.” (Beck, 2001: 62) E também não pudemos evitar. Uma forma de justificar os efeitos negativos do progresso, como se de um destino natural se tratasse. Esses efeitos latentes, argumenta Beck a propósito do efeito boomerang, vêm também, por efeito de retorno, atingir os centros de produção: “Os próprios agentes do processo de modernização são implicados de forma bem marcada e concreta na onda dos perigos que eles desencadeiam e de que beneficiam.” (Beck, 2001: 67)

Realinhamento internacional

A sociedade de risco, por ser global e universal, produz uma nova comunidade de exposição à ameaça. Uma vez que as ameaças ligadas à modernização ganham nova força e atingem mesmo aqueles que pareciam imunes, a sociedade de risco, ao contrário da sociedade de classes, “(...) desenvolve uma tendência de unificação objectiva dos tipos de exposição ao perigo no contexto de situações de ameaça global.” Todos são submetidos às forças de nivelamento dos riscos civilizacionais. As sociedades de risco, diz Beck, “(...) têm em si uma *dinâmica evolucionista que destrói as fronteiras e repousa sobre uma democracia de base*, elas colocam uniformemente a humanidade numa situação onde ela se põe em perigo a ela mesma por intermédio da civilização.” (Beck, 2001: 86) A sociedade de risco promove, por isso, novos conflitos e novos consensos. E não são apenas as fronteiras nacionais a serem derrubadas como também os tradicionais sistemas de aliança, blocos militares ou económicos.

Com as sociedades de risco, nascem, portanto, o que Beck chama de comunidades de ameaça objectivas que apenas podem ser apreendidas no quadro da sociedade mundial (de risco). (Beck, 2001: 86)

Os problemas ambientais exigem negociações além-fronteira. Os acordos internacionais em torno do ambiente para imposição de limites à emissão de poluentes para a atmosfera, ou para travar a produção de armas nucleares, ou as convenções bilaterais para gestão dos recursos hídricos são alguns exemplos possíveis. Mais recentemente, a ameaça de terrorismo esteve na base de um realinhamento das alianças no seio da Organização das Nações Unidas (ONU) na sequência dos célebres atentados do 11 de Setembro contra as Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, e das estratégias para combater o terrorismo e o risco de atentado. Deram-se divisões na comunidade internacional entre aqueles que se colocaram ao lado dos EUA na sua intervenção

militar no Iraque contra o terrorismo, não legitimada pela ONU e aqueles que defenderam que esta apenas deveria acontecer no quadro desta organização. O eixo franco-alemão já existente no quadro da União Europeia, por exemplo, reforçou-se no plano internacional contra os EUA, Reino Unido e outros aliados como Portugal e Espanha.

Mas as novas comunidades objectivas de ameaça de que fala o autor, “(...) flutuam ainda num espaço totalmente vazio ao nível da organização política (...)” e esbarram no “(...) egoísmo dos Estados-nação, bem como nas organizações por partidos e grupos de interesse que permanecem dominantes ao nível intra-social nas sociedades industriais.” (Beck, 2001: 87) Em suma, não há lugar para os riscos globais que transbordam as fronteiras dos grupos:

“Na nossa sociedade, cada organização tem a sua clientela e o seu «ambiente social» formado por partes contratantes e parceiros de alianças que é suposto activar e de atirar uns contra os outros. A comunidade das situações de ameaça coloca a estrutura por organizações de interesses perante um problema insolúvel. Ela introduz a confusão na rotina dos compromissos negociados e celebrados.” (Beck, 2001: 87)

Como gerir politicamente os novos riscos é questão que para Beck continua aberta. E a ausência de resposta contrasta com a necessidade crescente de desenvolver acções e uma política preventiva. Tudo isto leva Beck a levantar a questão da natureza do sujeito político. (Beck, 2001: 88) O papel do proletariado, quem colocava os problemas até hoje, já não é o que era. As aquisições do movimento operário político e sindical são tão grandes, diz Beck, que acabam por destruir igualmente o papel que tinham em relação ao futuro: “O movimento operário tem tendência a se transformar em guardião do que já foi conseguido e que o futuro ameaça, do que em fonte de criatividade política susceptível de procurar e encontrar respostas para as situações de ameaça próprias da sociedade do risco.” (Beck, 2001: 88) Ao proletariado enquanto sujeito político da sociedade de classes, constata o autor, apenas corresponde na sociedade do risco a exposição de todos a ameaças mais ou menos tangíveis. A iniciativa cabe, ao mesmo tempo, “(...) a toda a gente e a ninguém. E cada um nunca é mais do que parcialmente envolvido.” (Beck, 2001: 88)

Sem conseguir responder até que ponto é possível dotar uma situação universal de exposição ao risco de uma organização política, Beck nota que, pelo menos, vemos desenhar-se uma mudança na natureza da comunidade. Se o ideal da sociedade de classes era a igualdade, o ideal é agora a segurança. É uma alteração no sistema de valores: “A *comunidade do medo* substitui a *comunidade da miséria*. Nesse sentido, a sociedade do risco é característica de uma época social em que se forja uma *solidariedade no medo*, a qual se torna uma força política.” (Beck, 2001: 90) Mas o autor diz ser ainda cedo para determinar a força dessa coesão generalizada e como esta se traduz em acção.

Tudo entra na política

Na era contemporânea marcada por um processo de reconhecimento social dos riscos ligados à modernidade, diz Beck, já não é possível banalizar, ou desvalorizar, o desaparecimento da floresta sem que se seja acusado publicamente de cinismo. “A «poluição aceitável» transforma-se em «fontes de perigo intoleráveis». O que outrora se situava para além das possibilidades de intervenção política entra doravante na esfera de influência da política.” (Beck, 2001: 142) No contexto, são traçadas novas fronteiras entre “(...) o que depende e não depende do político, o que é necessário e o que é possível, o que é determinado e o que é modificável. As imutáveis «constantes» técnico-económicas - como as emissões de poluentes, ou a «renúncia impossível» à energia nuclear – transformam-se em variáveis sobre as quais podemos agir politicamente.” (Beck, 2001: 142) A eliminação das causas da ameaça que aparecem no decurso do processo de modernização torna-se, em suma, um problema político.

Simultaneamente, “(...) vemos desenvolver-se *uma política dirigista do estado de excepção*, que retira da situação de ameaça possibilidades de intervenção e competências alargadas.” (Beck, 2001: 142) Os riscos ligados à modernização abrem, assim, caminho a uma nova repartição parcial do poder e, perante a iminência da ameaça, são redefinidas as responsabilidades, centralizadas as competências no domínio da acção e o mínimo aspecto do processo de modernização dotado de controlo e planeamento burocrático. O autor fala mesmo de “(...) uma *transformação parcial do sistema* (...), uma «revolução silenciosa», consequência de uma transformação que ocorre na consciência de *todos*, de uma revolta *sem* sujeito (...)”. (Beck, 2001: 143)

Individualização

A individualização é vista por Beck como resultante do processo de modernização, num contexto de diminuição da influência das instituições tradicionais estruturantes da sociedade na formação da identidade pessoal. Para a individualização contribuem, por exemplo, fenómenos como o movimento feminista, alterações no mercado de trabalho e flexibilização acrescida na esfera produtiva, melhoria dos padrões de vida ou massificação da educação. Entregue a si mesmo o indivíduo deve tomar as suas próprias decisões e escolher o modo como quer viver, num processo de autodeterminação. É o declínio da tradição na sociedade industrial. O indivíduo perde pontos de referência, uma vez que era nessas instituições que procurava certezas e conhecimentos práticos para se guiar.

Tal como no século XIX a modernização destruiu a sociedade agrária dependente do sistema feudal para desenhar a estrutura da sociedade industrial, a modernização vem agora eliminar os contornos dessa sociedade industrial dando lugar a uma configuração social bem diferente. (Beck, 2001: 21)

Beck fala de incertezas e riscos sociais, biográficos e culturais, inerentes às situações globais de ameaça que resultam da lógica de repartição dos riscos ligados à modernidade. “Na modernidade avançada, esses riscos esvaziaram de conteúdo a estrutura interna da sociedade industrial – classes sociais, formas familiares, estatuto sexual, casal, parentesco, profissão – e os princípios de existência de base que estavam inscritos nessa estrutura.” (Beck, 2001: 157) Ora, para Beck, é precisamente a soma dos riscos e das incertezas, seu reforço ou neutralização recíproca, que cria a dinâmica social e política da sociedade do risco. E o sistema de coordenadas interno da sociedade industrial que é posto em causa, acrescenta o autor, inclui “(...) a sua concepção da ciência e da técnica, os eixos entre os quais se joga a existência humana: a família e o trabalho, a repartição e a separação entre política democraticamente legitimada e subpolítica (no sentido de economia, de técnica, de ciência).” (Beck, 2001: 158)

Para o autor, todos somos testemunhas oculares de uma mutação social que tem lugar no seio da modernidade. Trata-se de uma libertação do homem em relação às

instituições e formas sociais da civilização industrial. São as classes sociais que vão desaparecendo, a família nuclear e a repartição de papéis entre sexos que são postas em causa.

Beck toma como exemplo o seu país de origem para defender que, em todos os países ricos ocidentais industrializados, a individualização teve um desenvolvimento social sem precedentes no decurso do processo de modernização do Estado-providência que se seguiu à Segunda Guerra Mundial,

“O que significa que num contexto em que as condições materiais são relativamente favoráveis e que dispõem de boas garantias sociais, os homens foram arrancados das condições tradicionais das classes e aos redutos familiares de entreajuda para serem entregues a si mesmo e ao seu destino individual no mercado de trabalho, com todos os riscos, todas as oportunidades e todas as contradições que tal representa. Temos aqui uma verdadeira ruptura na continuidade histórica.” (Beck, 2001: 158)

Este desenvolvimento da individualização leva a uma emancipação do indivíduo que é assim liberto da sua pertença social a uma determinada classe ou estatuto sexual. Para tal evolução foi decisiva a entrada do indivíduo no mercado de trabalho, deixando para trás as experiências do destino colectivo nesse mesmo mercado, como o desemprego em massa. O processo de individualização já não é exclusivo de uma burguesia em plena ascensão, mas também “(...) característico da figura do «salariado livre» do capitalismo moderno, característico desta dinâmica dos processos que observamos no mercado de trabalho e nas democracias de massa dos Estados-providência”. (Beck, 2001: 158 e 159)

Em suma, a individualização contemporânea caracteriza-se pelas suas consequências: “*É o próprio indivíduo, seja ele homem ou mulher, que passa a ser a unidade de reprodução da esfera social.*” (Beck, 2001: 162) O processo não é mais abordado por uma unidade de referência social: por outras palavras, “(...) os indivíduos tornam-se, no interior e no exterior da família, os agentes da sua própria existência mediada pelo mercado, os agentes de uma planificação e de uma organização da sua biografia que integra essas exigências.” (Beck, 2001: 281)

Mas esta é uma liberdade parcial ou condicionada. As escolhas a tomar pelo indivíduo são agora condicionadas por outras instituições, como as leis do mercado ou do Estado-providência que organiza as transferências sociais. Ao mesmo tempo que as diferenças sociais e de contexto familiar, não sendo efectivamente abolidas, passam para segundo plano, surgem novas dependências que, segundo o autor, trazem ao de cima “(...) as contradições imanentes do processo de individualização.” (Beck, 2001: 282) Na modernidade avançada, torna-se cada vez mais difícil cada um concretizar a sua autonomia. Apesar de liberto das formas sociais tradicionais, o indivíduo está agora sujeito por exemplo aos constrangimentos do mercado de trabalho e do universo do consumo, e à estandardização e controlo que elas implicam.

Individualização reflexiva

Já vimos que, com a perda de referências e formas sociais tradicionais, o indivíduo está entregue a si mesmo e tem de fazer as suas próprias escolhas, apesar de estas serem condicionadas por novas instituições. Um processo que traz ao de cima o carácter reflexivo da individualização. O indivíduo questiona o seu futuro, tal como faz a ciência, e constrói a sua própria biografia. Esta já não é construída socialmente, já não é imposta, sendo cada vez menos determinada pela classe e mais pelo indivíduo, trate-se de escolher um curso, um emprego, um local para viver ou o número de filhos.

Ao mesmo tempo, aumenta a responsabilidade do indivíduo que responde por si e pelo seu destino. O próprio assume as consequências decorrentes das suas escolhas e decisões, ao mesmo tempo que surgem novos riscos pessoais, particularmente para as mulheres, por exemplo no que toca ao desemprego, à instabilidade das relações matrimoniais, ou à dissolução das famílias, acompanhados por elevados níveis de ansiedade e insegurança. (Beck, *cit. in* Lupton, 1999: 71)

Como vimos atrás, face aos riscos contemporâneos, público e políticos exigem cada vez mais certezas da ciência. O grau de exigência que se lhe coloca sai reforçado se tivermos em conta que o indivíduo, entregue a si mesmo, precisa de se apoiar nos conhecimentos da ciência para tomar as suas decisões e prever o futuro. Até porque, como já foi dito, a percepção que o indivíduo tem dos riscos é possibilitada, e mediada, pela ciência.

A cultura e a sociedade de risco de Giddens

Tal como o sociólogo alemão Ulrich Beck, o inglês Anthony Giddens defende a existência de uma sociedade de risco, no âmbito de uma reflexão sobre a especificidade das sociedades contemporâneas. Também ele as caracteriza colocando a tónica nos riscos tecnológicos e fala dos processos de globalização, de crescente reflexividade e de individualização, com prejuízo para a tradição, numa sociedade virada para o futuro. A segunda modernidade, de que falava Beck, ganha com o sociólogo inglês o título de “cultura do risco”, ou o risco como forma de representação. No essencial, as teorias convergem, ao ponto dos dois autores terem publicado obras em conjunto sobre modernidade reflexiva, daí que não iremos desenvolver aqui todos as vertentes da teoria de Giddens. Mas, como veremos adiante em detalhe, existem algumas diferenças, desde logo a noção de confiança que é central para este segundo sociólogo.

As sociedades contemporâneas são assim caracterizadas, também aos olhos de Giddens, pelo surgimento de novos riscos, globais, irreversíveis e produzidos pela própria sociedade e pelo processo de industrialização. É o tal fim das “externalidades” de que falava Beck, deixando de ser possível imputar a exposição a situações de ameaça a causas externas. Não é do “outro” que se trata. Os riscos já não são externos, previsíveis e limitados mas essencialmente produzidos pelo homem, incertos e de grande amplitude.

Mecanismos de desenraizamento

Dado o carácter fortemente incerto e opaco dos riscos contemporâneos, o recurso à racionalização de probabilidade é insuficiente para os dominar e sossegar os indivíduos. Giddens analisa, a propósito, a forma como se criam as relações de confiança e um sentimento de segurança nos indivíduos face aos novos riscos e num contexto de mutação dos sistemas sociais. Isto remete-nos para a globalização e universalização dos riscos de que também falava Beck, em que um dado acontecimento pode influenciar um contexto local quase instantaneamente mesmo que do outro lado do

mundo, graças às novas tecnologias de informação e comunicação. Na abordagem à teoria de Giddens, Peretti-Watel, também teórico da sociedade, fala de uma rede de relações sociais que se desliga do local físico onde se situa. “Para conseguir coordenar as suas actividades, seja qual for o lugar e o momento onde elas se desenvolvem e a distância que as separa, as sociedades modernas domesticaram o tempo e o espaço, ao dissociar, esvaziar e em seguida recompor estas duas dimensões.” (Peretti-Watel, 2000: 87) Para melhor concretizar a ideia de recomposição do tempo e do espaço enquanto dimensões abstractas, o autor dá o exemplo da divisão do planisfério em fusos horários. As relações sociais podem assim ser retiradas dos contextos locais de interacção e estruturadas à distância: “No contexto moderno, (...) os diferentes “teatros” sociais são totalmente invadidos e modelados por influências sociais bastante longínquas. O local já não é apenas estruturado por aquilo que está presente em cena; a “forma visível” da cena esconde as relações à distância que determinam a sua natureza.” (Giddens *cit. in* Peretti-Watel, 2000: 87)

Este desenraizamento de que fala Giddens dá-se através de dois tipos de mecanismo: os pagamentos simbólicos e os sistemas especialistas, de carácter global. O primeiro é um instrumento de troca de valor standard válido em todos os contextos e locais, a todo o momento, entre indivíduos ou grupos. As transacções podem ser feitas à distância e o pagamento pode ser feito por antecipado ou diferido. Já não há limitações de tempo ou espaço. O sistema de pensões é o exemplo apontado por Peretti-Watel, uma vez que valor da reforma é calculado em função dos anos passados de trabalho mas financiado pelo trabalho de quem está no activo. (Peretti-Watel, 2000: 87)

Por sua vez, os sistemas especialistas são do domínio técnico, das competências regidas por regras standard e por isso válidas independentemente do profissional qualificado que as põe em prática, o local ou o momento em que tal acontece. Tais sistemas estão sempre presentes no quotidiano de cada um, mesmo que o indivíduo não se encontre nunca com os especialistas ou não percebamos o seu funcionamento. Para melhor explicar a tese de Giddens, Peretti-Watel recorre à seguinte imagem e comparação:

“Graças aos sistemas especialistas, a nossa existência torna-se mais fácil, mais segura, mas também mais opaca: para atravessar o Atlântico, o avião é mais rápido e menos

perigoso que a nado ou a remo mas se os conhecimentos necessários para nadar ou remar estão ao alcance de todos, mesmo o piloto não entende integralmente o funcionamento do avião.” (Peretti-Watel, 2000: 88)

A interferência daqueles sistemas no quotidiano acaba por privar o indivíduo do autocontrolo do seu meio ambiente e por o desqualificar no que respeita a lidar com a tecnologia. Por isso, no nosso dia a dia, quando estamos ao volante da nossa viatura por exemplo, fazemos confiança nos especialistas da indústria automóvel. Mas não se trata de uma confiança cega: “(...) à força de utilizar os sistemas especialistas aprendemos a conhecê-los, adquirimos um «saber induzido», e, além disso, a nossa confiança baseia-se na nossa experiência do seu bom funcionamento.” (Peretti-Watel, 2000: 88)

Giddens avança a seguinte definição de confiança: “(...) sentimento de segurança justificado pela fiabilidade de um indivíduo ou de um sistema, num determinado contexto circunstancial, e esta segurança exprime uma fé na honestidade ou generosidade de outrem ou na validade dos princípios abstractos (o saber tecnológico).” (Giddens *cit. in* Peretti-Watel, 2000: 88)

Vimos, portanto, que confiança está ligada a uma falta ou ausência de informação. E também já foi dito que tal confiança não é total ou cega, o que nos remete novamente para a teoria de Beck que, tal como Giddens, fala de uma modernidade em que o saber científico é também ele posto em causa e encarado com cepticismo pelos indivíduos. Em suma, o indivíduo não tem outro remédio senão confiar nos sistemas especialistas, mas mistura confiança com desconfiança pelo cepticismo com que os encara. Trata-se de uma espécie de invólucro que o protege e filtra as múltiplas ameaças, permitindo que prossiga com a sua vida sem estar paralisado pelo medo e a ansiedade.

Para convencer os leigos da sua fiabilidade e ganhar a sua confiança, até porque a aceitabilidade dos riscos depende de tais factores, segundo Giddens, é necessário que aqueles sistemas promovam o encontro com os indivíduos, que estes possam estar cara a cara com os profissionais competentes. Encontros estes que considera ser um exemplo de inversão do tal processo de desagregação ou desenraizamento.

Peretti-Watel toma o exemplo do célebre caso das “vacas loucas” para demonstrar alguns aspectos da análise de Giddens. O consumidor ignora as técnicas e as normas ligadas ao abate, à conservação e à comercialização da carne de vaca mas, mesmo assim, faz confiança nelas. Neste contexto, “A crise das vacas loucas é antes de mais uma crise de confiança (...)” (Peretti-Watel, 2000: 89)

O papel central que a noção de confiança desempenha na abordagem que Giddens faz das sociedades contemporâneas é, como já foi dito, um dos aspectos que o separa de Beck.

Cultura do risco

Giddens debruça-se sobre as atitudes dos indivíduos face ao risco e à “cultura do risco” que define como “(...) um aspecto cultural fundamental da modernidade, através do qual a consciência do risco incorrido se transforma numa forma de colonizar o futuro (...)”. (Giddens, *cit. in* Peretti-Watel, 2001: 39)

Com os mecanismos de desenraizamento que analisámos atrás e a globalização, os riscos ganham uma amplitude muito mais vasta. É neste contexto que Giddens fala de uma cultura de risco, que se apoia no cálculo probabilista do quotidiano, com a ressalva de que tal não significa que os indivíduos nas sociedades ocidentais contemporâneas estejam mais expostos ao perigo ou mais ansiosos em relação às ameaças. Significa sim a percepção de que foram os próprios homens a colocar sobre eles a ameaça de catástrofe. “É uma sociedade cada vez mais preocupada com o futuro (e também com a segurança) que gera a noção de risco.” (Giddens *cit. in* Lupton, 1999: 74)

Numa sociedade que desvaloriza cada vez mais o passado em benefício do futuro, pensar em termos de risco torna-se inevitável. E cada um, no seu dia a dia, tem de fazer escolhas no que respeita ao risco.

Para Giddens, as sociedades são cada vez mais reflexivas, noção que reenvia para uma visão crítica, onde tudo é posto em causa. Por exemplo, os riscos tecnológicos alimentam o carácter reflexivo das sociedades contemporâneas, na medida em que

levam a colocar em causa a forma de ver o mundo e o progresso. O olhar crítico recai também, como defendia Beck, sobre a ciência.

Ao nível individual esta reflexividade é sustentada pelo processo de individualização, uma emancipação crescente face às instituições e às tradições, que influenciam cada vez menos o indivíduo na hora de decidir e escolher. Este constrói a sua própria biografia, como vimos também com Beck, e reorienta a sua trajectória se necessário.

Contudo, esta liberdade aumenta as incertezas face à nossa existência, sendo necessário antecipar as consequências futuras dos nossos actos e, para isso, basear-nos em conhecimentos cada vez mais parciais e contraditórios. Trata-se de mobilizar os conhecimentos disponíveis para “colonizar o futuro”, numa racionalização de probabilidade. (Peretti-Watel, 2001: 40)

Novos riscos e novas incertezas afectam as nossas decisões quotidianas. Os novos riscos, como defendia Beck, não são apenas tecnológicos mas também sociais, culturais e biográficos. São também as instituições sociais, como a família ou o casamento, que conhecem uma instabilidade crescente e aumentam os riscos individuais. Em suma, quanto mais reflexiva é uma sociedade mais o seu futuro é incerto.

Como Beck, também Giddens fala de uma liberdade limitada: o indivíduo não é livre de escolher um estilo de vida, tem que escolher entre aqueles que lhe são propostos e que lhe são acessíveis tendo em conta a sua posição social. Esses estilos de vida são formatados pelos sistemas especialistas e difundidos pelos media. (Peretti-Watel, 2000: 94) Mas sobre os media falaremos mais adiante. A interferência de tais sistemas no dia a dia do indivíduo acaba, assim, por provocar uma sequestração da experiência. O indivíduo não experimenta directamente o risco. Mesmo a morte e a doença, exemplifica Peretti-Watel, são remetidas para os hospitais ou asilos e a dependência do indivíduo dos sistemas especialistas torna-o, em caso de falha destes, mais vulnerável. (Peretti-Watel, 2000: 94)

Segundo Giddens, “A identidade pessoal transformou-se num projecto reflexivo que deve ser realizado no seio de um ambiente social caracterizado simultaneamente pelo seu forte tecnicismo e a sua aridez moral.” (Giddens *cit. in* Peretti-Watel, 2000: 95)

É precisamente na relação entre risco e reflexividade que encontramos diferenças entre Beck e Giddens. Se o primeiro sugere que um grau acentuado de reflexividade do risco resulta de um vasto número de riscos que estão a ser produzidos na era contemporânea, o segundo autor inverte a relação. Giddens afirma peremptoriamente que não são os riscos que existem em maior número, simplesmente julgamos que são maiores, porque, numa nova forma de encarar a vida, o indivíduo está muito mais sensível à possibilidade de risco. (Lupton, 1999: 81) Ambos os autores também diferem, segundo Lupton, no modo como representam os sistemas de conhecimento especializado. Para Giddens, o processo reflexivo dá-se através dos sistemas especialistas e assenta na confiança que os leigos depositam nos peritos, enquanto que para Beck a reflexividade é uma crítica aos peritos baseada na desconfiança em relação aos referidos sistemas, sobretudo no que toca aos riscos ambientais. (Lupton, 1999: 82) E se o primeiro autor centra-se mais numa reflexividade que tem por objecto o próprio indivíduo, Beck debruça-se mais sobre a reflexão crítica que o indivíduo faz da sociedade.

Não esqueçamos, contudo, que também Beck admite que os indivíduos precisam de recorrer ao saber científico para levarem a cabo o seu processo reflexivo, determinar o seu próprio futuro e biografia. E que Giddens faz coexistir, com a confiança depositada nos especialistas, uma desconfiança fruto de um descrédito em que incorre a ciência. Ou seja, a confiança, apesar de continuar a ser uma parte essencial da vida, não é cega. As posições não são, por isso, radicalmente diferentes.

IV Capítulo

Da comunicação à mediatização do risco

O conhecimento que temos dos riscos é sempre um conhecimento mediado, seja pelo nosso sistema de valores ou pelo grupo a que pertencemos, como defende Douglas, seja pelos especialistas, como argumentam Beck e Giddens, ou pelos meios de comunicação social. O acesso à informação torna-se, por isso, fundamental, num contexto em que as questões do risco são crescentemente políticas e controversas. Seja qual for o intermediário, o saber científico é o ponto fulcral de todo o processo, apesar da ciência ter perdido o monopólio da racionalidade. É também ao saber científico que autoridades públicas, instituições políticas, indústria e media recorrem para comunicar o risco ao cidadão e é também ele que serve de conteúdo a campanhas institucionais de informação e estratégias de gestão e prevenção do risco. Comunicação institucional, inclusive a oriunda dos movimentos ambientais, ou comunicação jornalística procuram recorrer, mesmo que em diferentes graus, a informação o mais possível objectiva e à opinião dos especialistas.

Sendo ponto assente que a forma como percebemos o risco é também, e largamente, influenciada pelo modo como ele nos é comunicado, desenvolveremos aqui algumas teorias ligadas à informação no contexto dos riscos contemporâneos para, em seguida, nos centrarmos de forma mais aprofundada no processo de mediatização do risco. Para tal recuperaremos alguns autores atrás citados e abordaremos outros cuja perspectiva parece bastante pertinente. Os media também participam na construção social do risco e na sua hierarquização. Alvo de crítica pela dramatização ou falta de informação útil, não esqueçamos que o processo de mediatização pela imprensa merece igualmente reparos positivos por permitir denunciar, dar a conhecer e difundir ameaças ou situações de risco, bem como por servir de pressão para o poder decisório.

Um conhecimento sem experiência – media como intermediários da ciência

Já vimos, com Beck, que os riscos associados à modernidade, ao contrário dos bens de consumo que podemos apreender, escapam à percepção humana imediata e são essencialmente mediados pela argumentação. E, mesmo nos casos em que o perigo nos parece manifesto, “(...) a construção social obriga a recorrer à constatação «objectiva» do juízo dos especialistas.” (Beck, 2001: 48 e 49) Para se tornarem visíveis e interpretáveis enquanto riscos, estes necessitam assim do recurso aos organismos de percepção da ciência: teorias, experiência e instrumentos de medidas.

Conforme abordámos no capítulo anterior, a ciência pode ter perdido o monopólio da racionalidade mas continua a ser imprescindível para o conhecimento dos riscos. A perspectiva a adoptar, já foi dito, tem de integrar os critérios de valor: “Constatar a existência de riscos, é basear-se em *possibilidades* matemáticas e em interesses sociais, mesmo e talvez particularmente no caso em que se apresentam com uma certeza técnica.” (Beck, 2001: 53)

Num contexto de novas causas e novos responsáveis, em que ninguém sabe qual será o próximo a ser acusado no universo da indústria, também o acesso aos media se torna crucial e uma boa argumentação junto da opinião pública passa a ser condição de sucesso económico.

Já para o indivíduo, o acesso à formação e à informação são condições-chave para adoptar novos comportamentos perante o risco e estratégias de prevenção, por exemplo uma nova dieta alimentar face ao risco de absorção de substâncias tóxicas pelo consumo de carne de vaca. Na óptica de Beck, as possibilidades e a capacidade de reacção a situações de risco, bem como as estratégias de prevenção ou compensação, são elas também repartidas de modo desigual em função dos rendimentos e do nível de formação de cada um. (Beck, 2001: 64)

O autor fala de “(...) uma evolução da significação política e social do saber e do acesso aos vectores de elaboração do saber (ciência e pesquisa) e da sua difusão (mass-media). Nesta perspectiva, a sociedade de risco é também a sociedade da ciência, dos *media* e da *informação*.” (Beck, 2001: 84) E é neste contexto que nascem novas oposições entre quem produz e quem consome as definições do risco, sua amplitude, grau ou urgência. A exploração dos riscos no quadro da expansão do mercado, diz o

autor, “(...) contribui para manter um movimento de oscilação geral entre a opacificação e o desvendar dos riscos.” (Beck, 2001: 84)

Das ameaças intangíveis e invisíveis próprias da civilização, como analisamos ao longo do último capítulo, apenas tomamos consciência no saber científico. Ou seja, não as podemos atribuir directamente a experiências primárias.

Beck explica que as novas situações de ameaça implicam um novo tipo de exposição, onde nada é evidente: “Elas são de certo modo universais e não específicas. Ouvimos falar delas, documentamo-nos sobre o assunto. Esta mediação pelo saber tem um corolário importante: determinados grupos envolvidos são *melhor formados e se informam activamente por si próprios*.” (Beck, 2001: 95) No contexto dos novos riscos, do que se trata é de um indivíduo activo e não passivo, que procura mobilizar-se para impedir a concretização dos seus receios. Mas depende sempre dos conhecimentos de outrem. Assim as ameaças criam uma espécie de dependência que não conhecem diferenças sociais: “As pessoas expostas são incompetentes no domínio da sua própria exposição ao risco. Elas perdem uma parte essencial da soberania do seu saber.” (Beck, 2001: 96)

Num cenário de oscilação entre risco invisível e risco desvendado, o relato dos media contribui para acabar com o estado latente dos riscos e para uma maior consciencialização por parte do público. Exemplos desta tomada de consciência acrescidas são, segundo Beck, as sondagens de opinião comparativas efectuadas nos países ocidentais industrializados e o lugar crescente que ocupam as informações e as reportagens sobre o assunto nos mass-media. (Beck, 2001: 100)

Mas Beck, tal como Giddens, recusa a ideia de que os receios, protestos e resistências da opinião pública sejam um mero resultado de um problema de informação, do facto das pessoas não terem o mesmo conhecimento que os técnicos ou desconhecerem a forma como estes racionalizam:

“É preciso inverter o raciocínio: o facto da população recusar aceitar a definição científica do risco não é um sinal de irracionalidade mas atesta, pelo contrário, que as premissas culturais desta aceitação contidas nas asserções técnico-científicas sobre o risco são falsas. Os peritos, os técnicos do risco enganam-se sobre a validade empírica

das suas premissas implícitas, eles enganam-se sobre o que a população julga aceitável e o que ela julga inaceitável. São os cientistas que subtraem as suas representações protegidas à aceitação cultural da crítica empírica” (Beck, 2001: 105)

Para o autor, por conterem implicitamente juízos de valor sobre o que é uma vida digna de se viver, as asserções sobre o risco comportam uma parte de codeterminação. É preciso atender, do mesmo modo, ao processo de constatação científica ou racional da existência do risco e de percepção, dita irracional, desse mesmo risco. Mas a conclusão é incontornável: a tomada de consciência do risco na opinião pública é sempre “uma não experiência de segunda mão” como lhe chama Beck, acrescentando a propósito que “Mais tarde ou mais cedo, acabamos por nos render a uma dura lei: enquanto os riscos não são cientificamente reconhecidos, *eles não existem* – pelo menos não juridicamente, medicalmente, tecnologicamente e socialmente”. (Beck, 2001: 130) Em suma, é o tal monopólio da ciência que perdura:

“Na medida em que o julgamento científico detém o monopólio da verdade, se querem impor as suas exigências, as pessoas envolvidas não têm outra escolha senão recorrer a todos os meios e a todos os métodos de análise científica. Mas é necessário modificá-los, desmistificar o saber científico. Por outro lado, flexibilizar os imperativos científicos da avaliação do saber.” (Beck, 2001: 130)

Também já vimos que as pessoas são simultaneamente críticas e crédulas em relação à ciência. Também parecem não ter alternativa senão atribuir uma boa dose de credibilidade àquele saber de que dependem para conhecer os riscos e agirem em conformidade. Beck diz que, “(...) de facto, a consciência do risco não é nem consciência tradicional nem matéria de profanos, ela é, mesmo na sua base, determinada e orientada pela ciência.” (Beck, 2001: 131) E aqui a lógica de experiência que decorre do pensamento quotidiano inverte-se: “Já não partimos de experiências pessoais para chegar a juízos gerais; é um saber geral sem experiência pessoal que se torna determinante para a experiência pessoal.” (Beck, 2001: 131) Neste sentido,

“(...) tomar consciência da existência dos riscos já não é realizar «experiências de segunda mão», mas sim «*não*-experiências de segunda mão». Vamos ainda mais longe: afinal de contas, na medida em que consideramos que saber significa fazer a experiência consciente de algo, então *ninguém* pode saber nada dos riscos.” (Beck, 2001: 132)

Em suma, é a através de uma espécie de segunda realidade escondida sob o mundo visível que devemos questionar e avaliar este último. E “(...) é esta segunda realidade e não o mundo visível que encerra os critérios de valor.” (Beck, 2001: 132). Por outro lado, o mundo visível, apesar de relativizado à luz dessa segunda realidade, não poderá deixar de ser um ponto de referência.

Entretanto, a tomada de consciência generalizada da exposição ao risco traz ao de cima outro tipo de experiência: quando se abatem árvores ou se exterminam espécies animais, os homens sentem-se eles próprios atingidos. Logo que as ameaças trazidas pelo desenvolvimento da civilização pesam sobre a própria vida, explica Beck, ela toca a experiência comum da vida orgânica, que associa as necessidades básicas dos homens às das plantas e dos animais. (Beck, 2001: 135)

Quanto mais visíveis forem os riscos, ou quanto mais tocarem a vida quotidiana, mais o indivíduo terá possibilidades de agir. Mas a acção depende sempre das suas capacidades para o fazer. Talvez por isso, Beck afirme que “Na sociedade do risco, a gestão do medo e incerteza acabam por constituir uma *qualificação cultural essencial*, tanto no domínio da biografia como no da política. Formar as capacidades necessárias torna-se doravante numa das tarefas principais que cabem às instituições pedagógicas.” (Beck, 2001: 139)

Os riscos tecnológicos contemporâneos difundem-se, portanto, mais rapidamente quanto mais invisíveis forem. E, para além de favorecer a sua difusão, a invisibilidade dos riscos autoriza também todo o tipo de manipulações. A propósito, Peretti-Watel escreve que “Um risco pode ser negado, esquecido ou, pelo contrário, dramatizado, segundo o discurso mantido pelos peritos e pelos media.” (Peretti-Watel, 2000: 76) A invisibilidade pode, assim, suscitar percepções voláteis, bem como provocar o debate entre os protagonistas que especulam sobre as ameaças invisíveis e intangíveis. Peretti-Watel subscreve a conclusão de Beck:

“Enfim, porque esses riscos escapam a qualquer experiência directa, a ciência torna-se no mediador incontornável para os apreender. De facto, só ela dispõe das técnicas e dos instrumentos que permitem calculá-los e determinar a sua existência. Ela desempenha, portanto, um papel crucial na emergência desses novos riscos na cena pública. Uma ameaça

que apenas será reconhecida se posta em evidência cientificamente.” (Peretti-Watel, 2000: 76)

Mas o monopólio da ciência sobre a definição dos riscos coloca dois problemas já abordados neste trabalho: os riscos contemporâneos escapam em certa medida aos cientistas e a ciência, além de incapaz de os apreender, também é cúmplice da sua criação e difusão.

Peretti-Watel recorda, a propósito do descrédito da ciência, o célebre “caso das vacas loucas” como uma espécie de ameaça fantasma provocada por uma proteína: o prião (Peretti-Watel, 2000: 81)

As poucas vítimas recenseadas em 1996 (nenhuma em França e apenas dez no Reino Unido) conheceram uma celebridade póstuma notável, relata o autor, com a publicação de fotografias, testemunhos de familiares e biografias na imprensa. Mas, além destas vítimas reais, a imprensa evocou também as vítimas potenciais da doença. (Peretti-Watel, 2000: 81). Em finais de Março, o “Le Parisien” cita um microbiólogo britânico que afirma que milhões de pessoas podem ter sido afectadas e que, entre cinco mil a 500 mil casos poderiam surgir em cada ano. Já em Novembro, o “Le Monde” retoma um artigo científico inglês que apenas prevê várias centenas a alguns milhares de vítimas nos anos seguintes. “Mesmo no condicional, essas vítimas potenciais são calculadas e mediatizadas.” (Peretti-Watel, 2000: 81) Desde o final de Março, situava o autor, a imprensa nacional publica uma longa lista de produtos derivados susceptíveis de estarem contaminados, desde batatas fritas a produtos cosméticos e medicamentos à base de gelatina. “Revela-se, portanto, muito difícil a prevenção de qualquer risco de contaminação: o prião está em todo o lado.” (Peretti-Watel, 2000: 82) Seguem-se relatos da imprensa de um caso de uma inglesa contaminada pelo adubo que utilizava para as suas rosas e de cenários catastróficos evocados por activistas vegetarianos para contestar a incineração das carcaças contaminadas, acrescentando à lista de características preocupantes do prião o facto de resistir a temperaturas muito elevadas e poder disseminar-se na atmosfera para, depois, contaminar a terra e a água. A dimensão da crise, destaca o autor na sua análise à imprensa, “(...) é igualmente demonstrada pelas metáforas guerreiras utilizadas nos media para descrever quer os efeitos do prião no cérebro quer as medidas levadas a cabo pelas autoridades: entre o prião e o homem, a guerra está declarada.” (Peretti-Watel, 2000: 82) A metáfora reforçada pelo autor ganha

forma no exemplo que cita de um artigo, sob o título “Tudo sobre o prião”, retirado de “L’ Express”, em Junho de 1996:

“(...) o prião é «um inimigo enigmático», um «ovni da biologia», que muda por vezes de forma: «metamorfose fatal. Pois as suas moléculas rebeldes se atiram sobre as partículas normais, que por sua vez se deformam. Cada vez mais numerosos, esses priões mutantes [...] acabam por explodir como pequenas granadas, provocando buracos no cérebro, que fica com o aspecto de uma esponja». A infecção é «difícil de travar», pois os priões são «indestrutíveis», «resistindo ao arsenal habitualmente aplicado contra as infecções microbianas e virais [...] e mesmo às radiações atómicas». E para concluir o artigo: «Face a este adversário irredutível, é uma verdadeira guerra que eclodiu. [...] são no total 170 as unidades de pesquisa que se mobilizaram perante o apelo do governo francês.» (Peretti-Watel, 2000: 82)

Vemos, portanto, na imprensa francesa o recurso a uma linguagem bélica que acaba por elevar para um nível mais elevado os receios face ao risco de contaminação e dos seus efeitos no ser humano. O prião é retratado como o inimigo público número um da população, quer ameaçando consumidores dos produtos tidos como a evitar, quer assombrando o quotidiano daqueles que, embora aparentemente distantes do risco, estão igualmente sob ameaça. A conclusão do autor após a análise deste caso é a seguinte:

“Porque o prião é invisível, inacessível ao conhecimento imediato, apenas os cientistas estão em condições de sossegar a opinião ou, pelo contrário, de alimentar os seus receios, realizando experiências para responder à questão da transmissibilidade do prião para o homem. Infelizmente, nenhum dos numerosos especialistas interrogados pelo media pode dar uma resposta definitiva ao problema e as suas declarações são por vezes contraditórias. Na ausência de uma informação clara, uniforme, apoiada em certezas científicas, e que responderia de forma simples e inequívoca às interrogações do público, todas as especulações são possíveis.” (Peretti-Watel, 2000: 82)

Por sua vez, os media sublinham quer a ausência de provas quanto à transmissão da doença para o homem, quer o facto de, inversamente, a não-transmissão não estar demonstrada.

A incerteza instala-se, deste modo, e os peritos não têm solução para a ultrapassar. A sua impotência ilustra uma das características do risco tal como é analisada por Ewald: a de que o risco prolifera em todo o lado e por definição nunca é nulo. (Peretti-Watel, 2000: 82) Neste contexto, os peritos podem afirmar que ele é

muito reduzido ou distante mas não podem afirmar que ele não existe. “A sua ética profissional impede-lhes, portanto, de responder às expectativas do público e dos jornalistas.” (Peretti-Watel, 2000: 83) O autor dá o exemplo de um apresentador do canal “France 2” que, para extorquir uma resposta ao perito convidado que procura explicar-lhe que não pode dar respostas definitivas, pergunta se afinal devemos ou não comer carne de vaca. Neste domínio, conclui, a ciência perdeu muito do seu prestígio: “Assim, nos media, a nobre incerteza do conhecedor encontra-se, por vezes, reduzida ao registo da opinião: ela torna-se um «rumor persistente», que provoca «suores frios», suscita «interrogações angustiantes», e é tratada no mesmo plano que a opinião da avó de uma vítima britânica, que se declara persuadida da culpabilidade dos hambúrgueres.” (Peretti-Watel, 2000: 83)

O descrédito em que a ciência caiu surge, aqui, novamente a propósito. “Impotente, a ciência é também culpada. Ela é acusada de ter brincado aos aprendizes de feiticeiro: sob a influência de um “enebriamento científico, a nossa sociedade terá feito prova «da arrogância tecnológica» e «transgredido a Natureza», provocando um verdadeiro «Chernobil bovino». (Peretti-Watel, 2000: 83) E, se a chamada crise das “vacas loucas” acabou por mostrar aos consumidores a realidade da agricultura moderna e os perigos que ela comporta, já os media, nota o autor, “(...) traçam o retrato de uma agricultura «monstruosa», «contranatural».” (Peretti-Watel, 2000: 83)

O saber científico é, como vimos, parte essencial de um processo de conhecimento, que Peretti-Watel prefere chamar de representação social do risco, alegando que a percepção reenvia para a apreensão directa de um objecto concreto. O raciocínio é o de que o conhecimento social pressupõe que seja mediado, influenciado ou mesmo deturpado e carregado de subjectividade. (Peretti-Watel, 2000: 199): “O termo representação convém melhor, primeiro porque assume a riqueza do trabalho cognitivo que reconstrói o risco em vez de simplesmente o perceber, sem conotar negativamente essa riqueza. Em seguida, a noção permite abordar com muito mais suavidade a questão sensível da objectividade dos riscos.” (Peretti-Watel, 2000: 199)

Ao contrário, a noção de percepção do risco, argumenta o autor, pressupõe que ele exista de facto e implica também que separemos os riscos concretos, que merecem ser percebidos, e aqueles que relevam do imaginário. Uma distinção que considera deveras difícil.

Peretti-Watel sugere, deste modo, a seguinte definição de representação social: uma representação social “(...) é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma intenção prática e que contribui para a construção de uma realidade comum num agrupamento social.” (Jodelet *cit. in* Peretti-Watel, 2000: 200)

Aceitabilidade do risco como questão política e mediática

Sendo o saber do científico, como acabamos de ver, essencial para a percepção ou representação social do risco, apesar de ter perdido muito do seu prestígio, ele será também determinante para a sua aceitabilidade. Esta, por sua vez, depende da forma como as questões ligadas ao risco são comunicadas ao público.

A questão da aceitabilidade de um risco, explica Peretti-Watel, transforma-se à medida que as novas ameaças contemporâneas se libertam da lógica seguradora. No estrito quadro da racionalidade probabilista, a aceitabilidade de um risco é um problema puramente técnico. Entretanto,

“(...) à medida que as percepções do público começaram a pesar sobre as decisões dos políticos, a questão da aceitabilidade tornou-se mediática: já não basta consultar um especialista para determinar se um risco é aceitável, é preciso também «comunicar», informar a opinião, convencê-la a aceitar um risco presente como residual, mínimo (...)”.

(Peretti-Watel, 2001, 44)

Para conseguir tal feito, critica o autor, os especialistas recorreram frequentemente à comparação entre riscos, apoiando-se sobre silogismos por vezes duvidosos que, vulgarizando argumentos de probabilidade, não convencem o público. E exemplifica a seguinte ideia: na Bretanha, a radioactividade natural é mais intensa que a radioactividade artificial. Se a população tolera bastante bem a radioactividade natural, deveria aceitar da mesma forma a radioactividade artificial, leia-se as instalações da indústria nuclear. (Peretti-Watel, 2001: 44)

Após ter aprendido a comunicar, prossegue o autor, as autoridades e os especialistas tiveram de aprender também a escutar o público, a compreender como os

indivíduos interpretam um risco e o que os leva a considerá-lo aceitável ou, pelo contrário, inaceitável:

“O público deixa, assim, de ser um mau aluno que é necessário melhor educar, para se tornar um parceiro integral da negociação sobre a aceitabilidade de um risco. (...) Objecto de cálculo e depois de comunicação, o risco tornou-se um objecto de concertação: a questão da aceitabilidade torna-se assim política, no sentido nobre do termo, após ter sido técnico e depois mediático. Ela implica um novo contrato social, um acordo entre o que é aceitável, sobre o que não é. Ela implica também uma partilha das responsabilidades entre o Estado e os cidadãos.” (Peretti-Watel, 2001: 44)

Abordando o balanço das evoluções da comunicação sobre os riscos nos EUA no período entre 1970-1998, Baruch Fischhoff, distingue sete etapas, aqui explicadas por Peretti-Watel, cada uma resumida por uma fórmula definindo o método utilizado pelos especialistas para obter a adesão do público. (Peretti-Watel, 2001: 50)

Tudo o que temos a fazer é avaliar correctamente o risco. Não se trata ainda de convencer o público, que é excluído do debate; os peritos centram-se no aspecto estritamente técnico do seu trabalho: calcular correctamente os riscos.

Tudo o que temos a fazer é dar-lhes os números. Trata-se de sossegar a opinião recorrendo à transparência para comunicar os cálculos realizados. Contudo, parte-se novamente do princípio que os números falam por si e os leigos saberão interpretá-los.

Tudo o que temos a fazer é explicar-lhes o que querem dizer os números. Uma tarefa ambiciosa mas arriscada. Um público acostumado a peritos seguros de si poderia interpretar mal os esforços realizados para lhe explicar um valor ou os seus limites e incertezas, e pensar que está a lidar com um perito incompetente.

Tudo o que temos a fazer é demonstrar-lhes que já aceitaram no passado riscos similares. Equivale à seguinte fórmula: os riscos induzidos pela tecnologia X não são superiores aos da actividade Y que vocês já praticavam, então por que não aceitar X? Esta comparação, escreve Peretti-Watel, tem o mal de não tomar em conta os respectivos benefícios de X e Y tal como os percebe o público. Ou seja, o interesse que têm para o indivíduo no seu quotidiano.

Tudo o que temos a fazer é demonstrar-lhes que para eles é um bom negócio. Os benefícios esperados de uma tecnologia são integrados no discurso sobre os riscos que

ela própria induz. Porém, são difíceis de avaliar e podem ser apreciados de modo diferente consoante a forma como são apresentados.

Tudo o que temos a fazer é sermos atenciosos para com eles. Mesmo se o risco e os seus benefícios são correctamente avaliados, e se os especialistas estão prontos a divulgá-los, falta a comunicação ser feita de forma hábil, através de mensagens claras e evitando a linguagem técnica.

Tudo o que temos a fazer é transformá-los em parceiros. Uma comunicação de sentido único não permite ter em conta o ponto de vista dos cidadãos. Este retorno de informação pode revelar-se benéfico para os peritos (para melhor comunicar sobre os riscos), e melhorar as relações com os leigos.

Seguidamente, Peretti-Watel expõe três modelos de democracia técnica, mas que não reenviam a três etapas históricas de uma democratização da gestão dos riscos. São três modelos concorrentes, como são apresentados por Michel Callon, que aborda a questão das relações entre peritos e leigos numa perspectiva mais próxima da sociologia política. Este autor acredita que os problemas políticos, morais ou económicos contemporâneos integram cada vez mais frequentemente uma componente científica e técnica. “Esta componente «aquece» os debates, pois ela sublinha a degradação das relações entre especialistas e profanos.” (Peretti-Watel, 2001: 51) Callon põe em causa a divisão que se foi instalando entre estes dois campos. E distingue os três modelos de democracia técnica para demonstrar a diversidade das implicações possíveis dos profanos na gestão dos riscos:

O modelo de instrução pública – Segundo Callon, é simultaneamente o mais comum e o menos adaptado às sociedades contemporâneas. Sacraliza o conhecimento científico por oposição às superstições e falsas crenças. Nesta perspectiva, é necessário preservar a autonomia e pureza da ciência, única fonte de saber válida. Esta distância entre ciência e senso comum pode promover a incompreensão e a desconfiança do público, sendo também necessário promover acções de formação e de informação para restaurar a confiança.

O modelo do debate público – Neste modelo, o saber científico tem sempre um valor universal, mas é justamente esta universalidade que o torna insuficiente: é demasiado abstracto e a sua validade limitada às condições experimentais da sua génese. Isto implica que o saber especializado seja enriquecido pela sabedoria local, que restitui em maior grau a complexidade do real. E deve ser tido em conta a experiência

diversificada dos indivíduos. Neste caso, é necessário abrir o debate. Já não se trata de educar o público e impor como única a verdade da ciência mas de chegar a um compromisso, fruto da confrontação dos pontos de vista. Neste modelo, os leigos envolvidos receiam menos a realização do risco tecnológico do que as consequências que a sua gestão faz pesar sobre a sua identidade e modo de vida.

O modelo da co-produção dos conhecimentos – Apesar do segundo modelo aceitar a negociação, ele assenta ainda numa clara separação entre o saber científico e o profano. Pelo contrário, este terceiro modelo encara os dois saberes como produtos de um mesmo processo, associando peritos e leigos. Callon apoia-se no exemplo das doenças genéticas raras, por vezes ignoradas pela medicina oficial. Os doentes, seus entes próximos ou pessoas designadas como estando “em risco” podem constituir-se em grupo de pressão, mas também encetar um trabalho de acumulação de conhecimentos que possibilite aos especialistas a construção de um saber científico, como contagem dos doentes, recolha de material genético ou registo da evolução clínica da doença. Eles vão apropriar-se desse conhecimento e discuti-lo no seio de um “colectivo híbrido”, como lhe chama Peretti-Watel, que reúne simultaneamente os doentes e os especialistas. Neste modelo, os leigos dominam o saber que se torna constitutivo da sua identidade.

A aplicação dos três modelos depende dos domínios técnicos considerados. Os dois últimos, aponta Peretti-Watel, poderiam, em particular, aplicar-se à gestão dos riscos sanitários e ecológicos. (Peretti-Watel, 2001: 53)

No contexto de nova tensão entre profanos e peritos, com os primeiros a remeter em causa o monopólio dos segundos, Peretti-Watel considera que o que está em jogo é uma democratização da gestão dos riscos, em particular dos riscos tecnológicos e sanitários. E esta democratização é tão mais necessária “(...) na medida em que a mediatização dos novos riscos contemporâneos pôs a nu mecanismos de dominação e assimetrias de informação inaceitáveis para os cidadãos.”; “É preciso um esforço de compreensão dos peritos face aos profanos: compreender para melhor informar e melhor convencer, mas também, por que não, compreender para modificar o seu próprio ponto de vista e encarar concessões.” (Peretti-Watel, 2001: 110)

A tese da governamentalidade

Tal como Beck e Giddens, também Foucault, principal expoente da tese da governamentalidade, enfatiza o papel dos conhecimentos dos peritos na constituição da subjectividade da era contemporânea. Mas vejamos primeiro no que consiste esta tese e quais as diferenças.

Os estudiosos da governamentalidade basearam-se nas perspectivas de Michel Foucault, filósofo francês, sobre governamentalidade e auto-formação ética, para explorar o risco no contexto da vigilância, disciplina e regulação das populações, e também como os conceitos de risco criam determinadas normas de comportamento que são usadas para encorajar os indivíduos a envolverem-se voluntariamente na auto-regulação. A perspectiva pós-estruturalista é construída largamente na teoria de Foucault. O pós-estruturalismo enfatiza a importância de identificar os discursos que participam na construção das noções das realidades, significados e entendimentos. Os representantes do pós-estruturalismo interessam-se pela troca e pelo fluxo nas estruturas sociais e preocupam-se com a relação entre poder e conhecimento. Defendem que as relações de poder estão sempre relacionadas com o conhecimento e que nenhum conhecimento pode ser considerado neutral ou desinteressado. (Lupton, 1999: 84)

Os seguidores das teses de Foucault estão, como os estudiosos da sociedade do risco, interessados nas formas como o risco opera na era contemporânea e vêm similarmente a intensificação dos debates sobre risco e práticas de risco como resultado das alterações sociais que ocorrem no despertar da modernização.

O conceito de discurso integra a teoria inspirada por Foucault. É um dos principais contributos é sobre as formas como os discursos, estratégias, práticas e instituições em torno do risco servem para o trazer à existência, para o construir como um fenómeno. (Lupton, 1999: 84 e 85) O que defendem é que só chegamos a conhecer o risco através desses discursos, estratégias, práticas e instituições, que produzem verdades sobre o risco e que servirão de base para agir.

Para os teorizadores desta corrente, a natureza do risco não é importante para a análise, sendo o risco visto como uma “racionalidade calculista” em vez de algo em si próprio, termo usado por Dean. (Lupton, 1999: 85) Em causa estão, sim, as formas como os referidos discursos, conhecimentos, estratégias, práticas e instituições que se

desenvolveram em torno do risco reflectem e constróem uma abordagem diferente ao indivíduo, à sociedade e à governação das populações. Governamentalidade é a abordagem à regulação e controlo sociais que segundo Foucault começam a emergir no século XVI na Europa.

Como já foi dito, Foucault também enfatiza o papel dos conhecimentos dos peritos na constituição da subjectividade e nas respectivas práticas reflexivas. Para Foucault, contudo, o conhecimento dos especialistas não é manifestamente uma forma de encetar a reflexividade. É sim visto como central para a governamentalidade, providenciando as linhas de orientação e aconselhamento através das quais as populações são vigiadas. (Lupton, 1999: 87) Nesta perspectiva, o risco é administrado através de uma rede heterogénea de actores interactivos, instituições, conhecimentos e práticas. Informação sobre os diversos riscos é recolhida e analisada por investigadores da medicina, médicos, estatísticos, sociólogos, entre outros. (Lupton, 1999: 87)

As estratégias de governamentalidade, de controlo da população, podem ser directas ou indirectas a fim de conseguirem a concordância dos indivíduos com os interesses do Estado. “Estas estratégias são diversas e multi-centradas, emergindo não apenas do Estado mas também de outros agentes e instituições, como os mass-media.” (Lupton, 1999: 87 e 88)

A tese da governamentalidade entende a regulação e a disciplinação dos cidadãos como direccionada para o indivíduo autónomo, auto-regulado. E estes são posicionados nos discursos governamentais como um sujeito de governação activo em vez de passivo. Neste contexto, não adoptar comportamentos para evitar o risco é considerado uma falha do próprio ser humano. E, para tal, é determinante o processo auto-reflexivo desenvolvido pelo indivíduo.

Numa abordagem à forma como os conceitos de risco influenciam a subjectividade e o processo reflexivo de cada um, Macgill observou, em 1989, as lógicas concorrentes do risco emergentes de uma alegada ligação entre descargas radioactivas e uma instalação de processamento nuclear em Sellafield, no Norte da Inglaterra e um aumento na incidência de leucemia e outros cancros entre crianças na área envolvente.

Ela descobriu, entre os residentes de Seascale, uma vila próxima, uma grande diversidade de opiniões sobre o risco de descargas radioactivas, ora de preocupação ora de negação do risco, relata Lupton, concluindo que “As suposições dos peritos sobre a visão pública, por esse motivo, serviram para homogeneizar o que era um conjunto diverso de atitudes e sentimentos sobre o alegado risco.” (Lupton, 1999: 112) Macgill chegou à conclusão que a percepção e interpretações das pessoas em relação ao risco são constituídas ao longo de uma vida de experiências pessoais, bem como de acordo com a sua localização no interior de um meio social e redes de comunicação. (Lupton, 1999: 112) Isto inclui o recurso aos mass-media, ao conhecimento de peritos e conversações interpessoais.

Lupton nota depois que o indivíduo auto-reflexivo, tal como é apresentado por Beck e Giddens, é alguém privilegiado social e economicamente que tem os recursos necessários para realizar tal processo, mas que muitas pessoas simplesmente não têm os recursos e as técnicas necessárias. Além disso, cita outro autor, Lash, para questionar a tese da modernização reflexiva de Beck, centrada na suposição de que os homens estão cada vez mais libertos das estruturas e capazes de definir as suas vidas. Lash defende que os factores estruturantes apenas desaparecem parcialmente. Outros são criados pela modernidade. Se importantes estruturas, como a família, os sindicatos ou o sistema de segurança social tendem a desaparecer totalmente, novos são criados com uma modernidade denominada como tardia: são elas as estruturas de informação e comunicação. Neste contexto, Lash alega que o acesso a novos modos de informação e estruturas de comunicação é agora mais importante para o indivíduo do que o acesso ao capital produtivo. (Lupton, 1999: 114)

Como diz Le Breton: “O risco é hoje uma dimensão da incerteza (...), e sublinha nomeadamente o défice ou a adversidade susceptível de acontecer ao agente ou à população que negligencia uma informação (...)” (Le Breton, 1995: 23)

Reflexão desvalorizada e opinião manipulada

Jacques Bouysson também aborda a importância de se desenvolver o conhecimento do risco. E fá-lo num contexto em que “Os media dramatizam voluntariamente os riscos, despertam receios longínquos.” (Bouysson, 1997: 1) Para este autor, dramatizar o risco e despertar fantasmas são técnicas favoritas dos media que, a seu ver, não conseguem evitar de manipular a opinião.

“Ora, cada vez mais frequentemente temos apenas uma vaga visão, parcial, dos sistemas de risco; não compreendemos grande coisa dos métodos dos “peritos” para avaliar e gerir o risco, ou um sistema de riscos, estamos inquietos face às ameaças incertas dentro de 10 ou 20 anos que pesam sobre o corpo social, mas, em geral, somos indiferentes às decisões que deveriam ser tomadas”. (Bouysson, 1997: 1)

Neste contexto, o autor diz que o conhecimento do risco, da sua lógica e modo de desenvolvimento, é uma prioridade, daí que lamente a insuficiente importância atribuída aos métodos de reflexão.

Para ilustrar o problema, também remonta a 1996 para citar o caso das “vacas loucas”. E aqui, relata, os cientistas declararam prudentemente que desconheciam a extensão e modo de propagação do risco, tendo primeiro procurado minimizar o assunto e depois hesitado sobre a política a seguir. E “(...) geriu-se mal a comunicação – o que agravou a situação. Esta crise mostrou a inadaptação das estruturas burocráticas para gerir um risco desconhecido.” (Bouysson, 1997: 8). Num contexto em as reflexões parciais e incertas podem desorientar os indivíduos, o autor diz que certos riscos são exagerados intencionalmente, há frequentemente retenção da informação e por vezes procura-se desinformar. Para este último caso, exemplifica dizendo que os defensores da despenalização das drogas leves tendem a manipular a opinião, apoiando-se em relatórios que ninguém verifica. (Bouysson, 1997: 8) E quanto mais um organismo gere de forma inteligente a comunicação de um risco, mais hipóteses terá de manipular.

Como limites à boa gestão do risco, o autor enumera, entre outros, o medíocre conhecimento do risco e o sistema de retenção da informação, dizendo ter sido este o caso no acidente de Chernobil, provavelmente sob pressão dos políticos. Assim, a par de uma melhor política de informação e mais vontade política, o autor defende um bom

sistema de informação e alerta, mais necessário quanto mais vago for o risco. (Bouysson, 1997: 50 e 51)

O lançador de alerta – materialização do sinal e recurso à imprensa

É precisamente sobre o alerta do risco que Francis Chateau Raynaud e Didier Torny se debruçam, primeiramente numa perspectiva histórica.

Estes autores partem de uma obra de Alessandro Manzoni, publicada pela primeira vez em 1825, que aborda a chegada da peste ao Norte de Itália no final do século XIV. Ao descrever a descoberta da epidemia, Manzoni entra num processo histórico cujas principais consequências fazem lembrar configurações bem contemporâneas e o seu relato introduz um modelo, hoje claramente constituído politicamente, que põe em destaque a importância do alerta e da vigilância na mobilização de poderes de intervenção. (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 9) Por outras palavras, o que Manzoni desenvolve é um modelo do lançador de alerta aplicável à era contemporânea.

Chateau Raynaud e Torny defendem que, com a multiplicação de casos como Chernobil e a crise das “vacas loucas”, entre outros riscos imprevisíveis, gerou-se uma espécie de consenso sobre a necessidade de reconfigurar a assunção pública das novas situações de alerta sanitárias. Ao mesmo tempo que notam uma propensão dos actores para utilizar os media. A publicação na imprensa corresponde, por sua vez, a uma descentralização do alerta, à sua “dessectorização”, como lhe chamam os autores, desencadeando geralmente debates e polémicas públicas, verdadeiras situações de crise. (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 18)

No que toca especificamente à materialização do alerta, os autores colocam da seguinte forma o problema:

“Tendo captado alguma coisa no mundo, um fenómeno, um indício, que carrega com ele uma ameaça ou um risco, o lançador de alerta vê-se perante o problema prático da materialização do seu sinal. Segundo o quadro em que ele é lançado, o alerta não terá a mesma significação nem o mesmo alcance. O alerta pode ser lançado de viva voz, por telefone, em directo na rádio ou cadeia de televisão, numa comissão ou numa assembleia.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 46)

Assim sendo, uma das condições de sucesso de um alerta é a sua capacidade ou habilidade de amplificar esse fenómeno ou indício para suscitar a extrapolação. Ele terá de apelar à imaginação dos agentes receptores do seu alerta. “Porque lançar um alerta pressupõe despertar os agentes entorpecidos pelo peso da rotina ou cegos pela «transparência» do mundo comum. É portanto necessário captar a atenção sem provocar o pânico.”(Chateau Raynaud e Torny, 1999: 46)

Sobre a aceitabilidade dos alertas, pesam alguns constrangimentos. A possibilidade ou não de os atribuir a uma localidade circunscrita é um deles. Os autores distinguem aqui duas figuras da catástrofe visadas por um lançador de alerta: a catástrofe local apontando para um território definido (portanto limitada na sua extensão) e a catástrofe distribuída em rede e dotada de uma incerteza sobre a sua extensão. (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 48) Este é o caso, por exemplo, da doença das “vacas loucas” ou do terrorismo.

No que toca à materialização do alerta, ele toma forma quando assinado ou subscrito por um autor, um agente individual ou colectivo, e dirigido para um poder de acção. Uma vez materializado, ele pode ser lançado no ambiente imediato e no universo a ter em conta, como uma câmara, sindicato, empresa ou associação de vítimas ou de protecção do ambiente, o que tende a limitar o sinal a uma determinada localidade, explicam aos autores. Mas também pode ser lançado à distância, dirigido a instâncias estatais ou para-estatais, centralizadas ou descentralizadas. Ou seja, a entidades capazes de organizar a acção, como o Governo, um organismo de controlo ou inspecção ou um laboratório científico, exemplificam os autores, notando que, “Neste caso, as limitações cognitivas que pesam sobre o conteúdo e a forma do sinal são muito mais fortes pois é preciso fornecer elementos de apreciação à distância.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 50) Se as entidades administrativas não derem sequência ao alerta, este pode ser dirigido para um ou mais poderes de acção não-estatais, que possam dar uma projecção global ao acontecimento ou associá-lo a uma causa já existente (comissões ou associações de luta). E é muitas vezes neste contexto que o alerta é comunicado aos media. (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 50) Mas tal não é um sinónimo de sucesso na criação de um acontecimento mediático:

“Se a maior parte dos alertas que passam nos media transitam hoje pela agências de informação, o seu percurso não é homogêneo. De facto, a cada novo ponto do circuito descrito pelo alerta correspondem novas possibilidades de colocação em circulação. Veremos que, no caso em que a informação é comunicada à imprensa, não é certo que ela seja publicada.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 50)

Geralmente, no processo de comunicação do alerta, este acaba por ficar despersonalizado, desligado do seu autor: “O alerta é então validado por uma instância que autentifica a sua natureza, mesmo se este reconhecimento possa ser seguido de uma relativização do grau de urgência e do alcance do sinal.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 51) Do mesmo modo, o seu percurso pode integrar simultaneamente uma trajectória oficial e outra crítica, criando-se então “(...) uma polarização entre instâncias oficiais e grupos oponentes, entre especialistas e contra-especialistas, mandatários administrativos e militantes contestatários.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 51)

De seguida, os autores abordam as limitações da própria acção mediática em matéria de publicação das alertas. E distinguem duas situações típicas. a circunscrição e a mobilização geral. A primeira significa que a informação sobre a alerta circula em circuito fechado. E apenas os indivíduos autorizados manipulam a informação. Inversamente, a mobilização em torno de um alerta é geral no momento em que a informação que lhe diz respeito faz objecto de um vasto movimento de “dessectorização”. “Uma vez descentralizado, todo o indivíduo colocado sob alerta é com efeito susceptível de agir num sentido que escapa às instâncias institucionais. Quando falamos de «crise» a propósito de um alerta, não é por causa do seu grau de perigosidade ou de urgência mas antes do seu grau de dessectorização.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 52) A circunscrição sectorial do alerta, por sua vez, pressupõe um trabalho político a fim de manter a lealdade entre os depositários da informação.

Abordando o papel dos media neste contexto, os autores notam que

“Os jornalistas podem participar à circunscrição de um alerta, por exemplo ao recusar publicar uma informação alarmante ou a dar-lhe muito eco. Uma situação frequente nos jornalistas especializados que tendem a avaliar o alerta nos termos técnicos usados pelos especialistas da área, e recusam assim inquietar «inutilmente» as populações. Mas a situação é também frequente entre os jornalistas locais: estes últimos, a que não se reconhecem no geral competências técnicas, remetem-se voluntariamente à opinião autorizada dos peritos oficiais. (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 52)

Após admitirem duas figuras possíveis de descentralização de um sinal de alarme (a fuga e a comunicação pública), os autores vão debruçar-se sobre a construção mediática dos alertas, propriamente dita.

Para ser mediatizada, a informação deve, antes de mais, estar disponível: “É preciso, portanto, que uma descentralização tenha lugar (comunicação, fuga), ou que um movimento externo se tenha constituído (causa pública, disposição colectiva).” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 54) Mas isso impõe aos jornalistas uma responsabilidade acrescida: “(...) a informação deve ter sido dotada de um carácter público, pelo intermédio de uma instituição, de um colectivo ou de um indivíduo que assume a responsabilidade.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 54) É o próprio jornalista que está em causa. Em suma, o lançador tem mais probabilidades de fazer passar o seu alerta se promover um trabalho prévio para disponibilizar a informação, e para sua sustentação, e mostrar que está disposto a assumir publicamente a responsabilidade pela publicidade que será dada ao alerta.

Em termos de conteúdo, e não já apenas de processo, a informação deverá interessar a uma parte razoável do público para ser mediatizada. É necessário que esta informação “(...) possa dar lugar a uma materialização perceptível pelo «grande público» e suficientemente atractiva (ou dramática).” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 54) Esta condicionante imposta por imperativos de audiência sobre a mediatização dos alertas tem como primeiro efeito, segundo o autor, “(...) a aceleração do alinhamento dos media.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 55). O lançador de alerta jogará também com a concorrência entre media, compensando, por exemplo, o tempo despendido pelo jornalista com uma notícia apelativa ou exclusiva, e a possibilidade de a publicação por um organismo de imprensa de uma informação alarmante que interessa ao seu público constituir para outros um bom motivo para retomar essas informações e, assim, conseguir a sua amplificação. Para conseguir mais facilmente a amplificação do alerta, o lançador poderá, igualmente, “(...) formatar a sua acção a fim de a tornar compatível com as exigências técnicas dos diferentes media que quer mobilizar.” (Chateau Raynaud e Torny, 1999: 55). Por exemplo, uma imagem espectacular que mobilize as televisões, uma foto chocante digna da manchete de um jornal ou uma declaração acalorada que interesse às rádios.

Amplificação social do risco

A teoria cultural também aborda de modo aprofundado a comunicação do risco e, em concreto, a sua amplificação. É nesta corrente que foi proposta, em Junho de 1988, o célebre modelo de “Amplificação Social do Risco” por investigadores da *Clark University and Decision Research* para a análise do risco. Um tratamento mais alargado e integrador do risco. Desde então, esta moldura tem sido partilhada amplamente na comunidade do risco e outros cientistas sociais, enquanto os autores promoveram investigações empíricas para desenvolver, elaborar e aplicar o modelo a uma ampla e diversificada base de dados de 128 situações de perigo e estudos aprofundados da experiência da comunidade em relação ao risco. O modelo foi também aplicada a riscos que escapam à atenção social e aos problemas específicos associados com a comunicação dos riscos ao público. (Krimsky e Golding, 1992: 154)

O conceito da amplificação social do risco baseia-se na tese de que os eventos pertencentes aos perigos interagem com processos psicológicos, sociais, institucionais e culturais por formas que podem destacar ou atenuar percepções de risco e moldar o comportamento. As respostas comportamentais, por sua vez, geram consequências sociais ou económicas secundárias que vão muito mais além dos danos directos à saúde do ser humano ou ao ambiente para incluir impactos indirectos significativos como custos de seguro, dívidas, perda de confiança nas instituições, estigmatização ou alienação dos assuntos públicos, explica um dos principais autores exponentes, Roger E. Kasperson. (Kasperson *in* Krimsky e Golding, 1992: 154)

Por vezes, tais efeitos secundários (no caso da amplificação do risco) provocam exigências para respostas institucionais adicionais e acção preventiva, ou, pelo contrário (no caso da atenuação do risco), colocam impedimentos no curso das acções preventivas necessárias. Amplificação inclui tanto sinais intensificadores e atenuantes sobre risco. Assim, alegados exageros das pessoas e organizações recebem a mesma atenção que alegadas desvalorizações.

Para os autores do modelo da amplificação, risco significa, por um lado, uma ameaça objectiva, real, de danos para as pessoas e, por outro, um produto da cultura e experiência social. Eventos perigosos são reais, envolvendo transformações do ambiente físico ou saúde do homem ou perturbações nas estruturas sociais:

“A experiência do risco é, por isso, quer uma experiência de dano físico quer o resultado de processos culturais e sociais pelos quais os indivíduos ou grupos adquirem ou criam interpretações dos perigos. Estas interpretações providenciam regras sobre como seleccionar, ordenar e explicar os sinais do mundo físico. Adicionalmente, cada grupo cultural ou social selecciona certos riscos e acrescentam-nos à sua lista.” (Kaperson *cit. in* Krimsky e Golding, 1992:159)

O processo de amplificação, do modo como o concebem os autores do modelo, começa com um acontecimento físico (como um acidente) ou um relato sobre eventos ambientais ou tecnológicos e respectivas consequências. Em seguida, explica Kasperon, “(...) alguns grupos e também indivíduos monitorizam activamente o mundo experimental, procurando eventos de perigo relacionados com a sua agenda de preocupações (...) e seleccionam características específicas desses acontecimentos ou descrições associadas e interpretam-nas segundo a sua percepção e esquemas mentais.” (Kaperson *cit. in* Krimsky e Golding, 1992: 159)

Por sua vez, vão comunicar essas interpretações a outros grupos sociais ou indivíduos. Uns e outros processam a informação, situam-na na sua agenda de preocupações, e podem sentir-se forçados a responder:

“Alguns poderão mudar as suas crenças iniciais, ganhar conhecimento e abordagens acrescidas, e serem motivados a agir; outros podem aproveitar a oportunidade para estabelecer novas interpretações que remetem para as fontes de origem ou outras partes interessadas; e ainda outros que vêem a informação acrescida como confirmando antigas perspectivas do mundo e da sua ordem.” (Kaperson *cit. in* Krimsky e Golding, 1992: 159)

Os indivíduos ou grupos que recolhem informação sobre riscos comunicam com outros e, através de respostas comportamentais agem, na terminologia dos autores do modelo, como centrais amplificadoras. As considerações sobre o papel que cada um desempenha a nível pessoal e social moldam a selecção da informação. Se esta vai contra valores ou crenças de cada um, pode ser atenuada ou ignorada, mas os indivíduos também agem como membros de grupos culturais e unidades sociais mais alargadas que co-determinam as dinâmicas e processamento social do risco e que, no presente modelo,

são designadas por “centrais sociais de amplificação”. (Kaperson *in* Krinsky e Golding, 1992: 160)

Em suma, “(...) *a amplificação social do risco* diz respeito aos processos e estruturas culturais, sociais e individuais que moldam a experiência societal ligada do risco. Esta formatação pode alargar (amplificar) ou reduzir (atenuar) o risco que a sociedade carrega.” (Kaperson *cit. in* Krinsky e Golding, 1992: 160 e 161)

Os efeitos secundários são, por sua vez, percebidos pelos grupos sociais ou indivíduos para que estádios adicionais de amplificação possam ocorrer e produzir um impacto mais elevado. E a atenuação ou amplificação desses efeitos secundários terá implicações na tolerância ou aceitabilidade do risco. (Kaperson *in* Krinsky e Golding, 1992: 160 e 161)

Como estádios primários da amplificação ou atenuação do risco, vimos já, temos o fluxo de informação e as respostas ao nível do comportamento. Neste contexto, “(...) a natureza do discurso sobre risco que caracteriza o processamento social do risco será importante, com competição política para controlar a linguagem, símbolos, imagens e definição do problema de risco.” (Kaperson *in* Krinsky e Golding, 1992: 162)

Estudos empíricos: principais conclusões

O mais ambicioso dos estudos empíricos realizados no âmbito do modelo da amplificação social do risco foi uma análise comparativa estatística de 128 situações de risco. Uma listagem feita com recurso à taxonomia da *Clark University* sobre riscos tecnológicos, mais uma selecção de riscos naturais e acontecimentos radiológicos. Os riscos individuais foram inspirados num índice do “*New York Times*”. Relatos dos media e os moldes de cobertura mediática também foram bases de trabalho. Neste domínio, concluiu-se, por exemplo, que os media são determinantes para formatar a experiência societal e na determinação dos impactos sociais. A sugestão de muitos estudos de que a percepção pública reflecte largamente a cobertura mediática pecou por falta de confirmação empírica. Contudo, o forte relato dos media parece estimular a mobilização social, e vice-versa. (Kaperson *in* Krinsky e Golding, 1992: 168)

No caso de um acidente em Goiânia (Brasil), um dos seis campos de estudo à luz do modelo, o fluxo de informação caracteriza-se por uma cobertura mediática vasta e altamente alarmista. Em Setembro de 1987, nesta vila de cerca de um milhão de habitantes, dois desempregados vasculham uma clínica abandonada em busca de objectos a recuperar. Encontram um cilindro metálico e revendem-no a um ferreiro. Este consegue abri-lo e extrai dele pastilhas de cézio 137. Várias crianças manipulam estes brinquedos fluorescentes. Resultado: 250 pessoas postas sob observação, 21 hospitalizadas e quatro mortos no mês seguinte, assim como 42 habitações contaminadas. Tratado como um *faits-divers* secundário por um jornal local, este grave acidente será, pelo contrário, amplamente retomado por uma grande cadeia de televisão nacional, depois pela imprensa norte-americana, com títulos muito tenazes (“vislumbre mortal”, “jogo com as radiações”, “um carnaval envenenado”). (Peretti-Watel, 2001: 23)

Durante as semanas seguintes, em toda a região envolvente, os preços dos produtos agrícolas vão cair apesar de nenhum rasto de radioactividade ter sido detectado neles, os hotéis e os complexos turísticos vão esvaziar-se. No resto do país, as pessoas provenientes de Goiânia vão sofrer uma discriminação: os hotéis recusam albergá-los, certos pilotos de linha recusam descolar se eles estiverem a bordo, enquanto os veículos matriculados em Goiânia são acolhidos sob lançamento de pedras. Vários partidos políticos vão atribuir as culpas à energia nuclear, revezando assim o descontentamento manifesto da opinião. E esta mobilização terá eco noutros países. (Peretti-Watel, 2001: 24 e 25) Peretti-Watel, em jeito de comparação com o caso citado por Kasperson, recorda um outro. E diz que, para a Europa, as crises associados à doença das “vacas loucas”, primeiro em 1996 e depois em 2000, demonstram esses tais efeitos secundários: consequências políticas (impopularidade do Governo britânico, tensões entre o Reino Unido e os seus parceiros europeus), económicas (o sector bovino foi vítima), regulamentares (novas obrigações para os criadores e para os distribuidores, interdição das farinhas animais), e preocupações acrescidas para os consumidores. A propósito, Peretti-Watel destaca o seguinte:

“Evidentemente, a noção de amplificação do risco tem o mal de deixar perceber (sem na verdade o dizer) que existe um risco real, objectivo, que é amplificado, logo deformado, pelos media e o público. No caso das vacas loucas, apoiando-se nas certezas científicas

adquiridas desde o final dos anos noventa, podíamos também defender o ponto de vista inverso: os peritos e as autoridades não diminuíram eles o risco?” (Peretti-Watel, 2001: 24)

Voltando ao conjunto do 128 eventos seleccionados, e no que respeita particularmente à amplificação ou atenuação através do fluxo de informação, o estudo demonstrou que uma cobertura forte e sustentada de um facto não assegura por si só que preocupações públicas substanciais irão emergir ou que uma amplificação significativa do risco através do alargamento dos efeitos secundários irá ocorrer. (Kaperson *in* Krimsky e Golding, 1992: 173) Apesar da experiência de Goiânia mostrar claramente o poderoso papel que podem desempenhar quer os media quer o fluxo interpessoal dos rumores em determinar as consequências ligadas ao risco, no caso de Gorleben, na Alemanha (acidente de construção de um depósito de desperdício nuclear), os relatos de imprensa, apesar de vastos no plano local, tiveram aparentemente pouco impacto nas atitudes do publico local.

Já vimos que a amplificação ou atenuação de um risco depende bastante dos media e que estes poderão potenciar os chamados efeitos secundários. A propósito das consequências da amplificação social do risco, Peretti-Watel diz ser ideia comum a numerosos especialistas a de que os media se apoiam nas incertezas dos cientistas para alimentar um verdadeiro ciclo vicioso. Socorrendo-se da teoria de Sonigo, por exemplo, nota que “(...) eles alimentam as «crenças irracionais» do público, o qual empurraria depois os políticos sob pressão a tomar medidas regulamentares ou legislativas excessivas. Estas medidas penalizariam as empresas, que se consideram muitas vezes como vítimas de um «assédio textual» (...)” (Peretti-Watel, 2001: 22) Do mesmo modo, tais medidas “(...) podem revelar-se contra-produtivas: ao lutar contra um risco menor mas bastante mediatizado, favorecemos outros, mais perigosos.” (Peretti-Watel, 2001: 22)

Peretti-Watel cita aqui o exemplo de outra autora, Maurice Tubiana, segundo a qual a focalização excessiva do público sobre os possíveis efeitos secundários de uma vacina contra a hepatite B levou a interromper a campanha de vacinação. Resultado: deixou-se de prevenir 10 mil casos de hepatite, cem dos quais mortais, para evitar talvez uma ou duas escleroses. Do mesmo modo, segundo Tubiana, a inquietação suscitada pela nocividade não demonstrada de um insecticida de síntese conduziu a privilegiar os

insecticidas menos potentes e a favorecer assim o reaparecimento do paludismo em países do terceiro mundo. (Peretti-Watel, 2001: 22)

Outro exemplo chega de Jean-François Girard, antigo director geral da Saúde francês, que conta como a mediatização excessiva de um vírus presente nas Antilhas mas muito raro na metrópole obrigou o Estado a generalizar a despistagem para todas as dádivas de sangue, por um custo total de 110 milhões de francos, e um ganho esperado de uma vida humana cada 40 anos (contra 400 vidas se a mesma soma havia sido consagrada à despistagem do cancro). (Peretti-Watel, 2001: 22)

Da amplificação à hierarquização mediática do risco

Åsa Boholm também explora a questão da amplificação, ou atenuação, do risco, bem como a já referida teoria da aceitabilidade, partindo de estudos sobre como os media condicionam a percepção dos riscos e os hierarquizam.

“Pode esperar-se que as avaliações dos riscos nos media podem influenciar respostas e atitudes públicas sobre como os riscos são aceites, rejeitados, modificados, tolerados ou eliminados. Os media não só constróem mensagens complexas sobre o risco e os perigos; enquanto alguns riscos podem ser amplificados, outros podem ser atenuados pela apresentação nos media.” (Boholm, 1998: 146)

Como cita Boholm, Englander quis comparar a estrutura da percepção do risco e as avaliações do risco percebido na Hungria, por oposição a estudos semelhantes já efectuados nos Estados Unidos (Boholm, 1998: 140), e concluiu que as diferenças observadas na percepção dos riscos entre os sujeitos americanos e húngaros poderiam estar condicionadas pelos papéis dos media noticiosos de cada país. O controlo exercido pelo Governo comunista sobre os media contribuía para uma percentagem significativamente menor do risco percebido na Hungria, devido, provavelmente, a uma muito pequena cobertura mediática dos riscos no país. (Boholm, 1998: 145) Nos Estados Unidos isso não acontecia, e enquanto a imprensa húngara atenuava os riscos (por omissão), a americana amplificava-os. (Boholm, 1998: 146)

Buscando explicações para variações na percepção da magnitude dos riscos entre diferentes países, Boholm cita um outro estudo, de Teigen, que discute a

combinação do tamanho do país e o impacto dos media. “Membros de uma grande sociedade podem sentir-se mais desprotegidos e sujeitos a perigos objectivos remotos visto que, nos Estados Unidos por exemplo, as pessoas estarão mais sujeitas a um maior número de notícias sobre riscos, e também a mais opiniões divergentes sobre aquilo que é ou não perigoso.” (Boholm, 1998: 146)

Um terceiro estudo citado por Boholm, efectuado na Roménia e na Bulgária por Sjöberg, inclui uma análise detalhada à produção relevante de notícias sobre riscos na imprensa diária daqueles países nos anos de 1985 e 1993. Tanto num país como noutro aumentaram as notícias sobre riscos durante um período e outro, se bem que na Bulgária o aumento tenha sido consideravelmente maior. A cobertura nos media foi analisada e cruzada com os resultados em relação aos significados dos riscos percebidos, e com o ordenamento específico dado aos perigos.

“Os resultados foram algo negativos; eles não suportaram a ideia que a cobertura nos media influencia a percepção dos riscos, ou pelo menos, não directamente na forma de uma correlação quantitativa entre as avaliações de níveis de risco de causas várias, e a cobertura que cada um dos riscos recebe nos media. É natural que seja de esperar que a relação entre os media e a percepção dos riscos seja complexa; o papel dos media na sociedade, e os seus diferentes papéis em diferentes sistemas sociais e económicos, tem que ser tido em conta, e não pode simplesmente ser assumido que os media ‘mediem’ o risco de uma forma invariável transversalmente a todas as sociedades.” (Boholm, 1998: 146 e 147)

É de esperar que os media possam ter diferentes interesses determinados por questões nacionais ou tradicionais; isto irá influenciar a selecção daquilo que é noticiável e também a forma como qualquer material é seleccionado, apresentado e avaliado. Neste contexto, Boholm cita um projecto transnacional que explora as atitudes em relação ao risco, natureza e ambiente no Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Portugal:

“A análise do conteúdo dos três diários líder em cada país revelou diferenças substanciais na cobertura de imprensa. A poluição nuclear recebeu quase a mesma atenção em todos os países excepto na Itália, onde não se encontraram referências. No Reino Unido, 20% de todas as referências nos media a questões ambientais lidavam com o equilíbrio da fauna. Nos outros países, nem o equilíbrio da fauna nem o da flora receberam atenção especial. A imprensa alemã estava mais preocupada com a poluição ambiental de todos os

tipos, enquanto em Portugal a degradação de lugares naturais mereceu alto significado. Pouco interesse nestas matérias foi expresso na imprensa francesa, que estava mais preocupada com eventos naturais, condições atmosféricas e calamidades naturais. Em Itália, foi a degradação da paisagem e de edifícios que recebeu maior atenção na imprensa.” (Boholm, 1998: 147)

Segundo destaca o autor, não será correcto assumir que os media noticiosos operem da mesma forma no mundo inteiro. Para suportar esta afirmação, argumenta com a existência de variações transnacionais muito consideráveis na frequência e no tempo dedicado à leitura dos jornais, nos contextos em que eles são lidos e nas categorias sociais das pessoas que os lêem. (Boholm, 1998: 147) Do mesmo modo, “Os media noticiosos não são digeridos isoladamente pelos indivíduos. O que as pessoas leram nos jornais ou viram na televisão tende a ser discutido no trabalho, com a família e entre amigos e vizinhos, e pode-se especular como estas trocas informais influenciam o impacto da cobertura pelos media.” (Boholm, 1998: 147)

“Como é que a informação sobre os riscos nos media noticiosos é interpretada pelo público?” Esta é a interrogação lançada pelo autor, segundo a qual uma das conclusões de estudos empíricos de psicólogos cognitivos e outros investigadores nos mass media é, precisamente, a de que o impacto dos media é variado e complexo. (Boholm, 1998: 148)

Media dão a conhecer os riscos pouco familiares

Åsa Boholm concorda que os media audiovisuais disseminam informação que muitas vezes enfatiza a ideia de que o mundo é um lugar perigoso de se habitar. Este é um dos impactos no público. Mas destaca, ao mesmo tempo, o papel incontornável dos meios de comunicação quando se trata de difundir a percepção dos riscos que são menos familiares para as pessoas ou de que não têm experiência. O autor começa por notar que “Para serem percebidos e geridos, os riscos têm que ser identificados e comunicados.” (Boholm, 2003: 172) E distingue em seguida dois tipos de risco: aqueles que são concretos e familiares, como o risco associado à condução, ao tabaco, fazem parte do quotidiano e podem ser experimentados ou percepcionados pessoalmente; e aqueles

que, apesar das frequentes consequências pungentes, emergem como abstractos, como cálculos distantes e disseminados por uma linguagem formal de terminologia científica. Ou seja, uns riscos são próximos da experiência habitual do indivíduo e outros distantes. (Boholm, 2003: 172). O autor questiona, sobretudo, o modo como estes últimos são comunicados aos leigos e como são interpretados por estes. E dá a resposta: “A experiência desses riscos tende a vir dos media, que vivamente documentam acidentes e ameaças que ocorrem em todo o mundo.” (Boholm, 2003: 172) A conclusão é ainda mais válida, diz o autor, se aplicada aos “(...) ‘riscos virtuais’, onde a evidência científica é inconcludente e duvidosa (...)” (Boholm, 2003: 172)

A mediatização de muitos problemas ligados ao risco, conclui o autor, significa que eles são trazidos ao público sobretudo pelos media de difusão global, como a televisão ou a internet.

Em seguida, Boholm enumera três modos básicos de conhecimento dos riscos: experiência quotidiana, cenários derivados da ciência e narrativas colectivas sobre eventos. A propósito deste último, diz que acontecimentos como o colapso do reactor de Chernobil e o ataque do 11 de Setembro às Torres Gémeas, nos EUA, são predominantemente comunicados através dos media.

“Tais narrativas integram comentários de peritos que transmitem informação científica, bem como fazedores de opinião como a Greenpeace ou outras organizações não governamentais, muitas vezes introduzindo uma evidência científica contraditória ou prioridades alternativas. Para os media, a estrutura dramatúrgica narrativa é crucial: tem de haver uma história a ser contada sobre intenções e motivos, vítimas, vilões e heróis, todos representados num cenário específico. As consequências humanas são descobertas tal como os significados e as emoções. Problemas de culpa, responsabilidade e confiança são correntes e são misturados com questões sobre causas e especulações sobre os efeitos plausíveis.” (Boholm, 2003: 173)

Alguns episódios, acrescenta, desenvolvem mesmo uma capacidade para estruturar a interpretação de novos eventos. Tornam-se epítomes que podem ser usados para classificar outros eventos.

Em jeito de conclusão, o autor nota que há interfaces entre os três modos de conhecimento, na medida em que a informação é trocada entre todos: resultados da ciência são incorporados na experiência do quotidiano, por exemplo levando as pessoas

a alterar hábitos alimentares por receio das salmonelas; relatos dos media de condições climáticas extremas, como tempestades ou cheias, podem servir como representações do risco de alterações climáticas. “Os próprios eventos emergem depois como riscos construídos socialmente e um modelo científico abstracto pode ser traduzido para uma categoria próxima da experiência que é imbuído de significado social.” (Boholm, 2003: 174)

A propósito da incorporação dos resultados da ciência na experiência do quotidiano, o autor remete para um estudo desenvolvido sobre a imprensa sueca que, na sua opinião, “(...) ilustra bem a convergência das proposições e descobertas científicas, o contar de histórias dos media baseado nesses resultados científicos e a experiência do dia a dia.” (Boholm, 2003: 174).

Em 2002 a imprensa sueca deu grande amplificação a uma história envolvendo os novos modelos da marca automóvel Volvo. O problema era que campos electromagnéticos comparativamente altos tinham sido medidos nos novos carros devido a uma razão técnica que implicava a colocação da bateria na traseira dos modelos S80, S70 e S60. Na Suécia quase toda a gente possui um Volvo, já possuiu, ou conhece alguém que tenha um Volvo, e este assunto foi merecedor de muita atenção nos media suecos, introduz o autor. (Boholm, 2003: 169) Os anúncios noticiosos dos jornais nacionais mereceram grandes títulos dramáticos como por exemplo “Cientistas dão alarme – o novo Volvo pode provocar-lhe cancro”. Seguiu-se “(...) o alarido da reacção pública e os proprietários desiludidos, zangados e preocupados foram entrevistados pela imprensa.” (Boholm, 2003: 169) A Volvo reagiu afirmando que não havia prova científica que correlacionasse a existência de campos electromagnéticos com o surgimento de casos de cancro, mas também esta matéria mereceu contestação e desacordo científico nos media.

O autor nota que “É altamente improvável que este episódio tivesse tanta repercussão na Suécia se se tratasse de outra marca automóvel, o que quer dizer que a questão tem muito a ver com os significados simbólicos relacionados com o que um carro Volvo deve ser.” (Boholm, 2003: 169) Na Suécia, os Volvo são vistos como carros de qualidade, fiáveis, práticos e respondendo aos mais altos standards de segurança. A descoberta pelos media dos campos electromagnéticos possivelmente cancerígenos nos novos Volvo questiona tudo aquilo que se assumia como garantido

acerca da natureza do carro, o que implica a reavaliação da segurança dos modelos em questão e também da confiança na corporação. (Boholm, 2003: 169 e 170)

Mediatização lembra filme de Hollywood

Roy Boyne, professor de sociologia na Universidade de Durham, EUA, que nos últimos anos tem trabalhado em associação com Ulrich Beck no campo do risco, explora a ideia de que os mass-media e a oposição política sempre exageram o risco. Isto num contexto em que a comunicação cada vez mais densa e as redes dos media alertam um elevado número de pessoas e organizações para um vasto conjunto de ameaças e possibilidades.

Numa era em que o imperativo dos mass-media é o de maximizar audiências e influências, Boyne diz que estes não têm como objectivo central disseminar conhecimento sobre riscos, embora na sua capacidade de produzir lucro ou na qualidade de patrocinadores estatais de difusão de notícias e comentários, sejam um meio bastante importante para o fazer. (Boyne, 2003: 23)

Abordando a linguagem dos media de radiodifusão, Boyne afirma que ela não é rigorosa, não distingue de forma consistente risco de incerteza, nem riscos mensuráveis de estimados. Do mesmo modo, os media não aprofundam geralmente qualquer informação estatística ou sobre antecedentes históricos, nem procuram dar apoio a quem tem responsabilidades profissionais no que respeita aos riscos que estão sob discussão. Preferencialmente, será assumida a tarefa de atribuir responsabilidades, quer por acontecimentos passados ou pelas acções necessárias no futuro. (Boyne, 2003: 23)

O autor nota que “Os media, contudo, cumprem a exigência de comentário e cobertura instantâneos, e por isso não podem aspirar à desejável investigação multidisciplinar (...)” se é proposta, por exemplo, a construção de uma nova pista para um aeroporto existente ou um oleoduto entre a China e a Sibéria. (Boyne, 2003: 24)

Os media empregam directamente um vasto número de especialistas. Boyne dá o exemplo das maiores companhias televisivas que têm correspondentes científicos, especialistas desportivos e porta-vozes na área da saúde. Uma receita para um serviço rápido além-fronteiras, competente e rigoroso, na medida do possível, que, destaca o autor, permite aos canais da BBC e CNN manterem uma elevada reputação. (Boyne, 2003: 24)

Porém, o autor destaca duas características estruturais do processo editorial da comunicação multidisciplinar. A primeira é que esta comunicação requer a preparação de compromissos discursivos entre os vários participantes, cabendo ao editor ver que as diferentes linguagens e suposições no que respeita ao risco estão interligadas a fim de criar um discurso acessível para a maioria da audiência. A segunda característica é a necessidade geral de orientar o produto dos media para o consumidor inteligente. (Boyne: 2003, 24) Ora, “Quando a segunda característica é associada aos compromissos (de linguagem e suposições de base) exigidos pela multidisciplinaridade, então chegamos à conclusão que a discussão dos media sobre o risco não será, de uma maneira geral, suficiente para se basear neles juízos válidos.” (Boyne, 2003: 24) Deverão, por isso, ser encarados como meras introduções, defende o autor, apesar de constatar que a discussão mediática e o trabalho de reportagem sobre risco não é acompanhado por qualquer tipo de prevenção no campo da saúde. Do mesmo modo, considera haver ainda muito por explorar no que toca aos processos que condicionam a produção jornalística. E, para os aprofundar, explora a forma como os próprios media lidam com o risco no interior das suas organizações.

Roy Boyne fala-nos do caso concreto de Susan Shapiro que no final dos anos 80 era uma investigadora associada a trabalhar para a Fundação Americana de Advocacia que se interessou em como os editores dos jornais e os produtores televisivos lidavam com o risco de serem processados. O emergir de uma sociedade consciente do acto de processar legalmente, prossegue Boyne, levou a uma crescente auto-censura nos jornalistas, que se tornaram mais cautelosos, ignorando histórias de alto risco, evitando histórias sobre indivíduos privados porque acarretavam mais responsabilidades para eles do que aquelas em relação às figuras públicas, e abandonando histórias cujas fontes precisavam de ser protegidas. (Boyne, 2003: 25) Tudo isto num processo autocensório cuja intenção era evitar ser processado e enfrentar eventuais indemnizações. “Neste contexto a função editorial tendeu a impor protocolos de comportamento nas redacções mais rígidos, apertando o controlo, obrigando à dupla confirmação dos factos para todas as notícias, e por fim, empregando advogados para confirmar se as histórias são ‘seguras’ ou não.” (Boyne, 2003: 25)

Movendo-se neste cenário, Shapiro conduziu entrevistas a 53 advogados que aconselhavam jornais e companhias de televisão sobre os riscos de serem processados. As consequências directas do trabalho dos advogados sobre o trabalho dos jornalistas

foram notoriamente duas: a primeira tem a ver com o estreitamento temático das notícias, e a segunda com o recurso preferencial a fontes oficiais. No primeiro caso, o estreitamento temático das notícias, tem a ver com a preocupação dos advogados em manter o jornalista concentrado na história principal, aconselhando-o a deixar para trás histórias secundárias, pequenos detalhes ou observações auxiliares, que segundo o ponto de vista dos homens das leis são mais susceptíveis de conter matérias passíveis de processo cível. No segundo caso, o recurso preferencial a fontes oficiais, tem a ver com a pressão feita sobre os jornalistas para usarem fontes seguras. “Isto significa que pode existir uma tendência no sentido de a imprensa usar definições oficiais de situações de risco e que podem existir histórias importantes que não são contadas, talvez porque a sua versão oficial seja demasiado esquelética para ser noticiável.” (Boyne, 2003: 27)

O trabalho de Susan Shapiro, conclui Boyne, reforça a ideia que a apresentação mediática do risco deva ser vista muitas vezes como introdutória.

Abordando, em seguida, a aceitabilidade social e a identificação do risco, temas já explorados no presente trabalho, Boyne constata que, no início do século XXI, os media permanecem, de forma significativa, nacionais no seu alcance editorial e operacional. E a sua grande problemática é, diz o autor, “(...) a tentativa de manter e até expandir uma audiência nacional ou sub-nacional, no contexto de fortes pressões supranacionais crescentes como o poder cultural dos EUA, as uniões económicas como a UE ou as dinâmicas mundiais de movimentos religiosos como o Cristianismo ou o Islamismo (...)” (Boyne, 2003: 29) Por outro lado, na era da internet, o problema já não é de troca de informação, mas de acreditação e fiabilidade da informação.

Se partirmos da ideia que o mercado dos media é um mercado único e global com subdivisões locais subordinado ao modelo comercial da comunicação, percebemos que existem condicionantes internas inerentes a este mecanismo da globalização (por exemplo a propriedade privada e a dependência do sustento publicitário dos meios de comunicação) que tendem a criar nos media a erosão da esfera pública e a criação de uma cultura de entretenimento. (Herman e McChesney *cit. in* Boyne, 2003: 30)

Esta confusão sobre qual deve ser o papel dos media é geradora de debate sobre o que devem os media informar-nos e sobre como deve ser apresentado o interface entre o local e o global. “Por isso não é surpreendente que tanto do conteúdo dos media seja espectáculo e entretenimento. Este é um mecanismo chave pelo qual os media mantêm e

tentam expandir as suas audiências, confiantes na antecipação que vão fazendo do consentimento cultural à indústria global do ‘info-entertainment’.” (Boyne, 2003: 30)

Numa abordagem à relação estrutural entre comunicação global do risco e entretenimento global, que diz ser convoluta, Boyne começa por notar que os media globais são predominantemente televisuais. E imagens e problemas globais geralmente requerem ser contextualizados para a audiência. É o que Fairclough, citado por Boyne, chama de recontextualizar e outros, como Cohen, de domesticação. Além disso, “A audiência para o tratamento documental dos media sobre eventos remotos e temas globais, mesmo recontextualizados, requer sedução. As emoções devem ser chamadas de forma vigorosa ou a audiência não irá despendar a sua atenção.” (Boyne, 2003: 31) A situação, diz Boyne, é similar ao imperativo de audiência de um filme de Hollywood.

Tomando como exemplo o tratamento mediático da Guerra do Golfo, o autor explica, em seguida, que “(...) se a questão de risco global, como a poluição por radiações, é relevante de forma directa e recente para o contexto local, o seu surgimento irá provocar exigências emocionais de aconselhamento, procedimento e futura prevenção.” Mas “(...) se o tema não é directamente ameaçador, mas afecta amigos globais ou vizinhos, podemos esperar uma certa exigência de informação e, em resposta, um nível modesto de reportagem complacente, possivelmente com um tom admonitório.” (Boyne, 2003: 31) A audiência que participa neste segundo processo será relativamente pequena, segundo o autor, mas, como acontece com todos os contextos de comunicação global, tenderá a ser maximizada pelo uso documentário das técnicas de entretenimento. (Boyne, 2003: 31 e 32) “(..) mesmo os itens documentais mais sérios serão editados e guionizados, tão profissional e compelidamente como o tempo o permitir, com ilustrações atraentes e o realçar das rotinas de quaisquer aspectos dramáticos que possam ser demonstrados.” (Boyne, 2003: 31)

Em jeito de crítica aos mass-media, Boyne diz que,

“(...) mais ao nível da forma do que do conteúdo, não há diferenças significativas entre facto e ficção. A apresentação mediática do risco pende geralmente para o dramático. A competição inevitável com entretenimento projectado e produzido de forma dispendiosa pode forçar até o tratamento responsável do risco pelos media para padrões de emoção e do espectáculo.” (Boyne, 2003: 32)

Estas mudanças na forma de encarar as notícias do risco levam Boyne a evocar o trabalho de um autor como Kasperson, já citado neste trabalho, ao falar de uma amplificação social do risco: “(...) um processo através do qual as especulações próprias e racionais sobre o significado de tendências ou eventos podem ser aumentadas através dos media para produzir percepções partilhadas de um risco acrescido, desconfiança geral e o desenvolvimento de grupos locais de acção.” (Boyne, 2003: 32)

Há, por isso, duas questões que Boyne julga não estarem ainda suficientemente esclarecidas: Será que a televisualização global dos media significa padrões mais baixos na transmissão de informação sobre risco? Será que a reprodução do consentimento cultural nas audiências mediáticas requer sobretudo imagem em detrimento do conteúdo?

Como primeira pista para responder àquelas questões, Roy Boyne cita um estudo observativo efectuado por Harold Evans, sobre a forma como os jornais escritos em inglês mudaram nos últimos 25 anos, como prova implicativa numa particular alteração no tratamento mediático do risco. “Em termos gerais, este antigo editor do *Sunday Times* crê que o papel dos jornais como vigilantes do interesse público tem sofrido forte erosão, ao mesmo tempo que o ênfase tem sido transferido do método do jornalismo investigativo para o da imagética emocional.” (Boyne, 2003: 33)

No mesmo contexto de globalização e competitividade, Boyne constata, igualmente, que a maior parte da reportagem de investigação não é produzida especificamente para alertar o público dos riscos. “Quando tal acontece, é sobretudo accidental face ao principal objectivo funcional de conseguir uma história, e assim reproduzir continuamente um apetite geral para estimular notícias.” (Boyne, 2003: 34)

A propósito da relação ente ciência, tecnologia e media, Niklas Luhmann sugere que “(...) no processo de produzir informação, os mass-media simultaneamente estabelecem um horizonte de incerteza auto-gerada que tem de ser alimentada com cada vez mais informação (...)” (Luhmann *cit. in* Boyne, 2003: 35) Luhmann sugere que uma das formas de sustentar o sistema mediático em funcionamento é manter vivo o

processo de trabalhar uma história criando procura para a notícia que lhe haverá de suceder, num processo interactivo onde cada informação surge como promessa implícita de uma nova informação.

Esta realidade contraria o princípio comunicativo da ciência, já que nunca tem por objectivo clarificar aquilo que sabemos a um dado momento. “O imperativo científico é diferente do dos media. No campo do risco, esta tensão situa-se entre analisar o risco e criar um apetite para as suas imagens.” (Boyne, 2003: 35)

A informação auto-gerada e a interactividade da informação

Podemos encontrar num estudo efectuado por Paul Beedie e Graham Bourne indícios fortes sobre como a informação auto-gerada pelos media e a interactividade informativa que normalmente lhe é associada, responde em absoluto às necessidades de captação e manutenção das audiências dos media e não a interesses comunicativos mais gerais e objectivos caracterizadores do total enquadramento de uma dada questão ou risco.

A propósito de um incidente que envolveu o arrastar pela corrente de duas jovens que participavam numa iniciativa conjunta de descida de um rio, Beedie e Bourne examinaram a cobertura da imprensa sobre o evento, assim como o seguimento noticioso subsequente. Feito numa perspectiva de discussão sobre o assunto da educação alargada que defende que os alunos devem ser sujeitos a um largo espectro de actividades curriculares e extra curriculares, o trabalho destes autores procura dar conta dos benefícios de actividades educativas de aventura como uma forma de compensar “(...) as mensagens negativas relativas ao risco promovidas pelos media em geral.” (Beedie e Bourne, 2005: 331)

Os autores referem-se à palavra risco como parecendo ser detentora de um estatuto especial como um termo que abarca uma grande variedade de temáticas (“*umbrella term*”), sendo conotada negativamente com muita frequência e habitualmente usada na negativa pelos media. “O risco não é o mesmo que ‘perigo’, ‘probabilidade’ ou ‘incerteza’ embora se possa referir a conceitos similares. Todos somos especialistas em risco, análise de risco e em evitar o risco. De facto, é difícil imaginar uma actividade da esfera humana que não envolva algum grau de avaliação

sobre risco.” (Beedie e Bourne, 2005: 333) Mas, neste contexto, importa “(...) sublinhar o papel dos mass media em termos de exagerar o grau de risco envolvendo a vida do dia-a-dia.” (Beedie e Bourne, 2005: 333) Relacionando esta ideia com o facto de o “(...) risco ser uma característica definidora das notícias (...)” e da “(...) bem estabelecida importância das ‘más’ notícias em termos de manter altos os números de telespectadores, leitores e ouvintes (...)” (Beedie e Bourne, 2005: 334), chegamos à razão de um acidente numa iniciativa escolar merecer alto interesse mediático, mesmo se soubermos “Que as estatísticas mais conservadoras sugerem que os dez milhões de crianças britânicas em idade escolar passam pelo menos dois dias por ano fora da escola o que, à média de três mortes por ano, dá uma taxa de fatalidade de um em oito milhões.” (Beedie e Bourne, 2005: 333) Os autores do estudo procuram “(...) objectar os relatos negativos dos media acerca das actividades exteriores de aventura e realçar o facto de a grande maioria das actividades aventureiras e viagens escolares ocorrerem sem incidentes.” É claro que “Estas viagens que correm bem são lugares-comuns e têm um potencial noticioso muito limitado.” (Beedie e Bourne, 2005: 337)

As conclusões dos autores ingleses referem que,

“As representações dos media das actividades de aventura, que tomam parte do debate acerca do conceito de educação alargada, aparentam ser quase universalmente ligadas às tragédias e a incidentes espectaculares. Os desastres são notícia, e as actividades e expedições que se completam sem contrariedades não são. O público em geral, muito do qual não tem experiência prática directa de actividades de aventura, aparenta ser fornecido com uma visão negativa destas actividades.” (Beedie e Bourne, 2005: 337)

Seleccção e apresentação dos riscos nos media

As conclusões obtidas por Beedie e Bourne no seguimento da análise à construção mediática do risco a propósito do que ficou conhecido como incidente *Stainforth Beck*, remetem-nos agora à pergunta que serve de premissa ao trabalho de Eleanor Singer e Phyllis M. Endreny e que vem no seguimento das pesquisas que têm sido expostas neste capítulo: “O que é que o leitor ou telespectador médio aprende com a maneira como os perigos e os seus riscos associados são seleccionados e apresentados pelos media?”

A pesquisa de Singer e Endreny levou em conta a seguinte amostra: em 1984, durante quatro meses, foram monitorizados 15 meios seleccionados para providenciarem uma amostra nacional dos jornais, revistas e cobertura televisiva, assim como algumas comparações com imprensa local, meios dirigidos a audiências especializadas e meios que tratam tópicos específicos; um subconjunto destes foi monitorizado durante quatro semanas em 1960. Durante estes dois períodos da amostra, todas as histórias que lidavam com um risco ou um grupo de perigos foram seleccionadas para análise. Do total de histórias identificadas desta forma, foi seleccionado um grupo mais pequeno para uma análise detalhada. Para cada uma destas histórias foi criado um código com uma série de variáveis associadas aos meios e também aos riscos abordados.

A informação recolhida por Singer e Endreny suscitou-lhes quatro outras perguntas: Que tipo de riscos são reportados pelos meios? Que tipo de informação os meios apresentam sobre o risco? Quem é responsabilizado pelos riscos e respectiva prevenção? Quão fidedigna é a informação nos meios sobre os riscos?

À primeira pergunta (que tipo de risco são reportados pelos meios?) as autoras inferiram três princípios gerais acerca da definição e selecção dos riscos pelos meios. Primeiro, o que é definido como risco difere ao longo dos tempos. Segundo, apesar das definições de risco que aparecem nos meios mudarem, “(...) é altamente improvável que sejam os meios a iniciar essa mudança; as suas definições e selecções de riscos publicadas são geralmente moldadas pelas fontes mais do que pelos meios.” (Singer e Endreny, s/d: 1) Terceiro, uma comparação directa entre riscos como tópicos para uma nova história e riscos como causa de morte, mostra que não há relação directa entre as duas. Assim, o que é noticiável não mudou muito no período de 24 anos analisado, mas não corresponde na medida exacta com a distribuição dos eventos de risco no mundo, se medido pelos números de mortalidade. “As definições de riscos dos meios são baseados na dramaticidade de um evento único, e não no cumulativo maior, mas menos espectacular, dos riscos que reflectem mais mortalidade anual.” (Singer e Endreny, s/d: 2)

A segunda pergunta que conduz a investigação de Singer e Endreny busca saber que tipo de informação os media apresentam sobre o risco?

As autoras referem que mais do que falar sobre os riscos, os media relatam as suas circunstâncias específicas, sobretudo se a elas estiverem associados danos ou perdas concretas. Tal como outros autores já explorados neste capítulo, também Singer e Endreny chamam a atenção para a existência de “(...) um conflito inerente entre aquilo que é o negócio das notícias e aquilo a que os cientistas sociais chamam comunicação de risco.” (Singer e Endreny, s/d: 3) As autoras concluem que, fazer notícias sobre riscos, por oposição a comunicar sobre riscos, é noticiar sobre eventos em detrimento das questões principais, sobre consequências imediatas em vez de considerações a longo prazo, sobre danos em vez de riscos. As alternativas quase nunca são consideradas numa história sobre um perigo específico, e quando isso acontece, os seus riscos e benefícios não o são. Questões morais ou éticas estão quase sempre ausentes das histórias noticiosas sobre riscos, e mesmo as questões económicas são quase sempre ignoradas. (Singer e Endreny, s/d: 3)

Sendo assim, é legítimo questionar, como o fazem Singer e Endreny na sua terceira pergunta, quão fidedigna é a informação sobre os riscos nos media?

Para responder as autoras procederam à análise da amostra recolhida e identificaram “(...) as notícias ou histórias principais que se referiam a um relato investigativo e citavam uma fonte publicada para esse relato, ao que se seguiu uma comparação sistemática das duas referências.” (Singer e Endreny, s/d: 4)

A partir desta tarefa as autoras observaram discrepâncias que envolvem omissões de declarações qualificadas, detalhes de método, mudanças no ênfase, redacção menos precisa e maior uso de termos coloquiais. Para além disso, “(...) dois-terços das novas histórias codificadas no estudo continham uma ou mais declarações substancialmente diferentes das declarações do trabalho de investigação original.” (Singer e Endreny, s/d: 4) Estas discrepâncias não são desde logo julgadas pelas autoras, que consideram, que se as referências feitas na imprensa não reflectem as posições científicas tal como elas são, então existem falhas no processo de comunicação, quer chamemos as estas falhas incorrecções ou outra coisa qualquer.

“Por vezes as posições são mais políticas que científicas, ou pelo menos uma mistura das duas. Nestes casos, nós podemos exigir que o relato correcto separe esses dois componentes, e que clarifique as audiências em que medida o conflito é sobre as

implicações factuais das evidências, e em que medida é sobre as suas implicações económicas, políticas ou éticas.” (Singer e Endreny, s/d: 4)

A derradeira questão posta por Singer e Endreny procura saber quem é responsabilizado pelos riscos?

As autoras deste estudo distinguiram dois tipos de responsabilidade atribuídos pelos media nas histórias por si recolhidas: culpa para a ocorrência de um perigo e responsabilidade na sua prevenção, sendo que a ocorrência desta última é muito mais frequente. Além disso, sublinham, os agentes responsáveis pelas acções preventivas não foram necessariamente os mesmos dos que foram culpados pela sua ocorrência e também não foram encontradas diferenças entre os diferentes media no que diz respeito à atribuição de culpas. Mas porque os relatos sobre o risco são centrados no evento, “(...) todos os media presentes no estudo tenderam a fazer a chamada atribuição fundamental do erro: a tendência para atribuir demasiada responsabilidade aos actores individuais, incluindo as corporações individuais, e responsabilidade a menos aos constrangimentos sociais e do meio nos quais eles se movem.” (Singer e Endreny, s/d: 5)

As conclusões de Singer e Endreny não apontam para significativas diferenças entre o tratamento do risco pelos media nos dois períodos de tempo analisados, e mesmo as mudanças que são capazes de inferir, parecem ser induzidas pelo aparecimento de riscos diferentes e não por diferentes perspectivas em relação a um mesmo risco.

“Não foi possível encontrar provas de uma crescente aversão ao risco por parte dos media entre 1960 e 1984. Pelo contrário, encontrou-se uma muito ligeira tendência na direcção inversa. Histórias sobre risco em 1984 davam um pouco mais atenção aos proveitos do que em 1960, e também era um pouco mais provável a inclusão de uma discussão acerca das alternativas aos riscos, e da rejeição da alternativa em favor do risco em si. Estas são pequenas mudanças que podem implicar relatos de perigos diferentes em vez de uma mudança de ponto de vista em relação a riscos específicos. Todavia, estas mudanças podem também ser indicativas de alterações subtis no clima social que diz respeito à aceitação do risco.” (Singer e Endreny, s/d: 5)

A ascensão e queda das notícias de risco

Também Jenny Kitzinger e Jacquie Reilly procuraram saber de que forma e quais os riscos que são tratados pelos media e, desde logo, afirmam saber “(...) que a cobertura mediática do risco é selectiva. Nem todos os riscos aparecem nas notícias, apesar de o ‘risco’ possuir noticiabilidade em si.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 12) Daí que seja, antes de mais, pertinente para elas perguntar que riscos atraem a atenção dos jornalistas e editores e explorar quando e como os media os trabalham para lhes dar visibilidade.

O estudo de Kitzinger e Reilly explora três temas: os riscos sociais da nova pesquisa genética molecular na saúde humana; os riscos do síndrome da falsa memória; e os perigos da encefalopatia espongiforme bovina (BSE ou doença das “vacas loucas”).

As investigadoras definem-nas como áreas diferentes que envolvem diferentes especialistas e como temas actuais que apresentam potencial de controvérsia entre grupos de pressão e especialistas.

O estudo combina análises de conteúdo das notícias sobre cada um dos temas e a análise dos processos de produção informativa também envolvidos em cada uma das áreas. A análise de conteúdo debruça-se sobre amostras recolhidas aleatoriamente e amostras longitudinais, e o estudo dos processos produtivos inclui análises de comunicados de imprensa e relatórios oficiais, entrevistas a jornalistas e entrevistas a fontes de informação reais ou potenciais. (Kitzinger e Reilly, 2002: 13)

Os três casos escolhidos por Kitzinger e Reilly mostram como os habituais valores notícia e as práticas jornalísticas podem contribuir para uma reduzida cobertura dos riscos de uma pesquisa numa fase de investigação, como no caso da nova pesquisa genética molecular na saúde humana; como certas estratégias de risco podem, como no caso do síndrome da falsa memória, “(...) ir além dos padrões de exigência das *hard news*, subverter hierarquias tradicionais sobre o estatuto das fontes e serem consideradas como noticiáveis, mesmo na ausência de reconhecimento oficial ou de eventos com elevado valor notícia.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 14); e como a alteração das condições que chamaram a atenção dos media sobre um assunto podem fazê-lo desaparecer das agendas nos anos seguintes até reaparecer num outro momento, como no caso da BSE. “Em conjunto, os três casos, diferentes entre si, ilustram processos dinâmicos que levam

ao aparecimento e ao desaparecimento de debates sobre assuntos de risco.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 14)

No que diz respeito à pesquisa genética sobre saúde humana, as autoras notam que os debates de especialistas e de grupos de pressão sobre o assunto são enquadrados de dois pontos de vista: um centrado nos benefícios da saúde (discurso da grande promessa) e outro centrado nos riscos decorrentes da aplicação do conhecimento obtido (discurso da preocupação). (Kitzinger e Reilly, 2002: 14)

O debate sobre o assunto da pesquisa genética não suscitou grande interesse nos media britânicos antes ou durante o período da pesquisa de Kitzinger e Reilly. As investigadoras sublinham que, apesar de alguns debates televisivos e artigos esporádicos na imprensa, o tema nunca apareceu nas primeiras páginas e não se reconheceu nunca a matéria como risco. (Kitzinger e Reilly, 2002: 15) As razões para isto mesmo são enumeradas pelas autoras, e têm, por exemplo, a ver com a complexidade da questão. Devido a isso os jornalistas evitaram o assunto e os relatos que foram sendo publicados eram basicamente a reprodução de comunicados e declarações de imprensa emanados por fontes oficiais ou científicas. A falta de eventos reais que sustentassem a notícia e não a subordinassem ao hipotético constituía um forte obstáculo à divulgação, e, prosseguem as autoras, o mesmo acontecia com a ausência do factor humano: a necessidade de um caso ilustrativo capaz de gerar empatia na audiência nunca surgiu. Importante também era a ausência de referência ao que as autoras chamam de “heranças culturais”, ou seja, aspectos que se possam relacionar com conhecimentos prévios das audiências e dos próprios jornalistas eventuais difusores da notícia. Por último, concluem Kitzinger e Reilly, há que destacar a ausência de fontes. Desde logo não existia no governo britânico um interlocutor mediático capaz de responder a esta questão, assim como não existiam grupos de pressão constituídos. Mesmo da parte dos cientistas era latente ainda um afastamento em relação aos media. (Kitzinger e Reilly, 2002: 17 e seguintes)

O síndrome da falsa memória, consiste “(...) na impossibilidade de reprimir e depois recordar de forma precisa memórias de abuso [sexual] sistemático na infância. Essas memórias recuperadas seriam na realidade falsas memórias.” (Kitzinger e Reilly,

2002: 22) Este caso apresenta algumas semelhanças de forma com o anterior, mas o conteúdo que lhe foi dado pelos media difere substancialmente.

Tal como no caso anterior, as autoras afirmam que este era um campo complexo difícil de enquadrar jornalisticamente: possuía escasso enquadramento jurídico no Reino Unido, não havia fontes oficiais e existia muita relutância em os cientistas discutirem o assunto no espaço mediático. “Para além dos constrangimentos comuns à cobertura da pesquisa genética (...) o síndrome da falsa memória parecia uma questão secundária comparado com a genética. À primeira vista parecia não poder captar a atenção dos media.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 23) Apesar de todas as condicionantes, as investigadoras mostram que o assunto mereceu elevado tratamento jornalístico, tendo a cobertura centrado-se no risco de forma explícita. Tudo isto se passou num curto período de tempo (1994\95), com a atenção a decrescer em 1996. (Kitzinger e Reilly, 2002: 24)

Mas que factores adicionais explicam o interesse dado a esta questão por oposição ao que se passou com a pesquisa genética? As autoras respondem destacando uma forte actividade dos grupos de pressão, e a existência de antecedentes noticiosos que também lidavam com abusos sexuais e que faziam a questão encaixar num “molde mediático” já existente. Para além disso, notam, o tema chegou ao Reino Unido já ratificado como noticiável nos EUA, onde actuavam já muitos grupos de pressão, e após as primeiras notícias serem publicadas em solo britânico, surgiu a criação da *British False Memory Society*, um grupo local de pressão, influente e com recursos, que dava viva voz a pais que falavam na primeira pessoa e que ofereciam interesse humano à questão, assim como valor emotivo, drama, intriga e sentido de injustiça.

Kitzinger e Reilly dizem que com todos estes factores à mistura, e ao contrário do que se passava com a genética, os jornalistas não se sentiam longínquos deste tema: os jornalistas não se sentiam inibidos por serem ou não conhecedores do campo da psicologia, ou seja, a falsa memória era uma questão que podia ser contada sem grande recurso à ciência. Para isso contribuiu, prosseguem, a forma como a notícia chegou aos jornais, ou seja, do exterior do campo investigativo, contornando os processos de produção das notícias de especialistas em ciência. Assim, foi possível criar uma ligação ao leitor (na palavra das autoras, uma ligação do tipo “podia ser você”), uma ligação onde os jornalistas reconheciam no caso relevância clara para as suas audiências. Kitzinger e Reilly realçam que esta ligação “podia ser você”, não é uma qualidade

intrínseca ao risco. “É antes uma construção social e política relacionada com as percepções dos jornalistas sobre os seus públicos.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 27)

Em paralelo, o assunto foi-se tornando mais noticiável à mesma medida que era mais noticiado por outros jornais, naquilo a que as autoras denominam como o impacto auto-referencial dos media. “A noticiabilidade é uma tautologia: quando um tema obtém certo impacto mediático, atrai mais interesse e o interesse dos jornalistas alimenta esse impacto.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 27) Directamente relacionado com este factor está o impacto interactivo dos media: a atenção dos media estimulou reacções em especialistas, o que aumentou ainda mais a cobertura do tema com a posterior publicação de notícias sobre essas reacções.

“As questões que acabamos de ver mostram como a atenção dos media pode ser, em parte, explicada por referência à natureza do sujeito, ao seu interesse humano como valor e à acessibilidade real a articulistas e colunistas. O nível de interesse dos media também se relacionou com as considerações dos jornalistas enquanto pessoas, com as estratégias das fontes e, uma vez colocada na agenda pública, com a construção de uma auto-referência e de um impacto interactivo das notícias.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 29)

Em 1996 o assunto perde noticiabilidade. Kitzinger e Reilly apontam a saturação como factor explicativo: o assunto estava espremido e os jornalistas começaram a sentir cansaço da forte actividade do grupo de pressão. “Para além disso, esta temática não suscitou iniciativa governamental relevante nem produziu estória política, ajudando assim a esvaziar o interesse mediático.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 31)

A cobertura da falsa memória, concluem as autoras, seguiu assim o padrão clássico da distribuição da atenção atingindo um pico de interesse e depois decaindo. (Kitzinger e Reilly, 2002: 31)

No que diz respeito ao caso da encefalopatia espongiforme bovina, Kitzinger e Reilly começam por notar que a um primeiro pico de interesse nos media que surgiu em 1990 e rapidamente decresceu no final desse ano, só em 1996 se seguiu um novo pico. A falta de atenção mediática neste hiato temporal merece busca de motivos e explicações por parte das autoras desta investigação.

Kitzinger e Reilly afirmam que em 1990 existia um “molde mediático” para crises alimentares, e a BSE seguiu facilmente na senda de outros casos para nele se encaixar facilmente. Para as autoras, esse ano é também sinónimo de alto nível de auto-referência e interactividade nas notícias: a existência de casos humanos, embora não de contágio mas sim de ruína económica dos produtores de gado bovino, e um conjunto de boas imagens televisivas - a vaca trôpega, o ministro responsável pelo acompanhamento da crise comendo hambúrgueres e a cremação de centenas de carcaças de animais – foram factores que ajudaram a que o tema fosse altamente mediatizado. (Kitzinger e Reilly, 2002: 33)

Para além disso, continuam Kitzinger e Reilly, o assunto continha implicações políticas, económicas e burocráticas, e como o ministério da agricultura exerceu uma postura de total controlo da informação, monopolizando o acesso a documentos e indicadores e procurando influenciar a forma como as conclusões eram apresentadas, a imprensa ficou rapidamente mobilizada para procurar outras e várias implicações, alargando o debate para além do campo científico. Da mesma forma, também a oposição se mobilizou para contactos com os media, que assim se tornou na única via por onde a informação chegava ao público. (Kitzinger e Reilly, 2002: 34)

O declínio que se seguiu a 1990, concluem as autoras, explica-se por uma redução do fluxo informativo devido a medidas de compromisso a nível político que asseguraram as exportações de carne britânica para a Europa desde que certificada de que provinha de gado não contaminado. A incerteza científica que caracterizou a doença, o sentimento entre os jornalistas que a noticiabilidade da BSE estava esgotada e a falta de actividade política foram factores que ajudaram também ao declínio noticioso nos cinco anos seguintes. (Kitzinger e Reilly, 2002: 36)

A investigação de Kitzinger e Reilly demonstra que a doença das “vacas loucas” voltou a chamar a atenção em 1996 da forma mais dramática quando 10 novos casos da doença de *Creutzfeld-Jakob*, a forma humana da BSE, foram noticiados no Reino Unido. O organismo oficial de acompanhamento da doença, contam as autoras, decidiu que a informação devia ser pública, o que originou “(...) uma explosão de cobertura mediática, excedendo mesmo o pico de interesse de 1990.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 38) Aos valores notícia de então, explicam Kitzinger e Reilly, este novo pico acrescentava ainda os interesses da saúde pública. As intervenções governamentais e

mesmo europeias multiplicaram-se, o que a juntar à conclusão natural que os riscos eram agora menos hipotéticos e o surgimento de casos mortais, deu origem a sucessiva, crescente e intensa cobertura mediática. (Kitzinger e Reilly, 2002: 39)

Em forma de breve resumo, os três casos analisados por Kitzinger e Reilly mostram assim “(...) trajetórias muito diferentes de ‘estórias de risco’ mas assinalam processos comuns de noticiar situações de risco.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 39)

Para terminar, Kitzinger e Reilly salientam que embora as teorias de risco, de que já falamos neste trabalho, reconhecerem a cada vez maior importância dos media, é ainda escassa a análise aprofundada ao modo como actuam. Desta asserção, ganha crescente importância o trabalho efectuado pelas duas autoras que concluem que “As peças [jornalísticas] são mais atractivas quando apresentam conclusões científicas claras, grandes desastres, novas estórias de interesse humano, reacções oficiais e\ou quando as principais organizações ou governos entram na disputa sobre a extensão dos perigos – mas muitos temas de ‘risco’ não cabem nestas categorias.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 39)

A variedade temática que os riscos apresentam e a sua omnipresença em todos os aspectos da vida quotidiana, são condicionantes ao tratamento jornalístico que lhes é destinado, sendo inevitável que a atenção mediática que cabe a cada risco possa ser diferente e responda a inúmeras variáveis: “Que vozes são ouvidas, que riscos são seleccionados pelos media e como são apresentados são questões longe de serem democráticas. As heranças culturais e as equipas e formas de trabalho dos media, juntamente com o critério noticiosos do ‘podia ser você\podia ser eu’, levam a que seja dada mais atenção a uns riscos do que a outros.” (Kitzinger e Reilly, 2002: 42)

V Capítulo

Critérios de noticiabilidade e proximidade

Vimos já que o acesso aos media é fundamental para tornar os riscos visíveis aos olhos do cidadão e para a sua aceitabilidade, que estes podem ser amplificados ou atenuados consoante o discurso da imprensa, que este é, por regra, dramatizado e obedece a constrangimentos de ímpeto comercial e de maximização das audiências. Vejamos agora, com um olhar mais atento, qual é a cultura produtiva e os critérios de noticiabilidade que justificam, ou não, o tipo de relato noticioso dos media, cujos ingredientes são sensacionalismo, sedução e emotividade q.b. que fazem lembrar, como vimos, um filme de Hollywood ou a dramaturgia de uma peça de teatro, com recurso às técnicas de entretenimento. Esses critérios de noticiabilidade condicionam, por sua vez, a relação entre fontes e jornalistas, e o contrário também acontece.

A relação entre jornalista e fonte tem muito de troca e por vezes assemelha-se a um negócio: a fonte procurando o ângulo que melhor responde às suas intenções, e o jornalista visando o interesse público, o interesse comercial da empresa a que pertence, o reconhecimento pelo seu trabalho ou algum retorno que pode significar mais notícias por parte da mesma fonte.

Mais ou menos profunda, a ligação entre fontes e jornalistas tem contornos muito indefinidos ou até ignorados pela maioria das pessoas que lê, ouve ou vê a produção noticiosa que dela resulta. Mas, quem procura essa ligação? Quais são os objectivos das partes? Quem depende de quem? De que natureza é essa ligação? Em que termos ela se materializa? Muitos estudiosos têm buscado as respostas a estas e outras perguntas que visam decodificar que reflexos tem na construção das notícias a acção de uns e outros. Até que ponto esta relação não é uma negociação de vontades, interesses e valores materializada em notícias publicadas ou emitidas servindo objectivos diferentes consoante se está na pele de um ou de outro? A teoria primeiramente exposta neste capítulo traduz uma viagem por autores que deram atenção à relação entre os jornalistas e as fontes seguindo a pesquisa de Rogério Santos (1997) e focando o nosso ponto de vista na ideia de noticiabilidade, que é aquela que mais nos interessa neste trabalho.

Assim, veremos como H. Molotch e M. Lester justificam que a notícia parte sempre da acção primeira dos “promotores”; como a origem da fonte é para Leon Sigal

o cerne da relação que o jornalista com ela mantém; a importância dos “definidores primários” e da “hierarquia de credibilidade” que os jornalistas formam na sua relação com as fontes, na visão de Stuart Hall; a ideia de luta entre jornalistas e fontes que conduz à negociabilidade da notícia de Herbert Gans. Veremos também a questão pelo lado directo dos assessores e a noção de que estes e os jornalistas reagem entre eles não se sabendo muito bem quem procura quem primeiro, através da pesquisa de Stephen Hess; assim como Mauro Wolf põe o centro da questão na “negociação de noticiabilidade” do acontecimento entre jornalistas e fontes. Teremos tempo ainda para confirmar a importância dos intermediários na construção de notícias e para perceber que cada vez mais a fonte é diferente da procedência na opinião avisada de Villafañé; para deduzir com Ericson que a ligação permanente entre jornalistas e fontes produz rotinas que visam a negociação do controlo mútuo das suas actividades e que a notícia é por isso uma transação que implica luta e negociação. Finalmente, vamos perceber, segundo Gaye Tuchman, que o entorno social em que fontes e jornalistas actuam tem um resultado directo na sua relação profissional e na produção da notícia; que, para Paolo Mancini, existe uma interacção ambivalente de confiança e suspeita que leva a uma negociação; que a componente comercial domina cada vez mais o campo jornalístico, conforme defende Pierre Bourdieu; e que, para Jay Blumer e Michael Gurevitch, a relação entre jornalistas e fontes está assente num modelo de troca onde para objectivos divergentes existem estratégias que se encaixam e dependências de parte a parte. Finalmente, Curran aborda as pressões na produção jornalística, desde logo uma preocupação permanente com os níveis de audiência.

Da análise feita à relação entre fontes e jornalistas passaremos, na segunda parte deste capítulo, para a teorização que Carlos Camponez faz do jornalismo de proximidade, no seu estudo da problemática da co-incineração em Maceira, Leiria. Sem nos debruçarmos demasiado no assunto que serve de mote para a sua pesquisa – a cobertura por parte dos diários regionais da co-incineração – procuraremos retirar do seu trabalho conceitos e conclusões fundamentais para se perceber de que forma os critérios de noticiabilidade podem determinar ou, por outro lado, resultar da aproximação do discurso mediático de um determinado público, seja geograficamente, pelo tipo de tema abordado, ou pelo modo como é comunicada a mensagem ao leitor. Aliás, teoria a florada na abordagem de Rogério Santos aos estudos sobre a relação entre fontes e jornalistas.

Também com Carlos Camponez, e embora o autor reserve quase por completo o título à imprensa regional, veremos que o jornalismo de proximidade não é apanágio exclusivo dos diários locais mas pode, igualmente, caracterizar a imprensa dita nacional. Como, com que objectivo e consequências é o que veremos adiante.

Aliás, a mesma proximidade que leva Camponez a catalogar a prática dos jornais do distrito como jornalismo de causas ou jornalismo cívico, com especial em foco no “Diário de Leiria” que se colocou ao lado das populações promovendo um abaixo-assinado contra a queima de resíduos industriais, poderá, em parte, explicar o tipo de linguagem discursiva presente também nos media nacionais. Ou seja, o recurso à dramatização, ao sensacionalismo, à amplificação de riscos tidos como mais próximos das pessoas, pode ser fórmula de sucesso para aproximar e fidelizar o público.

Centrando-se mais na forma e nas consequências do que nos motivos, a obra que os membros da extinta Comissão Científica Independente (CCI), criada pelo Governo no calor dos protestos contra a co-incineração, publicaram a propósito da cobertura dos media, aponta para uma crítica generalizada aos órgãos de informação. Isto pelo alegado discurso excessivamente dramatizado, desprovido de objectividade e que coloca em pé de igualdade a opinião científica e o testemunho leigo.

Exploraremos, assim, neste capítulo a abordagem apresentada pelos membros do CCI, privilegiando os conceitos e conclusões que poderão melhor ilustrar a acção dos media perante um risco ambiental, neste caso a co-incineração, em detrimento de algumas opiniões e comentários dos autores que, enquanto parte envolvida e interessada no processo, procuram, digamos assim, defender o seu bom nome e a sua perspectiva técnica e científica sobre o processo de queima propriamente dito.

Fontes e jornalistas: uma relação com moeda de troca

Após criarem uma grelha tipificadora dos acontecimentos – de que distinguem quatro tipos: rotina, acidente, escândalo e acaso – Molotch e Lester defendem que estes se tornam noticiáveis pela acção directa dos “promotores” junto dos “jornalistas” que por sua vez os tornam visíveis junto dos “leitores”. Assim, a função dos promotores

seria a de divulgar ou impedir que algo se torne público (existe sempre uma intenção entre o que se divulga e o que se guarda) enquanto os jornalistas se encarregariam de transformar essa informação em acontecimento público, emitindo-o ou publicando-o, tornando-o visível para os leitores através dos meios de comunicação. Estes autores ressaltam que o acesso das fontes ou promotores aos meios de comunicação é “estruturado”: quanto mais alta é a posição social do difusor do assunto ou acontecimento, mais fácil é torná-la em notícia. Também entendem que conforme o tipo de acontecimento, difere a actuação e a posição social da fonte: nos acontecimentos de rotina os protagonistas são sempre os seus promotores; nos acidentes, a fonte promove o acontecimento de forma não intencional e o que surge são revelações e não informação controlada como no primeiro caso; no escândalo, a ocorrência torna-se notícia pela acção intencional de alguém que não partilha das mesmas intenções do protagonista da história sendo sempre uma surpresa; finalmente, o acaso é um acontecimento não planeado mas que é promovido pelo próprio visado. (Santos, 1997: 24 e 25)

Sigal defende que a “notícia” depende das “fontes” e do tratamento e importância que o “jornalista” lhes dá e que o cerne da questão está na origem da fonte: oficial ou outra. Assim, o jornalista tem três canais de informação através dos quais lhe chega a matéria prima para construir a notícia. O canal de rotina, composto por acontecimentos oficiais, conferências de imprensa, *press-releases*, etc.; o canal informal, que faz chegar informação através de encontros reservados, fugas de informação, por exemplo; e o canal de iniciativa, onde constam as entrevistas, os testemunhos em primeira mão, a pesquisa independente, entre outros. (Santos, 1997: 26 e 27) O trabalho de Sigal, uma análise de conteúdo de notícias de jornal ao longo de vinte anos, levou-o a concluir que “Quanto maior o número de fontes consultadas, resultado dos contactos do jornalista, maior é a compreensão do acontecimento.” e que, sendo assim, “A notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem, mediada pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções.” (Santos, 1997: 27)

Sigal também alerta para um acesso desigual das fontes à notícia, dizendo que o que as fontes oficiais relatam é sempre matéria publicável enquanto que um desconhecido dificilmente tem acesso aos media. Isto porque o jornalista procura sempre alguém autorizado, além do que preferem sempre “(...) os conhecidos aos desconhecidos, e quando não há conhecidos, eles criam-nos.” (Santos, 1997: 29)

Stuart Hall afirma que os meios de comunicação social têm a tendência de espelhar simbolicamente a estrutura social de poder existente. Daqui deriva o facto de aqueles darem preferência às opiniões do poder, aos “porta-vozes oficiais”, ou seja, aos que definem os assuntos ou temas a tratar na arena pública (“definidores primários”). Isto faz com que exista, do ponto de vista de Hall, uma “hierarquia da credibilidade”, onde são sempre os mesmos privilegiados nos acessos aos meios de comunicação que definem o que é relevante e o que não é relevante, e onde são sempre os outros que têm que argumentar contra e rebater o que esses “definidores primários” trazem para a ribalta da discussão pública. Nesta categoria cabem os “representantes das instituições sociais”, o “poder institucional”, os detentores de “estatuto representativo” (deputados, ministros, funcionários de Estado, etc.), e os “especialistas”. O privilégio no acesso aos meios de comunicação destes grupos torna aqueles detentores de um “papel ideológico” a não negligenciar. (Santos, 1997: 29 e 30)

Gans define fonte como a “(...) pessoa que o jornalista observa ou entrevista e a quem fornece informações enquanto membro ou representante de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade.” (Santos, 1997: 32 e 33) Ao estudar as relações de poder entre jornalistas e fontes, através de métodos empíricos de observação dos primeiros nas redacções, este autor começa por proceder a uma classificação das fontes informativas. Gans fala de fontes institucionais, oficiosas ou estáveis e provisórias. Do mesmo modo, distingue as fontes activas das passivas, consoante o grau de utilização e o tipo de relações que se instituem entre a fonte e o órgão de informação. “A rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento reflecte a estrutura social e organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos.” (Santos, 1997: 33). Assim sendo, as fontes não são tratadas da mesma forma, não têm a mesma relevância, nem sequer o acesso a elas é idêntico. Aliás, o mesmo se passa em relação aos jornalistas.

Deste modo, Gans distingue entre jornalistas especializados e jornalistas não especializados. No primeiro caso, as relações com as fontes são estreitas e continuadas, no segundo caso o recurso a fontes oficiais e autorizadas é mais acentuada. Os jornalistas especializados têm as suas fontes pessoais, informadores que fornecem indiscrições e notícias reservadas, estando subjacente uma relação de obrigações

recíprocas; os não especializados “(...) ocupam-se diariamente de acontecimentos diferenciados entre si, executando o trabalho, sem conhecimentos específicos, a que se lhe junta a falta de tempo. Tais contingências obrigam-nos a recorrer às fontes autorizadas cuja produtividade e credibilidade são assumidas.” (Santos, 1997: 33)

Tirando partido da passividade dos meios de comunicação, as fontes são detentoras de uma vantagem estratégica que é quanto mais acrescida quanto maior for a sua importância social. “Esta vantagem torna-se maior para os organismos que dispõem de porta-vozes cujas declarações sejam noticiáveis ou de fontes disponíveis com um breve pré-aviso aos jornalistas e que fornecem rapidamente as informações necessárias, sem custo acrescido para os próprios jornalistas.” (Santos, 1997: 34) As fontes ligadas a instituições, organismos oficiais e grupos de poder são as que correspondem àqueles requisitos organizativos dos media. Gans enumera, seguidamente, um conjunto de factores que conduzem à ideia de negociabilidade da construção da notícia: incentivos; poder da fonte; capacidade de fornecer informações credíveis; proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas. Para o autor, este último é o factor determinante. Já na perspectiva da oportunidade e da conveniência dos jornalistas em utilizarem determinada fonte, os factores são outros: oportunidade antecipadamente revelada; produtividade; credibilidade; garantia; e, respeitabilidade.

Partindo depois da distinção entre “conhecidos” (como presidentes, candidatos, membros do Governo e Parlamento) e “desconhecidos” (pessoas comuns e anónimas), Gans conclui que os primeiros “(...) fazem as notícias quatro vezes mais (...)” do que os restantes. (Santos, 1997: 34)

Hess também efectuou trabalho etnográfico, mas ao contrário de Gans, ele desenvolveu o seu trabalho do lado dos assessores de imprensa de agências governamentais nos EUA. Ao trabalhar sobre as estratégias deste tipo de fontes, o autor em questão chegou à conclusão que os assessores de imprensa e os jornalistas reagem uns com os outros, ou seja, não existe uma delimitação clara sobre quem inicia a relação, porque esta depende parcialmente da oferta e da procura de informação. Assim, o assessor destas organizações políticas procura estratégias que passam pela redução do impacto negativo em situações de catástrofe; a prática pedagógica da mensagem comunicativa; e a alimentação permanente dos canais de comunicação. (Santos, 1997: 35 e 36)

De Wolf também retiramos a ideia de “negociação de noticiabilidade”, marcada por um conjunto de factores. “O primeiro destaca o valor individual do acontecimento, a partir das experiências organizativas do meio de comunicação. O segundo aspecto salienta o facto de os valores/notícia constituírem critérios articulados ‘em cacho’ e segundo hierarquias mutáveis. Um outro eixo demonstra que, na utilização das fontes, funcionam critérios práticos e flexíveis.” (Santos, 1997: 38)

Wolf descreve a composição dos noticiários apresentado por qualquer órgão informativo como se assemelhando “(...) a um ‘compromisso’ entre elementos pré-definidos (agenda de serviço) e elementos imprevisíveis (...)” (Santos, 1997: 38) Destaque ainda para a rigidez da organização do trabalho e a hora tardia em que se define o mapa das notícias, o que é compensado pela receptividade a acontecimentos imprevistos.

O que faz de algo um acontecimento noticiável é produto de uma negociação entre jornalista e fonte que nunca é igual porque o contexto dessa negociação é formulado especificamente, até pelas rotinas jornalísticas, para cada acontecimento, mediante as características que ele próprio apresenta. Ou seja, na avaliação da noticiabilidade de uma dada ocorrência existe, de ambos os lados, uma numerosa heterogeneidade de factores envolvidos que a tornam única e irrepetível. (Santos, 1997: 38)

Villafañé, também através de um estudo etnográfico em meios de comunicação, chegou a conclusões que indicam a crescente importância dos intermediários no processo de tornar um acontecimento em notícia. Um conceito que nos faz lembrar o lançador de alerta de que falavam Chateau Raynaud e Torny no capítulo anterior. Realçando que, muitas vezes, a fonte é diferente da procedência da notícia sendo obra de um promotor que refere a origem da informação, Villafañé destaca o grande nível de informação prevista naquilo que é emitido ou publicado pelos meios de comunicação social. Os jornalistas, que consultam as fontes para procederem ao fabrico das notícias, recorrem cada vez mais a gabinetes de imprensa ou de relações públicas como fontes habituais de informação, pois estes são detentores de um grande poder de mediação decorrente do seu profissionalismo e do interesse em tornar públicos factos, dados e opiniões. É dada importância a pessoas ou organizações em função do seu grau de institucionalização e a fontes que surjam mais ou menos vezes nos outros meios de comunicação. (Santos, 1997: 40)

Para Ericson, existe uma permanente ligação entre os jornalistas e as fontes, assente em rotinas que visam a negociação do controlo mútuo das suas actividades, tendo em vista a execução ou produção de notícias. É tarefa das fontes proteger as suas organizações da investigação jornalística daquilo que não lhes interessa tornar público e da fuga de informação. E fazem-no usando quatro vectores: o secreto, que procura manter uma dada informação na intimidade da organização; a confidência, que através do controlo da informação possibilita a produção da mesma para audiências seleccionadas (exclusivo ou fuga de informação); a censura, que permite aos jornalistas um dado nível de acesso, através de uma aparente abertura, escondendo-se aquilo que não interessa tornar público; e a publicitação, que através da criação rotineira de “boas notícias” permite controlar aquilo que se torna visível, relegando as “más” para fora da esfera pública.

A notícia é então apresentada como produto de transações entre jornalistas e fontes segundo a independência de acções de cada uma destas partes e portanto, fruto de negociação e luta. A natureza e o tipo de envolvimento social e cultural que este *enjeu* proporciona tem resultados directos na forma como a realidade é apresentada, e também na formação de uma hierarquia de poderes onde não só os meios e os diferentes jornalistas têm um acesso diferenciado às fontes, assim como estas têm um acesso diferenciado aos meios. (Santos, 1997: 43 e 44)

Na sua abordagem à teoria apresentada por Ericson, Santos ressalva que os referidos vectores do secreto, do confidencial, da censura e da publicitação são mais visíveis no estudo do negócio entre o jornalista e a fonte judicial ou policial, do que no caso de uma empresa capitalista: “Aqui há outros fenómenos e características: se o jornal diz mal da empresa, esta ameaça não fazer mais campanhas publicitárias nesse meio de comunicação social, transferindo o jogo de influências da redacção para o sector comercial.” (Santos, 1997: 45)

Tuchman pôs o enfoque do seu estudo no entorno sócio-organizacional que envolve tanto as fontes como os jornalistas para definir a produção noticiosa como uma construção social da realidade. Assim, se o trabalho das fontes dentro das organizações onde trabalham é solitário, os jornalistas estão permanentemente rodeados pelos seus pares e inseridos numa lógica organizacional com objectivos e estratégias bem definidos. Ou seja, num equilíbrio entre a lógica de estratégias temáticas do meio de

comunicação social e o percurso autónomo do jornalista, “(...) o editor negocia o espaço e os níveis de complexidade dos textos; o jornalista incorpora nas suas peças a estrutura ideológica da cultura da organização.” (Santos, 1997: 46)

Tuchman entende a produção noticiosa como uma construção social da realidade. Isto “Na medida em que a consciência e o sentido de pertença a um grupo profissional se articula com os objectivos da organização noticiosa, o tempo disponível para produzir, os enquadramentos, rotinas de selecção e adequação da informação por parte do profissional, para além das suas próprias representações culturais (...)”. (Santos, 1997: 46)

Podemos concluir que o modo como a fonte organiza o seu trabalho, e como o jornalista o visualiza e o reconstrói tem um enquadramento social. Mas “A notícia constrói-se, para além de reflexo da sociedade, como narrativa, procurando enquadrar factos em estruturas e códigos culturais conhecidos e balizados, em que regras, fórmulas e valores/notícia são fundamentais, dado o jornalista ser obrigado a escrever muitas notícias ao longo da semana.” (Santos, 1997: 46) Mais uma vez, como já foi dito no capítulo dedicado à comunicação e mediatização do risco, o relato dos media responde aos critérios de uma narrativa. Como advoga Tuchman, “A forma de escrever um artigo, profissional e objectivo, conta uma ‘estória’. Contém uma lógica própria, uma teia de factualidade e uma forma narrativa associada. O conhecimento é socialmente construído.” (Santos, 1997: 46) Além disso, o autor aflora a teoria da imparcialidade que, na sua opinião, a procura dos factos requer. Esta imparcialidade passa por demonstrar a exactidão e a credibilidade da produção jornalística, “(...) evitando-se censuras dos superiores e o perigo das difamações.” (Santos, 1997: 46 e 47)

No seu esforço de traduzir a ideia de construção da realidade por parte dos media, Tuchman, segundo Santos, associa-a também aos critérios de noticiabilidade e fórmulas de produção textual, afirmando que,

“A produção jornalística é um processo diário de selecção de acontecimentos, fenómeno social que promove o imprevisível, o anormal e o singular, inserindo-se no interior de uma instituição legitimada - a organização noticiosa – para construir a realidade. Por outro lado, a produção jornalística enquanto prática discursiva tem uma elaboração textual que implica a descontextualização do acontecimento e a recontextualização através dos formatos informativos.” (Santos, 1997: 47)

Entretanto, na sua rotina, o jornalista vê o seu campo de actuação limitado por regras organizacionais. A ordem no espaço e no tempo e a tipificação das notícias são constrangimentos que, segundo Tuchman, se colocam à produção jornalística. Segundo Nélson Traquina, “(...) o ordenamento espacial visa a ocorrência de acontecimentos noticiáveis em certas localidades e não noutras.” (*In* Santos, 1997: 47) Já no que toca ao factor de divisão do tempo, Tuchman distingue notícias com ritmo diário ou planeadas ao longo dos dias, e, quanto à tipologia, esta vai “(...) de notícias do dia (principais) às de interesse humano, das notícias temáticas às de continuidade e de desenvolvimento.” (Santos, 1997: 47)

Ainda no contexto da construção da realidade pelos media, Tuchman diz que as afirmações das fontes autorizadas constituem sempre um acontecimento e, sendo as organizações noticiosas muito dependentes destas, é legítimo afirmar que a notícia é ideológica já que os pontos de vista autorizados estão perfeitamente encaixados nos valores das notícias. A forma de desatar este nó está na consulta de outras fontes, porque à medida que se acede a estas, constrói-se um enquadramento mais completo da realidade. O problema é que, muitas vezes, as rotinas jornalísticas e o carácter imediato e fugaz da informação jornalística não se compadecem com este tipo de actuação. (Santos, 1997: 49)

Esquecendo as fontes autorizadas, para centrar o seu estudo nas actividades das fontes não oficiais, Schlesinger diz que estas têm um acesso desigual aos sistemas de produção e difusão das notícias, consoante a influência que conseguem exercer. O modelo teórico do autor apresenta, entre outros factores, o facto da informação ser moldada na óptica de uma utilização pelos media.

“Isto põe em relevo estratégias internas das fontes de informação critérios específicos de eficácia: (1) deter uma mensagem bem definida, articulada segundo os melhores critérios de satisfação dos valores jornalísticos; (2) determinar, para colocar a mensagem específica, os meios de comunicação mais apropriados; (3) reunir tanto quanto possível as condições prévias ao sucesso da comunicação, conduzindo contactos adequados ou captando a atenção enquanto informador potencial; (4) prever ou neutralizar as reacções da oposição.” (Santos, 1997: 52)

Mancini estudou a relação entre os jornalistas e os políticos – a partir do dia a dia da Assembleia da República – e concluiu que existe uma interacção ambivalente de

confiança e suspeita de parte a parte. Concluiu também que após a fase de negociação entre jornalista e fonte, dá-se uma fase de discussão no interior dos repórteres tendo em vista o elaborar de interpretações.

O convívio diário entre jornalistas e políticos dentro de um parlamento dá origem a uma familiaridade que serve os interesses das duas partes, esta familiaridade leva a uma confiança e compreensão mútua no respeito das regras a que cada um está sujeito. É claro que esta situação não está isenta de riscos para ambos, pois se esta interacção implica conflitos e trocas também pode dar lugar à persuasão e ao aliciamento.

O autor conclui dizendo que assim sendo o texto jornalístico é resultado de um longo processo de negociação entre jornalistas e políticos, mas também o produto do confronto da informação entre colegas jornalistas. (Santos, 1997: 52 e 53) O objectivo final materializa-se em ganhos para as duas partes, pois se os políticos fazem passar a sua informação, do confronto entre jornalistas “(...) surge um jornalismo mais interpretativo e próximo do comentário.” (Santos, 1997: 54)

O peso da cultura produtiva e do factor audiência no campo jornalístico é, seguidamente, explorado por Bourdieu. O autor, explica Santos, começa por distinguir dois tipos de profissionais da imprensa:

“(...) os jornalistas de um considerado ‘pólo intelectual’ (organizados em função do controlo e avaliação feita pelos próprios jornalistas) por oposição aos jornalistas de um referido ‘pólo comercial’ (valorizados os critérios relacionados com a audiência na produção e na avaliação dos produtos). Sujeitos ao veredicto do mercado, através da sanção directa (clientes) ou indirecta (audiência), os jornalistas são conduzidos à produção do ‘simples’ e do ‘curto’, do ‘que passa bem na televisão’, do ‘que se vende’.” (Santos, 1997: 59)

O grau de autonomia dos jornais e jornalistas pode, assim, ser determinado por forças externas, tais como o mercado dos leitores e dos anunciantes. Se para as organizações noticiosas o grau de autonomia se mede pelo concretizar das receitas e pela concentração dos anunciantes, para o jornalista a gestão do grau de autonomia tem mais cambiantes - concentração das organizações noticiosas, posição do jornal face às mesmas, situação do jornalista perante os colegas e auto-capacidade para produzir informação - que resultam depois noutras formas de pressão: “(...) o jornalista sofre constrangimentos económicos da sua organização, influência das fontes governamentais

(definidoras de acções e decisões de intervenção, como entrevistas ou conferências de imprensa) e ameaças dos jornalistas dos outros meios de informação.” (Santos, 1997: 59)

A origem da oposição entre um pólo comercial e um pólo intelectual no campo jornalístico é situado por Bourdieu no século XIX, sendo que as duas lógicas resultam cada vez mais num “(...) crescente domínio da componente comercial (...)”. (Santos, 1997: 60) Seduzidas pelo lucro, explica Bourdieu, as empresas jornalísticas debatem-se pela novidade num palco de concorrência, estabelecendo para o jornalista práticas “(...) sob o signo da rapidez (ou precipitação) e da renovação permanente. A concorrência longe de ser geradora automática da originalidade e da diversidade, tende a favorecer a uniformidade da oferta.” (Santos, 1997: 60) É a novidade e o sensacionalismo, em vez da análise e do comentário.

O resultado deste ambiente é, na análise de Bourdieu, o desaparecimento dos jornais e jornalistas ditos sérios devido a uma contínua concessão às lógicas do mercado e do marketing, o que faz evoluir “(...) um novo princípio de legitimidade – o da consagração do número de vendas ou de audiência e o da ‘visibilidade mediática’”. (Santos, 1997: 60)

A notícia está, assim, transformada num negócio onde se defrontam as organizações. Nesta luta, o jornalista é levado a permanecer em alerta contínuo, vigiando tudo o que é produção noticiosa, sempre em busca da antecipação da novidade. “Estas disposições, reforçadas pela própria temporalidade da prática jornalística, assente no dia-a-dia da informação, favorece um tipo de amnésia responsável pela uniformidade da oferta, oposto negativo da novidade que se supõe ser atributo da actividade jornalística.” (Santos, 1997: 61)

Blumer e Gurevitch desenvolveram dois paradigmas que tentam explicar a relação entre os jornalistas e as fontes políticas. O primeiro foi denominado como “modelo adversarial” e coloca essa relação no plano ideológico e tendente a gerar conflitos de interesse. O jornalista desconfia sempre que lhe estão a esconder algo, e o político teme que aquele só escreva o que lhe interessa. O segundo paradigma, o “modelo de troca”, situa, por sua vez, a relação entre os dois personagens sociais em causa num plano de cooperação. Ao conflito e ruptura do primeiro modelo opõe-se o benefício para ambas as partes na manutenção de uma relação adequada aos interesses

particulares de cada um. Existe portanto uma continuidade no relacionamento que quanto mais cooperante for, mais benefícios acaba por trazer para as partes.

Na opinião dos autores, este segundo modelo tem mais força na conceptualização da relação entre jornalistas e fontes políticas que empreenderam a partir de uma investigação empírica que acompanhou a construção de notícias em campanhas eleitorais na redacção da BBC. Políticos e jornalistas desenvolvem um envolvimento profissional inevitável, pois apesar de procurarem objectivos divergentes, desempenham papéis sociais que se encaixam. Estão também igualmente dependentes da acção do outro para conseguirem aquilo que pretendem. Os meios de comunicação, através dos jornalistas, oferecem aos políticos uma audiência que crê e confia no mesmo, os políticos oferecem aos jornalistas a informação necessária a cativar essa audiência e que responde também aos seus naturais anseios profissionais. (Santos, 1997: 62 e 63)

Na óptica da fiabilidade das fontes, Blumer e Gurevitch introduzem outra ideia-chave que aponta para a existência de “(...) uma duplicação no tratamento jornalístico: se for sujeito individual, a fonte é julgada pela noticiabilidade do acontecimento; se for oficial (governo, instituição) é aceite pela sua autoridade e credibilidade.” (Santos, 1997: 62) Além disso, “Os valores/notícia podem ser distorcidos desta forma: o jornalista dá mais crédito ao primeiro-ministro do que a um anónimo ou a qualquer grupo profissional em greve.” (Santos, 1997: 62)

Na busca de uma síntese, James Curran caracteriza a teoria liberal e a teoria radical da sociologia dos media. Para a corrente liberal, os meios de comunicação são independentes e autónomos do poder, funcionando como agências de influência que trabalham na direcção ascendente dando voz às pessoas. Já para a corrente radical, os meios de comunicação são instituições subordinadas ao poder e, servindo os seus interesses, trabalham na direcção descendente em busca de valores centrais e consensuais da sociedade. (Santos, 1997: 65)

Segundo a análise de Curran, ao elevado nível de autonomia que os jornalistas adquirem no interior das organizações noticiosas segundo a tradição liberal, opõe-se a concentração dos meios numa lógica mundial na perspectiva radical. Assim, prossegue Curran, enquanto os liberais vêem na concorrência entre meios de comunicação social um caminho para a pluralidade, a corrente radical vê vingar comportamentos que levam, no exemplo dos canais de televisão, “(...) a uma preocupação permanente com os níveis

de audiência – muito do esforço, energia e criatividade dos canais de televisão direccionam-se no sentido de agradar a audiência num espaço muito competitivo.” (Santos, 1997: 65)

Vejamos agora, na perspectiva de Curran, quais as pressões que o poder é capaz de exercer sobre os media para os manter debaixo da influência dos grupos que dominam a sociedade, as quais iremos aqui esquematizar por pontos, mas mantendo o texto original:

- “restrições à entrada no mercado, barreira ideológica invisível, com o elevado custo de acesso ao exercício da actividade de comunicação social;
- concentração da propriedade, com os meios de comunicação a passarem para os grupos económicos, que procuram alterar a linha editorial, o conjunto das políticas organizacionais e os tipos de recompensas no interior das organizações noticiosas;
- concentração dos meios, com o crescimento da concentração multimédia, facilitada pelas políticas de privatização, desregulamentação e desenvolvimento acelerado dos mercados globais;
- pressões do mercado, com os meios de comunicação a gravitarem em torno de um centro político, como se de partidos se tratassem, aproveitando as vantagens económicas de economias de escala garantidas por valores consensuais;
- peso económico do consumo, com os meios a representarem os interesses e desejos dos mais ricos, aptos a receberem mais serviços porque garantem maiores consumos;
- censura na publicidade, fazendo com que os meios evitem ofender as organizações que publicitam, criando um ambiente editorial que conduza à venda de produtos;
- rotinas e valores/notícia, que tendem a excluir as fontes com pouco ou nenhum prestígio em detrimento das fontes oficiais e poderosas;
- convenções estéticas, trabalhando as narrativas que mostrem interesse humano nas “estórias” e centrando-se numa perspectiva do mundo em torno do indivíduo;
- divisão desigual do poder e recursos, em que sistemas de pensamento e de imagens que ocorrem espontaneamente aos jornalistas, operando sob pressão do tempo, tendem a ser os que circulam na sociedade, isto é, os valores inscritos nas peças dos jornalistas são influenciados pelos grupos dominantes dotados de discursos muito elaborados e com maiores recursos institucionais e materiais;
- ambivalência do poder de Estado, com as elites tradicionais a terem um acesso privilegiado às instituições do Estado, e a poderem exercer controlo ou influência sobre os meios de comunicação.” (Santos, 1997: 65 e 66)

No que diz respeito às pressões que se situam na direcção ascendente, Curran define seis tipos:

- “compensação do poder cultural, em que as forças sociais subalternas desenvolvem saberes alternativos, engendram uma identidade colectiva e transmitem um envolvimento entre gerações, com interacção pessoal, rituais sociais e instituições que controlam e influenciam;
- compensação do poder político, com grupos de interesse específicos a tentarem influenciar a direcção editorial das organizações noticiosas;
- poder das fontes, em que grupos de menor peso procuram influenciar os meios de comunicação, efectuando mudanças na composição e orientação das fontes noticiosas usadas regularmente pelos jornalistas;
- poder dos jornalistas, dizendo respeito à autonomia e independência que têm na sua organização noticiosa;
- poder do consumidor, que pode ou não comprar ou consumir determinado meio de comunicação;
- poder do mercado, em que alguns grupos que normalmente não acedem ao mercado intentam criar os seus próprios meios de comunicação.” (Santos, 1997: 66 e 67)

A partir do seu trabalho, Curran defende que o modelo radical está esgotado nos seus propósitos de comunicação de massa e faz notar que “A sociedade concebe-se em termos de competição entre grupos de forte base de apoio que procuram controlar as instituições estratégicas.” (Santos, 1997: 67) Desta perspectiva, os meios de comunicação não são a força dominante que os radicais defendem, mas protagonistas de um confronto entre causas sociais contrárias onde “(...) surgem como ‘espaço de competição’ com a cultura a ganhar importância sobre os temas habituais da política e da economia.” (Santos, 1997: 67) De qualquer forma, Curran realça que é um erro pensar, como defendem os liberais, que todas as perspectivas têm um acesso idêntico aos meios de comunicação social. Porém, “(...) também é incorrecto supor que os meios de comunicação favorecem sistematicamente os poderosos (...)” já que, finaliza Curran, nem sempre os restantes grupos sociais são excluídos. (Santos, 1997: 67 e 68)

Media e leitor – uma relação próxima?

De que modo e até que ponto as pressões e o poder de mercado de que falámos até aqui e, em particular, o objectivo de reganhar ou atrair audiência, podem favorecer a promoção ou a redescoberta de um certo jornalismo de proximidade na imprensa? Que implicações tem esta estratégia no conteúdo mediático apresentado ao público? Estas são algumas questões a que pretendemos agora responder, fazendo uma viagem

selectiva pela problematização teórica e pelos estudos efectuados por Carlos Camponez a propósito da cobertura por parte dos media regionais do tema da co-incineração. O objectivo, como foi já dito, é centrarmo-nos nas ideias e conclusões que possam ser aplicadas também à imprensa nacional.

A imprensa regional de Leiria é o objecto do estudo empírico de Camponez. Uma imprensa tradicional, quase familiar é aquela que diz encontrar-se no distrito, incluindo aqueles projectos jornalísticos que são marcados por uma inovação e renovação, no domínio gráfico, dos conteúdos e da profissionalização das administrações e redacções. “Este último facto é patente no processo de aquisição e concentração de títulos, iniciado nos últimos anos pelos dois jornais de maior tiragem no distrito, e pelo aparecimento de um novo semanário (...). A imprensa regional em Leiria organizou-se, de forma indiscutível, como uma nova área de negócios.”, introduz o autor, numa caracterização geral do sector. (Camponez, 2002: 21)

Quanto ao contexto do estudo aqui exposto, é a partir dos protestos que se levantaram contra a co-incineração, em Maceira, que Camponez analisa o discurso jornalístico produzido em torno de um acontecimento que, entre finais de Dezembro de 1998 e finais de Janeiro do ano seguinte, dominou a imprensa regional. A análise do jornalista e professor universitário incide maioritariamente sobre o “Diário de Leiria”, por este ter lançado um abaixo-assinado contra a co-incineração, tomando parte activa no processo. O tratamento do “Diário de Leiria” assumiu, na opinião do autor, os contornos de um jornalismo de causas, o que diz ter se reflectido no conteúdo do jornal que, deliberadamente, excluiu todas as posições a favor da co-incineração: “Entre aquilo que era o posicionamento do jornal sobre a co-incineração, a narrativa ou mesmo a criação de acontecimentos, não houve nada a separá-los.” (Camponez, 2002: 22 e 23)

Explorando os conceitos de território e proximidade, Camponez diz que “(...) o próximo em jornalismo é também a representação que o *medium* faz do seu território e, consequentemente, dos destinatários das suas mensagens (...)”, havendo, por parte da imprensa local e regional, a assunção de um compromisso. (Camponez, 2002: 113) Esta mesma ideia lançada pelo autor fá-lo igualmente concluir que “(...) a questão da proximidade está longe de ser apanágio da imprensa regional. Na realidade, trata-se de uma questão transversal no jornalismo, no esforço de comunicar conteúdos

considerados pertinentes aos seus leitores e, particularmente na definição de estratégias empresariais com o objectivo de conseguirem a fidelização dos públicos.” (Camponez, 2002: 113) Em suma, tais estratégias são utilizadas quer pelos media regionais e locais quer por aqueles de tiragem nacional.

Porém, quando se fala na promoção de um certo jornalismo de proximidade, não se trata apenas da política ou linha editorial intrínseca ao meio de comunicação, mas de uma estratégia especificamente direccionada para inverter uma crise no mercado da imprensa. Assim, nota Camponez,

“A redescoberta do conceito de proximidade assumiu uma importância tanto maior, nos últimos anos, quanto a crise de leitores parecia agravar-se, constituindo-se como uma estratégia para recuperar imensas franjas de públicos que normalmente estão alheados dos grandes meios de comunicação de massa, quer pelo acesso ao seu conteúdo, quer pela possibilidade de se constituírem como sujeitos de comunicação.” (Camponez, 2002: 114)

Entretanto, ao mesmo tempo que os sectores económicos regionais investem na compra de títulos, indiciando a formação de pequenos grupos de media regionais, também os grandes grupos nacionais deste mesmo sector começam a investir em projectos editoriais no âmbito da informação local para alargar o seu mercado. Num contexto de crescente concorrência entre jornais nacionais, o “mercado da proximidade”, como lhe chama o autor, surge como uma alternativa. (Camponez, 2002: 115)

Esta noção de proximidade é, igualmente, explorada por Orlando Raimundo, no seu manual de escrita jornalística. Para Raimundo, a “lei da proximidade” em jornalismo surge da “(...) preocupação de conquistar as boas graças do público, através da criação de invisíveis cadeias de cumplicidade (...), ela é uma arma poderosa, susceptível de ser usada para o bem e para o mal (entendendo-se por mal o desvio sensacionalista) (...)”. (Raimundo, *cit. in* Camponez, 2002: 117)

Raimundo assenta, depois, em quatro vertentes – geográfica, temporal, psico-afectiva e social – um gráfico de proximidade que gira em torno do indivíduo:

“Assim, a lei de aproximação temporal marca a distância do leitor face ao momento em que se deram os acontecimentos (ontem, hoje, amanhã, na História). A proximidade geográfica

começa no acontecimento da nossa rua, do bairro e alarga-se à região, ao país... A proximidade social diz respeito a temáticas relacionadas com a família, a profissão, a classe social, a religião, a ideologia ou a política. Por fim, a proximidade psico-afectiva integra valores como o sexo, a vida e a morte, a segurança, o dinheiro e o destino.” (Camponez, 2002: 117)

Esta última, a psico-afectiva, é, de acordo com Raimundo, a preferida pela imprensa popular e pelas publicações sensacionalistas. Mas todas as abordagens são alargadas à imprensa nacional. Além disso, nuns e noutros jornais, “A busca de audiências e a fidelização dos leitores leva, inexoravelmente, a uma procura deliberada de laços de proximidade entre os centros produtores de mensagens e os seus públicos.” (Camponez, 2002: 118)

Para rematar as ideias atrás expostas, nada melhor do que o contributo de Julio Puente, director do diário galego “*Faro de Vigo*”, ainda que o autor o limite à imprensa regional enquanto tipo de imprensa especializada: “(...) o conceito de proximidade modifica o conteúdo das mensagens.” (Camponez, 2002: 119) Tal conclusão lança-nos para a próxima parte deste capítulo, onde iremos aflorar, precisamente, os contornos e as consequências dessa modificação no produto final dos media.

Co-incineração: um relato fiel ou exagerado?

É agora momento para apresentar as conclusões de um estudo sobre a imprensa realizado por um dos membros da extinta Comissão Científica Independente (CCI) criada em 1999 e que, em 2000, deu luz verde à co-incineração. Em Maio desse ano, esta comissão substituiu Maceira, um dos locais escolhidos pela ex-ministra do Ambiente Elisa Ferreira em 1998, por Outão que, tal como Souselas, acolhe uma unidade de co-incineração.

O estudo em causa abrange mais de 1400 notícias publicadas sobretudo em 2000 e 2001 na imprensa escrita nacional e regional. Ao contrário do que nos propomos fazer, o autor do estudo, do qual apresentamos agora as conclusões, promove ele próprio a discussão técnica do conteúdo da imprensa, avaliando quer a validade das afirmações veiculadas, quer a legitimidade de quem as produz. No livro “Co-incineração - Uma guerra para o noticiário das oito”, em que participam os diferentes

membros da CCI, José Cavalheiro analisa, no capítulo sobre “Comunicação social: a ‘neutralidade’ negativa e a desinformação do essencial”, o papel dos media na cobertura das problemáticas ambientais. Mas, antes de avançarmos para as conclusões, vejamos qual a contextualização que é feita do tema da co-incineração, enquanto risco ambiental que escapa à percepção imediata da população, do protesto que se levantou em algumas localidades, e das motivações da imprensa.

Sebastião Formosinho, um dos co-autores do livro, nota que “As populações no seu senso comum não querem quaisquer tipos de tratamento de resíduos locais onde habitam e preferem as lixeiras a que estão habituadas. E este é o seu guia de acção, o seu modo de viver quotidiano.” (Pio *et al*, 2003: 12) Depreendemos, portanto, das suas palavras que existe uma predisposição da população para contestar este tipo de processo, sobretudo se ele lhes bater à porta, como foi o caso da polémica em torno da co-incineração, onde a proximidade do risco, visível ou não, ganha outra relevância e onde o assunto é propício a tomadas de posição por parte de autarcas locais, deputados eleitos pelo respectivo distrito, e movimentos representativos da sociedade. No fundo, o que esteve em causa foi a escolha de uns concelhos em detrimento de outros para se proceder à queima de Resíduos Industriais Perigosos (RIP) nas respectivas cimenteiras.

Formosinho vai mais longe na sua interpretação de como as pessoas encararam o risco levantado pela co-incineração, para depois concluir que, para se fazer passar uma mensagem científica na opinião pública, é forçosamente necessário recorrer a analogias de senso comum, o que alega ter sido feito pela CCI em matéria de dois potenciais perigos, os metais pesados acumulados no cimento e as emissões de toxinas.

Assim, destaca o autor, a propósito da visibilidade do risco em questão,

“O senso comum, por estar articulado com a língua natural e ser um reflexo do modo de vida experiencial do quotidiano, possui um pequeno poder de abstracção; mas é de facto o bom senso que constitui a base de toda a partilha social. Assim se compreende que várias pessoas, longe de verem o perigo dos resíduos abandonados por aqui e por ali, só vejam o perigo dos resíduos à medida que se aproximam de Coimbra e Souselas, quando já estariam sob controlo, pois já estavam misturados com serradura, confinados em recipientes e prontos para serem queimados. Mas destruir o senso comum seria uma tarefa impraticável, e suicida, uma vez que se acha plenamente justificado na grande maioria das nossas acções e formas de vida.” (Pio *et al*, 2003: 13)

Num comentário específico à visibilidade dos riscos dos RIP, Formosinho nota que certas fracções da sociedade portuguesa parecem ignorá-los por não verem a sua acção directa. É a tal experiência de segunda mão de que falava Beck. Apesar do descrédito da ciência que este sociólogo alemão e outros autores teorizaram, Formosinho concorda que “A ciência é particularmente útil para nos alertar com antecipação para coisas que não vemos com os nossos sentidos.” (Pio *et al*, 2003: 219)

Voltando à contextualização da polémica, e no que toca particularmente à posição das forças vivas de Coimbra, o autor recorda que houve um estudo de impacto ambiental para a possível implementação do processo nas quatro maiores cimenteiras do país, localizadas, de Norte para Sul, em Souselas, a 10 km de Coimbra, Maceira, Alhandra e Outão, e que o parecer era favorável a qualquer uma delas. Quando formalizada em diploma legal, a localização foi colocada mais para o Norte, e mais distante da zona de maior produção de resíduos industriais (distritos de Lisboa e Setúbal). “Coimbra sentiu isso como um reflexo da sua perda de poder político e movimentou-se.” (Pio *et al*, 2003: 15) Tal como as forças vivas da cidade e as populações, deputados do distrito do partido do Governo envolveram-se na contestação pública. E tal como o “Diário de Leiria”, conforme analisámos atrás, também o “Diário de Coimbra”, assumiu a luta contra a co-incineração em Souselas.

Todo o contexto leva Formosinho a concluir que,

“Encontra-se no processo de co-incineração todo o elenco de comportamentos previsíveis, desde a mera opinião da política até à objectividade mais dura das ciências (...). Foi o fomento do espectáculo, o cultivado prevaecimento da emoção, uma advogada suspeição da ‘realidade objectiva’. (...) Mediante a trepidação do tempo e o ruído da desacção política, impediu-se o alcance do significado das coisas (...).” (Pio *et al*, 2003: 35)

José Cavalheiro vai mais longe para acusar a imprensa de “desinformação do essencial” e de “neutralidade negativa”. Críticas que começa por contextualizar com a cultura produtiva dos media e os critérios de noticiabilidade. O autor define o papel da comunicação social como tendo “(...) uma função extremamente importante – a da divulgação da informação – mas vive no dilema de encontrar o equilíbrio entre o justo, objectivo e ético, e o sensacionalismo que promove as vendas.” (Pio *et al*, 2003: 177)

O factor vendas é apenas uma das interferências económicas que condicionam o trabalho dos meios de comunicação social, pois têm ainda de contar com formas de pressão provenientes de sectores que possam ser favorecidos ou prejudicados pela maneira como uma notícia é publicada. Entre outras formas, a interferência pode ocorrer pelo pagamento de publicidade ou pela implementação de canais de fuga de informação.

“No caso das problemáticas ambientais, a situação complica-se quando determinadas associações jogam, de certa forma, no tabuleiro político, procurando obter vantagens dos poderes instituídos, sejam centrais ou locais. Essas vantagens podem agora revestir o aspecto de subsídios, trabalhos de levantamento de problemas ou, de forma mais difusa, empregos de amigos ou colaboradores das organizações ambientalistas.” (Pío *et al*, 2003: 177)

Segundo Cavalheiro, a forma de actuação dos media em casos que têm a ver com o ambiente faz-se de forma condicionada: “(...) um caso só merece o interesse generalizado de muitos órgãos de comunicação depois de se tornar familiar para o público.” (Pío *et al*, 2003: 178) Isto faz com que um assunto aumente de importância,

“(...) como uma bola de neve, e uma situação há muito existente e aceite passivamente torna-se subitamente um caso dramático, em que os indiferentes de ontem se tornam subitamente irados protagonistas de noticiários televisivos, sendo por vezes difícil perceber quem vive uma situação e quem apenas representa um papel, num teatro que substitui a própria realidade.” (Pío *et al*, 2003: 178)

Cavalheiro exemplifica com o caso do encerramento das lixeiras a céu aberto que geraram protestos pela forma alternativa do tratamento dos lixos proposta, mas cuja existência nunca foi objecto de crítica. Há então, sempre segundo o autor, um subverter da hierarquia das prioridades que consegue tornar dramático um tema que é secundário. Exige-se portanto “(...) mais rigor e exigência por parte da comunicação social (...)” (Pío *et al*, 2003: 180) que não pode aceitar de forma acrítica todas as posições ambientalistas.

José Cavalheiro afirma que a comunicação social não pode acolher todas as situações denunciadas pelas associações ambientalistas como se não houvesse quaisquer conhecimento prévio das mesmas, exibindo uma “inocência” mascarada de

neutralidade. A procura do contraditório imposta por essa suposta neutralidade levanta outro problema: a selecção do antagonista. É aqui que, segundo o autor, a imprensa deixa de ser neutral. Isto porque às testemunhas de um acontecimento, envolvidos no caso ou simples transeuntes, se dá o mesmo espaço na comunicação social que à entidade originária da notícia. Tal situação origina que vejamos “(...) estudos técnicos serem ‘arrasados’ duma penada pela opinião, muitas vezes infundada, de qualquer transeunte apressado.” (Pio *et al*, 2003: 181)

“A hierarquia das competências dilui-se face à igualdade dos tratamentos, os fundamentos das opiniões são normalmente omitidos e desde o ministro, que anda há anos para resolver um problema, até à dona de casa que começou a pensar nele quando o repórter lhe fez a pergunta, tudo tem o mesmo peso (...)”, defende o autor. (Pio *et al*, 2003: 182)

A neutralidade assim exercida torna-se num processo de construção dum conhecimento distorcido na opinião pública. Ao dar a mesma relevância e espaço mediático a leigos e a especialistas, permite-se que às questões de fundo se sobreponham aspectos marginais e que toda a gente opine sobre assuntos que carecem de estudo e conhecimento. “(...) é por demais evidente que muitos dos opinantes não são interlocutores válidos, nem informados nem interessados, sendo apenas instrumentalizados para servirem de contraponto à notícia.” (Pio *et al*, 2003: 182)

José Cavaleiro termina esta análise sobre o papel dos media no tratamento das problemáticas ambientais caracterizando o jornalista. O autor destaca a frequência com que se verifica que o jornalista que trata o objecto da notícia nada sabe sobre o assunto. Para além do comportamento “porta-microfone”, Cavaleiro afirma que é com total indiferença que, muitas vezes, jornalistas aceitam qualquer resposta por muito atentatória do evidente que elas sejam. (Pio *et al*, 2003: 182).

Segunda Parte: estudos empíricos

A imprensa, o risco e a co-incineração

Motivações para a análise

Nesta segunda parte do trabalho, proceder-se-á a várias análises de conteúdo da imprensa nacional de forma a verificar algumas das teses defendidas anteriormente, tal como a diversificação e banalização dos riscos, a amplificação social do risco através da Comunicação Social e a mediatização excessiva ou mesmo alarmista por parte da Imprensa. Procuraremos, igualmente, avaliar a tradução prática da teorização desenvolvida em torno dos critérios de noticiabilidade dos riscos, nomeadamente aqueles que se traduzem numa informação mais próxima do leitor.

Para cumprir tal desiderato, procederemos a três estudos. O primeiro tem como objecto a presença da palavra risco na imprensa nacional; o segundo restringe a análise à presença de um risco específico, procurando-se avaliar, de modo mais aprofundado, a forma como os principais media trataram o tema da co-incineração, num dos momentos mais polémicos e decisivos do processo; o terceiro serve de complemento aos anteriores, tomando como alvo a cobertura mediática do risco em geral por parte das revistas semanais de informação.

1. A palavra risco na imprensa nacional

Chegados a este ponto, sabemos já que o risco é um termo em crescente expansão, que “está na moda” e se espalha por todas as áreas do conhecimento, de estudo empírico e do nosso quotidiano. Será que a imprensa reflecte essa omnipresença e ambivalência do risco? Este é o ponto de partida para esta primeira análise.

Amostra

Do universo da imprensa nacional, retirámos para amostra as edições, seleccionadas de forma aleatória, compreendidas entre 12 de Setembro de 2005 e 25 de Setembro do mesmo ano, do Jornal de Notícias (JN) e do Diário de Notícias (DN). São 28 edições no total, 14 de cada título. Numa segunda parte desta análise, a amostra será

alargada para os 365 dias do ano e, por último, a um espaço de três anos (2003, 2004 e 2005).

Objectivos e hipóteses

Com este primeiro estudo empírico, o que pretendemos é avaliar a presença do risco no discurso dos media nacionais, nomeadamente a importância que lhe é dada pelo jornal em causa, através do número de textos que lhe é dedicado e das referências na primeira página que merece. É também nosso objectivo identificar as secções e as áreas em que o termo surge inserido, auferindo, desta forma, a sua transversalidade e flexibilidade. Porém, neste último caso, o objectivo não é tanto proceder a um levantamento e análise exaustivos mas, sobretudo, demonstrar a variedade de temas no âmbito dos quais a palavra risco é utilizada. Mesmo assim, beneficiando de uma amostra bastante limitada no tempo, procuraremos interpretar o contexto em que tal acontece. A primeira hipótese avançada para análise é a de que a palavra surge em grande número, em todas as secções, na primeira página e é associada aos mais variados temas, desde questões do quotidiano até catástrofes ou riscos globais. Do mesmo modo, partimos do princípio de que o termo surge maioritariamente com uma carga negativa, associado às ideias de perigo e ameaça.

Outro objectivo da análise é perceber até que ponto a palavra e a ideia de risco surgem associadas a quatro temas - atentado, incêndio, doença e gripe das aves – que seleccionámos dos restantes por se tratarem de grandes temáticas da actualidade no período em consideração, aliás, como nos foi demonstrada por uma primeira leitura dos textos que integram a amostra. A hipótese lançada, neste caso, é a de que existe aquela associação em ambos os jornais. Seguidamente, pretendemos analisar a presença do risco, em termos quantitativos e temáticos, num período de três anos. Aqui, iremos também avaliar a associação da palavra risco aos quatro temas já explicitados e estabelecer uma comparação entre os vários períodos em análise para traçar uma evolução numérica. Que a presença do risco e a sua associação a grandes temáticas da actualidade se mantém ao longo de um triénio, registando inclusive um crescimento, é a hipótese com que partimos para a análise.

Procedimentos

Esta análise será primeiramente quantitativa, com uma contabilização do número de vezes em que surge a palavra risco (e a variante riscos) nas 28 edições escolhidas para amostra. Para tal serão consideradas todas as unidades de texto, procedendo-se a uma contagem também por primeira página, por secção e por temas. Num esforço de contextualização, iremos proceder a uma contabilização de ocorrências da palavra risco quando associada aos seguintes termos: risco + atentado; risco + incêndio; risco + doença; e risco + gripe das aves ou aviária. Assim, em vez de proceder a uma classificação exaustiva de todos os assuntos presentes na amostra, apesar de destacar os dominantes, iremos contabilizar o número de vezes em que a ideia de risco surge associada àquelas que consideramos constituírem quatro grandes temáticas da actualidade.

Na análise alargada aos anos de 2003, 2004 e 2005, iremos contabilizar o número de textos e de primeiras páginas em que a palavra risco é referida em cada ano e, posteriormente, comparar os totais no sentido de registar a evolução ao longo do triénio. Neste caso, pela dimensão da amostra, não serão contadas as vezes em que a palavra surge no interior dos textos.

Tal como na análise efectuada às edições compreendidas entre 12 e 25 de Setembro de 2005, iremos aqui estudar a presença do termo risco quando associado às palavras atentado; incêndio; doença; gripe das aves ou aviária. Também pela dimensão da amostra, não será explicitado o assunto das ocorrências.

Todas as análises associadas ao termo risco serão feitas a partir de um sistema de base de dados exclusivo para funcionários do JN e do DN. Através do programa “Quay”, criado para o Centro de Documentação e Imagem (CDI), é possível proceder a uma contabilização automática de ocorrências e a uma listagem dos textos associados, bem como a uma pesquisa por secção, por primeiras páginas e por assuntos.

Feito o levantamento, criaremos para a análise uma grelha de contabilização, mas que não será aqui exposta graficamente na totalidade pela sua excessiva dimensão. A tabela 1. apresentada neste trabalho discrimina os resultados por jornais e, para cada um destes, por número de textos; número de ocorrências na primeira página; número total de ocorrências da palavra; e número de textos que associam os seguintes termos:

risco + atentado, risco + incêndio, risco + doença, risco + gripe das aves. Não serão apresentados graficamente os resultados por secção do jornal ou área em que a palavra se insere.

Para cada jornal, será posteriormente criada uma outra grelha (tabelas 2. e 3.). À semelhança da grelha elaborada para o período limitado a 14 dias, esta apresentará o número de textos em que a palavra risco surge nos anos 2003, 2004 e 2005; o número de primeiras páginas (ao contrário da grelha anterior, contabiliza-se o número de primeiras páginas em que a palavra surge e não o número de ocorrências por cada página); e o número de textos em que risco surge combinado com atentado, incêndio, doença e gripe das aves. Para finalizar, será criado e apresentado um gráfico (1.) comparativo de ocorrências em 2003, 2004 e 2005.

Note-se ainda que, para não causar ruído na leitura das conclusões, apenas será indicado, quando necessário, o dia da edição, sem a formalidade das referências bibliográficas que utilizamos na parte teórica deste trabalho. Procedimento que será adoptado em todos estudos empíricos.

Resultados

1.1. Risco, um termo onnipresente e versátil

Análise de 12 a 25 de Setembro de 2005- JN e DN

		JN	DN
nº de textos		163	91
nº de ocorrências na primeira página		6	3
nº total de ocorrências da palavra		236	154
nº de textos por tema	risco + atentado	1	1
	risco + incêndio	7	3
	risco + doença	11	10
	risco + gripe das aves	7	5

Tabela nº 1

1.1. a) Jornal de Notícias

No que diz respeito à ocorrência da palavra risco no Jornal de Notícias durante o período considerado, verificamos que ela aparece em 163 textos. Se contabilizarmos todas as ocorrências da palavra risco no total daqueles textos e nas referências de primeira página, o número ascende a 236.

Aparece em todas as secções mas aquela em que por mais vezes é mencionada a palavra risco é a Sociedade. As 44 referências verificadas surgem em 25 textos e correspondem a 18,6% do total.

Logo a seguir contabilizam-se os 24 textos e as 29 vezes em que risco surge na secção País, o que corresponde a 12,2% do total. Refira-se que esta é uma secção que aparece desdobrada nas várias edições do Jornal de Notícias, correspondendo este número às vezes em que a palavra risco surge referenciada na secção País nas edições Nacional, Minho, Centro e Lisboa durante o período considerado.

A terceira secção em que mais vezes ocorre a palavra risco é a Centro. São onze textos e dezasseis as vezes aqui verificadas, o que em termos estatísticos corresponde a 6,7%.

Com 15 referências surgem empatadas a secção Sénior e a revista dominical Notícias Magazine, editada em parceria com o Diário de Notícias. Refira-se que todas as ocorrências verificadas na Notícias Magazine estão presentes em apenas um texto, enquanto na Sénior elas surgem repartidas por seis textos, representando cada uma a 6,3% do total.

Com a secção Política passa-se o mesmo do que com a secção País. Também a Política surge desdobrada pelas várias edições do Jornal de Notícias, sendo o total de catorze ocorrências referente ao surgimento da palavra risco em todas as edições do matutino portuense. Presente em doze textos na Política, a ocorrência da palavra risco é muito semelhante na secção de Desporto, onde em onze textos se verificam treze referências. Na Política as catorze ocorrências verificadas constituem 5,9% da amostra, enquanto as treze do Desporto representam 5,5%.

Acima da dezena de ocorrências surge ainda a secção Grande Porto com onze vezes a palavra risco referenciada, o que constitui uma percentagem de 4,6% do total.

Abaixo das dez ocorrências surgem as secções Em Foco e Economia com nove referências cada uma, sendo importante realçar que a secção Em Foco não tem tema fixo, antes reportando-se a acontecimentos diversos que merecem atenção especial e alargada num dado dia.

Na secção dedicada à Opinião dão-se oito ocorrências, seguindo-se as secções Etcetera, Minho e Última com sete vezes a palavra risco referenciada.

Na contagem decrescente da ocorrência da palavra risco por secção no Jornal de Notícias, surge o Mundo com seis, a Grande Lisboa e o JN Negócios com cinco. Seguem-se a Cultura, Polícia Lisboa e TV com quatro referências e, finalmente, as

seções Preto no Branco e Página do Leitor com apenas uma ocorrência da palavra risco durante o período considerado para esta análise.

Entre as 236 ocorrências da palavra risco verificadas no Jornal de Notícias, seis delas surgem integradas em chamadas à primeira página, sendo também de destacar as dez vezes em que risco aparece como parte integrante do título de notícias. Numa dessas notícias em que o substantivo risco surge no título, ele vem acompanhado pelo adjetivo “social”, o que configura uma classificação adoptada por um organismo oficial. É como “crianças em risco social” que a Comissão Nacional de Saúde da Criança e Adolescente caracteriza um grupo de três mil crianças hospitalizadas em 2003. “Crianças em risco” e “consultas de alto risco” para grávidas são outras expressões encontradas no texto.

Do total dos 163 textos do Jornal de Notícias onde consta a palavra risco, verifica-se que 31 deles reportam, precisamente, a temáticas que têm a ver com a saúde. Aqui destaca-se um texto sobre doenças cardiovasculares onde a palavra risco surge por seis vezes, e um outro sobre a diabetes onde o número de ocorrências sobe para quatro. No primeiro caso, a palavra risco surge inserida em três diferentes expressões: “pessoas em risco”; “factores de risco”; “risco cardiovascular”. No segundo caso, fala-se da necessidade de identificar os indivíduos “em alto risco de desenvolver diabetes”; da importância de determinado medicamento ou dieta para a “redução de risco” no que concerne a esta doença; e do “grupo de risco para diabetes”, que inclui pessoas com idade igual ou superior a 45 anos, com sobrecarga de peso, entre outros.

Referência ainda, no campo da saúde, para os seis textos que têm em comum a temática da gripe das aves e pelo menos uma ocorrência da palavra risco.

Numa enorme abrangência temática que vai dos desastres naturais ao encerramento da Associação dos Amigos da Música da Anadia, e do terrorismo à escala global à problemática da esterilização dos animais de companhia, o uso da palavra risco nos textos noticiosos do Jornal de Notícias durante o período considerado surge, além da saúde, principalmente associado a temas desportivos (treze textos), aos incêndios (nove textos) e ao desemprego (nove textos). Eis alguns exemplos: “Jardel tem contrato de risco pelo Goiás” é um título sobre o futebolista Mário Jardel que assinou um contrato com o clube brasileiro válido por cerca de três meses, “tendo um

salário reduzido, dependente da produtividade com um pequeno extra em cada jogo que participar”; “Seis distritos em risco muito elevado” é como se intitula um artigo sobre a probabilidade de ocorrência de incêndios, sendo os restantes distritos classificados como sendo de “risco moderado” ou “risco reduzido”; e “45 mil sem emprego previstos para 2009” é o título de uma notícia que dá conta de uma previsão do Centro de Emprego de Guimarães. O artigo aborda o risco de mais 31 mil cidadãos ficarem sem posto de trabalho além dos 14 mil já inscritos.

1.1. b) Diário de Notícias

A mesma análise feita no Diário de Notícias durante o mesmo período de tempo revela a presença da palavra risco num total de 91 textos. A soma de todas as vezes que a palavra surge, incluindo referências na primeira página, ascende a 154 ocorrências. Ou seja, os números são significativamente inferiores quando comparados com os da análise ao Jornal de Notícias.

Tal como no JN, também no Diário de Notícias é a secção Sociedade que lidera a estatística de ocorrências e textos. Num conjunto de 27 textos, por 59 vezes surge referenciada a palavra risco nesta secção, o que em termos percentuais significa 38,3%.

A segunda secção com mais vezes a palavra risco repetida é Economia Negócios. Em apenas sete textos verificam-se dezassete ocorrências, muito contribuindo para isso um texto com um total de nove repetições. Esta secção contribui com 11% do total das ocorrências da palavra risco no Diário de Notícias no período considerado.

Dentro da mesma área temática mas reportando ao caderno semanal DN Negócios, verificamos a existência de doze repetições da palavra risco, o que representa 7,7% do total da amostra.

Com as mesmas características da secção Em Foco do Jornal de Notícias, a secção Tema do Diário de Notícias regista nove ocorrências da palavra risco. A este número corresponde a percentagem de 5,8% do total de ocorrências.

Logo a seguir surge a secção de Desporto. São sete as ocorrências aqui registadas, correspondendo a 4,5% da amostra considerada.

Nas secções Nacional, Media e TV e Opinião verifica-se que cada uma regista seis ocorrências da palavra risco, seguindo-se logo abaixo o caderno semanal DNA com quatro e as secções Internacional, Grande Lisboa e Última com três cada uma.

As secções menos representativas com apenas uma ocorrência da palavra risco durante o período considerado são a secção Artes e a secção Pessoas. Estas completam o leque das secções do jornal, sendo que em todas elas a palavra está presente.

Das 154 ocorrências da palavra risco verificadas no Diário de Notícias durante o período considerado, três delas surgem impressas na primeira página sendo que duas constam da respectiva manchete e a outra constitui uma chamada a essa mesma primeira página. Como parte integrante de títulos de notícia, a palavra risco surge destacada em seis textos.

No que diz respeito às temáticas abrangidas por notícias onde consta o uso da palavra risco, a lista é menos extensa se a compararmos com a do Jornal de Notícias, mas ainda assim é extremamente diversificada.

O topo da lista temática onde constam referências à palavra risco é no Diário de Notícias ocupado pela economia. No total são treze os textos encontrados, numa listagem em que se destaca uma notícia sobre a racionalização governamental dos fundos de capital de risco, onde esta mesma palavra surge repetida por oito vezes. O artigo fala de um novo modelo para o capital de risco que está a ser desenhado pelo Ministério da Economia que visa uma maior racionalização dos instrumentos públicos. Aqui a palavra risco surge unicamente incluída na expressão “capital de risco”.

Longe do realce destacado que merece no Jornal de Notícias, a saúde é o segundo tema com mais textos com ocorrências da palavra risco. Nos doze textos então encontrados, por oposição aos 31 do JN, sublinhe-se as quatro notícias dedicadas à gripe das aves, e também dois artigos em que a palavra risco surge repetida por sete e seis vezes, respectivamente: o primeiro referente às crianças em risco social já destacada na análise feita ao JN, e o segundo à vacinação dos bombeiros portugueses contra a hepatite. No artigo do DN sobre as crianças hospitalizadas, tal como no JN, as expressões em que a palavra em estudo surge são “risco social”, “consultas de alto risco” para grávidas e “crianças em risco”, a que acresce a variante “menores em risco”. No artigo sobre a vacinação dos bombeiros contra a hepatite, fala-se dos riscos decorrentes do combate aos incêndios e do socorro a vítimas para a saúde destes

profissionais, catalogados neste texto como constituindo “um grupo de risco sujeito a contrair infecções graves”.

Com onze textos onde se pode ler a palavra risco pelo menos uma vez contabiliza-se a temática internacional, dominada, no que toca ao número de textos, pelo duelo eleitoral para chanceler da Alemanha entre Gerhard Schroeder e Angela Merkl.

Para além destes três grandes temas, não há mais nenhum que se destaque em número de textos, mas importa sublinhar que, à semelhança do que acontece no JN, os incêndios merecem uma referência particular na análise feita ao Diário de Notícias. Isto devido à existência de um texto sobre a responsabilidade portuguesa no total da área ardida na Europa do sul onde a repetição da palavra risco acontece por quatro vezes; e também pela referência que, noutra notícia, o secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades faz à prioridade que deve existir na elaboração de uma “carta de risco de incêndios”. Esta referência remete a palavra risco para uma esfera oficial, o que só por si lhe confere uma importância e um significado próprios.

1.2. Grandes temas da actualidade

Segmentando, agora, a análise de ocorrências da palavra risco pelo número de textos em que esta surge associada às expressões atentado, incêndio, doença e gripe das aves ou aviária, verificamos, a partir da tabela nº 1, que os números registados no JN e no DN são muito semelhantes. Risco e atentado surgem associados em apenas um texto em cada jornal; risco e incêndio em 7 textos no JN e apenas 3, menos de metade, no DN; risco e doença em 11 textos no JN e 10 no DN, quase equiparados; risco e gripe das aves ou aviária coabitam em 7 artigos no JN e em 5 no DN. Mas vejamos exactamente o contexto em que as palavras em análise surgem associadas.

1.2. a) Risco de atentado

No caso do JN, é publicada uma entrevista a Peter Tarlow, um especialista no impacto do terrorismo na indústria turística, sob o título “Atentados só em Portugal

não fazem muito sentido” e o pós-título “Especialista diz que período de risco do país sofrer ataque terrorista já passou com o Euro 2004”. O entrevistado acaba por desdramatizar o risco de atentado em território português após o célebre “11 de Setembro” nos EUA, alegando que tal apenas faria sentido, na óptica do terrorista, se conjugado com atentados, em simultâneo, a várias capitais europeias. Além disso, diz que o turismo português não reúne as três “condições” necessárias para ser um alvo atractivo para um atentado: envolver grandes massas, movimentação de grandes somas de dinheiro e alvos físicos, como edifícios emblemáticos, que garantam grande visibilidade mundial. Curiosamente, neste texto, a palavra risco apenas surge duas vezes, em discurso do jornal e nunca do entrevistado. Além da já referida ocorrência no pós-título, em que se fala de “período de risco”, o entrevistador questiona Peter Tarlow sobre se “Portugal constitui grande zona de risco”. No restante texto, expressões como “alvo potencial”; “zonas geográficas mais susceptíveis”; ou “forte probabilidade” transmitem a ideia de estar em risco ou risco de ocorrência de atentado. Já o termo atentado é mencionado 10 vezes e, apesar de nunca constituir a expressão “risco de atentado”, este é um conceito que está presente em todo o texto.

No DN, risco e atentado surgem associados num texto sobre a ameaça de ataques talibãs aquando das eleições legislativas e provinciais no Afeganistão. A palavra risco surge uma única vez e na mesma frase do que o termo atentado, quando o jornal escreve que, de acordo com observadores internacionais, “o risco maior ainda pode estar para vir: um atentado de grandes dimensões numa das principais cidades do país”. Além do título “Talibãs ameaçam eleições afegãs”, também reflecte claramente a ideia de risco a declaração do Ministério da Defesa alemão de que os soldados ao serviço da OTAN “sejam submetidos a perigos suplementares”. Ou seja, ameaça e perigo surgem como sinónimos de risco.

1.2. b) Risco de incêndio

Naquela que é a única categoria em que existe um desfasamento entre JN e DN no total de textos, de 7 para 3, verificamos que os factos noticiados também não coincidem, sendo que no primeiro daqueles jornais o noticiário sobre incêndios é bastante, e quase unicamente, de cariz regional, enquanto no DN as questões

abordadas ganham dimensão nacional ou internacional. Vejamos mais pormenorizadamente o conteúdo dos artigos em análise.

No período considerado, o JN publica dois artigos sobre um incêndio urbano, num prédio degradado da freguesia da Sé, no Porto. Esta é a única temática que não se enquadra nos fogos florestais. Além de risco de incêndio, do que se trata é de “risco de ruína” do edificado, aliás esta é a única expressão em que surge o termo risco. Além desta, existem três notícias localizadas geograficamente num determinado concelho, distrito ou região. Uma delas relata um incêndio que deflagrou no concelho de Oliveira do Hospital e lavrou até Tábua, obrigando à evacuação de algumas localidades. A palavra risco surge no momento de classificar esta e outras zonas do país como em “risco máximo de incêndio” ou “risco muito elevado”. Ao longo do texto, destaca-se ainda a expressão “povoação em perigo” enquanto sinónimo de “em risco”. Segue-se uma notícia sobre a falta de meios aéreos no distrito de Vila Real para combater incêndios florestais. “Risco de incêndio continua” é a expressão que associa directamente os dois termos em estudo.

“Risco máximo de incêndio” e “risco elevado” são classificações que se repetem também em outros dois textos, um, já analisado anteriormente, sobre a probabilidade de deflagração de fogos em seis distritos, e outro sobre três incêndios por circunscrever na Região Centro. A temática dos incêndios ganha uma dimensão mais alargada com um artigo sobre um seminário que reuniu especialistas numa previsão supramunicipal. Aqui, o conceito de risco ganha uma dimensão igualmente oficial, com a referência ao aumento do “Índice de Risco de Incêndio” no país.

No DN, o primeiro artigo detectado na pesquisa compara a área ardida em Portugal durante o Verão com a área ardida em toda a Europa do Sul e, em particular, em Espanha. E cita-se um documento oficial da Comissão Europeia que analisa “o risco de incêndio” que cada estado enfrentou. Outra notícia relata que o Governo considera ajudas europeias pouco viáveis. Neste texto, as classificações “risco moderado” e “risco reduzido” de incêndio juntam-se às já mencionadas. A terceira e última notícia, dá conta da possibilidade dos EUA cederem aeronaves a Portugal para combater os fogos florestais. No artigo, um membro do Governo português defende a inventariação das “zonas de maior risco de incêndio”.

1.2. c) Risco de doença

A primeira conclusão que ressalta da análise uma vez restritos à categoria “risco + doença” é de que, ao contrário das anteriores, fala-se de “risco de morte”, elevando-se o nível de dramatização. No JN, o artigo onde claramente se usa aquela expressão dá conta dos efeitos do tabagismo na saúde. “Risco de morte por doença cardíaca ou cancro do pulmão”; “risco de morrer de qualquer tipo de cancro”; e “risco superior em três vezes de morrer de cancro do pulmão” são os exemplos existentes no texto intitulado “Fumar pouco triplica risco de doenças”. Existe outro texto no JN que fala do risco de morte mas por um eufemismo, retratando os anorécticos que emagrecem “até o limiar da sobrevivência estar em risco”.

Risco de morte surge, no DN, não enquanto expressão mas enquanto sentimento geral do texto. É o caso de duas notícias ou, mais concretamente, de dois títulos: “Gripe aviária pode matar 300 mil nos EUA” e “Doenças do coração matam 17 milhões por ano no mundo”.

Em todos os 11 textos do JN, o risco está sempre associado à ideia de doença. Os assuntos abordados são bastante diversificados e diferem de texto para texto, excepto no caso da doença “gripe das aves” que surge em duas notícias, as quais serão analisadas, mais à frente, no ponto dedicado especialmente a esta expressão. Vão desde a anorexia à chamada doença das “vacas loucas”, passando pelo tabagismo, pela diabetes, a obesidade, o cancro, as doenças cardiovasculares e coronárias, registando-se ainda um artigo sobre o regime do Governo para baixas.

Se, no JN, a expressão “risco de morte” mereceu o maior destaque na análise, já as expressões mais correntes prendem-se com a linguagem e os termos científicos usados pelos profissionais da saúde: “risco de transmissão”; “risco de contágio”; “factores de risco”; “risco cardiovascular”; “grupo de risco”; ou “populações de risco”. A palavra risco também dá, aqui, lugar a sinónimos, como verificamos, por exemplo, na frase “perigo decorrente das transfusões de sangue”.

No DN, dos 10 textos, apenas 7 apresentam realmente uma associação conceptual entre as palavras risco e doença. Nos restantes artigos, a coincidência dos termos não passa disso mesmo. Aqui, os temas sobre risco de doença são menos

variados: obesidade, doenças do coração, uma bactéria que levou ao encerramento de termas, e gripe em geral, com um texto cada; mais três artigos especificamente sobre gripe aviária. Além das mesmas expressões mais correntes já referenciadas na análise ao JN, fala-se, no DN, de “risco de epidemia” e de “risco para a saúde pública”.

1.2. d) A ameaça da gripe das aves

Isolando agora os resultados da pesquisa feita exclusivamente para a expressão “gripe das aves”, convém ressaltar que 2 dos 7 textos agora encontrados no JN, e 4 dos 5 artigos do DN, já constavam da listagem referente à palavra doença.

Dos 7 artigos encontrados na busca ao JN, destaque para uma extensa entrevista a António Carlos Menezes, da Ordem dos Médicos Veterinários, publicada na revista semanal daquele diário que é comum ao DN. O especialista, que trabalha há mais de três décadas na avicultura, procura serenar os receios dos consumidores portugueses de carne de aves num artigo intitulado “Não se transmite pelo consumo”. A palavra risco surge 16 vezes, enquadrada nas mais diversas expressões. Ao longo do texto, predominam as expressões “zonas de risco” e “risco de transmissão”, com três ocorrências cada, mas a palavra também surge como “espécies de risco”. “Portugal está fora de risco?” é uma das perguntas colocadas ao entrevistado, que enumera as medidas necessárias para “avaliar o risco” em Portugal e adianta que “o risco de a endemia cá chegar é de facto muito reduzido”.

Outro artigo do JN, dando conta de uma reunião de peritos em Bruxelas, fala, por sua vez, “dos riscos para animais e humanos”, enquanto a atribuição por parte da Comissão Europeia de um subsídio para a vigilância da doença em Portugal é mote para uma notícia em que se desdramatiza as eventuais repercussões para o país, com o Governo português a declarar que “não há qualquer risco para a saúde pública”. Contrariamente às anteriores, a notícia de que a vacina anual contra a gripe não protege contra a variante da doença nas aves não contribui para acalmar os receios, e é à gripe humana que é associada a palavra risco no texto em causa. A mesma carga negativa comportam os seguintes artigos: “Governo ainda não tem solução para aves mortas”, numa referência a aves migratórias que foram encontradas em território nacional e

constituem um risco enquanto potenciais veículos de transmissão da doença; e “Medicamento contra a gripe das aves está esgotado”, a propósito de um produto procurado por Portugal, para diminuir o risco de os humanos desenvolverem a doença. Já o título “Indonésia declara epidemia aviária” retrata uma ameaça longínqua e, ao mesmo tempo, bastante próxima fruto da globalização.

Tomando agora como base de análise o DN, existe um texto onde a palavra risco é frequentemente substituída pelos termos “ameaça”, “perigo” ou mesmo “receio”. No artigo, que dá conta da ineficácia da vacina contra a gripe quando aplicada à gripe aviária, as duas ocorrências da palavra risco surgem enquadradas na expressão “grupos de risco”. Quanto aos sinónimos, o risco de que se fala no texto ganha a forma de “ameaça da gripe”; “perigos de uma eventual epidemia”; “ameaça de uma pandemia” ou, mesmo, “receio de epidemia” que acaba, igualmente, por traduzir a ideia de risco.

“Gripe aviária pode matar 300 mil nos EUA” é, como vimos atrás, um título que remete para o risco de morte. Também aqui, o jornal escreve a expressão “risco de uma epidemia”, tal como fala em “ameaça de uma epidemia” para traduzir a mesma ideia.

A atribuição de um subsídio a Portugal por parte da Comissão Europeia também faz título no DN e, tal como no JN, também se afirma não existe, de momento, “qualquer risco para a saúde pública”. A protecção dos “indivíduos considerados em situação de risco” é, por sua vez, o mote para a união de esforços entre países da União Europeia de que dá conta uma quarta notícia. Por fim, o DN noticia um apelo da Autoridade Europeia de Segurança Alimentar para que se reforce o controlo na importação de aves vivas, em resposta ao risco de propagação do vírus.

1.3. O risco ao longo dos anos

1.3. a) Jornal de Notícias

Ocorrências da palavra risco - 2003/2004/2005

Jornal de Notícias

ANO		2003	2004	2005
nº de textos		3641	3615	4147
nº de primeiras páginas		85	31	151
nº de textos por tema	risco + atentado	39	49	35
	risco + incêndio	144	170	253
	risco + doença	143	196	261
	risco + gripe das aves	0	17	81

Tabela nº 2

Alargando, agora, a contagem ao espaço de um ano, verificamos que no JN a palavra risco surge, em 2003, num total de 3641 textos e 85 primeiras páginas; em 2004, desce para 3615 textos e 31 primeiras páginas; e, em 2005, o número sobe significativamente para 4147 textos e, num valor que quase duplica o de 2003, 151 primeiras páginas.

1.3. b) Diário de Notícias

Diário de Notícias

ANO		2003	2004	2005
nº de textos		2142	2515	2758
nº de primeiras páginas		57	46	33
nº de textos por tema	risco + atentado	59	41	42
	risco + incêndio	53	80	106
	risco + doença	135	190	201
	risco + gripe das aves	1	18	84

Tabela nº 3

No caso do DN, o termo risco é usado, em 2003, num total de 2142 textos e 57 primeiras páginas; em 2004, em 2515 artigos e 46 primeiras páginas; e, em 2005, consta de 2758 textos e 33 primeiras páginas. Curiosamente, no caso deste jornal, o número de textos vai subindo de ano para ano, ao contrário das referências na primeira página, que vão diminuindo.

1.3. c) Análise comparativa – JN e DN

Nº de textos por ano

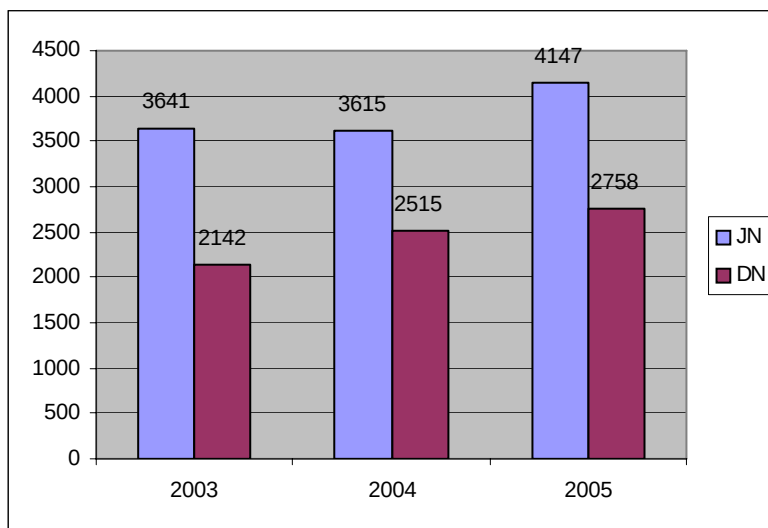


Gráfico nº 1

A primeira conclusão a retirar da análise comparativa dos dois jornais é a de que tanto o número de textos como o número de primeiras páginas que incluem a palavra risco são sempre significativamente superiores no JN em relação ao DN, excepto no número de primeiras páginas em 2004, em que as posições se invertem. A diferença no número de textos é sempre superior a mil. E o JN ultrapassa, sobretudo o DN, em 2005,

quando apresenta 4147 textos e 151 referências na primeira página e o DN totaliza 2758 textos, 66% do total do outro jornal, e 33 primeiras páginas, 22% da soma do JN.

1.4. Evolução das grandes temáticas

1.4. a) Risco de atentado

O número de textos em que coexistem as palavras risco e atentado é muito semelhante quando comparados os diferentes anos e os diferentes jornais, situando-se sempre entre os 35 e os 59. E, se o JN ultrapassa ligeiramente o DN em 2004, numa diferença de 49 para 41, já nos anos de 2003 e 2005 é o JN quem apresenta menos ocorrências, de 39 para 59 no primeiro período em análise, e de 35 para 42 no terceiro. Totalizadas as ocorrências dos três anos, o DN leva vantagem com mais 19 textos.

1.4. b) Risco de incêndio

Em ambos os jornais, regista-se uma evolução crescente no número de textos ao longo dos anos, aumento esse que é mais notório no JN de 2004 para 2005, quando o número passa de 170 para 253. Nesta categoria, e apesar da tendência crescente ser comum aos dois jornais, o JN domina claramente no número de textos em todos os anos considerados para análise.

1.4. c) Risco de doença

Esta categoria supera as anteriores no que ao número de textos diz respeito. Também aqui a tendência é crescente em ambos os diários, mas as diferenças entre os dois são menores e muito pouco significativas, excepto no último ano. Mais uma vez, é o JN quem surge à frente no número de textos, de 2003 a 2005.

1.4. d) A ameaça da gripe das aves

Praticamente equiparados em número de textos é como JN e DN se apresentam em todos os anos, sem excepção, mas esta é a única categoria em que este segundo jornal domina ao longo de todo o período analisado. A grande proximidade dos valores merece, aqui, uma referência pormenorizada. Em 2003, se é verdade que o JN não regista qualquer texto associando risco a gripe das aves, no DN também só existe uma ocorrência. Em 2004, o risco de gripe das aves começa a ser referido com mais frequência, com a pesquisa a detectar 17 textos no JN e 18 no DN. Por fim, em 2005, os valores registam um aumento muito mais significativo, com 81 artigos no JN e 84 no DN.

Principais conclusões

O risco confirma o seu estatuto. Do quotidiano e de terras longínquas para as páginas do jornal, ele está presente em todas as secções do Jornal de Notícias (JN) e do Diário de Notícias (DN), sem excepção, numa vasta e diversificada amplitude temática. Sociedade é, em ambos os diários, a secção onde mais vezes surge mencionado o termo risco, talvez por ser aquela onde parece caber uma grande variedade de temas que dizem respeito ao quotidiano do leitor, com destaque para os assuntos ligados à saúde, precisamente aquela área a que corresponde no JN o maior número de ocorrências e a segunda com mais referências ao termo no DN.

Merecedor de destaque nas capas dos diários nacionais, o risco dilui-se no discurso da imprensa, como parte integrante da narrativa, com os jornalistas a adoptar e a repetir expressões científicas ou técnicas de que o termo faz parte enquanto conceito quase exclusivamente negativo. Claramente sinónimo de conceitos como perigo ou ameaça, como verificámos a partir de alguns exemplos, a palavra analisada serve, no extremo, para classificar o “risco de morte”. Também aqui, a hipótese lançada confirma-se: a negatividade do termo é inequívoca e bem patente.

Os temas seleccionados pela sua grande actualidade também permitiram auferir a vasta presença da palavra risco nas narrativas noticiosas, bem como a sua tendência

crescente. Confirmámos que, de ano para ano, o número de textos em que o termo é referido aumenta. E não só de forma geral, também especificamente para as notícias que falam do risco de incêndios, de doença e de gripe das aves. Excepto no levantamento dos textos associando risco e atentado, a tendência é sempre ascendente.

Os resultados obtidos neste primeiro estudo empírico vão de encontro à caracterização do risco feita na primeira parte deste trabalho, enquanto termo em expansão, banalizado até, e portador de uma carga essencialmente negativa, que nos remete para as primeiras definições da palavra, evocando todo o perigo ameaçando os navios de mercadoria ou a ideia de combate. No primeiro capítulo, vimos que, na sua abordagem à história da noção de risco, Deborah Lupton conta como a palavra passou, no século XX, a ser utilizada geralmente como referência ao perigo. Além desta conotação maioritariamente negativa, inclusive na linguagem quotidiana dos leigos, nota que o termo passou a ser vago e banalizado, a estar na moda nas sociedades ocidentais. Ora, o estudo empírico que realizámos mostra como a palavra risco abarca todo e qualquer tema. Um termo “*umbrella*”, como lhe chamam alguns autores, ou guarda-chuva, que serve para descrever as mais variadas situações de perigo ou ameaça, ou probabilidade de ocorrência de um dano.

As conclusões a que chegámos são semelhantes às conclusões que Lupton retirou do seu próprio estudo a partir de um jornal australiano, o *Sydney Morning Herald*, que demonstrou uma elevada e crescente utilização do termo no texto principal e nos títulos de todos os artigos publicados ao longo de seis anos, de 1992 a 1997. Daí que a autora tenha concluído que o risco se tornou definitivamente uma palavra-chave nos meios de comunicação, usada como sinónimo de perigo ou ameaça. As pesquisas agora efectuadas a partir da imprensa portuguesa, nomeadamente do JN e DN, confirmam o diagnóstico, quase uma década depois. É a universalização da noção de risco, de que falava François Ewald, e que se viria a alargar a todos os domínios, como escreveu Peretti-Watel. Também Beck, na sua abordagem ao contributo dos media para acabar com o estado latente dos media, destacou o lugar crescente que as informações e as reportagens sobre o assunto ocupam nos mass-media, enquanto Sjöberg, autor citado no quarto capítulo deste trabalho, verificou, após analisar a produção de notícias sobre risco na imprensa diária da Bulgária e da Roménia, nos anos de 1985 e 1993, que aquelas aumentaram em ambos os países.

Outras conclusões lançadas no capítulo dedicado à mediatização do risco têm confirmação no nosso estudo. Paul Beedie e Graham Bourne, partindo do discurso da imprensa sobre a morte de duas jovens no Reino Unido, classificaram a palavra risco como detentora de um estatuto especial, por abarcar uma grande variedade de temáticas, sendo habitualmente usada na negativa pelos media e, embora não sendo igual a perigo, refere-se a conceitos similares.

2. O tratamento da co-incineração nos principais jornais

A segunda análise recai sobre a forma como a imprensa tratou a questão da co-incineração. Tendo em conta que a imprensa é, no mínimo, uma das principais fontes de informação do público sobre eventos e situações de risco, iremos analisar as narrativas sobre co-incineração produzidas por ambos os jornais.

Amostra

Esta abrange as edições do JN e do DN entre 25 de Dezembro de 1998 e 15 de Janeiro de 1999. O JN era, à data, o jornal mais vendido e com maior audiência no país, seguido do DN, sendo o primeiro considerado como um diário popular e o segundo como jornal de referência. Daí, a opção de analisar as narrativas sobre co-incineração produzidas por ambos os meios de Comunicação Social.

A primeira edição a analisar antecede em três dias o anúncio, por parte da então ministra do Ambiente, dos locais escolhidos pelo Governo para acolher unidades de tratamento e co-incineração de resíduos industriais perigosos. Este é reconhecido como o momento mais polémico de um processo que se arrasta até hoje, tendo sido alvo de grande mediatização e debate público, com forte contestação popular e da classe política. Por esta razão, e também porque as populações foram, à data, confrontadas pela primeira vez com a escolha dos locais sem que tivessem os conhecimentos necessários para a interpretar de forma racional, é aquele o momento escolhido.

Objectivos e hipóteses

Com este segundo estudo, pretendemos, após uma avaliação mais geral do espaço e destaque dados pelos media ao risco em presença – a co-incineração de resíduos industriais perigosos -, auferir a validade empírica das opiniões e estudos que apontam para uma informação que privilegia o acessório e negligencia o essencial, por exemplo com introdução de questões secundárias e falta de contextualização ou explicação dos assuntos. O objectivo é, igualmente, identificar o tipo de fontes, ou agentes da notícia, presentes nas narrativas sobre co-incineração e a forma como as diferentes fontes são tratadas ao nível dos conteúdos. Numa fase posterior, pretendemos estudar a evolução, ao longo de todo o período considerado, no número de textos, nas referências de primeira página, no grau de dramatização e no tipo de agente que é primeiramente citado nos textos. Como objectivo final, pretendemos estabelecer, em todos os pontos de abordagem descritos, uma comparação entre ambos os jornais.

A hipótese avançada é a de que o assunto é, por parte de ambos os jornais, alvo de um amplo tratamento mediático, a que falta informação e opinião técnica ou científica, mas abundam as trocas de acusações, as afirmações não fundamentadas sobre riscos, bem como as manifestações de cariz emotivo, privilegiando-se o acessório em detrimento do essencial e dramatizando-se o discurso, colocando no mesmo pé a opinião popular e leiga e a opinião especializada.

Procedimentos

A metodologia seguida no caso da co-incineração será, primeiro, uma análise quantitativa, no sentido de apurar o número de textos sobre o assunto (todas as unidades de texto serão tidas em conta excepto legendas, chamadas e brevíssimas de segunda página, e também a última página). Na contabilização dos textos será feita uma distinção entre notícia e rubrica, incluindo esta as seguintes modalidades: *opinião*, *comentário*, *entrevista*, *cartoon*, *inquérito*, *publicidade*, *editorial*, *gráfico*, *info-gráfico*, *crónica*, *perfil*, *página do leitor* e *balanço anual*. A análise quantitativa passará,

igualmente, por contabilizar o número de manchetes e chamadas à primeira página. No caso do JN, em que existe uma edição Norte e outra para Lisboa, se coincidirem na apresentação de uma mesma manchete ou chamada à primeira, esta será contabilizada como apenas uma ocorrência no dia em causa. Só serão contabilizadas duas ocorrências, quando existir uma manchete numa edição e uma chamada à primeira noutra.

Seguidamente, iremos proceder a uma análise dos textos (incluindo a primeira página) por tipo de agente. Será identificado o principal agente de cada notícia, rubrica, manchete ou chamada à primeira, entendendo-se por este o protagonista dominante na unidade de texto em causa. Se nas referidas unidades em análise forem registados mais do que um agente dominante, será contabilizada uma ocorrência para cada um. Na tabela 4, será exposto o número de ocorrências de textos no JN e no DN, o total das referências na primeira página (manchetes e chamadas à primeira) e das ocorrências por agentes, sem discriminar a presença destes nas notícias, rubricas e primeira página, o que será apenas explicitado na interpretação da tabela.

A categoria agente, conforme explicitado na tabela 4., subdivide-se pelas seguintes, que passamos a explicitar:

Governo – Relativo a qualquer membro ou organismo do Governo da República Portuguesa;

Autarcas - Relativo a qualquer eleito ou organismo do poder local, desde as freguesias aos concelhos, incluindo igualmente organizações de municípios;

População – Tudo o que sejam declarações ou acções de populares, enquanto indivíduo ou colectivo informal;

Deputados – Todos os eleitos para os parlamentos nacional ou europeu;

Movimentos/Associações – Associações ambientais ou cívicas e qualquer movimento formalmente constituído;

Dirigentes partidários da oposição – Todos os membros das direcções das forças partidárias, que constituem oposição ao partido que sustenta o Governo, neste caso o Partido Socialista (PS);

Líderes de opinião – Inclui todos os “*opinion makers*” ou “fazedores de opinião”, oriundos das mais diversas áreas e com voz representativa da sociedade; podem ser colunistas residentes do jornal em causa ou comentadores pontuais;

Especialistas – Pessoa ou entidade reconhecidamente possuidora de conhecimentos técnicos ou científicos relevantes na área da co-incineração;

Media – Relativo às tomadas de posição, opiniões e comentários do jornal ou de seu representante;

Os restantes agentes serão integrados na categoria *Outros*.

Na interpretação da contabilização das ocorrências, iremos, assim, analisar que agentes predominam em ambos os jornais, os que mais se destacam na primeira página e explicar, igualmente, o assunto da manchete ou chamada registada em determinado dia. Seguidamente, iremos comparar os resultados de ambos os diários, nomeadamente o número de textos dedicado ao tema da co-incineração, o destaque dado na primeira página, a coincidência ou não dos assuntos a remeter para a capa, bem como o protagonismo dado a cada tipo de agente.

Realizada a contabilização de ocorrências e comparados os resultados dos dois jornais, passaremos a uma análise longitudinal, em que se irá estudar a evolução, ao longo do período considerado, no número de textos, referências de primeira página, grau de dramatização e tipo de agente primeiramente citado. Convém, aqui, explicar melhor o que se pretende com estas duas últimas categorias. No que toca à dramatização, este factor estará presente sempre que o assunto for apresentado de forma dramática, como o próprio nome indica, mas também comovente, emotiva ou alarmista. A dramatização será classificada, nas tabelas 5 e 6, como Alta, Média ou Baixa, e servirão de amostra para a análise todos os títulos, pós-títulos e leads (primeiro parágrafo do texto apenas), incluindo os de primeira página. A metodologia

passa por avaliar o sentimento geral do dia, reunindo a dramatização presente em todos os textos da mesma edição numa só ocorrência. Por exemplo, se existirem dois textos, um claramente dramático e outro que desdramatiza o assunto, a combinação de ambos poderá resultar numa média dramatização.

Quanto ao agente que estará no centro desta análise, já não se trata aqui de identificar o protagonista dominante mas sim aquele que é citado em primeiro lugar no texto. Neste caso, apenas serão tidas em conta notícias e rubricas, incluindo os respectivos títulos e pós-títulos. De ressaltar que, se dois agentes ou mais partilharem o estatuto de primeiro citado, será contabilizada uma ocorrência para cada um. Iremos, de igual modo, contabilizar o número de ocorrências por agente no total do período em análise e também o número de dias em que são o primeiro citado em pelo menos um texto. Assim, se avaliará a sua presença real ao longo da cobertura do assunto.

A análise da evolução no número de textos, nas ocorrências de primeira página e na dramatização, será contextualizada com o assunto e tipo de agente. Ou seja, iremos cruzar todas estas categorias, procurando, com isso, também explicar os picos de dramatização que ocorram ou, se pertinente, os momentos em que esta atinge o seu nível mais baixo.

De seguida, procederemos a uma análise longitudinal comparativa entre os dois jornais. Através do gráfico 2., serão identificadas as coincidências e desfasamentos das curvas que registam a evolução do grau de dramatização ao longo dos dias, e, também, a coincidência dos primeiros agentes citados, das referências à primeira página e dos assuntos abordados. Nos dias em que coincidem os picos ou a baixa dramatização, tentaremos explicar, com mais pormenor, quais as questões tratadas que influenciam a dramatização e qual é o agente que a motiva, seja ou não o primeiro citado, seja ou não o agente principal. Por fim, iremos comparar o número de vezes em que os jornais atingem os graus alto, médio e baixo de dramatização.

Esta análise será complementada por outra, mais qualitativa, em que iremos avaliar o tratamento de que é alvo o tema da co-incineração pela imprensa e, mais concretamente, em que medida há recurso a especialistas e informação técnica, introdução de questões secundárias, responsabilização de uma ou mais entidades por

determinada situação ou risco, se é feita uma contextualização das questões tratadas e se é introduzida emotividade no discurso mediático.

Vejamos, ao pormenor, o que se pretende em cada uma das categorias:

Recurso a especialistas e informação técnica: analisaremos a presença de discurso ou informação especializada, seja em discurso directo do agente, incluindo os media, ou reproduzido pelo jornal, e também a qualidade das informações técnicas e científicas veiculadas, desde logo para aferir se são ou não alvo de sustentação, explicação, confirmação e contraditório.

Questões secundárias: o objectivo é analisar até que ponto são introduzidas no debate sobre a co-incineração outras questões secundárias (directamente associadas ou decorrentes do tema principal) ou paralelas (com algum ponto em comum com o tema principal). E perceber também se a intromissão dessas mesmas questões prejudicam ou não o debate do essencial.

Responsabilização: aqui, pretende-se identificar discursos que sugiram ou revelem uma atribuição ou um pedido de atribuição de responsabilidades.

Contextualização: a categoria inclui todo o tipo de informação que possa contribuir para compreender e enquadrar o processo e o debate da co-incineração, seja, por exemplo, no respeitante aos riscos, a antecedentes ou experiências passadas.

Emotividade: é através desta categoria que tentaremos avaliar se a narrativa mediática privilegia ou não a emoção, nomeadamente em prejuízo da pretendida objectividade da imprensa, dramatizando e exagerando o relato dos factos.

Esta análise será feita à luz do modelo de amplificação social do risco, estudado no capítulo sobre comunicação e mediatização do risco. Os estudos empíricos realizados com base neste modelo, recorde-se, centram-se, entre outros aspectos, no fluxo de comunicação registado. Na presente análise, iremos centrar-nos apenas no fluxo de comunicação através dos media que desempenham, já foi dito, um papel activo na forma como os eventos e as situações de risco são percebidos pelo

indivíduo. Os “agentes” enunciados para a análise remetem-nos para as centrais de amplificação social de que falava Kasperson, um dos autores do modelo.

Resultados

2.1. Mediatização da co-incineração e seus agentes

Contabilização de ocorrências

	JN	DN
Número de textos	69	71
Número de referências na primeira página	9	8
Número de ocorrências por tipo de agente		
Governo	15	7
Autarcas	16	17
População	13	5
Deputados	4	4
Movimentos/Associações	3	16
Dirigentes da oposição	9	6
Líderes de opinião	4	8
Especialistas	6	10
Média	4	6
Outros	7	8

Tabela nº 4

2.1. a) Jornal de Notícias

No período considerado para a análise da cobertura mediática da co-incineração, entre 25 de Dezembro de 1998 e 15 de Janeiro de 1999, o JN, como vemos na tabela nº 4, regista um total de 69 artigos: 54 notícias (seis das quais em formato de caixa), mais 15 rubricas, destacando-se, neste caso, duas entrevistas e três caixas de texto respectivas.

As referências na primeira página são 9: a co-incineração é tema de manchete em 5 dias e de chamadas à primeira página em 4.

A primeira manchete surge no dia 29, com o anúncio, por parte do Governo, da escolha das localidades de Maceira e Souselas para a queima de resíduos perigosos em cimenteiras. No dia seguinte, a manchete, desta vez apenas na edição Norte, dá conta dos protestos da população de Maceira, que se insurgiu contra aquela decisão do Governo. Na edição de Lisboa, é feita apenas uma chamada à primeira página com protestos no Barreiro. Uma reunião entre associações ecologistas, em Souselas, com promessa de continuação dos protestos em Coimbra, é, por sua vez, tema de chamada à primeira na edição de Lisboa, no dia 3. Nova referência na primeira página surge apenas no dia 7, com o jornal a fazer manchete de uma entrevista ao responsável pela comissão que avaliou o impacto ambiental do processo e que garante que a queima em Maceira e Souselas é segura. Dois dias depois, nova manchete, desta vez noticiando que o Governo conseguiu convencer aquelas duas localidades a aceitar a co-incineração, nomeadamente com a criação de uma comissão científica de controlo e fiscalização que promete suspender o processo a todo o momento, se necessário. No dia 11, surge nova referência na capa do jornal, apenas na edição Norte, com uma chamada à primeira a propósito do pedido de revogação do plano de co-incineração por parte dos autarcas e da população de Maceira. Nova chamada à primeira é feita no dia 13, com uma antevisão da entrevista de Elisa Ferreira que será tema de manchete no dia seguinte. A ministra do Ambiente, escreve o jornal na capa, afirma ter o apoio do Governo, garantindo ainda benefícios para a saúde pública do processo.

Quanto ao principal agente dos textos (incluindo notícias, rubricas e referências na primeira página), os Autarcas dominam com 16 ocorrências, seguindo-se o Governo com 15, a População com 13 e os Dirigentes partidários da oposição com 9.

A predominância dos Autarcas, enquanto principal agente do texto, mantém-se se contabilizarmos apenas as notícias e excluirmos as rubricas e as referências na primeira página. O mesmo não acontece com o Governo que, nesta contagem mais restrita, cede o segundo lugar à População. No universo dos textos noticiosos, os

Autarcas registam 15 ocorrências, a População é o agente principal de 11 notícias e o Governo de 9, as mesmas que os Dirigentes da oposição.

Uma contabilização de ocorrências apenas na primeira página por agente principal revela a predominância do Governo com duas manchetes e uma chamada à primeira página. Segue-se a População, com uma manchete e uma chamada à primeira; os Especialistas com uma manchete e, finalmente, os Autarcas e os Movimentos/Associações com uma chamada à primeira página cada.

2.1. b) Diário de Notícias

No DN, são 71 os textos sobre co-incineração no período em análise: 52 notícias (11 das quais em formato de caixa de texto) mais 19 rubricas (das quais duas entrevistas), como verificamos na tabela nº 4.

Neste diário, a co-incineração não é tema de qualquer manchete mas, sim, motivo para oito chamadas à primeira página.

A primeira chamada é feita no dia 28, na capa do suplemento de “Negócios” e não na primeira página do jornal. Em causa uma entrevista ao consultor da empresa responsável pelo tratamento de resíduos em Portugal, a Scoreco, e antigo presidente da Quercus que defende a co-incineração nas cimenteiras, também por ser mais barata para as indústrias. Em destaque na edição de 29 está o anúncio da queima de resíduos industriais em Souselas e Maceira e, no dia seguinte, a contestação de vários dirigentes do PS, entre os quais o deputado Manuel Alegre, e o agendamento de uma reunião entre o presidente da Câmara de Coimbra, o socialista Manuel Machado, e o primeiro-ministro. No último dia do ano de 1998, o DN noticia na primeira página que a decisão do Governo é, segundo Elisa Ferreira, irreversível, e também que a Guarda Nacional Republicana impedirá futuros cortes de estrada em Souselas e Maceira.

Nova referência de primeira página surge apenas no dia 11, com uma entrevista ao presidente da Scoreco que sai em defesa da co-incineração e contra a classe política por fomentar o receio da população. Nas duas edições seguintes, também são feitas

chamadas à primeira página, primeiro com o Conselho Científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra a condenar a co-incineração, e, depois, com uma reportagem sobre a incineração de resíduos por parte dos hospitais daquela mesma universidade, alegadamente sem controlo. A chamada à primeira remete, igualmente, para um artigo sobre os riscos da estação de tratamento de resíduos industriais que o Governo quer instalar no Barreiro, pela sua localização próxima de um hipermercado e de duas freguesias populosas.

As ocorrências na primeira página terminam no último dia do período considerado, com referência a uma reportagem sobre incidentes ocorridos no passado com um reator de amoníaco que funciona a poucos metros do local onde o Governo quer ver construída a estação de tratamento do Barreiro.

Na contabilização por agente principal, os Autarcas registam o maior número de ocorrências, com 17 contra 16 dos Movimentos/Associações. Seguem-se os Especialistas com 10, os Líderes de opinião e o Governo com 8 cada, os Dirigentes partidários da oposição e os Media com 6 cada, surgindo apenas depois a População, com apenas 5.

Se restringirmos a contagem ao universo de notícias (sem rubricas ou referência à primeira página), verificamos que os Movimentos/Associações saltam para a liderança com 16 ocorrências, contra 15 dos Autarcas. Aqui, as posições invertem-se. Por sua vez, Governo e Dirigentes partidários da oposição continuam equiparados, com 5 notícias cada. A População é o principal agente citado em 4 notícias e os Especialistas em apenas 3, quando, na análise alargada a todos os textos, destacava-se em 10 unidades. Neste caso, registe-se, contudo, o facto dos Especialistas dominarem em quatro rubricas e merecerem o maior número de referências na primeira página: 3 chamadas contra 1 do Governo e 1 da População.

2.1. c) Cobertura mediática: uma análise comparativa

A análise comparativa das ocorrências de ambos os diários permite concluir que o número de artigos é muito semelhante: 69 no JN e 71 no DN, que regista apenas mais duas ocorrências do que o anterior. Também o número de referências na primeira página é equilibrado, com 9 ocorrências no JN e 8 no DN, mas recorde-se que este último não tem qualquer manchete sobre o assunto, ao contrário do primeiro onde a co-incineração é o principal tema de capa em cinco dias. Ou seja, no JN mais de metade das referências de primeira página são manchete.

São quatro as vezes em que JN e DN noticiam, no mesmo dia, a co-incineração na primeira página. Vejamos se os assuntos também coincidem. No dia 29, JN e DN destacam na primeira página o anúncio das localidades que vão acolher a queima de resíduos. No dia seguinte, ambos referem na capa os protestos que se seguiram, mas de origens diferentes: o JN dá voz à população de Maceira e aos autarcas do Barreiro; o DN destaca a oposição de dirigentes socialistas e uma reunião entre o presidente da Câmara de Coimbra e o primeiro-ministro. No dia 11, os assuntos, claramente, não coincidem: o JN destaca o pedido de revogação do plano de co-incineração em Maceira e o DN a entrevista ao responsável pela Scoreco. O mesmo acontece no dia 13, em que o JN promove a entrevista a Elisa Ferreira que publicará na edição seguinte e o DN remete para a reportagem sobre lixos hospitalares e a estação de tratamento do Barreiro.

Verificamos também que os Autarcas são o agente dominante nos dois jornais (16 ocorrências no JN e 17 no DN). Ambos os diários parecem privilegiar o descontentamento que surge dos autarcas, talvez por serem os representantes mais próximos da população e, ao mesmo tempo, instituições de poder local. Ou seja, acabam por funcionar como intermediários directos entre população e Governo, sendo preferencialmente com estes que a ministra do Ambiente e o primeiro-ministro negociam directamente.

A disparidade surge, com bastante notoriedade, na hora de contabilizar o número de unidades de textos em que Governo e População são o principal agente.

Há no JN maior recurso a fontes oficiais do Governo, talvez pela facilidade em aceder a tais fontes, cuja informação é tida como credível, ou mesmo pela ausência de fontes alternativas. De facto, verifica-se que o agente Governo regista no JN quase o dobro das ocorrências do que no DN, com 15 contra 8.

Curioso é também constatar que o JN dá voz e protagonismo directamente às populações, enquanto o DN veicula o descontentamento dessas populações através dos movimentos e associações que as representam. Quanto à População, a diferença entre os dois jornais agrava-se, com o JN a ultrapassar o dobro das ocorrências: 13 contra 5 no DN. O inverso acontece com o agente Movimentos/Associações: no JN, registam-se apenas 3 ocorrências e no DN elevam-se a 16.

Vimos também que o DN recorre muito mais a Líderes de opinião, o que vai de encontro ao perfil do próprio diário, tido como jornal de referência onde o número de rubricas, sobretudo artigos de opinião e comentários, são recorrentes e partilham o espaço com o noticiário, ao longo do jornal. No DN, existem oito unidades de texto em que domina o agente Líderes de opinião. No JN, o número de ocorrências é apenas metade.

Também o maior recurso a especialistas distingue o DN do seu concorrente diário mas não directo. Quase o dobro é, também, o número de ocorrências para o agente Especialistas: 10 no DN contra 6 no JN. Contudo, convém ressaltar que este agente merece não apenas o maior número de referências na primeira página do DN (3) como também uma manchete no JN.

Por fim, o número de unidades em que os Deputados são o principal agente é igual em ambos os diários estudados (2 ocorrências) e, no caso dos Dirigentes partidários da oposição, a diferença é de 9 no JN, para 6 no DN, não havendo grandes diferenças a registar que mereçam considerações de maior.

Uma vez reduzida a análise às notícias (excluindo, portanto, as rubricas e as referências na primeira página), constatamos que o número de ocorrências onde predominam os Autarcas é igual em ambos os jornais: 15 em cada. Mas se no JN os

Autarcas lideram a tabela, no caso no DN este agente é ultrapassado, em uma ocorrência, pelos Movimentos/Associações.

De ressaltar ainda, a partir da análise comparativa, que Especialistas e Líderes de Opinião são, em ambos os jornais, o agente principal majoritariamente em rubricas e não em notícias.

No JN, são quatro as ocorrências do tipo “Rubrica” em que predominam os Especialistas e apenas 1 do tipo “Notícia”. A estas ocorrências acrescentamos uma manchete. Por sua vez, o DN registra quatro ocorrências em forma de “Rubrica” em que o principal agente são os Especialistas, e 3 notícias. A isto acrescem três chamadas à primeira página.

Quanto a Líderes de Opinião, os textos em que prevalecem também são mais em forma de rubrica do que em notícia: 3 rubricas no JN e uma notícia apenas em que são o agente principal; 5 rubricas no DN contra 3 notícias.

Análise longitudinal - Jornal de Notícias

	DATAS	DEZEMBRO								JANEIRO														
		25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
nº de textos		2				3	7	4	1	2	3	4	1	2	7	1	5	9	5	5	2	3	3	
nº de manchetes						1	1								1		1					1		
nº de chamadas à 1ª página							1				1							1		1				
Dramatização nos títulos, pós-títulos e leads	Alta	.					.				.	.		.					.		.			
	Média					.		.				.		.				.		.				
	Baixa								.	.						.	.	.					.	
Primeiro agente citado no texto	Governo					2						1					2	3		1	1	2	1	
	Autarcas	2					4			1			1				1	2	1	1				
	População					1	1	3	1			2			1	1	1		2	1			1	
	Deputados														1			1						
	Movimentos/Associações										1	1												
	Dirigentes da oposição						3							1	1			3		1				
	Líderes de opinião										1				1		1						1	
	Especialistas														3				1	1				
	Média							1																
	Outros									1	1				1				1		1	1		

Tabela nº 5

2.2. a) Análise longitudinal – JN

O período considerado tem início a 25 de Dezembro com dois textos sobre co-incineração, ao que se segue um espaço temporal de três dias sem referência ao assunto. No dia 29, é retomado o noticiário sobre co-incineração, com três textos, atingindo-se o primeiro pico no número de notícias no dia seguinte, 30 de Dezembro, com 7 ocorrências. Após sete dias em que as ocorrências oscilam entre 1 e 4 textos, regista-se novo pico de 7 ocorrências, no dia 7 de Janeiro. Este valor é apenas ultrapassado no dia 10, com 9 ocorrências, sendo este o maior pico registado no período em análise no que respeita ao número de textos. Nos dias posteriores, e até ao final, os totais mantêm-se entre 2 a 5 ocorrências.

Quanto às referências na primeira página, há duas manchetes consecutivas, nos dias 29 e 30, esta segunda coincidente com o primeiro pico no número de textos (7). A terceira manchete, no dia 7 de Janeiro, coincide, do mesmo modo, com o segundo pico no total de textos (7). A quarta manchete surge no dia 9, com cinco textos, e a quinta, e última, surge num dia com apenas três notícias. Neste último caso, destaque-se que a manchete reporta à entrevista que a ministra Elisa Ferreira dá ao jornal.

No que respeita às chamadas, a primeira surge no dia 30 e na edição de Lisboa. Isto no mesmo dia em que o assunto faz manchete na edição Norte. As restantes chamadas à primeira página aparecem nos dias 3, 11 e 13, neste último caso anunciando a entrevista à ministra que será tema de manchete no dia seguinte.

Chegados aos resultados sobre dramatização nos títulos, pós-títulos e leads, incluindo as primeiras páginas, verificamos que é alta no primeiro dia do período em análise. O foco da elevada dramatização é um artigo intitulado “Mata Cáceres declara guerra à co-incineração na Arrábida”, em que o presidente da Câmara de Setúbal promete uma forte oposição no caso do concelho vir a ser, segundo o autarca, “vítima do processo de co-incineração no nosso querido Parque Natural da Arrábida”.

Seguem-se três dias em que a co-incineração não é sequer mencionada. E, a 30 de Dezembro, destaque para o segundo pico de dramatização, que coincide com o

primeiro pico no número de notícias, com uma manchete e com uma chamada à primeira página. “Ninguém quer os lixos à porta” é o título da manchete do jornal na edição Norte, que, dando voz à população, noticia em pós-título que os “Protestos contra as co-incineradoras de lixos perigosos atingiram o rubro da fogueiras das paixões em Maceira”. Outro título, já no interior, claramente dramático é “Machado com Guterres para anular ‘traição’”. Aqui o agente é o presidente da Câmara de Coimbra, que acusa a ministra Elisa Ferreira de “grande insensatez política”. A dramatização não fica por aqui e atinge o seu grau elevado também por causa de um terceiro título: “Barreiro afirma-se como vítima”. Aqui, o agente é também o presidente da Câmara, neste caso Pedro Canário.

A dramatização volta a ser alta a 3 e 4 de Janeiro, por dois dias consecutivos, sendo que no primeiro caso coincide com uma chamada à primeira. Na primeira destas edições, o foco da elevada dramatização é uma notícia em que se dá conta de uma reunião entre ambientalistas. Deste encontro sai uma declaração que, segundo escreve o jornal no pós-título, é um “grito de guerra contra qualquer solução que passe pela queima dos resíduos”. É também a radicalização de posições que está em causa. Já no dia 4, a escolha das palavras usadas no título traduz nitidamente uma intenção de dramatizar e comover: “Luta em Souselas mete luto pesado”. É o movimento “PRO URBE” quem reclama a revogação da “infeliz” decisão de incinerar na cimenteira da localidade e apela aos conimbricenses para manifestarem o seu luto. Na mesma edição, um jornalista da casa, num artigo de opinião, escreve sobre a “desconfiança das populações, que tantas vezes foram enganadas, quanto às promessas dos políticos” e coloca a credibilidade de alguns ambientalistas “abaixo de zero”.

No dia 6, atinge-se novamente o nível superior de dramatização com o reitor da Universidade de Coimbra a afirmar que a co-incineração em Souselas irá transformar esta numa “cidade de grandes riscos” acenando com a hipótese de avaria. Por sua vez, a Comissão Política Distrital de Coimbra do PSD lança, de acordo com outro texto, um apelo a “demissões globais” e afirma que a decisão da ministra do Ambiente “é um insulto e um enxovalho para Coimbra”.

O segundo pico no número de notícias, recorde-se, é no dia 7 com 7 ocorrências. Aqui, a dramatização é média e o assunto é manchete do jornal. Neste caso, a manchete desdramatiza, por completo, o processo, com o responsável pela

avaliação ambiental a garantir que é seguro e o jornal a citar na primeira página a sua afirmação de que o relatório produzido antes da decisão é “absolutamente tranquilizador”. Contudo, o elevado grau de dramatização presente em outros textos nas páginas interiores acaba por equilibrar a tónica geral do dia, colocando este factor no ponto médio. É o caso de um artigo intitulado “Elisa Ferreira insultou inteligência de Coimbra”, em que os líderes de opinião Boaventura Sousa Santos e Vital Moreira criticam o Governo. Este mesmo texto abre com uma citação de um activista contra a co-incineração: “Se a ministra engolir um copo de ácido sulfúrico à minha frente eu dou-lhe, como contrapartida, um pacote de rebuçados”.

Seguem-se três dias de baixa dramatização, apesar de uma manchete no dia 9 e do maior número de textos, em todo o período considerado, verificar-se no dia 10. Se no dia 8, o noticiário não traz nada de relevante, no dia seguinte a dramatização é reduzida pela voz do Governo que, segundo noticia o jornal em manchete, “convence Souselas e Maceira” a aceitar a co-incineração, em troca de garantias de monitorização permanente do processo por parte de uma comissão científica de controlo e fiscalização. Já no dia 10, o jornal dá conta de que os vereadores socialistas da Câmara de Coimbra viabilizaram um acordo proposto pelo primeiro-ministro.

A dramatização volta a subir para atingir novo pico no dia 12, com o relato de um Governo “irredutível”; o testemunho de um especialista em química do ar sob o título “Dioxinas presentes em toda a parte”; o Partido Ecologista “Os Verdes” a denunciar “cumplicidades” no “negócio” entre Governo e cimenteiras; e o Conselho da Região do Centro, constituído por autarcas, a criticar o que diz ser “uma grave injustiça” que a “subestima”.

No dia 14, é atingido novo pico com manchete da entrevista a Elisa Ferreira. Aqui, a dramatização é associada ao agente Governo mas surge no discurso do jornal que, brincando com as palavras, escreve na primeira página que a “ministra não se sente queimada”. “Todos pretendiam dizer ‘aqui não!’” é a declaração da governante que faz título no interior.

Adiante, veremos, com mais pormenor, como os agentes se enquadram neste ciclo de dramatização.

Numa análise ao primeiro agente citado no texto, vemos que o Governo e os Autarcas são citados num total de 13 textos cada, ao longo do período considerado, números apenas ultrapassados pela População, primeiro agente citado em 15 textos. A estes, seguem-se os Dirigentes da oposição, com 9 ocorrências; os Especialistas com 5; os Líderes de opinião com 4; os Deputados e os Movimentos/Associações com duas cada.

Já o ciclo da presença dos agentes enquanto primeiro citado num ou mais textos registados por edição, traduz-se da seguinte forma: População regista ocorrências em 11 dias, mantendo a liderança na contagem; Governo e Autarcas mantêm o empate com 8 dias cada; segue-se os Dirigentes da oposição com 5 dias; os Líderes de opinião com 4 dias; os Especialistas com 3 (que inverte a sua posição com o agente anterior); os Deputados e os Movimentos/Associações com 2 dias cada.

Cruzando os dados da tabela 5, é de registar que o Governo é mais citado, comparativamente com os restantes dias, no dia 10, quando se regista o maior pico no número de notícias e quando a dramatização é baixa. Aqui, é o próprio Governo o agente directo da baixa dramatização, anunciando um pacote de medidas preventivas que, segundo escreve o jornal em título, “arrefecem protestos”. Neste dia, o Governo divide a liderança no número de ocorrências com os Dirigentes da oposição, com 3 cada.

Em dois picos de dramatização identificados, nos dias 25 e 30, os Autarcas são o primeiro agente citado na maioria dos textos. No dia 2, os Autarcas são, aliás, os únicos a registar ocorrências, num total de 2 textos. Já no dia 30, os dados são bastante mais reveladores: os Autarcas dominam com 4 ocorrências no dia em que se regista um pico no número de textos (7), em que existe uma manchete (edição Norte) e também uma chamada à primeira página (edição Lisboa). Nesta data, os Dirigentes da oposição são o primeiro agente citado em 3 textos e a População em 1 apenas.

Relevantes são, também, os dados obtidos a partir da edição do dia 31, em que a dramatização é média e a População domina com 3 textos contra um dos Média. A População domina também no dia 4 e, aqui, a dramatização é já elevada.

Vejamos o único dia, 7 de Janeiro, em que os Especialistas dominam o número de ocorrências enquanto primeiro agente citado no texto: a dramatização é média, o número de textos registados naquele dia é o segundo maior de todo o período considerado, com 7 ocorrências, e é feita uma manchete em torno de uma entrevista feita a um especialista. Apesar da manchete referir que o processo de co-incineração é seguro, a alta dramatização presente nos restantes textos acaba por situar esta categoria no nível médio. Neste mesmo dia, em que se atinge um pico no número de textos, os Especialistas são, de facto, o primeiro agente mais citado, com 3 textos, mas, nos restantes 4 textos, dominam a População, os Deputados, os Dirigentes da oposição e os Líderes de Opinião, todos eles críticos do processo.

O pico seguinte de alta dramatização ocorre no dia 12, em que o noticiário e as rubricas se repartem por agentes diversos: Governo, Autarcas, População, Dirigentes da oposição e Especialistas, com uma ocorrência cada.

Por fim, a dramatização volta a ser elevada no dia 14, penúltima edição do período em análise. O Governo é o primeiro agente citado em mais textos, com 2 ocorrências, contra apenas 1 atribuída a Outros. Aqui, é o próprio Governo, na voz da ministra, que dramatiza não acerca da co-incineração em si, mas do debate político criado em torno da questão na sociedade e no interior do seu próprio partido.

Vejamos agora, de forma mais sucinta, o modo como agentes e referências à primeira página se cruzam nos dias de alta dramatização: no dia 30, o agente da manchete é a População e o da chamada à primeira são os Autarcas. No dia 3, são os Movimentos/Associações que merecem uma chamada à primeira página e, no dia 14, o Governo, na voz da ministra Elisa Ferreira, é o agente destacado na manchete.

Por fim, a análise longitudinal permite tirar outra conclusão: ao contrário do Governo, dos Autarcas e da População, entre outros agentes que surgem ao longo de todo o período analisado, embora não todos os dias, os Especialistas apenas começam a ser o primeiro agente citado nos textos a partir do dia 7, ou seja, no 14º dia analisado. E só se regista ocorrências nesta categoria em outros dois dias.

Análise longitudinal - Diário de Notícias

	DATAS	DEZEMBRO							JANEIRO														
		25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
nº de textos		1			1	10	5	6		1	2	1		1	3	1	4	5	7	5	7	6	5
nº de manchetes																							
nº de chamadas à 1ª página					1	1	1	1											1	1	1		1
Dramatização nos títulos, pós- títulos e leads	Alta					■	■	■			■				■				■	■	■	■	■
	Média	■			■							■						■					
	Baixa									■				■		■	■						
Primeiro agente citado no texto	Governo					4	1	2		1				1		1	1		1	1			
	Autarcas					3	4	2			1				1		1				2	2	1
	População																1	2	1	1		2	1
	Deputados					1	2	1							1				1				2
	Movimentos/Associações	1					2	1			1	1			1			1		1	1	1	
	Dirigentes da oposição						1								1		1	2		1			
	Líderes de opinião																						
	Especialistas				1		1	2															
	Média																		1	1			
	Outros															1			1	3	1	3	1

Tabela nº 6

2.2. b) Análise longitudinal – DN

Após um texto registado no dia 25 e a seguinte ocorrência apenas no dia 28, surge, a 29 de Janeiro, o maior pico no número de textos, com 10 ocorrências. E, neste dia, a dramatização é alta e existe uma chamada sobre o assunto na primeira página. Aliás, uma das principais leituras a fazer da análise ao DN é a de que em todas as edições em que existe 5 ou mais ocorrências o assunto é remetido para a primeira página e a dramatização é alta. Apenas duas excepções à regra: no dia 10, há cinco textos mas não há chamada à primeira e a dramatização é média; e, no dia 14, a dramatização é elevada, o número de ocorrências é 6 mas também não é feita chamada. De facto, há 7 dias de alta dramatização em que a co-incineração é remetida para a capa do jornal e em que existem pelo menos 5 textos sobre o assunto.

De registar, ainda, que o único dia em que há chamada à primeira página mas apenas média dramatização é a 28 de Janeiro, quando a chamada é primeira página do caderno especial de negócios do jornal e não do diário no seu todo, remetendo para uma entrevista a um especialista.

O primeiro pico de dramatização, no dia 29, respeita ao anúncio por parte do Governo de que as cimenteiras de Souselas e Maceira vão queimar resíduos industriais. “Souselas e Maceira sacrificadas” é o título da notícia principal. Por sua vez, numa rubrica de antevisão do novo ano, intitulada “Co-incineração: a guerra continua”, lê-se que as decisões da ministra do Ambiente “não vão fazer enterrar o machado de guerra aos que se lhe opõem de forma mais radical”.

O segundo pico de dramatização surge, no dia 30, com o jornal a situar “Elisa Ferreira sob protestos” de populações e políticos numa luta de “panos negros”. O texto começa com o presidente da Câmara de Coimbra a dramatizar não a co-incineração em si mas o facto de, segundo revelou, apenas ter sabido a escolha da opção por Souselas pela comunicação social, apesar de ter estado reunido com Elisa Ferreira no dia do anúncio.

No dia seguinte, a 31, o DN noticia na primeira página que, segundo palavras da ministra, a “Escolha das duas cimenteiras é irreversível” e também que o Corpo de Intervenção da GNR irá impedir qualquer corte de estradas ou ferrovias.

No dia 3, a alta dramatização é elevada por força de um artigo em que os activistas ambientais ameaçam o Governo com novas formas de luta. “Todos à espera de Guterres” é o título da notícia, seguido de um pós-título onde se lê que os protestos quer em Souselas quer em Maceira poderão recrudescer se o primeiro-ministro “não for sensível ao temor das populações”. Numa caixa secundária, a informação “Maceira ameaça com queixa em Bruxelas”, reforça a dramatização presente no artigo principal.

“Uma ofensa e uma traição a Coimbra” é como, no dia 7, o deputado Manuel Alegre classifica a instalação da incineradora em Souselas. Num segundo texto, “Coimbra unida contra Elisa Ferreira” é a ideia do título, com o movimento “PRO URBE” a radicalizar o protesto, prometendo avançar com uma acção judicial. A frase de abertura do lead, “Coimbra tem de dizer basta!”, ilustra bem o sentimento dramático do dia.

Novo pico abre uma sequência de 5 dias de alta dramatização. Na edição do dia 11, é chamada à primeira uma entrevista ao responsável da Scoreco, onde este acusa os políticos de fomentar “o medo” das populações. “Resíduos tóxicos contaminam eleições” é outro título de cariz dramático, apesar de referir-se aos efeitos da co-incineração não na qualidade ambiental mas na vida política. Na mesma edição, as populações de Maceira e Souselas exigem a revogação da co-incineração e a associação cívica “Pro Urbe” anuncia a realização de uma manifestação com três mil crianças. No mesmo dia, um artigo de opinião de um editor adjunto do DN introduz a co-incineração enquanto “guerra entre o coração e a razão” e defende que a eliminação dos resíduos industriais perigosos é mesmo um “desígnio nacional”. No dia 12, o DN destaca na primeira página que a “Medicina de Coimbra condena a co-incineração” e que, segundo esta, o processo é uma “ameaça à saúde pública”. O argumento, avançado no interior, é o de que existe perigo de libertação de produtos nocivos que podem provocar desde o cancro à infertilidade. Na edição seguinte, em que o pico se mantém, a dramatização é resultante da já referida manchete em torno da queima de lixos hospitalares, alegadamente sem controlo. “Queima perigosa em Coimbra” é o

título interior, com o presidente do Conselho de Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra a admitir que “não é possível de todo assegurar a segurança que desejaríamos para a população”. Nova ruptura entre as partes envolvidas é noticiada no mesmo dia, com os delegados de Coimbra e Souselas a tomarem posições diferentes no Parlamento. “Autarcas não se entendem” é o título que volta a dramatizar o estado das conversações. No dia 14, a elevada dramatização tem, sobretudo origem, num artigo em que os médicos socialistas alertam que “as dioxinas em excesso podem causar a morte”. Cancro, doenças cutâneas, dos aparelhos respiratório, digestivo e urinário são alguns dos riscos enumerados no lead, juntamente com defeitos congénitos nos fetos, abortos e infertilidade. A elevada dramatização tem também origem num artigo em que a associação ambientalista Quercus denuncia a incineração de resíduos hospitalares como a maior fonte de dioxinas em Portugal. “Fechar a fonte das dioxinas” é o título que, embora respeitante a uma questão paralela, contribui largamente para os receios da população. Finalmente, no último dia da pesquisa e de alta dramatização, a chamada à primeira dificilmente seria mais alarmista: “Barril de pólvora ameaça Barreiro”. Em causa os riscos da localização da estação de tratamento anunciada junto a um reactor de amoníaco, que já provocou acidentes. Os títulos interiores relativos ao assunto são ainda mais dramáticos: “Perigo de morte no Barreiro” e “Nuvem de amoníaco pode ser fatal para 150 mil” pessoas.

Tomando, agora, como alvo da análise o primeiro agente citado no texto, verificamos que os Autarcas dominam claramente, com 17 ocorrências. Segue-se o Governo com 13, os Movimentos/Associações com 11, a População e os Deputados empatados com 8, os Dirigentes da oposição com 6, os Especialistas com 4 e os Média com 2.

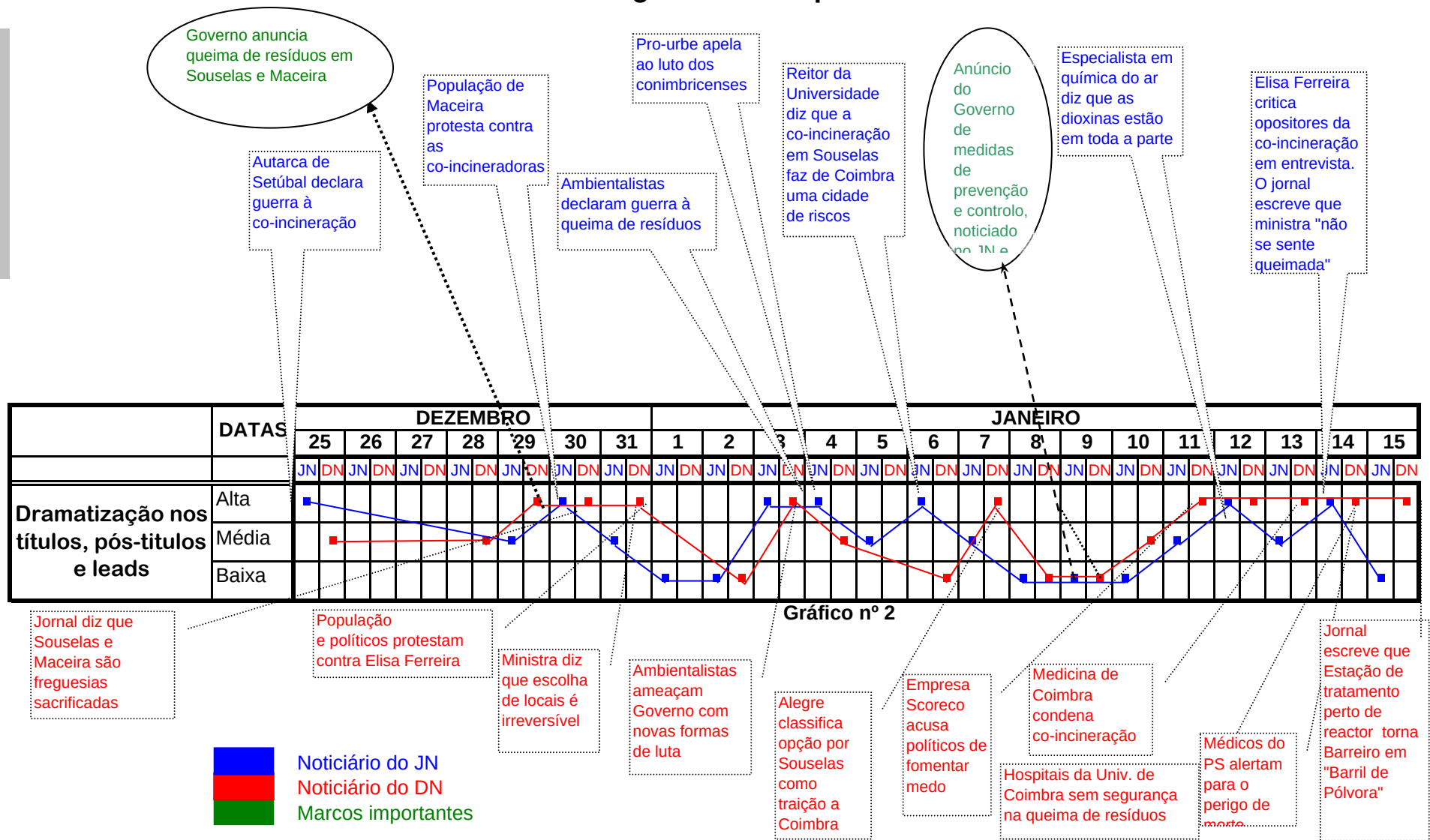
Quanto ao número de dias em que os diversos agentes registam ocorrências enquanto primeiro citado num ou mais textos, a ordem apenas se altera, quando comparada com o número de ocorrências totais, no que respeita aos Movimentos/Associações. Este agente lidera com um total de 10 dias, seguindo-se os Autarcas e o Governo, agora empatados com 9 dias; a População e os Deputados com 6; os Dirigentes da oposição com 5, os Especialistas com 3 e, finalmente, os Média com 2.

No dia 29, quando se atinge o máximo no número de textos (10), quando existe uma chamada à primeira página e a dramatização é alta, é o Governo quem domina o número de ocorrências enquanto primeiro citado, com 4 textos contra 3 dos Autarcas e 1 dos Deputados.

No segundo dia de alta dramatização, a 30 de Janeiro, em que é feita chamada à primeira página, são os autarcas que lideram com quatro ocorrências. Dia 31, também de elevada dramatização, o topo da tabela é partilhado por Governo, Autarcas e Especialistas, com 2 ocorrências cada. Mas a chamada à primeira página corresponde ao agente Governo.

Nos restantes dias em que a dramatização atinge o seu pico, a contabilização dos agentes é mais dispersa, como é sobretudo o caso das edições de 11 e 12 de Janeiro. No dia 13, os Autarcas registam 2 ocorrências e os Movimentos/Associações apenas 1; no dia 14, Autarcas e População têm 2 ocorrências cada, cabendo 1 a Movimentos/Associações; finalmente, no dia 15, os Deputados são o primeiro agente citado em 2 textos, e Autarcas e População em 1 cada.

De registar ainda na análise longitudinal efectuada ao DN que a População apenas começa a surgir enquanto primeiro agente citado a partir do dia 9, no último terço do bloco de dias considerado. Pelo contrário, os Especialistas surgem logo no primeiro terço, ou primeiro bloco de sete dias, mas nunca depois disso.



2.2. c) Análise longitudinal comparativa

As curvas resultantes da análise do ciclo de dramatização coincide no JN e no DN, excepto em dois momentos. O primeiro corresponde aos dias 5, em que a dramatização é média no JN e inexistente no DN, por ausência de textos, e 6, em que o JN evolui para alta dramatização, numa tendência oposta à do DN, onde é baixa. O outro momento em que as curvas divergem totalmente é no último dia do período em análise: depois de, no dia 14 ambos os jornais registarem uma dramatização elevada, o JN desce para o nível baixo no dia 15, enquanto o DN mantém a tendência dos quatro dias anteriores e mantém-se com um alto grau de dramatização.

As datas em que JN e DN coincidem totalmente são os dias 30, 3, 12 e 14, onde ambos os jornais mostram elevada dramatização, e os dias 8 e 9, em que aquela é reduzida.

Quanto ao número de vezes em que o pico de dramatização é atingido, registre-se que no JN o nível elevado é atingido por 7 vezes, enquanto que no DN a dramatização é alta em 10 dias diferentes. Também no DN, para além de registar o maior número de picos, estes são mais regulares e duradouros. Apresenta, por exemplo, um bloco de 3 dias seguidos, de 29 a 31 de Dezembro, e um bloco de 5 dias, de 11 a 15 de Janeiro. No JN, a única vez em que o pico de alta dramatização é atingido em dias consecutivos é a 3 e 4 de Janeiro. Neste diário, a dramatização, quando não é baixa, oscila mais entre média e alta, do que no DN. No JN, a dramatização é média em 6 dias, e no DN em 4 dias. O nível baixo é verificado em 6 datas diferentes no JN e em 4 no DN.

Analisando, agora, com mais pormenor as datas em que as curvas se encontram totalmente e cruzando as diversas categorias em análise, começamos por verificar que, no dia 30, os Autarcas são o primeiro agente citado em maior número de textos, 4 em cada diário. Neste dia, o DN remete o assunto para a primeira página numa chamada, e o JN faz manchete com a co-incineração na edição Norte e uma chamada na edição de Lisboa. Também na mesma data, em que, como vimos, a dramatização é elevada e os Autarcas dominam, a palavra “protesto” faz título em ambos os jornais. É o primeiro

dia em que é noticiada a contestação da população e autarcas que irrompeu após o anúncio da decisão da ministra do Ambiente quanto à localização das unidades de co-incineração.

Vejamos, agora, o dia 3, segundo dia de alta dramatização comum aos dois jornais. A dominar o noticiário de ambos está o relato de uma reunião entre movimentos e associações ambientalistas, e das respectivas promessas de luta como pressão junto do primeiro-ministro, nas vésperas de uma reunião conjunta.

Destaque merece, também, pelo assunto noticiado, a edição do dia 9. A dramatização é baixa em ambos os diários. Quanto ao motivo, o próprio JN escreve que a reunião entre o primeiro-ministro e os autarcas “arrefeceu” os protestos. Os jornais dão conta quer da criação de uma comissão científica de controlo e fiscalização para avaliar o processo da co-incineração, quer do anúncio de instalação de filtros de mangas em todas as cimenteiras do país.

Passando para o dia 12, em que as duas curvas se voltam a encontrar num pico de dramatização, o DN noticia a condenação do processo por parte de médicos da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. O JN dá conta não daquele mas de outros assuntos, tais como o Governo a manifestar-se “irredutível” e um especialista em química do ar a declarar que as dioxinas estão presentes “em toda a parte”.

Por fim, no dia 14, quando as curvas se mantêm no topo, o JN veicula a entrevista à ministra do Ambiente e uma notícia sobre um assunto associado à co-incineração, segundo a qual o lixo hospitalar gera toxinas “sem controlo”. Por sua vez, o DN traduz o descontentamento de médicos do PS que se opõem ao processo anunciado de co-incineração e acenam com o “risco de morte”.

Comparando os dois jornais, verificamos ainda que, no JN, o agente Especialista apenas começa a surgir enquanto primeiro citado nos textos a partir do dia 7 de Janeiro, 14º dia do período em análise. E, no total, apenas regista ocorrências em três ocasiões. Já vimos que as ocorrências dos restantes agentes, sobretudo dos que lideram a tabela do primeiros citado, surgem disseminadas um pouco por todo o espaço temporal considerado. Se no JN, os Especialistas começam a ser o primeiro

citado num ou mais textos apenas no 14º dia, num total de 22 edições, no DN, pelo contrário, os Especialistas surgem logo no primeiro bloco de sete dias e, a partir do dia 1, inclusive, não registam qualquer outra ocorrência. Note-se, igualmente, que a População apenas começa a registar ocorrências enquanto primeiro citado no 16º dia analisado, em 6 datas diferentes, enquanto no JN a sua presença faz-se notar entre o dia 29 até ao final em 11 edições.

Como foi dito anteriormente, o número inferior de ocorrências relativas à População no DN pode dever-se ao facto de o descontentamento desta ser preferencialmente veiculado pela voz de movimentos organizados ou associações. No que toca este agente (Movimentos/Associações), se no DN surge como primeiro citado em 11 textos e em 10 dias, no JN apenas regista 2 ocorrências em 2 dias.

2.3. Media e co-incineração: que tipo de informação?

2.3.1. Informação no JN

2.3.1. a) Recurso a especialistas e informação técnica

Uma das principais conclusões que se retira da análise realizada ao JN é a de que o recurso a especialistas é reduzido e, quando veiculadas, as informações especializadas, técnicas ou científicas, são apresentadas de forma incompleta, com afirmações ou insinuações não concretizadas ou justificadas e aparentemente gratuitas. Estas partem muitas vezes de populares, autarcas e outros agentes políticos com pouco ou nenhum conhecimento especializado sobre o assunto, mas são apresentadas pelo jornal como se se tratassem de verdades inquestionáveis e tratadas no mesmo plano que informações oriundas de peritos do sistema de co-incineração e de conhecedores directos dos relatórios que estiveram na base do despacho ministerial de 28 de Dezembro de 1998. É certo que as declarações de uns e outros não são confirmadas, de igual modo, mas será lógico afirmar que os dados veiculados por não especialistas, sobretudo quando técnicos e alarmistas, carecem de maior confirmação do que aqueles transmitidos por conhecedores do processo.

Outra conclusão dominante no que toca ao tipo de informação veiculada é a de que discurso técnico, ou científico, e discurso político surgem misturados (e confundem-se) ao longo de todo o espaço temporal seleccionado para a análise, daí que o segundo também vá ser abordado nesta primeira parte. Uma mistura em que prevalece, salvo raras excepções, o discurso político, surgindo as informações sobre o essencial do processo, como as razões da escolha, o nível de segurança ou eventuais prejuízos para a saúde pública, diluídas no contexto de um diálogo onde, como veremos mais à frente, as emoções e o combate político são exacerbados. Aliás, são os próprios agentes, governantes, adeptos ou contestatários da co-incineração, que são citados no jornal admitindo que o problema é muito mais político do que técnico. Vejamos, ao longo do período compreendido, alguns exemplos de como a informação objectiva sobre o problema concreto da co-incineração peca pela ausência ou pela falta de explicação para que o esclarecimento de todas as partes, sobretudo dos mais leigos, possa ocorrer e também o modo como são enumerados, independentemente de quem os apresenta, riscos e consequências graves para a saúde dos residentes nas localidades que irão acolher as unidades.

A notícia da decisão ministerial propriamente dita, que inclui dois pólos de recolha e tratamento do sistema em Estarreja e no Barreiro, surge na abertura da secção Nacional. Neste caso, o texto começa com a apresentação dos fundamentos da ministra que baseia a sua opção numa maior necessidade de requalificação ambiental das zonas em que se inserem aquelas unidades industriais, uma da Secil, outra da Cimpor. E justifica também com argumentos de natureza geográfica: sendo a maior parte dos resíduos produzidos na faixa entre Braga e Sines, havia que procurar uma centralidade para reduzir o espaço de circulação dos resíduos. Contudo, mais de metade deste texto é dedicado às reacções negativas de vários autarcas e protestos populares. O presidente da Junta de Freguesia de Maceira denuncia “razões políticas” pelo facto da freguesia ter apenas nove mil eleitores, não tendo tanto peso quanto outros locais que estiveram sob ponderação. A contrariá-lo está a presidente da Câmara de Vila Franca de Xira que, satisfeita com a decisão, diz tratar-se não de uma escolha política mas técnica, enquanto o Grupo (ambientalista) de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) é cauteloso ao adiar a reacção para quando tiver conhecimento

directo do relatório da Comissão de Avaliação sobre a escolha dos locais, cujo conteúdo não é noticiado.

Na mesma página, em baixo, outra notícia dá conta das reacções no distrito de Coimbra. “Todos contra decisão da ministra” é o título. Aqui, a opinião dita “unânime” de presidentes de Câmara, deputados das assembleias municipal e da República, e dirigentes do PS local é a de que Souselas “é a pior escolha” porque a cimenteira onde será instalada a co-incineradora se encontra a três quilómetros (em linha recta) dos Hospitais da Universidade e do terreno onde será construído o futuro Pediátrico, mas também devido à falta de acessos para os camiões com resíduos tóxicos e porque Coimbra é um distrito com pouca indústria. Informação, sobretudo a respeitante às consequências para as unidades hospitalares e aos acessos, que não são alvo no jornal de contraditório (por exemplo com os dados do relatório) ou de explicação minimamente pormenorizada. Uma situação que irá repetir-se com bastante frequência nos dias posteriores.

Na edição seguinte, dominada pelos protestos da população que impediram camiões de sair da unidade da Secil em Maceira, surge, nos derradeiros três últimos parágrafos (de 18) do artigo que abre a secção Nacional, uma reacção do director da cimenteira aos protestos, que explica que o arranque dos estudos no terreno iria começar de imediato, mas apenas passado um ano a fábrica estaria pronta para a queima, “defendendo as vantagens dos filtros de mangas que serão instalados nas chaminés da unidade industrial”. A notícia termina desta forma sem referir quais são essas vantagens.

A notícia de rodapé anuncia uma audiência do presidente da Câmara de Coimbra com o primeiro-ministro António Guterres para este “anular a traição” de Elisa Ferreira (após o município ter recebido garantias de que não iria acolher a co-incineração) que, segundo o autarca, teve uma decisão de grande insensatez política que corresponde a uma quebra da solidariedade. Domina claramente, até de acordo com as próprias afirmações do autarca, a questão política sobre a científica. O jornal, em discurso indirecto, refere, por exemplo, que o autarca afirma não existirem razões técnicas suficientes para sustentar a decisão e lembra que a cimenteira está a sete quilómetros dos hospitais da Universidade e a nove do Centro Hospitalar de Coimbra, “o que pode ter consequências imprevisíveis em caso de acidente”. Mas nem há

referência a que consequências nem à probabilidade de que acidente. A isto acresce a afirmação (também sem citação directa) de um autarca social-democrata de Coimbra, não questionada, de que a decisão teve a ver com interesses meramente económicos sem qualquer sustentação científica. Surge depois o “deputado-médico” Armando Gonçalves, “a revelar que os produtos tóxicos têm consequências nefastas nas doenças cancerígenas, respiratórias e congénitas a partir do feto, não existindo filtros de mangas que possam anular totalmente as substâncias químicas”. Outra alegada certeza sem contraditório. Moções das bancadas municipais do PS e da CDU atribuem a falta de informação especializada ao próprio Governo. Os socialistas dizem que a ministra não actuou como governante esclarecida, enquanto a CDU baseia as suas razões de protesto na “falta de argumentação técnica” por parte dos decisores. Ou seja, o problema poderá ter origem na própria falta de informação disponibilizada e veiculada pelos responsáveis técnicos e políticos, mas também não há da parte do jornal a iniciativa de promover esse mesmo conhecimento.

A segunda página da mesma secção abre com “Barreiro afirma-se como vítima” e o centro da notícia são as críticas ao facto de terem sido apenas apontados Barreiro e Estarreja para as estações de tratamento. E, mais uma vez, domina no tratamento da imprensa a questão política, aliás também por iniciativa dos próprios protagonistas. “Esta é claramente uma opção política, é uma decisão violenta da administração central em relação ao concelho”, afirma o presidente da Câmara, citado pelo JN. A isto acrescenta que a localização, no centro da zona urbana, “implica um aumento considerável do risco industrial já existente”. Mas não se explica como e porquê. Pelo contrário, é lançada de forma gratuita a suspeita, não confirmada, de que pela localização próxima de um porto e caminho-de-ferro (existente na Quimiparque) se poderá estar a perspectivar a vinda para o Barreiro de resíduos de outros países.

Apenas um parágrafo, de 11, é dedicado a uma posição favorável, a do líder da bancada socialista da Assembleia Municipal, considerando que “opção por duas cimenteiras na zona Centro-Norte do país facilita a solução de vir a ser encontrada uma alternativa de acessos muito fáceis e não no centro de uma cidade, como é o caso do Barreiro”. Porém, esta afirmação é logo confrontada com a de um deputado social-democrata afirmando que os resíduos “vão andar a passear” do Norte para o Barreiro e daqui para Leiria e Coimbra.

Destaque depois para a edição de 3 de Janeiro. Na abertura da secção Nacional, é noticiada a tentativa dos ambientalistas de travar a co-incineração. O grupo de ambientalistas de todo o país, reunidos em Souselas, Coimbra, apresentou, segundo o jornal alternativas à queima de resíduos tóxicos, defendendo nomeadamente a prevenção e a reciclagem. “Gratuita, não se baseando no conhecimento científico actual” é como interpretam a afirmação de que a co-incineração é inócua, “perante o muito que se conhece relativamente a emissões de metais pesados e de dioxinas, e perante o muito que se desconhece relativamente a emissões de outros compostos e à fixação permanente desses compostos no cimento”. Mas gratuita é também a forma como fazem esta afirmação, pelo menos nos termos em que é apresentada pelo jornal, sem que seja explicitados os fundamentos contrários aos da ministra, nomeadamente esse “muito” que se conhece sobre emissões de metais pesados e de dioxinas. Um conhecimento ainda não veiculado pelo jornal desde o anúncio da decisão.

Dois dias depois, um autarca de Coimbra, que ganhou o título de “vereador-biólogo”, João Pardal, retoma a questão política. Citado pelo jornal, diz que, além da vertente económica, terá influenciado a decisão de Elisa Ferreira apenas uma vertente marcadamente política, “ao colocar a queima o mais longe possível do Terreiro do Paço”, minimizando uma eventual penalização das eleições legislativas que se aproximavam. Os critérios científicos são remetidos mais uma vez para segundo plano, prevalecendo o acessório sobre o essencial no que toca aos riscos propriamente ditos. Mas o biólogo também fala da questão técnica, argumentando que a escolha das duas unidades co-incineradoras “viola o que está recomendado” porque ter-se-á de atravessar aglomerados urbanos, sendo as unidades designadas as mais afastadas da estação de tratamento do Barreiro. Pelo menos segundo a versão do biólogo, a única existente no artigo sobre a questão.

Situação idêntica surge no dia 6 com o jornal a destacar a advertência do reitor da Universidade de Coimbra, segundo o qual, em caso de avaria, os hospitais da Universidade seriam um dos primeiros locais a ser atingido. E, diz também, “40% das situações de vento em Coimbra são de quadrante Norte, atirando para a cidade o que sair das chaminés da cimenteira”, caso se verifique uma avaria. E “nada garante que aquela máquina não avaria”, afirma. Caso para dizer que, no artigo, nada garante ou pelo menos demonstra que possa haver uma avaria. Aliás, a avaria é um cenário traçado por vários agentes citados no jornal ao longo de todo o período estudado, mas

nunca são abordadas as probabilidades de tal acontecer e as consequências exactas de tal incidente, a curto ou a longo prazo, para o ambiente e para o Homem.

Finalmente, o esclarecimento perito apenas chega mais de uma semana após o anúncio, em forma de entrevista ao responsável pela Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental, Oliveira Fernandes. Com direito a manchete onde se lê que a “Queima em Maceira e Souselas é segura”, a oportunidade de esclarecimento parece ser, no entanto, algo desperdiçada dada a introdução de outras questões paralelas, tendência verificada noutros casos, conforme analisaremos mais à frente na parte dedicada à introdução de temas secundários. O adjectivo “segura” não tem sustentação no interior. É o entrevistado que o diz, sem que tal seja explicado, restando ao leitor confiar na sua boa fé e competência. Da mesma forma, na primeira página é dito que o relatório de um catedrático do Instituto Abel Salazar é “absolutamente tranquilizador”. Porém, o jornal também não pergunta nem escreve porquê.

Na entrevista de uma página ao presidente da Comissão, único avaliador citado ao longo de todo o noticiário analisado e cuja posição não será mais veiculada nos dias posteriores, com o título “Estamos a resolver apenas uma borbulha”, procura-se desdramatizar a co-incineração de resíduos industriais perigosos. Oliveira Fernandes diz que a queima pelo sector cimenteiro não resolve por si só o problemas dos resíduos em Portugal mas é a medida óbvia a tomar, apesar do “empolamento muitas vezes estimulado”. Na entrevista, o responsável conta como decorreu o processo, desde que se discutiu a instalação de uma incineradora de raiz (solução não adoptada), passando pelo estudo de quatro locais possíveis até à decisão actual. De seguida, reafirma o argumento apresentado no primeiro dia pela ministra de que pesou na escolha a perspectiva de requalificação ambiental em duas áreas que são as “mais carentes” neste domínio. Além disso, esclarece também que a posição de princípio apresentada pelos ambientalistas, sobre a necessidade de prevenção e redução da quantidade de resíduos, é também assumida pela própria Comissão no seu parecer técnico. Isto depois de, ao longo de vários dias, esta ter sido apresentada pelos contestatários como a alternativa. Contestatários que se dividem, note-se, por aqueles que simplesmente recusam a co-incineração e aqueles que a querem ver inserida numa estratégia mais alargada de prevenção, redução e reciclagem.

“Quanto aos que argumentam com os malefícios previsíveis para a saúde pública”, introduz o jornal, Oliveira Fernandes diz que a Comissão se baseou num

trabalho do professor José Manuel Calheiros, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, e que “o relatório dele é absolutamente tranquilizador nessa matéria”. Contudo, não se explica de que forma e porquê. A pergunta “Por que razão a co-incineração tem vantagens sobre uma incineradora de raiz?” merece apenas um parágrafo de resposta no final da entrevista, enquanto uma caixa de texto, no canto superior direito, é dedicada ao parecer da Comissão. Neste caso, não houve esforço para decodificar o saber científico e a linguagem técnica para que o leitor menos informado possa perceber as razões da escolha do local. Pelo contrário, são literalmente transcritos dois longos parágrafos do parecer. Para concluir a análise à entrevista, diga-se igualmente que esta não apresenta qualquer abordagem aos riscos e consequências do processo no ambiente e na saúde pública dos locais estudos.

Prosseguindo na procura de informação técnica, encontramos na página seguinte um artigo sobre um debate, dias antes anunciado como uma oportunidade para esclarecer os riscos do processo. A notícia é maioritariamente de cariz político surgindo, quase no final, o botânico Jorge Paixão a explicar que as dioxinas são constituídas por 70 compostos e só metade são conhecidos, podendo levar à esterilização. À mistura, um ataque à ministra, dizendo-se “disposto a dar um saco de rebuçados à ministra se ela ingerisse um copo de ácido sulfúrico”.

Dia 9, chega a notícia, em manchete, de que o Governo conseguiu convencer Souselas e Maceira com a criação de uma comissão científica de controlo e fiscalização que avaliará os resultados de forma independente e terá poder para suspender o processo a todo o momento. A propósito o jornal publica um artigo em que expõe as competências da comissão e o acompanhamento que será feito, e outro em que explica que todos os fornos das cimenteiras de Souselas e Maceira vão ser dotados de filtros de mangas no espaço de um ano. Explica também para que servem os filtros e o investimento que implicam, bem como as medidas a tomar no âmbito da requalificação das localidades onde existem cimenteiras. Informação que abona a favor do processo. Contudo, aparentemente convencidos do rigor do processo e da futura comissão, os autarcas regressaram, no dia seguinte, ao protesto.

Mais adiante, no dia 12 de Janeiro, um artigo dando conta da irredutibilidade do Governo opõe os argumentos de Elisa Ferreira e do eurodeputado social-democrata Carlos Pimenta, trocados num debate televisivo. O também ex-secretário de Estado do Ambiente, escreve o JN, disse possuir uma “lista de horrores” provocados na Europa e nos EUA pela co-incineração. Nenhum exemplo é apresentado. O mesmo responsável

é também citado pelo jornal dizendo que “uma cimenteira que passe a queimar resíduos tóxicos aumenta a libertação de dioxinas num nível que pode ir desde dez a mil vezes mais”. Isto em resposta à ministra que garantia, de forma peremptória, que a co-incineração em Souselas e Maceira não comportará problemas de saúde pública.

Dia 14 surge uma entrevista à ministra que, como a que foi feita ao presidente da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental, também faz manchete do JN mas, ao contrário daquele responsável, tem direito a duas páginas. O título da manchete é nitidamente político e mistura propositadamente discurso político e técnico: “Ministra não se sente queimada”. Em causa, a alegada falta de apoio dentro do Governo. Na manchete, lê-se igualmente que a co-incineração trará benefícios à saúde pública. Na primeira página da entrevista, onde só metade é dedicada a questões técnicas, a ministra fala da requalificação ambiental que será feita nos locais das unidades de tratamento e co-incineração e esclarece que o processo de co-incineração é feito clandestinamente em muitas padarias que substituem o óleo para aquecer o forno por óleo queimado. Procurando desdramatizar a co-incineração, a ministra aproveita também a ocasião para explicar que quando se queima matéria orgânica, sobretudo se ela tiver cloro, libertam-se dioxinas e furanos (substâncias que estão no centro das preocupações). E que quando se acende uma lareira ou se faz um churrasco acontece o mesmo. Segundo a ministra, que também não responde à dúvida, está em saber até que ponto serão libertadas mais dioxinas com o processo de co-incineração. As dioxinas e os furanos, acrescenta, apenas são perigosos para a saúde pública e geram cancro e malformações se ultrapassados determinados limiares. A dúvida fica no ar porque o leitor fica sem saber quais são. Na segunda página, apenas um quarto do texto é dedicado ao processo em si.

Terminemos com o último dia analisado, por tratar-se de um exemplo caricato e que poderá resumir toda a análise anterior. “Argumentos técnicos para um debate político”. Contudo, também neste texto, sobra o debate político mas faltam os argumentos técnicos.

2.3.1. b) Questões secundárias

Como foi já sugerido no ponto anterior, é bastante frequente, ao longo do noticiário analisado, a abordagem de questões secundárias ou paralelas que acabam por

dominar grande parte do espaço dedicado ao tema global da co-incineração, senão, em alguns casos, a maior parte. Uma interferência muitas vezes responsável pela mistura de informação técnica com outras, e que acaba por desviar a atenção do essencial (aqui entendido como informação útil para o cidadão poder decidir em consciência se apoia ou não a co-incineração). Os temas encontrados ao longo da análise são a vertente política da decisão, incluindo a forma como a ministra conduziu o processo, promoveu o debate público (que antecedeu em três meses o anúncio da decisão), e alegadas traições a autarcas, com ameaças à mistura. O reconhecimento de que o Governo cometeu um “erro de avaliação política” ao não enquadrar, do ponto de vista político e com as necessárias explicações técnicas o anúncio da decisão, foi admitido por membros do próprio Executivo, segundo noticiado a 9 de Janeiro. Acusações de cedência ao poder económico é outro tema explorado no JN, sendo também a própria ciência alvo de discussão, pela alegada incapacidade de auferir as reais consequências negativas que podem resultar do processo de co-incineração. De resto, encontramos também opiniões cruzadas sobre o modo como o debate pós-anúncio está a decorrer e sobre o próprio tratamento mediático. Uma espécie de debate-sombra em circuito fechado que acompanha todo o processo de discussão pública sobre a decisão da ministra e que, volta e meia, se transforma no tema principal.

Começamos pela vertente política. Nas reacções imediatamente a seguir ao anúncio, o presidente da Junta de Freguesia de Maceira introduziu a questão económica, acusando o Governo de ter “cedido a lobbies” económicos, ao não seleccionar a cimenteira de Outão, Arrábida, para a co-incineração de resíduos tóxicos. Artur Francisco disse que “toda gente sabe onde ficam os hotéis do senhor Belmiro de Azevedo”. Uma acusação que repetiu, aliás, ao longo dos dias. De igual modo, o vereador João Pardal, também presidente da Associação de Defesa do Ambiente de Souselas (ADAS) acusou, dia 5 de Janeiro, a ministra de se ter deixado influenciar pela “vertente económica”, “com o controlo das cimenteiras na estratégia nacional do ambiente”. Aliás, logo que a decisão foi anunciada, acusou a ministra de fraude ambiental, “mais preocupada com o interesse económico das cimenteiras do que com o direito à qualidade de vida das populações”, cita o JN. Também dirigentes partidários acusaram o Governo como, por exemplo, o deputado comunista Joaquim Matias, no dia 7 de Janeiro, de “subordinação do poder político ao económico”.

Também no mesmo dia em que é noticiada a decisão da ministra, é publicada a ameaça de demissão do presidente da Junta de Freguesia de Maceira, em forma de protesto, possibilidade também noticiada no dia seguinte juntamente com a hipótese de cair todo o Executivo da freguesia. Uma espécie de riscos secundários, conforme abordado oportunamente no capítulo dedicado à comunicação e mediatização do risco. Ainda na mesma notícia do dia 30, merecem atenção os prejuízos (também eles efeitos secundários) causados pelo bloqueio à entrada ou saída de camiões da empresa cimenteira Secil, na Maceira, “mínimos” segundo o director. A notícia de rodapé da mesma edição introduz, por sua vez, uma alegada traição de António Guterres a Manuel Machado, presidente da Câmara de Coimbra, que se manifestou “ofendido pela quebra da solidariedade” após conversas com a ministra no sentido contrário. A unidade coincide, aliás, com a estratégia a desenvolver de colocar a cidade como capital da saúde.

Para o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Pedro Canário, o risco é outro. A segunda página da secção Nacional, no dia 30, abre com “Barreiro afirma-se como vítima”. Aqui, o centro da notícia são as críticas à forma como o processo foi iniciado, apontando apenas o Barreiro e Estarreja para as estações de tratamento. O que, segundo o presidente da Câmara do Barreiro, indiciava já que a consulta pública (realizada previamente) seria um “simulacro”. Falta de diálogo e de participação cívica e dos autarcas envolvidos são o cerne do artigo. Aliás, como vimos atrás, autarcas, ambientalistas e forças políticas atribuem a própria falta de informação rigorosa ao Governo.

No dia 2 de Janeiro, irrompe uma nova polémica. Uma troca de acusações entre autarcas socialistas e a ministra que, embora independente, integra um Governo socialista. Em causa está o desmentido de uma notícia da agência noticiosa Lusa, segundo a qual o presidente da Câmara de Mira e vereadores socialistas da autarquia da Lousã estariam solidários com a decisão de Elisa Ferreira. O caso foi atribuído a uma confusão com Lousada. Alguns apressaram-se em falar de “um processo inquinado” para prejudicar os interesses de Coimbra. Polémica causou também a proposta do governador de Coimbra para criação de um observatório para controlo da poluição.

No dia seguinte, a secção Grande Lisboa destaca o novo parque ambiental na Serra da Arrábida, e fala do projecto que terá ganho novo fôlego pelo facto de Outão

não ter sido escolhido para efectuar a co-incineração. Aqui, o processo é apenas pretexto para se abordar o parque ambiental que iria ser inaugurado apenas no Verão seguinte.

Também no dia 12 de Janeiro, a pretexto da co-incineração, é publicado um artigo em que Leonel Neves, um especialista em química do ar e meteorologista, explica que as dioxinas estão presentes em toda a arte. Um artigo que relativiza o impacto da co-incineração, apesar de não se centrar especificamente no debate em curso. Mesmo assim, a meio do texto, contribui para o esclarecimento explicando que grande parte dos dados sobre a perigosidade do processo de co-incineração está disponível a partir dos EUA e destacando da mesma a ideia que o facto de as cimenteiras queimarem ali, não apenas resíduos tóxicos, mas também uma importante porção do lixo doméstico, faz com que a temperatura da queima baixe. E quanto mais baixa a temperatura mais dioxinas são libertadas. Tudo passa por manter uma temperatura elevada, cita o JN. O especialista cita depois o exemplo das incineradoras hospitalares que, a reboque da decisão da ministra, acabaram por merecer algumas notícias ao longo da semana.

Vejamos agora a entrevista ao presidente da Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental que, como vimos atrás, perdeu pela introdução de uma série de assuntos secundários, tendo apresentado menos informação técnica do que a entrevista da ministra do Ambiente, apesar de mais de metade desta ser também dominada por outras questões que não a co-incineração em si. Vejamos ambas. Oliveira Fernandes é instado a comentar a onda de contestação verificada que divide por “duas visões: uma visão nacional, de cariz político, e uma visão local, de cariz psico-social”. No que respeita à primeira, diz que “o diálogo tem se centrado no mérito da co-incineração”, mas ressalva que a decisão em Conselho de Ministros já data de Junho de 1997, além de ter decorrido um período de discussão pública. “Compreendo as reacções de natureza psico-social, mas tenho mais dificuldade em compreender o registo de algum debate a nível político com laivos técnicos”. Fala ainda da forma “virulenta” como se têm pronunciado alguns líderes de opinião e mostra-se “admirado com a emergência sazonal dos malefícios da co-incineração”. Além de responder às críticas lançadas quanto à forma como o processo foi conduzido, comenta ainda outro assunto levantado desde o primeiro dia. “Com certeza que isto é um negócio para as cimenteiras. Se não, não se compreenderia a aceitação por estas do processo”, admite, aludindo ao que será poupado em termos energéticos.

Na entrevista a Elisa Ferreira, também é amplamente explorado, como um dos temas centrais, a forma como decorreu e foi mediatizado o debate que precedeu o anúncio. “Houve três meses de debate muito mediatizado e, por vezes dominado por cenas um bocadinho emotivas, dizendo as pessoas: ‘Aqui não, nós já estamos esclarecidos’. Quando isto entrar em acalmia, os sociólogos podem pensar um pouco sobre como é que, tendo o debate sido tão mediatizado, tão visível, os líderes de opinião, que receberam um convite à participação, não tenham participado”, acusa a ministra. Admitindo que é natural as pessoas reagirem com emotividade, critica, contudo, o que diz ser “um aproveitamento partidário” e uma “mediatização excessiva”. “Muita gente se aproveitou desta questão para fazer política ou protagonismo local ou nacional”, refere, criticando ainda o grupo que promoveu uma sessão de esclarecimento para os habitantes de Maceira por não ter convidado pessoas a favor do processo ou, pelo menos, os autores do processo. Quanto às dioxinas e furanos, diz que são publicitados pelas pessoas de forma “simplista”, como “assassinos”. Aliás, uma crítica que vai de encontro à análise feita da imprensa no que toca à presença de informação técnica.

De resto, na mesma entrevista, é introduzida uma última questão secundária: a falta ou não de solidariedade para com a ministra dentro do Governo.

No tal fogo cruzado a propósito da forma como decorreu e decorre o debate, os líderes de opinião não tardaram a dizer de sua justiça via imprensa, transformando o fluxo de comunicação registado em torno da co-incineração e também a própria Comunicação Social em notícia. O primeiro opinante no espaço de tempo analisado é o advogado Manuel Coelho dos Santos. No dia 3 de Janeiro, diz acreditar que o Governo actuou com inteira isenção e com respeito pelas indicações dos técnicos que consultou. “Só não percebo é que a decisão fosse tomada sem compensações e sem um prévio e capaz esclarecimento dado às populações atingidas por esta medida”, escreve. E, aqui, critica especialmente as televisões e rádios públicas. Considerando previsível a reacção emotiva das populações quando vêem os holofotes das televisões, diz já não compreender a reacção em cadeia de autarcas e políticos da região, “aos quais seria de exigir uma reacção menos emotiva e mais racional”.

No dia 4 de Janeiro, Paulo Martins, jornalista do JN, escreve na segunda página do jornal, na rubrica “Bom Dia”, que a “ideia peregrina de fazer uma pré-selecção de locais deixou as expectativas em lume brando durante muito tempo. E o pior é que esse

período de tempo não foi aproveitado para o esclarecimento dos cidadãos”. Um assunto que nos remete para teoria da governamentalidade de Foucault, que analisamos na parte teórica deste trabalho e segundo a qual o Governo, para controlar a reacção das populações face ao risco, tem de o saber comunicar de forma eficaz. Como escreve o professor universitário Jacinto Rodrigues, no seu artigo de opinião do dia 9, as soluções têm que ser procuradas com as populações e para as populações num debate esclarecido de ideias. E aqui, digamos, a Comunicação Social e o JN em particular, por chegar mais à massa popular, poderia ter contribuído.

De forma irónica e quase lúdica, Jorge Moreno Delgado, professor adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, também aborda o assunto e entra em diálogo com líderes de opinião, deputados e constitucionalistas. Todos eles foram ao longo da semana, como a co-incineração, objecto de notícia e não apenas sujeitos. A crónica reza assim: “Era uma vez um menino muito Alegre, chamado Pimenta, que achava Vital levar a todos a Boaventura de um ar puro e despoluído...” A sua arte, garante, não é a de “envenenar as pessoas com mentira, nem a de infundir receios”, aproveitando-se da ignorância dos outros. Recorrendo à sua qualidade de engenheiro civil, responde às personalidades enumeradas, recusando as “mentiras que se contam com o ar de gravidade com que se dizem verdades” e enumerando as vantagens do processo. Além disso, denuncia contradições entre as posições actuais de Carlos Pimenta e medidas tomadas enquanto secretário de Estado do Ambiente alguns anos atrás. Tema, aliás, também presente nos artigos do JN ao longo da semana.

A questão que abordamos inicialmente sobre a falta de verificação das declarações e da legitimidade ou não das fontes surge caricaturada no artigo de Jorge Moreno Delgado. “Ó professor Boaventura Sousa Santos, acha mesmo que os gases saem da cimenteira, vão pelo hospital, descem a Av. Sá da Bandeira e alojam-se na baixa? (...) Não será que os gases chegam à Cruz de Celas, viram à direita nos semáforos, metem pela Av. Dias da Silva e entram-lhe no gabinete?” Provoações que repete para outros opinantes.

Por sua vez, a 12 de Janeiro (terça-feira), o subdirector do JN Leite Pereira, destaca em particular a mudança de opinião registada de sexta para domingo, quando primeiro foi aceite com bom grado o anúncio por António Guterres de uma comissão científica de controlo e fiscalização para avaliar os resultados no terreno e com poderes

para suspender o processo, mas depois regressaram os protestos. Questionando de forma retórica o que se passou para tão rápida mudança de opinião, Leite Pereira responde que, “muito simplesmente, os políticos, sobretudo o PSD, sobretudo Carlos Pimenta (eurodeputado), entraram em cena.”

2.3.1. c) Responsabilização

Logo no dia em que é anunciado o despacho ministerial, uma ameaça de queixa de Maceira à UNESCO toma forma de responsabilização. Em causa a proximidade entre a fábrica da Secil e o Mosteiro da Batalha, Património Cultural da Humanidade. No dia seguinte, outro artigo dá conta da intenção do Movimento Maceira Saudável de colocar o Estado em tribunal por alegada negligência. A acção judicial, explica o jornal, seria promovida com base nos alegados prejuízos que a co-incineração pode provocar nos mosteiros de Alcobaça e Batalha, próximos da Maceira.

Outro exemplo de pedido de responsabilidades é noticiado a 11 de Janeiro, desta vez com uma moção, aprovada num plenário de habitantes de Souselas e Maceira com dirigentes partidários, ambientalistas, professores e representantes de movimentos, a exigir ao Governo a tomada de “medidas drásticas contra as indústrias que estejam a provocar poluição tóxica do ambiente”.

A atribuição de responsabilidade surge também, com bastante frequência e ao longo de todo o período analisado, numa atribuição de culpas ao Governo e à ministra do Ambiente em particular, por ter falhado na gestão do processo, quer por parte de defensores quer por parte de contestatários do processo. E o Executivo é, desde logo, responsabilizado pelas consequências que possam advir no futuro do processo de co-incineração, bem como pelo actual estado alegadamente decadente das cimenteiras e pelo actual não cumprimento das regras ambientais e de segurança.

O exemplo mais curioso surge a 31 de Dezembro. O próprio jornalista da secção “De Norte a Sul”, num artigo não identificado como opinião mas noticioso como os restantes, não respeita os critérios mínimos de objectividade e, sob o título “Políticos do Círculo andam ‘distráidos’”, inicia o texto da seguinte forma para depois acusar os deputados de responsáveis por não terem impedido que o processo chegasse ao ponto actual: “Permitam-me que, como jornalista, atento observador dos factos, me

coloque ao lado dos habitantes de Souselas, que conheço bem, por ter vivido com eles os dramas e angústias resultantes da poluição cimenteira. E, nesta posição, aceito como justas as críticas feitas à classe política no decorrer da Assembleia Municipal”. Um primeiro parágrafo bastante subjectivo e parcial que apresenta também uma contextualização do problema, tópico que será analisado de seguida. Voltando à atribuição de responsabilidades, o artigo noticia a reunião da Assembleia Municipal mas as conclusões apresentadas partem todas do jornalista. “Coimbra tem vários deputados eleitos pelo círculo, cujos nomes todos conhecem, embora só lhes vejam as caras na ‘vindima’ do voto”, escreve, acusando-os de se alhearem do problema da co-incineração, com “reflexos negativos na subordinação da cidade a interesses de terceiros, à subalternização de um concelho e de um distrito, descarregando-se as culpas num poder local”. Esses mesmos deputados são responsabilizados dada a sua “inabilidade”, enquanto os autarcas são desresponsabilizados.

2.3.1. d) Contextualização

A contextualização do processo da co-incineração em si e da decisão da ministra surge ao longo do noticiário analisado mas não é muito frequente e, muito menos, iniciativa do jornal, com raras excepções. A primeira contextualização do processo é feita na entrevista do presidente da Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental, a 7 de Janeiro. Aqui, o responsável começa por explicar que os avaliadores começaram por considerar as quatro fábricas de cimento propostas (Maceira, Souselas, Alhandra e Outão) viáveis para a aplicação do processo em causa. E que a tarefa do grupo poderia ter ficado por ali, mas tal não aconteceu e procurou-se, assim, escolher os locais que mais beneficiassem em termos de requalificação ambiental. E recua depois até 1994/95, altura em que se discutiu a instalação de uma incineradora de raiz para lixos tóxicos. Passados em revista os condicionalismos na escolha das cimenteiras para a co-incineração, chega aos quatro locais possíveis.

A contextualização também é feita no artigo, já aqui mencionado, sobre a existência de dioxinas em toda a parte. O especialista em química do ar citado, contextualiza o assunto em termos de substâncias em causa, perigosidade e exemplos além-fronteiras. Também a entrevista à ministra do Ambiente tem muito de contextualização, desta vez sobre a forma como foi promovido e decorreu todo o

debate público que precedeu a decisão quanto aos locais que acolherão as unidades. Além disso, situa o problema no âmbito do estado de poluição actual, falando da libertação de dioxinas e furanos existente fruto das emissões descontroladas e dos camiões considerados perigosos que se cruzam com as populações no dia a dia sem que estas se apercebam. Além disso, enquadra o processo de co-incineração no plano já implementado pelo Governo de redução dos resíduos. Há, do mesmo modo, um enquadramento do papel das cimenteiras no processo e dos eventuais benefícios financeiros e na poupança dos custos energéticos.

Mas a contextualização toma também outra forma completamente distinta da anterior, desta vez para tentar perceber, e mesmo justificar, a atitude das populações e autarcas. Os antecedentes jogam aqui um papel central. O próprio subdirector do JN, Leite Pereira, explica no seu artigo de opinião, a 12 de Janeiro, que as populações têm motivos para duvidar, porque o que elas sabem “não tem nada a ver com a co-incineração em si mesmo. As populações sabem, isso sim, é o que tem acontecido até aqui, as condições em que têm vivido, a poluição a que têm sido sujeitas.”

“Instalar no Barreiro mais esta actividade, que não representa qualquer valor acrescentado para o seu desenvolvimento, é insistir na manutenção de uma situação que queremos resolvida”. As palavras do presidente da Câmara demonstram o peso dos antecedentes.

Outro exemplo surge a 12 de Janeiro. O JN publica um artigo em que o Conselho da Região Centro, após uma reunião em Coimbra, conclui que a região tem sido subestimada. Um dos pontos aprovados foi a necessidade de dar resposta às reclamações de décadas das populações de Souselas e Maceira, para que não continuem a sofrer as “condições ambientais degradadas e degradantes a que têm estado sujeitas por parte das cimenteiras”. Ou seja, a mesma razão que serve de justificação ao Governo para escolher tais locais (necessidade de requalificação ambiental) serve para aumentar a desconfiança dos populares e autarcas face ao Governo e, em particular, às cimenteiras.

A própria ministra, na entrevista que dá ao JN, considera compreensíveis as reacções emotivas dados os antecedentes. Após contextualizar o processo recordando que a decisão sobre a queima dos resíduos tóxicos foi tomada em 1997 com o aval de toda a oposição, notou que as pessoas não têm uma experiência positiva no relacionamento com as empresas e com o Estado. “Quando lhes dizem haver uma

mudança de situação, reagem mais pela experiência do passado do que por terem conhecimento do processo que se lhes está a propor”, refere a ministra.

No domínio da contextualização, é de referir, também, a ausência ou quase inexistência de informação sobre legislação, por exemplo comunitária, e os contornos de outros processos de co-incineração promovidos por parceiros europeus. Uma análise da situação nacional à luz de exemplos de outros estados, sucessos ou eventuais falhas de segurança ou acidentes, seriam importantes para compreender a dimensão do problema e do risco que ele implica.

2.3.1. e) Emotividade

Como vimos, o grau de emotividade poderá também partir das experiências do passado, com a população farta das poeiras oriundas das cimenteiras. Mas vejamos como a emoção é explorada pelo JN.

No dia em que é noticiada a decisão ministerial, e logo na segunda página (dedicada às notícias de fecho do jornal), o destaque vai para as acções de protesto dos populares: “Sinos em Souselas e lume na Maceira -Populações desceram à rua para gritar contra a co-incineração de lixos tóxicos”. Aqui, a informação limita-se a reproduzir insultos à ministra do Ambiente e reacções bastante emotivas da população de Souselas (“bandida”; “traidora”; “Morte a quem nos quer matar e aos nosso filhos” e “vamos colocar os lixos à porta da ministra”).

“Ninguém quer os lixos à porta - Protestos contra as co-incineradoras de lixos perigosos atingiram o rubro da fogueira das paixões em Maceira” é o título, nitidamente emotivo, que faz manchete no dia 30. Na secção Nacional, duas páginas são dedicadas ao assunto e todos os títulos (sete), sem excepção, noticiam protestos e reacções. “Populações e autarcas em protesto” é a notícia de abertura da secção e inclui camiões impedidos de sair da unidade da Secil em Maceira; caixões abertos em sinal de luto; o corte da via férrea que serve a empresa com troncos de árvores a arder; a demissão concretizada do presidente da Junta de Maceira; a ameaça de queixa contra o Estado português por parte do Movimento Macieira Saudável. A dramatização instala-se, com imagens de protestos acesos e fogueiras a apelar à emoção e à identificação do leitor com o suposto drama humano. A palavra “traição” no título da notícia de

rodapé também roça a emotividade, assim como o título “Barreiro afirma-se como vítima”.

Os cortes de estrada noticiados no dia seguinte, com camiões impedidos de entrar na Cimpor, em Souselas, por uma centena de habitantes, e o já referido texto subjectivo do jornalista que responsabiliza os deputados também cabem nesta categoria. Além de subjectivo e parcial, vestindo a camisola da causa ambientalista, o jornalista recorre a expressões que demonstram grande familiaridade. “Verdadeiros símbolos da resistência, quase sem apoios (...) que tentam fugir à cova que outros tentam abrir” são nitidamente expressões que dramatizam o caso e tentam criar a ideia de heróis que protegem o povo da ameaça governamental.

As tentativas de vitimização espalhadas pelo período analisado também apelam à emotividade e à dramatização do processo, como demonstra a expressão “dramática afronta a Coimbra e sua região”, como afirma, citada pelo JN, a Associação Cívica “Pro URBE” de Souselas numa notícia que tem um título igualmente emotivo: “Luta em Souselas mete luto pesado”. O mesmo jornalista que criticou os deputados faz referência no mesmo dia, a propósito de um balanço do ano de 1998, à “sacrificada freguesia de Souselas”. E diz que as ondas de protesto são justificadas. “Martirizados” é outro adjectivo encontrado na imprensa para Souselas, desta vez sugerido pelas conclusões de uma reunião camarária de Souselas, mas sem citação directa no discurso do jornal.

A citação, referida atrás, do botânico que sugere à ministra que beba um copo de ácido sulfúrico que, em troca, receberá um rebuçado, também parece dramático, assim como o slogan do debate em que participava: “Não lixem Coimbra”.

Arrefecidos os protestos, após o anúncio da criação de uma comissão de fiscalização e acompanhamento independente, no dia 9, as notícias ganharam um tom muito menos emotivo, mas, no dia 11, a população volta a ser incitada com um “volte face” na decisão de esperar para ver. “Quanto mais lixado, mais lixo leva” é lógica do Governo, segundo Joaquim Gonçalves, da Associação de Defesa do Ambiente de Souselas e um dos intervenientes num debate que marcou o retomar dos protestos, ao mesmo tempo que, por iniciativa da imprensa regional, circulava já um abaixo-assinado contra a co-incineração e estava na forja uma petição à Assembleia da República, exigindo a suspensão do processo.

2.3.2. Informação no DN

2.3.2. a) Recurso a especialistas e informação técnica

No DN, que aqui analisaremos em jeito de comparação com o JN, o tema da co-incineração também entra nitidamente na esfera política e, apesar de apresentar maior recurso a especialistas e disponibilizar mais informação técnica do que o diário analisado anteriormente, tal informação continua a ser reduzida e a carecer, em alguns casos, de explicitação e confirmação. Vejamos: um exemplo de informação útil sobre o tema específico do processo de co-incineração surge logo no dia 28, no dia em que a decisão ministerial é anunciada e na véspera de ser publicada pela imprensa nacional. Em entrevista ao jornal, de cerca de uma página, o antigo presidente da Quercus e actual consultor da Scoreco na área do risco, empresa que mandou fazer o estudo, fala das vantagens do processo de co-incineração, bem como das vantagens económicas para as indústrias. Apenas um senão: a entrevista, apesar de oportuna e centrada não apenas na questão económica mas também nas questões ambiental e política, surge apenas no suplemento “DN Negócios”, com chamada à primeira página deste caderno. Ou seja, poderá não chegar à maioria do leitor mas apenas ao leitor fiel do suplemento especializado de economia.

“Incineração é mais barata para indústrias” é o título da chamada à primeira que destaca ainda a posição favorável de José Manuel Palma face à solução proposta pelo Governo e que, em Portugal, existem cerca de três a cinco mil locais contaminados. Além disso, e seguindo-se aqui a lógica encontrada no JN, também no DN se introduz de imediato a questão da politização do debate. No interior, José Palma, setubalense que conduziu recentemente um estudo sobre análise de percepção e gestão de risco na área dos produtos perigosos é citado no título esclarecendo que “Há queima de resíduos ao ar livre”. E estes são queimados em grande número pelas empresas com prejuízos para a atmosfera, explica no texto, no âmbito das conclusões de uma análise que fez para o Governo do risco da gestão de resíduos industriais. Além de descrever o actual processo de queima clandestina, enumera também os concelhos onde tal situação se torna perigosa e contabiliza os locais contaminados no país. Na entrevista, em que José Palma é citado a defender o plano de redução em curso e a explicitar a actual queima de resíduos por parte das cimenteiras, dedica-se, contudo,

cerca de metade do texto a outras questões secundárias, que abordaremos mais adiante. De notar que, no JN, ao longo dos primeiros dias o mesmo plano de redução foi tido como inexistente, limitando-se o jornal a reproduzir afirmações exigindo a adopção deste princípio.

A confusão, ou mistura, entre discurso técnico e político também está bem presente no DN. Um exemplo caricato é um artigo de opinião de Luís Delgado, autor de uma coluna na segunda página do jornal de segunda a sexta-feira. O título “Incinerar ou tostar?”, do dia 29 de Dezembro, dá o mote para trocadilhos que cruzam o processo de queima de resíduos com a vida interna do PSD, partido então liderada por Marcelo Rebelo de Sousa. “Há uma de duas saídas: ou Marcelo se livra do partido, ou o partido livra-se de Marcelo. É uma questão de calendário. Tudo isto, à primeira vista, tem semelhanças com o que a ministra do Ambiente quer fazer com os resíduos tóxicos: uma incineração controlada”, escreve o colunista. Mas, nota insistindo em adaptar o discurso técnico à política, há uma diferença entre fábricas de cimento e a estratégia do líder do PSD que pretenderá afastar os cavaquistas: “As primeiras queimam tudo a altas temperaturas, deixando apenas umas leves poeiras cancerígenas, enquanto que a técnica do segundo é mais do fogo lento – antes tostar que torrar”. Porém, vai ainda mais longe na confusão propositada entre as duas esferas, chamando à questão o saber científico: “Mas há um pequeno problema, aparentemente insolúvel. Pelo menos à luz do conhecimento científico actual: como é que se tosta Cavaco Silva?” Este artigo é apenas o primeiro de vários onde não se percebe bem onde acaba um discurso e começa o outro.

Já no interior do DN, na secção “Regional”, a escolha dos locais tem direito a duas páginas. E aqui, o primeiro artigo é apenas dedicado à decisão, sem mistura com reacções e com mais explicação do processo e seu historial do que tinha acontecido com o JN. Apenas um grande “pormenor” a quebrar a aparente objectividade da notícia: o título “Souselas e Maceira sacrificadas”, atribui à partida um carácter negativo à opção ministerial, apesar de esta surgir amplamente explicada no texto. Neste diário, é explicado logo no primeiro dia em que é noticiada a decisão como irá decorrer o processo, nomeadamente com a criação de uma comissão de acompanhamento local constituída por um representante da Câmara, junta de freguesia, organizações não governamentais e outras com sede no concelho, além da

garantia de divulgação pública dos resultados obtidos a partir dos relatórios trimestrais sobre as condições de laboração que as cimenteiras serão obrigadas a produzir. Informação que pode ajudar à aceitabilidade do risco. A notícia de rodapé é favorável à co-incineração, sob o título “Autarca de Estarreja apoia decisão da ministra”.

A meia página seguinte é dedicada às posições contra. Na abertura da página, o título destaca “Deputados do PS criticam”. Aqui, o presidente da Câmara de Coimbra, o socialista Manuel Machado, atira com os alegados riscos do processo. Coimbra, diz citado pelo DN, não tem um índice elevado de industrialização, logo não deve receber resíduos, para além disso, não estão reunidas as condições de segurança para o transporte, que poderá passar pelo coração da cidade. A cimenteira, acrescenta, está a laborar a menos de três quilómetros, em linha recta, dos Hospitais da Universidade. Também aqui, como no JN, é apresentado este argumento mas não são explicadas, nem na boca do autarca nem por iniciativa do jornal, se realmente não estão reunidas as condições de segurança e quais seriam os riscos para os Hospitais da Universidade, se é que eles existem. Mais à frente, o DN escreve que “a Associação de Defesa do Ambiente de Souselas alertou a ministra para a inexistência ‘de condições técnicas científicas para Souselas co-incinerar’”. E acrescenta-se que a ministra rejeitou acidentes e falhas técnicas. Contudo, a notícia não apresenta argumentos que sustentem qualquer uma das posições. Limita-se a reproduzir a garantia de um de que não há condições e do outro, neste caso a ministra, de que elas estão criadas.

Retomando agora a questão explorada também no JN, e aqui já abordada, de mistura do discurso político com o técnico, vemos, também aqui, que são os próprios protagonistas ou agentes do debate que o admitem. Lamentando a decisão do Governo, Isabel Damasceno, presidente da Câmara de Leiria, diz que a escolha deste concelho “é claramente uma questão política”. E, em termos técnicos, afirma sem que a declaração seja sustentada ou confrontada, que “em termos técnicos qualquer uma das quatro hipóteses seria defensável”. O problema, diz, é que Maceira tem menos população e menor peso eleitoral. A autarca argumenta ainda, que “Outão seria uma opção mais correcta, já que à sua volta só existem plantas e animais, ao passo que as fábricas de Maceira e de Souselas estão em cima de pessoas”. Mas, pelo menos através da notícia, ficamos sem saber o que diz o relatório da Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental a respeito e se aqueles são sequer os critérios determinantes.

Na mesma linha de pensamento de Isabel Damasceno, também a Assembleia Municipal de Coimbra, cuja reunião é noticiada pelo DN a 30 de Dezembro, parece destacar a questão política em detrimento da técnica. Numa das moções aprovadas, manifesta-se a falta de confiança política na ministra, enquanto o DN diz que não faltaram no debate referências aos acidentes de Chernobil e “*Three Milles Island*”. Um dado alarmante pela comparação, mas não acompanhado de qualquer exposição dos pontos comuns entre aqueles acidentes e o que pode acontecer em Souselas ou Maceira.

Manuel Machado, por sua vez, é citado pelo DN insistindo na ideia da proximidade da cimenteira dos Hospitais da Universidade e do Centro Hospitalar de Coimbra, garantindo existir um “risco agravado, em caso de sinistro ou acidente”. Mais uma vez, não é explicitado o risco, nem a probabilidade ou consequências da ocorrência de acidente.

A 31 de Dezembro, é destacada em primeira página a garantia de que a ministra não vai recuar na escolha. Mas, antes da entrevista a Elisa Ferreira, surgem no interior dois artigos. O primeiro, dando conta dos protestos termina com uma afirmação, de fonte “anónima”, garantindo que a fábrica cimenteira de Maceira não tem condições de segurança. O texto termina assim com uma afirmação gratuita, não confirmada, e ainda para mais de alguém apenas identificado como um dos camionistas lesados pelo bloqueio promovido pela população.

No mesmo dia, ao lado da notícia em que Elisa Ferreira garante que a escolha é irreversível, surge outro bom exemplo de informação técnica, apresentada de forma completa e concisa: em forma de caixa, que ocupa mais de um terço da página, são apresentadas, por tópicos, as justificações, contrapartidas e condições envolvendo a escolha de Souselas e Maceira.

Outro exemplo surge no dia 2 de Janeiro de 1999, mas este da confusão propositadamente instalada entre política e a questão essencial da co-incineração. No editorial da terceira página, Carlos Magno, mais ao menos segundo a lógica de Luís Delgado, parte das próximas eleições legislativas, que se iriam realizar naquele ano, para afirmar que “Há quem considere a política uma ciência pós-moderna. Mas chegou a altura de clarificar o ambiente. E Marcelo não poderá incinerar o cavaquismo sem manifestações ecologistas nas distritais do seu partido”. Uma analogia de Marcelo com

a ministra e dos dirigentes distritais com os movimentos ambientalistas que contestam a co-incineração.

Passando para o dia 7 de Janeiro, verificamos que se mantêm as afirmações alarmantes sem sustentação, confirmação ou contraditório, pelo menos no DN. Depois do artigo começar, mais uma vez, com a afirmação de um contestatário, neste caso de Manuel Alegre, de que o processo “foi conduzido de maneira politicamente desastrosa”, mais à frente diz-se que o Senado da Universidade de Coimbra aprovou uma moção onde se afirma que existem “razões de ordem científica e social mais do que suficientes para solicitar a suspensão do referido despacho”. Mas se não é dito ao leitor quais são essas razões, muito menos poderá avaliar se são sequer suficientes.

Dois dias depois, os protestos diminuem com o anúncio por parte do Governo da nova comissão de controlo, que foi entendido por alguns como um recuo. Mas mesmo esta decisão mereceu críticas, com a política novamente à mistura: “Se queremos que isto não se transforme numa questão politico-partidária”, é preciso “falar claro” e “não tentar arrastar o problema para lá das eleições de 99”, afirma o líder distrital do PSD/Coimbra, citado pelo DN. Na notícia de rodapé da mesma página, é o próprio jornalista que explica que, no que toca à co-incineração, “de um lado está a contestação no seu estado mais puro”, atribuída à população, e do outro “os autarcas e líderes do movimento Maceira Saudável, que têm deste processo uma visão mais política e por isso menos linear nas suas formas de actuação”.

A 11 de Janeiro, chega a entrevista a Gonçalves da Silva, responsável da Scoreco, empresa responsável pelo tratamento, em Portugal, dos resíduos. E com ela o contraditório. O título destaca precisamente que “os políticos fomentam o medo da população”, falando o responsável de uma “apropriação política” do assunto pelas oposições. E tenta contrapor a um debate politizado argumentos científicos e técnicos. Desmente, por exemplo, a afirmação de que são libertados gases que trazem problemas para a saúde ou que o cimento fixa um certo número de produtos que são impróprios para a saúde. “São afirmações falsas porque devido ao processo que as cimenteiras utilizam aquilo que dizem que vai sair pela chaminé não sairá. Quando ao que estará no cimento, é real mas de uma forma estável e sem libertação para o meio ambiente”, cita o DN. Além disso, o responsável afirma que “As correlações que existem entre proximidade de uma co-incineradora e efeitos na cadeia alimentar humana – por via das dioxinas, por exemplo – nunca até agora estiveram associadas a cimenteiras ou a

processos de co-incineração mas sim a incineradoras dedicadas.” Baseando-se em relatórios de organizações independentes internacionais, responde directamente a quem afirma que a toxicidade se vai espalhar pelo país através do cimento: “Desminto a afirmação de que o cimento fixa substâncias perigosas, como sejam os metais pesados, e as dispersa na natureza através dos edifícios onde é incorporado”. O contraditório chega assim retardado em relação ao número de acusações já lançadas na opinião pública através do jornal. De resto, entrevista serve também para explicar ao leitor questões como a viabilidade de uma incineradora de raiz em Portugal, se os fornos das cimenteiras estão ou não preparados para a queima e, tecnicamente, qual a diferença entre fazer cimento com o combustível tradicional e fazer com a co-incineração. Neste caso, diga-se que a entrevista do DN ao responsável da Scoreco é muito mais esclarecedora do que a do JN ao presidente da Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental, que não vai tanto ao fundo das questões técnicas e as aborda de modo mais superficial.

As apregoadas doenças provocadas pela co-incineração surgem concretizadas no dia 12. Num artigo sobre uma tomada de posição do Conselho Científico da Faculdade de Medicina de Coimbra, este explica, numa linguagem pouco decodificada para o leitor comum, que a perigosidade acrescida deve-se à “elevada toxicidade, à tendência bioacumulativa e à dificuldade e/ou impossibilidade de biodegradação natural” dos produtos libertados. A isto acrescenta que uma lenta e contínua exposição aguda, “pode contribuir para o agravamento e/ou aparecimento de patologias diversas”. As doenças susceptíveis de surgir devido à libertação de produtos nocivos, cita o DN, vão “desde o cancro às perturbações comportamentais, passando pela infertilidade e agravamento de situações patológicas já existentes na comunidade”.

A versão das cimenteiras, com exposição de intenções, defesa da co-incineração e garantias de segurança, surge no dia seguinte no DN mas em forma de publicidade. Uma página inteira comprada pela Cimpor e pela Secil, onde estas têm a possibilidade de afirmarem o que querem e da forma que querem, sem interpretações, cortes ou selecção de conteúdo. Esclarecimento que retomaremos mais à frente na parte da contextualização.

Ainda no domínio da toxicidade, no mesmo dia é publicado um artigo divulgando um estudo citado por um catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra, mas não da sua autoria, segundo o qual os efeitos apenas são detectados a longo prazo e que, exemplifica, os veteranos da Guerra do Vietname mantêm dioxinas. O autor, Salvador Massano Cardoso, é professor de epidemiologia e medicina preventiva. Apesar de admitir não haver, neste casos, evidência científica de causa-efeito imediata, o catedrático nota, no DN, que o problema das dioxinas está já suficientemente tratado na literatura científica. “Os estudos de toxicologia, os experimentais em animais e os resultantes de acidentes naturais e artificiais mostram mesmo que o risco existe”, escreve o próprio jornal, introduzindo só depois a afirmação do especialista que sustenta a ideia. A longo prazo, afirma Massano Cardoso, as pessoas podem adoecer e, entre essas doenças, são destacadas as cancerígenas, nomeadamente os sarcomas dos tecidos moles, o cancro das vias biliares e mielomas múltiplos. O responsável fala depois da exposição aguda resultante de um acidente nas cimenteiras. Mas este cenário continua sem ser explorado no DN, podendo criar no leitor a ideia de que os acidentes e as avarias acontecem frequentemente, uma vez que o assunto é tantas vezes abordado.

No dia 14, os médicos do PS de Coimbra juntam, ao rol de riscos e possíveis doenças, muitos outros. A ideia que o DN destaca para subtítulo é a de que as dioxinas em excesso podem causar a morte. Uma informação com carácter alarmista desenvolvida ao longo do texto. No primeiro parágrafo, o DN cita os médicos afirmando que as dioxinas, “quando atingem maiores índices de contaminação, podem provocar o cancro e a própria morte”. O leitor poderia questionar-se sobre se é previsível que esses níveis sejam atingidos alguma vez, mas não encontraria resposta no artigo. Além disso, afirmam no artigo, as dioxinas são susceptíveis de estar na origem de “graves doenças cutâneas, dos aparelhos respiratório, digestivo e urinário, sendo causa também de defeitos congénitos no feto, de abortos e de infertilidade”. Os médicos socialistas também insistem no cenário de acidente, nas unidades ou no transporte, e na tese, anteriormente desmentida pelo responsável da Scoreco, de que há perigos resultantes da utilização dos cimentos contaminados produzidos nestas cimenteiras. Coincidindo com as teses ambientalistas, estes profissionais de saúde do PS dizem que “o próprio cimento é contaminado por chumbo e mercúrio, pelo que o seu uso se torna perigoso para a saúde. Um argumento, dizem, que levou os EUA a

proibir a sua utilização na construção de escolas e hospitais. Seria oportuno e conveniente recordar a posição, mesmo que de forma breve, daquele responsável da Scoreco, numa preocupação de promover a continuidade do noticiário, mas tal não é feito. Até porque, se no caso das doenças provocadas pelas toxinas os médicos serão considerados especialistas com legitimidade para falar no assunto, já no que toca à fixação e dispersão das substâncias tóxicas a partir do cimento, essa legitimidade é questionável.

2.3.2. b) Questões secundárias

Tal como o JN, também o DN apresenta um grande número de questões paralelas e secundárias, algumas abordadas pontualmente, outras ao longo de todo o período analisado, registando-se uma coincidência temática com o JN naquelas questões que derivam da questão central da co-incineração, mas sendo também introduzidos temas por iniciativa do jornal, a pretexto do debate em curso, por terem algum ponto em comum com a queima de resíduos industriais perigosos. Começando por estes, encontramos, por exemplo, no dia 13 de Janeiro, uma página do “Regional” que abre com “Queima perigosa em Coimbra”. O assunto não são as futuras unidades de co-incineração mas a incineradora que serve os Hospitais da Universidade de Coimbra e queima, por dia, cerca de quatro toneladas de lixo hospitalar. A administração dos hospitais admite que a central não funciona bem, apesar de considerar que a situação não é preocupante. O texto, que ocupa dois terços da página, é todo ele dedicado à incineração hospitalar. Em baixo, outra notícia a propósito da co-incineração mas não directamente associada. Como foi já referido neste trabalho, é recuperado um estudo publicado em 1988 nos EUA segundo o qual os veteranos da guerra do Vietname, duas décadas depois de terem sido usadas bombas com o “agente laranja”, ainda acusavam dioxinas no sangue.

Também Loures é objecto de notícia do DN, a 13 de Janeiro, por acolher a décima maior incineradora mundial para tratar as 780 mil toneladas de lixo produzidas anualmente por Lisboa, Amadora, Loures e Vila Franca de Xira.

Os resíduos hospitalares voltam a merecer atenção no dia 14, com a Quercus a acusar os hospitais de serem o maior causador de dioxinas para a saúde pública e o presidente da Câmara de Estarreja, já numa segunda notícia, a exigir a retirada de lixos hospitalares do concelho.

No dia seguinte, repete-se a situação, com a publicação de uma reportagem associada, indirectamente, à polémica da co-incineração. “A parte escura do negócio do lixo” é o título de um artigo onde as câmaras de Cascais, Oeiras e Sintra se dizem lesadas pela empresa Tratolixo que, acusam os autarcas, apenas beneficia accionistas privados. Outro artigo da mesma página dá conta da reacção da empresa que, instada pelo DN sobre as acusações, acusa, por sua vez, a autarquia de não ter estratégia ambiental definida. O DN cita depois a contra-resposta do vereador do Ambiente na Câmara de Cascais, dando azo a nova polémica paralela à da co-incineração.

“Barril de Pólvora ameaça Barreiro” é, entretanto, a chamada de primeira página de um artigo da secção “Ambiente”. Aqui, o foco da notícia é um reactor de amoníaco que já explodiu uma vez e um outro que já se incendiou, que ficam a poucos metros do local onde o Governo pretende ver construída a estação de tratamento do Barreiro, cuja autarquia está contra o processo. Ou seja, a co-incineração serve de pretexto para recuperar a história e mediatizar de novo os acidentes. A explosão data de 1985 e o incêndio de 1997. De notar que uma parte significativa das questões secundárias ou paralelas abordadas pelo DN são relativas ao ambiente, o que não acontece com o JN.

De resto, os temas introduzidos por este segundo diário prendem-se, como no anterior, com a já abordada ameaça de demissão do presidente da Junta de Freguesia de Maceira, em consequência do anúncio da ministra, e alusões a uma alegada cedência do Governo a lóbis económicos e aos interesses das cimenteiras. Aliás, já no dia 25, anterior ao anúncio, a Associação de Defesa do Ambiente de Souselas classificava o estudo de impacto ambiental como “uma farsa que serve para lavar a cara ao negócio”. Como no JN, também no DN são abordadas as alegadas contradições do eurodeputado Carlos Pimenta. Em forma de caixa de texto, no dia 31, o jornal explica que, quando era secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Carlos Pimenta assinou um despacho que homologava a “utilização das cinzas produzidas pelas centrais térmicas de Sines e Abrantes” pelas empresas cimenteiras Cimpor e Secil. E, contrariando o protocolo que assinou em 1987, denuncia o DN, veio agora condenar a queima de resíduos industriais perigosos nessas cimenteiras por os considerar um perigo para a saúde pública. O diário explica que as denominadas cinzas volantes têm na sua composição cádmio, mercúrio, crómio e zinco, elementos que

estão na base da contestação. Tal como a mudança de opinião, também as reacções serão noticiadas pelo jornal.

A guerra interna do PS entre o deputado Manuel Alegre e os autarcas do partido é também notícia. Um ruído de fundo criado por declarações de Alegre é mote para uma notícia no dia 31. O presidente da Câmara de Espinho considera que o deputado passou “um atestado de menoridade” aos autarcas dos distritos de Coimbra e Leiria, conforme cita o DN, por ter afirmado que a ministra só não escolheu o Porto porque se levasse a co-incineração para o seu concelho haveria um pé-de-vento.

Efeito secundário é também o desentendimento entre autarcas de Coimbra e Souselas que merece destaque no dia 13. Enquanto o presidente da Câmara de Coimbra admitiu vir a aceitar o avanço do processo após a criação da nova comissão de controlo, o presidente da Junta de Souselas, que integrava a mesma delegação à Assembleia da República, rejeitou liminarmente a posição daquele autarca, manifestando-se frontalmente contra a co-incineração.

A questão política, aliás, é como já vimos bastante abordada ou veiculada pela imprensa, como prova o título do dia 11 de Janeiro “Resíduos tóxicos contaminam eleições”, contra uma guerra de palavras entre PS e PSD. Mas, se há discursos políticos que estão directamente ligados à co-incineração outros abordam, a propósito deste mesmo processo, questões que nada têm a ver com o Ambiente. São os casos de Luís Delgado e Carlos Magno analisados atrás e em que os comentários sobre a vida interna do PSD nada têm a ver com ambiente, a não ser pela apropriação da sua linguagem própria.

Tal como no JN, vemos também instalar-se ao longo do período estudado uma espécie de debate paralelo sobre a forma como o Governo promoveu e está a promover o processo, sobre a forma como reagem os populares e o modo como são incitados pela classe política. A propósito, um artigo publicado a 29 de Dezembro no suplemento que faz o balanço do ano de 1998 e faz uma previsão do ano seguinte, refere que os autarcas e movimentos de cidadãos, “mais ou menos politizados, mas normalmente pouco informados, vão continuar em guerra quando as obras começarem e quando decorrerem as visitas às mesmas ou as inaugurações”. “Até porque em 1999 estamos já em ano de eleições e é fácil levantar o povo nestas matérias”, escreve o DN. Acresce a isto, segundo a análise do jornal, que as manifestações contra “dão sempre boas imagens na televisão” que, acusa o DN, “normalmente exploram as situações de forma distorcida, procurando o superficial bombástico mas esquecendo o fundo das

questões”. Também o Governo e a Scoreco são alvo do artigo, segundo o qual “nem sempre a informação e os esclarecimentos foram atempados e claros”, tendo o povo ficado com a sensação que lhe estavam a “vender gato por lebre”.

No dia seguinte, também a rubrica “Plano de Corte” assinada pelo jornalista do DN Miguel Gaspar, coloca no centro do artigo o tratamento mediático feito pelas televisões que, acusa, preferem “o sururu do protesto popular à necessidade de esclarecer as pessoas”. Crítica que poderíamos estender, em certa medida, à imprensa. O problema, diz o jornalista, não é a maior atenção que é dada aos protestos locais mas o modo como são ouvidos pelos repórteres de televisão. “Ao povo-rei não se faz o exame de apresentar os argumentos da parte contrária: pede-se que faça, para a câmara, o papel de exaltado”, argumenta Miguel Gaspar.

2.3.2. c) Responsabilização

As questões que se enquadram nesta categoria não divergem significativamente dos temas abordados no JN. Vejamos: no dia 30, são também anunciadas a queixa para a UNESCO em virtude da proximidade entre a fábrica da Secil e os mosteiros da Batalha e Alcobaça classificados como Património Cultural da Humanidade, e a intenção do Movimento Maceira Saudável de colocar o Estado em tribunal por alegada negligência com base nos alegados prejuízos que a co-incineração pode provocar nos dois mosteiros. O mesmo movimento, além de pretender impugnar a decisão da ministra, é igualmente citado na promessa de, se necessário, “pôr a ministra em tribunal por problemas de saúde pública que venha a causar” em Maceira.

A responsabilização surge também na forma de uma denúncia de Carlos Pimenta, noticiada a 11 de Janeiro. O eurodeputado responsabiliza, desde logo, as cimenteiras, pelo eventual chumbo de uma proposta que se encontra em cima da mesa do Parlamento Europeu (PE) e que estabelece o mesmo limite de valores das emissões tanto para as cimenteiras que queimam lixo, como para as incineradoras dos resíduos tóxicos. Carlos Pimenta denuncia, a propósito, que o PE está “debaixo de enormes pressões por parte das cimenteiras” e que a Secil e a Cimpor lhe pediram para não votar a proposta.

De resto, ao longo dos dias, as cimenteiras são também responsabilizadas pela poluição actual nas zonas escolhidas, enquanto a ministra do Ambiente é responsabilizada, quer pelos contestatários quer por líderes de opinião, de não ter promovido o debate e esclarecimento necessário e ter respondido a critérios políticos.

2.3.2. d) Contextualização

A contextualização do processo da co-incineração e da decisão da ministra é mais frequente no DN do que no JN. Esta começa logo no dia 28 de Dezembro com o artigo do “DN Negócios”. O ex-presidente da Quercus e consultor da Scoreco na área do risco começa por situar o assunto em termos do que é praticado em Portugal e da quantidade de resíduos queimados ao ar livre. “Estamos a falar de milhares de toneladas, queimadas em fornos adaptados”, garante o especialista. Além de situar os locais onde tal acontece e os pontos do país contaminados, José Manuel Palma contextualiza também o debate em curso, explicando existirem em Portugal dois tipos de posições ambientalistas: uma considera que não se deve co-incinerar e a outra só aprova o processo se o Governo fizer um plano de redução o que, conforme vimos atrás, já está em curso. José Manuel Palma estabelece também comparações com outros países europeus, tal como Gonçalves da Silva, da Scoreco, que enquadra o actual tratamento de resíduos numa experiência de 20 anos da empresa e de “medições rigorosas” feitas em fornos de cimenteiras que procedem à co-incineração por toda a Europa e Estados Unidos. Aqui, o contexto serve para dar credibilidade ao sistema.

No dia em que é noticiada a decisão ministerial, é feita uma contextualização do anúncio, com apresentação do processo precedente e de todas as medidas previstas para o futuro, em termos de monitorização. Com a divulgação dos locais, explica o DN, encerrou-se um processo que teve início em 1994. E, após a tomada de posse de Elisa Ferreira em 1995, recorda o jornal, equacionou-se a possibilidade de não construir de raiz uma estrutura para incinerar os lixos, que estava prevista para Estarreja porque “apenas se produzia 16 mil toneladas anuais de resíduos industriais perigosos”. Agora que a opção recaiu no processo de co-incineração, o DN explica os

próximos passos até ao início efectivo da co-incineração, baseado nas palavras da ministra.

O descontentamento acumulado das populações é aqui, tal como no JN, também abordado. No dia 30, por exemplo, a CaproSado – Comissão Ambiental Proteger o Sado, de Setúbal, questiona, escreve o DN, “a bondade das intenções e dos procedimentos das cimenteiras que afinal, até à data, pouco ou nada têm feito favor do ambiente”. No mesmo dia, numa rubrica já aqui analisada, o jornalista Miguel Gaspar escreve que “a ministra teve razão ao dizer, num e noutro canal (RTP e SIC), que a indignação das pessoas deriva sobretudo do calvário ambiental que sofrem há anos”. Uma frase citada pelo DN, a 14 de Janeiro, de Raimundo Quintal, responsável pelo pelouro do Ambiente na Câmara do Funchal, resume bem a situação: “Gato escaldado de água fria tem medo”.

2.3.2. e) Emotividade

Como concluímos, também a propósito da análise do JN, os antecedentes pesam sobre a posição actual dos populares e estão na base de reacções emotivas. Neste aspecto, aliás, DN e JN não parecem diferir. Um e outro exploram as emoções que brotam dos protestos contra a co-incineração, apesar do primeiro ser considerado um diário de referência e o segundo um jornal mais popular.

Além do título de 29 de Dezembro já mencionado, “Souselas e Maceira sacrificadas”, encontramos nos relatos dos protestos um apelo à emotividade, talvez numa tentativa de promover no leitor uma identificação com o alegado drama ambiental, humano ou social narrado na imprensa. “Sentimos a morte”; “querem matar os nossos filhos”; e “estamos de luto” são algumas das palavras de ordem veiculadas pelo DN, que relata ainda os “populares com máscaras antigás” que fecharam as entradas da Cimpor com cadeados. Uma forma de protesto também ela carregada de emoção.

“Faixas negras”, “dois caixões e uma lápide” é o cenário descrito pelo DN no dia seguinte, dando conta do corte de um ramal ferroviário pela população que ateou fogo a alguns toros de madeira.

Os relatos dos protestos que se seguiram são semelhantes. Em Maceira, descreve o DN, a passagem de ano ameaçava ser “uma festa macabra de comes e bebes à beira de dois caixões com a fotografia da ministra Elisa Ferreira”.

O carácter fúnebre da questão surge depois num artigo sobre Souselas onde, no último parágrafo, o DN fala do cemitério da vila, onde “mulheres limpam o mármore de campas de familiares” enquanto, na junta, dezenas de pessoas analisam o processo de co-incineração. Os termos da reportagem apelam claramente à emoção: “Quase encostado ao Forno Número Três da Cimpør, o cemitério é invadido pelo pó do cimento, que se entranha na pedra. Ou no vidro, quando as sepulturas estão protegidas por uma estrutura de alumínio e vidro, como é o caso da do tio de Carla Santos, que, com vinagre e numa operação semanal, devolve a transparência ao vidro”. A associação feita entre o cemitério e a cimenteira está aliás retratado na fotografia a quatro colunas que acompanha o texto, onde se vê uma idosa a limpar uma campa e se avista, ao lado do cemitério, uma unidade fabril. Já o título “Perigo de Morte no Barreiro”, do dia 15 de Janeiro, funciona nitidamente como uma dramatização do processo em debate apesar de a notícia, embora inserida no tema “A polémica da localização”, diga respeito a dois reactores de amoníaco que ficam a poucos metros da futura estação de tratamento, tendo um deles explodido em 1985, como vimos, e o outros se incendiado em 1997, cerca de um ano antes da notícia em causa.

Principais conclusões

A informação sobre o risco em presença, a co-incineração, veiculada pelos dois jornais nacionais analisados peca por falta de contextualização e clarificação científica e por excesso de dramatização e popularização do assunto. O discurso noticioso privilegia o acessório ao introduzir questões secundárias que abafam o cerne da questão e desviam a atenção do leitor? Serve de palco, da mesma forma, para as posições veiculadas quer por autarcas e população quer pelas fontes especializadas? A resposta é, em ambos os casos positiva, com a agravante de, no que respeita aos principais agentes citados, a voz dos eleitos locais ou dos populares se sobrepor, em termos de espaço e destaque mediático, muitas vezes à dos conhecedores científicos ou

técnicos do processo. Vejamos como a hipótese avançada para análise se confirma na totalidade.

Em matéria de espaço dedicado pela imprensa ao assunto, verificámos que o número de artigos e de referências na primeira página é muito semelhante em ambos os diários, com a ressalva de que apenas o JN faz manchetes sobre a co-incineração. A coincidência faz-se também notar no tipo de agente dominante, com os dois jornais a privilegiar, na hierarquia noticiosa, o descontentamento manifestado pelos autarcas, os eleitos mais próximos da população. As tomadas de posição desta última também são largamente amplificadas pelo JN, ao contrário do DN, que prefere mediatizar o descontentamento local via institucional, através dos movimentos e associações que a representam. O JN também recorre muito mais a fontes oficiais do Governo, talvez, como já foi dito, pela facilidade de acesso e credibilidade que as caracteriza. Por sua vez, o DN diferencia-se pelo recurso significativamente mais elevado a líderes de opinião e a especialistas.

A análise longitudinal efectuada aos dois jornais permitiu-nos, entretanto, verificar que os respectivos ciclos de dramatização coincidem largamente em todo o período em análise. Ao contrário do que se poderia esperar, pelo facto do DN ser um jornal dirigido a um público-alvo de classe mais elevada do que o JN, é no primeiro que o pico de dramatização é atingido em maior número de dias (10 contra 7), é mais regular e duradouro.

Numa abordagem mais qualitativa, verificámos que a transmissão de informação especializada e técnica no JN é bastante reduzida e, quando surge, é apresentada geralmente de forma incompleta e a carecer de fundamentação. A introdução deste tipo de informação parte, muitas vezes, da população, de eleitos locais ou outros agentes que não reúnem as qualidades para o fazer. Mesmo assim, o JN coloca a respectiva opinião em pé de igualdade com a dos especialistas. Além disso, discurso técnico e político surgem misturados ao longo de todo o período analisado, prevalecendo, por regra, o segundo sobre o primeiro.

Passando para o DN, a informação especializada continua a ser reduzida e a carecer, em alguns casos, de explicitação e confirmação. Porém, quando comparado com o JN, apresenta maior recurso a especialistas e disponibiliza mais informação

técnica. Também no DN, o tema da co-incineração peca por entrar claramente na esfera política, confundindo-se discurso técnico e político.

No JN, a introdução de questões secundárias ou paralelas domina, igualmente, grande parte do espaço dedicado ao tema da co-incineração. Instala-se uma espécie de debate-sombra paralelamente à discussão pública sobre o assunto principal. Também a atribuição de responsabilidades surge com bastante frequência, ao contrário da contextualização do processo, que escasseia. À semelhança do JN, o discurso presente no DN insere um grande número de questões paralelas ou secundárias. Aqui, os temas introduzidos coincidem largamente nos dois jornais. E as questões que traduzem uma responsabilização no processo não divergem significativamente. A distância entre ambos os diários aumenta na hora de contextualizar o processo da co-incineração e as escolhas do Governo. A contextualização é mais frequente no DN.

Analisando, à lupa, o grau de dramatização verificámos que, no JN, a informação veiculada apela fortemente à emoção e à identificação do leitor com o alegado drama humano. “Morte a quem nos quer matar e aos nossos filhos” é apenas um dos inúmeros exemplos, numa narrativa onde se procura captar, sensibilizar ou mesmo chocar o leitor. Neste aspecto, parece não haver diferenças com o DN. Ambos exploram as emoções a partir dos protestos contra a co-incineração, enquanto fórmulas de sucesso para atrair o público.

As conclusões agora apresentadas remetem-nos, claramente, para o recurso por parte da imprensa às técnicas do entretenimento, de que fala Roy Boyne, autor citado no IV capítulo; um imperativo de maximizar audiências que promove o cultivo da emoção e do espectáculo e faz pender o produto final para o dramático. Para seduzir o público e captar a sua atenção, as emoções são exacerbadas, enquanto a informação estatística ou sobre antecedentes históricos não é aprofundada. Preferencialmente, diz o autor, indo de encontro ao estudo agora apresentado, será assumida a tarefa de atribuir responsabilidades.

A teoria de Boholm aplica-se, igualmente, à nossa análise. O autor nota que a estrutura dramática é crucial para os media. O risco é noticiado em jeito de história sobre intenções e motivos e inclui, num cenário específico, todos os protagonistas típicos de uma peça de teatro, como vilões, heróis e vítimas. Além disso, Boholm

destaca que problemas de culpa, responsabilidade e confiança são correntes e surgem misturados com questões sobre causas e especulações sobre os efeitos plausíveis. Todos eles ingredientes que não faltam na amostra que analisámos.

Também na análise feita sobre a cobertura mediática de um acidente em Goiânia, no Brasil, à luz do modelo da amplificação social do risco, vimos que o fluxo de informação se caracterizou por uma cobertura mediática vasta e altamente alarmista. Mesmo na perspectiva dos lançadores de alerta, Chateau Raynaud e Torny notam que estes deverão ter em conta que a informação terá de ser suficientemente atractiva, ou dramática, para interessar a uma parte razoável do público.

A mesma crítica é aplicada, por José Cavalheiro, aos media portugueses a propósito da co-incineração. Na sua perspectiva, foi o fomento do espectáculo e o prevalecimento da emoção. Além disso, nota que a hierarquia das competências foi diluída face a uma igualdade de tratamento, atribuindo-se o mesmo peso à opinião de um ministro e à de uma dona de casa que nunca reflectiu sobre o assunto até ser questionada pela imprensa. Nestes pontos concretos, a opinião de Cavalheiro coincide, grosso modo, com a avaliação que fizemos de 22 dias de cobertura mediática do JN e DN.

Independentemente da avaliação que os vários autores fazem da imprensa, parece consensual a ideia de que os media são essenciais para dar visibilidade a riscos de que não teríamos conhecimento de outra forma, sobretudo no que toca aos novos riscos, globais e inacessíveis à percepção imediata, como defende Beck, autor central neste trabalho. Beck é secundado por Peretti-Watel quando afirma que, apesar do descrédito em que caiu aos olhos da população, a ciência é fundamental e indispensável para o conhecimento leigo do risco e respectiva aceitabilidade. A informação, mesmo que mediada, deverá ter sempre por base o saber científico, o que aumenta a preocupação perante o facto de a imprensa, conforme verificámos no estudo empírico ao JN e DN, negligenciar este mesmo saber, preferindo o cultivo da emoção.

Para Singer e Endreny, que monitorizaram a imprensa do Reino Unido, existe um conflito inerente entre o negócio das notícias e a comunicação de risco. Esta última pressupõe comunicar informação que ajude o público a decidir racionalmente, como

seja informação pormenorizada sobre as consequências, a breve e longo prazo, dos riscos, seus custos e benefícios ou alternativas para o cidadão e a sociedade. Mas, notam as autoras, o que faz a imprensa é, normalmente, noticiar eventos em detrimento das questões centrais, consequências imediatas em vez de considerações a longo prazo e danos em vez de riscos.

O tipo de narrativa sobre a co-incineração apresentado pelo JN e pelo DN remete-nos, igualmente, para os critérios de noticiabilidade estudados por Rogério Santos no âmbito da relação entre fontes e jornalistas. Citando Bourdieu, fala de um predomínio crescente do pólo comercial sobre o pólo intelectual no campo jornalístico. E o primeiro favorece a novidade e o sensacionalismo em vez da análise e do comentário. Neste contexto produtivo, em que a rapidez pode ser inimiga da fiabilidade, Sigal defende que os media optam preferencialmente por fontes autorizadas, afirmando mesmo que o que as fontes oficiais relatam é sempre matéria publicável enquanto que um desconhecido dificilmente acede aos media. É o que Hall apelida de “hierarquia a credibilidade”. Se partimos da análise feita aos jornais portugueses, é questionável a pressuposição de que aquilo que as fontes oficiais relatam é sempre publicável. Se assim fosse, certamente, JN e DN apresentariam um número muito mais elevado de artigos tendo por agente dominante o Governo, mesmo que este já reúna o segundo maior número de ocorrências no JN. Parece-nos mais cautelosa a noção de Blumer e Gurevitch, segundo a qual um indivíduo isolado é julgado pela noticiabilidade do acontecimento e se for fonte oficial é aceite pela sua credibilidade e autoridade. Esta noção parece adequar-se mais ao nosso estudo empírico: o Governo conseguindo a mediatização das suas posições pela credibilidade que lhe é atribuída; e a população, no outro extremo, fazendo capa de jornal pelo impacto e sensacionalismo das suas tomadas de posição.

Associando, agora, este segundo estudo empírico também ao jornalismo próximo do leitor, recordemos aqui as afirmações de Carlos Camponez que enquadra o jornalismo de proximidade num esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores e capazes de promover a sua fidelização. A criação de laços de cumplicidade de que fala poderia muito bem aplicar-se ao relato que JN e DN fazem da co-incineração, os quais, em determinados momentos, mais parecem erguer a

bandeira, em nome das populações, contra a queima de resíduos. Como nota o autor, o conceito de proximidade modifica o conteúdo das mensagens.

3. Risco em revista

É frequente ouvirmos dizer que o jornalista da imprensa diária não tem tempo para aprofundar ou confirmar informações, para introduzir devidamente o contraditório na sua produção de conteúdos e para recolher e disponibilizar ao leitor informações complementares que o poderiam ajudar a melhor compreender a notícia e, neste caso, o risco que enfrenta ou poderá enfrentar. Vimos, aliás, na teorização feita à relação entre fontes e jornalistas, e dos critérios de noticiabilidade, que a rapidez e o instantâneo são factores determinantes para uns e outros. No meio jornalístico, é também generalizada a ideia de que a imprensa de tiragem semanal é mais propícia ao aprofundamento das matérias, ao jornalismo dito de investigação, pela maior disponibilidade de tempo e inclusive pela política editorial que deverá diferenciá-los no mercado. As revistas semanais de informação inserem-se naquela descrição e poderão beneficiar de outro factor: a revista, ao contrário do jornal semanário, não está, ou não devia estar, tão dependente do noticiário da semana, ficando mais espaço para o trabalho de investigação ou de contextualização de um determinado acontecimento.

Amostra

A amostra não terá contornos rígidos, sendo seleccionadas, entre 2001 e 2005, seis revistas, três edições da Focus e três da Visão, que apresentam na primeira página temas associados ao risco. Ou seja, a aleatoriedade da selecção da amostra não visou qualquer tema em particular.

Objectivos e hipóteses

O objectivo, uma vez chegados a este terceiro e último estudo, é perceber até que ponto são introduzidas nos conteúdos mediáticos das revistas semanais informações que sirvam o aprofundamento e a contextualização de diversos assuntos relacionados com a ideia de risco. A hipótese com que partimos para a análise é a de que as revistas Focus e Visão fazem um tratamento mais objectivo e menos alarmista do que a imprensa diária, até pelos simples facto da informação merecer maior fundamentação.

Procedimentos

A análise tomará a forma de revista de imprensa, não se procedendo a um estudo pormenorizado ou sequer à elaboração de grelhas ou gráficos. E, no estudo, ao contrário do que aconteceu com a imprensa anteriormente analisada, serão igualmente tidas em conta as unidades de imagem.

Resultados

3.1. Alarmismo na escrita e na imagem

A primeira conclusão a tirar desta última análise é a de que as duas revistas estudadas são bastante alarmistas no tratamento que fazem dos riscos. No dia 7 de Outubro de 2001, o tema de capa da revista Focus anuncia “Há razões para ter medo” numa alusão à guerra química. Difícil era ser mais alarmista. A foto que ocupa a totalidade da capa é igualmente ameaçadora, com um rosto coberto por uma máscara de gás. No interior, outro título sugestivo - “A máscara do terror” – com uma chamada afirmando que “As armas químicas e biológicas são devastadoras”. No interior, uma primeira observação diz-nos que ali se encontra muita informação útil sobre como prevenir o risco. Contudo, uma segunda leitura revela que, afinal, a informação apresentada é igualmente alarmista. Em duas páginas são explicitados ao pormenor os efeitos no corpo humano, incluindo a morte, e as medidas de protecção equivalentes a cada tipo de arma biológica ou química, tais como máscaras de gás, tratamento e

vacinação. Mas o leitor questiona-se sobre como encontraria, em caso de ataque, essas mesmas máscaras, vacinas ou medicamentos. A notícia revela que, na Europa (incluindo em Portugal) e nos EUA, disparou a venda de máscaras e fatos protectores e que a procura de antibióticos esgotou os estoques existentes nas farmácias. A revista cita, numa informação também ela alarmista, o vice-presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil dizendo que as máscaras e os fatos não chegam para todos. A mesma revista apresenta, na segunda página da reportagem, três cenários possíveis em caso de ataque com antrax, com as respectivas consequências. O panorama menos negativo corresponde a 16 mil mortos. De resto, o título que abre a terceira e última página sugere que nem mesmo as máscaras e os fatos são suficientes: “Para enganar a morte”.

Continuando com a revista Focus, analisemos outra capa de revista, datada de 26 de Maio de 2004. “Veneno à mesa” é o título principal, ilustrado com uma pretensa bruxa ao lado, segurando uma maçã que se adivinha envenenada. Este é o ponto de partida para um artigo sobre os perigos da alimentação. Chamadas à primeira como “O que você come sem saber” e “Os químicos que eles escondem nas carnes e nas frutas” não são nada animadoras. Já no interior, um artigo de duas páginas fala dos pesticidas, corantes e conservantes prejudiciais à saúde. Ao consumidor, escreve a revista baseada no depoimento de especialistas, pouco resta senão confiar na fiscalização, a par de alguns cuidados na compra, conservação e confecção dos alimentos. A maioria das informações “assustadoras” com que somos bombardeados todos os dias, acrescenta o jornalista, “acaba, mais tarde ou mais cedo, por se revelar verdadeira”. A informação útil chega nas duas páginas seguintes. Ali, encontra-se todo tipo de informação sobre rotulagem, tipo de químicos presentes nos produtos alimentares e a explicação pormenorizada de onde estes se podem encontrar. Isto a par de algumas informações e conselhos sobre opções saudáveis de prática alimentar, que se estendem por mais duas páginas.

“Como seria um tsunami em Portugal” é a nota de rodapé da Visão de 30 de Dezembro de 2004 a 5 de Janeiro de 2005. “E se fosse cá?” é a questão lançada 16 páginas passadas sobre o início do dossiê. Portugal, destaca a revista, vive encostado a uma sensível falha entre placas tectónicas e tem uma costa vulnerável a tsunamis. “Os especialistas avisam: o perigo é real e não estamos preparados”, escreve a Visão. O texto começa com a criação de um cenário em caso de tsunami na praia da Costa da Caparica, num dia de Agosto. Ninguém teria tempo para fugir. “Seria tudo dizimado:

peças, barcos, casinhas, tudo”, profetiza Mariana Baptista, do Centro de Geofísica de Lisboa. Portanto, a nível individual não há prevenção que valha, ao contrário do que vimos com os dois temas anteriores. Passando em revista três tsunamis que aconteceram em Portugal no passado (só são conhecidos três sismos em mais de dois mil anos), prova, diz a revista, a reduzida probabilidade de ocorrência. Por fim, uma boa notícia.

A informação volta a despertar preocupação quando, na página seguinte, se enumeram os efeitos de um eventual terramoto junto à falha Açores-Gibraltar, perto do Algarve. Em seis ou sete minutos, o primeiro tsunami “esmagar-se-ia” contra o Sul do país, e um quarto de hora depois, inundaria Lisboa. “Se para os especialistas não há motivo para alarmismos, também é verdade que não dá para dormir descansado”, concluem os jornalistas. Portugal, de acordo com um investigador inglês citado pela revista, sofreria também gravemente se houvesse um desabamento de uma parte da ilha de La Palma, nas Canárias, que diz poder ocorrer a qualquer momento.

Na edição seguinte, a mesma revista anuncia na primeira página uma simulação de tsunami em Portugal. No interior, após uma entrevista de um especialista defendendo medidas de prevenção em Portugal e admitindo que o risco é significativo no país, surge a simulação. A Visão destaca que a geologia parece demonstrar que Portugal e Espanha poderão vir a sofrer os efeitos de um mega-tsunami.

No mesmo registo, a Focus de 5 a 11 de Janeiro de 2005 noticia na primeira página “Vem aí o terramoto. O que nos pode acontecer”. As jornalistas destacam que Portugal já foi atingido por três terremotos violentos e sabe-se que o próximo estará para vir. Apontam as áreas críticas, em forma de mapa, e descrevem os efeitos de um sismo, indicando os diferentes graus de destruição.

A reportagem inclui ainda um mapa de intensidade sísmica em Portugal. Informação científica quanto basta mas que pouco faz pelo leitor a não ser alarmá-lo.

Esta revista publica também um suplemento com uma análise de quanto seria necessário gastar para poupar milhares de vidas: “Por falta de 185 000 euros perdem-se 185 000 vidas”.

De regresso à Visão, edição de 13 a 19 de Janeiro de 2005, uma chamada de capa anuncia uma listagem dos locais mais perigosos da Terra no que toca a catástrofes naturais. “O mapa-múndi dos desastres naturais” é o título interior. No quadro

dedicado a Portugal, é apresentada a lista de catástrofes naturais registadas em Portugal a partir de 1967, dominada pelas inundações e fogos florestais, mas onde a vaga de calor de 2003, por ter morto 2007 cidadãos, lidera a tabela como a mais mortífera.

Principais conclusões

Neste terceiro e último estudo, a hipótese avançada não se confirma. As narrativas jornalísticas presentes em ambas as revistas em estudo são ainda mais alarmistas do que aquelas que encontramos nos dois jornais diários analisados anteriormente. Títulos e fotos ameaçadoras, que apelam claramente à dramatização dos riscos, são prática comum nos dois suportes de informação semanal. E, mesmo quando a primeira página indicia a presença de informação objectiva e útil para o leitor, o conteúdo interior parece-nos igualmente alarmista, desviando a atenção do vasto conteúdo que poderia ajudar o público a melhor interpretar o risco em causa.

É o despertar de receios longínquos por parte da imprensa de que fala Jacques Bouyssou, para quem dramatizar o risco e despertar fantasmas são técnicas favoritas dos media. E esses receios longínquos não têm apenas a ver com riscos que nos parecem distantes mas com ameaças associadas ao quotidiano. O título “Veneno à mesa” da revista Focus ilustra bem essa ideia, ao procurar explorar mediaticamente os perigos presentes na alimentação.

Para Bouyssou, os media dramatizam voluntariamente os riscos para fomentar receios e manipular a opinião. E os riscos são exagerados intencionalmente, procurando-se, com frequência, reter informação e desinformar. Esta dramatização, no caso das revistas, ganha outra dimensão no que toca à responsabilidade do meio de comunicação. Ao contrário dos jornais diários analisados, não se trata maioritariamente de dar ou não voz a um agente que exagera o risco e que, para tal, usa expressões claramente emotivas e sensacionalistas. No caso das revistas semanais, o discurso próprio do órgão de informação predomina largamente.

As conclusões da análise remetem-nos, igualmente, para a afirmação que Boyne reteve de um antigo editor do *Sunday Times* de que o ênfase da imprensa tem sido transferido do método do jornalismo investigativo para o da imagética emocional. Como reforçou Boyne, a maior parte da reportagem de investigação não é produzida especificamente para alertar o público dos riscos.

Conclusão

Chegados a este ponto, reservemos este espaço para confirmar se as ideias lançadas no início deste trabalho se confirmam ou não. Começemos pelo risco em si. Na verdade, verificámos ao longo de todo o estudo que esta é uma palavra em voga a que dificilmente escapará qualquer área de estudo ou fragmento do quotidiano. O risco está em todo o lado mesmo que não o vejamos, conforme admitem os vários autores estudados. Mas, sem pôr em causa a sua existência real, existem mecanismos de percepção ou comunicação que o tornam ou não “real” para nós. O risco, apesar de humanamente inato, só existe realmente para nós se tivermos conhecimento dele, mesmo que indirecto ou em “segunda mão”.

Douglas mostrou-nos como essa percepção depende da cultura e do grupo de que escolhemos fazer parte. Sem equacionar o indivíduo por si só, a antropóloga diz que são os critérios e valores culturais que determinam a visibilidade ou não do risco e hierarquizam as ameaças segundo o grau de importância que o cidadão lhes deverá conferir. Assim, é culturalmente que o indivíduo, enquanto unidade de grupo, ignora, negligencia ou, por outro, decide dar atenção a certa ameaça.

O contexto societal no qual se desenvolvem os novos riscos da chamada era contemporânea foi nos trazido por Beck e Giddens, dois expoentes da sociedade de risco. Como vimos, o risco é também palavra de ordem, operando alterações no quadro social e político das sociedades, modificando comportamentos e alianças de séculos. É a uma reorganização geral que assistimos, com a globalização dos riscos, que já não conhecem fronteiras entre nações ou estratos sociais. A par desta globalização, que atinge mesmo os produtores do risco num efeito de retorno, assistimos a um processo de individualização reflexiva. O indivíduo toma as rédeas do seu destino mas, para o conseguir fazer, ele precisa de se basear no conhecimento. E este, já vimos, depende essencialmente da ciência. Mais um motivo para nos preocuparmos com o questionamento desta forma de racionalização, que, como admite a própria ciência, torna-se vulnerável e insuficiente perante os novos riscos de que ela é também cúmplice.

Mas como os riscos são inerentes à tecnologia e o homem não viverá sem ela, os governos e os especialistas têm de saber gerir a informação junto do público. Foi neste quadro que analisámos alguns modelos de comunicação. E a tese da governamentalidade mostrou-nos que já não basta conhecer os riscos ou preveni-los, é preciso saber comunicá-los. Além disso, o indivíduo passou a ser chamado para o interior da própria gestão, enquanto parte interessada e activa.

Para comunicar os riscos, especialistas e governos têm de saber lidar com a Comunicação Social. Esta é, no mínimo tendencialmente, alarmista, dramatizando a informação e o risco para vender melhor o seu produto e apelar à identificação do público com os dramas humanos, sociais ou ambientais retratados na narrativa dos media. Mas também vimos que a responsabilidade pela forma como é comunicado depende também muito de como o lançador de alerta passa a sua mensagem, de como o especialista a descodifica e de como as instâncias públicas se dirigem à população. Caso para dizer que as culpas, ou responsabilidades (para ser mais positiva), cabem a todas as partes.

A abordagem ao que tem sido estudado em matéria de relação entre jornalistas e fontes permitiu-nos, por sua vez, identificar os condicionalismos que limitam a produção de uns e outros, e de que modo os imperativos, que vão desde a lei do mercado até ao imediatismo da mensagem, passando pela aproximação da narrativa a um determinado público, moldam o produto final. A resposta a esta questão é de que o impacto é sobejamente negativo, a avaliar pelas análises de vários autores a que demos relevo e pelos nossos estudos empíricos.

A análise de conteúdo, cujas conclusões já foram amplamente exploradas, provou que é verdadeira a hipótese lançada de que a Comunicação Social dramatiza e privilegia o acessório em detrimento do essencial. Com uma variante: até quando a informação técnica e científica é apresentada, a imprensa introduz demasiadas questões paralelas e secundárias que acabam por desviar as atenções desse mesmo essencial (mesmo que amplamente noticiado) ou prejudicar a compreensão. Neste ponto, a propósito da co-incineração, vimos já que JN e DN exploram igualmente a emoção associada aos protestos e introduzem vários temas que nada acrescentam ao conhecimento do leitor sobre possíveis riscos e segurança do processo. Vimos também,

a partir de outro estudo empírico, longitudinal e comparativo, que os discursos de ambos os jornais favorecem uma politização e popularização do tema, ao introduzir determinados agentes como os autarcas e a população.

A grande diferença entre JN e DN é a de que o primeiro introduz menos informação técnica e científica e contextualiza significativamente menos o assunto, em termos, por exemplo, de historial de decisões, antecedentes ou medidas futuras previstas no plano do Governo. Além disso, o DN distingue-se por dar bastante mais voz a líderes de opinião e especialistas.

A análise de conteúdo permitiu-nos também confirmar que o risco atravessa todas as secções possíveis do jornal e em grande número, sendo usada a palavra para descrever a ameaça mais mortífera mas também a mais comum das ideias, como o risco de ficar apaixonado. Porém, este é notoriamente um termo usado na negativa, remetendo para conceitos como perigo, ameaça e dano.

A hipótese adiantada para a análise das revistas é a única que não se confirma. De facto, apesar de terem mais espaço e tempo e, seja feita justiça, apresentarem uma informação bastante completa sobre questões científicas e técnicas, sobre probabilidade e antecedentes, é mais alarmista do que a imprensa. Basta olhar para as capas para verificar que a intenção é captar audiência através do medo e da insegurança.

Para terminar, subscrevamos as teses apresentadas no capítulo dedicado à abordagem dos estudos, esperando que o estudo do risco seja realizado de modo cada vez mais interdisciplinar, potenciando conhecimentos e aliando o conhecimento científico do risco ao conhecimento social.

Bibliografia

Beck, Ulrich. (2001). *La société du risque – Sur la voie d’une autre modernité*. Paris: Flammarion.

Boyne, Roy. (2003). *Risk*. Buckingham: Open University Press.

Bouysson, Jacques. (1997). *Théorie générale du risque*. Paris: Ed. Economica.

Campones, Carlos. (2002). *Jornalismo de proximidade. Rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva.

Douglas, Mary; Wildavsky, Aaron. (1982) *Risk and Culture*. Berkeley: California University Press.

Kitzinger, Jenny; Reilly, Jacquie. (2002) *Ascensão e queda de notícias de risco*. Minerva: Coimbra.

Krimsky, Sheldon; Golding, Dominic. (1992). *Social theories of risk*. Westport: Praeger.

Le Breton, David. (1995). *La sociologie du risque*. Paris: Presses Universitaires de France.

Lupton, Deborah. (2003). *Risk*. London: Routledge.

Peretti-Watel, Patrick. (2000). *Sociologie du risque*. Paris: Armand Colin.

Peretti-Watel, Patrick. (2001). *La société du risque*. Paris: La Découverte.

Pio, Casimiro; Barros, Henrique; Cavaleiro, José; Dias, Ricardo; Formosinho, Sebastião. (2003) Co-incineração – Uma guerra para o noticiário das oito. Porto: Campo das Letras.

Raynaud, Francis Chateau; Torny, Didier. (1999). Les sombres précurseurs: une sociologie pragmatique de l’alerte et du risque. Paris: École des hautes études en sciences sociales.

Santos, Rogério (1997). A negociação entre jornalistas e fontes. Coimbra: Minerva.

Artigos

Beedie, Paul; Bourne, Graham (2005). “Media constructions of risk: a case study of the Stainforth Beck incident”. *In Journal of Risk Research* 8 (4), 331-339.

Boholm, Asa (1998). “Comparative studies of risk perception: a review of twenty years of research”. *In Journal of Risk Research* 1 (2), 135-163.

Boholm, Asa (2003). “The cultural nature of risk: can there be an Antropology of Uncertainty?”. *In Ethnos*, vol. 68:2, 159-178.

Brueggemann, Anne(2002). “‘New risk frontiers for a new Europe’ – report from the 11th Annual Conference of the Society for Risk Analysis – Europe”. *In Journal of Risk Research* 5 (1), 103-104.

Ferreira, Celio (2004). “Risk, transparency and cover up: media narratives and cultural resonance.” *In Journal of Risk Research* 7 (2), 199-211.

Healy, Stephen (2004). “A ‘post-foundational’ interpretation of risk: risk as ‘performance’”. *In Journal of Risk Research* 7 (3), 277-296.

Hill, Annette (2001). “Media risks: the social amplification of risk and the media violence debate”. *In Journal of Risk Research* 4 (3), 209-225.

Jacobs, Jerry; Dopkeen, Leslie (1990). "Risking the qualitative study of risk". *In Qualitative Sociology*, vol. 13, no. 2, 169-181.

Lion, René; Meertens, Ree M (2005). "Security or opportunity: the influence of risk-taking tendency on risk information preference". *In Journal of Risk Research* 8 (4), 283-294.

Macgill, S.M.; Siu, Y.L. (2004). "The nature of risk". *In Journal of Risk Research* 7 (3), 315-352.

Matten, Dirk (2004). "Editorial: The Risk Society thesis in environmental politics and management – a global perspective. *In Journal of Risk Research* 7 (4), 371-376.

North, D. Warner (1998). "Comments on 'Three decades of risk research'". *In Journal of Risk Research* 1 (1), 73-76.

Renn, Ortwin (1998). "Three decades of risk research: accomplishments and new challenges". *In Journal of Risk Research* 1 (1), 49-71.

Singer, Eleanor; Endreny, Phylis M. (s/d). "Reporting on risk: how the mass media portray accidents, diseases, disasters and other hazards."

Tansey, James (2004). "Risk as politics, culture as power". *In Journal of Risk Research* 7 (1), 17-32.

Taylor-Gooby, Peter (2002). "Varieties of risk". *In Health, Risk & Society*, vol. 4, no. 2, 109-111.

